Historia da Litteratura Classica

TYP. DA EMPR. LITTER. E TYPOGRAPHICA
Officinas movidas a electricidade
RUA DA BOAVISTA, 321 • PORTO • 1921

BIBLIOTHECA DE ESTUDOS HISTORICOS NACIONAES — VII

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Historia da Litteratura Classica

2.ª EPOCHA: 1580—1756.

LISBOA
LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
DE
A. M. TEIXEIRA
17, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17

1921

DO MESMO AUCTOR:

O Espirito Historico, 3.ª edição.
Historia da Critica Litteraria em Portugal, 2.ª edição.
A Critica Litteraria como sciencia, 3.ª edição.
Historia da Litteratura Romantica.
Historia da Litteratura Realista.
Historia da Litteratura Classica: 1.ª Epocha, 2.ª edição.
Historia da Litteratura Classica: 2.ª Epocha.
Caracteristicas da Litteratura Portuguesa, 2.ª edição.
Portugal nas guerras europêas.
Estudos de Litteratura, 3 vols.
Como dirigi a Bibliotheca Nacional.
Revista de Historia (direcção e collaboração), 9 vols.

PARA O ENSINO:

Historia da Litteratura Portuguesa.
Anthologia Geral da Litteratura Portuguesa.

Publicam-se mais alguns juizos e caracterizações estheticas sobre aspectos da actividade litteraria de Portugal em lingua portuguesa e em obras de estructuras geralmente acceitas no quadro dos generos litterarios, durante a longa epocha que decorre de 1580 a 1756.

Está longe de se completar este percurso critico, porque nelle se não comprehenderam as obras de auctores portugueses em latim e castelhano, linguas que foram quasi tão familiares como a vernacula, e porque limitámos o alcance do nosso estudo ao defrontarmo-nos com uma riqueza imprevista, cujo inventario carece de longo tempo e demorada inspecção. Varios problemas attrahentes se apresentaram á nossa curiosidade e para ceder ás suas suggestões suspendemos o primitivo programma. Opportunamente concluiremos o estudo da segunda epocha classica (1580-1756) e faremos o da terceira (1756-1825), se entretanto nos não vencer a convicção de que não deixa de ser um pouco censuravel consumir tempo e energia em miudas e estereis questões de critica litteraria na actual conjunctura... Para quê inundar o mundo com mais palavras que nada dizem de novo e de nenhum modo contribuem

para a paz dos espiritos, tão sacudidos pela ansiedade da razão e pela sêde inestancavel dos interesses?

Parte da materia deste livro foi exposta em curso de conferencias na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e no Real Gabinete Português de Leitura da mesma cidade.

F. F.

INTRODUCÇÃO

I — Correntes determinantes da litteratura portuguesa de 1580 a 1756: *a)* Mysticismo religioso; *b)* Prophetismo sebastianista; *c)* Thomismo e cabala; *d)* Culteranismo; *e)* Academias.
II — Das fontes para a escolha dos monumentos.

I

Cêrca de dois seculos de elaboração litteraria se descrevem e avaliam neste livro, algumas vezes até com sua plausivel explicação. Tão longo veio artistico nem sempre apresentou continua sequencia; soffreu captações e variou de intensidade e de belleza, variações profundas e inevitaveis, que lhe provinham do proprio variar do ambiente em que se formava e decorria. Quaes fossem as correntes de theoria litteraria, esthetica e critica, que animavam esta epocha historica, lembrámo-lo já num nosso escripto sobre a historia da critica litteraria portuguesa, que nada mais é do que uma averiguação da consciencia que de si teve a litteratura. Mas todo um mundo de concepções e de sentimentos impregna essa vasta productividade artistica, sem que jamais em formas francamente objectivas fosse exposto, não só idéas estheticas, que tambem se podem praticar sem que sejam theoricamente apresentadas e defendidas, mas tambem outras correntes de pensamento e sensibilidade, que implicitas ou declaradas tiveram sua expressão na litteratura dessa epocha. Para seus limites chronologicos tomámos a morte de Camões, personificação do genio nacional, a par

da perda da independencia em 1580, e o estabelecimento da Arcadia Lusitana, em 1756, que veio reagir contra a especifica resultante litteraria de taes correntes. Estes dominantes influxos, que em combinações variadas e doseamentos inquietos crearam a atmosphera moral de cêrca de dois seculos, eram os seguintes: o mysticismo religioso; o prophetismo sebastianista; o culteranismo litterario; o philosophismo thomista e cabalistico; e o culteranismo academico. Estas influencias activas juntas á passividade de duas circumstancias, — o isolamento defensivo que restringiu o convivio da mentalidade portuguesa com o mundo culto e a carencia de critica — explicam quasi plenamente e determinam a litteratura que neste livro estudamos. De cada uma dessas determinantes daremos um breve escorço.

Do mysticismo já escrevemos noutra parte, quando o apresentámos como typica feição da nossa physionomia litteraria. Definimos então o conteúdo que discernimos nesse estado de espirito, que nós interpretámos não só como doutrina philosophica, que da experiencia sensorial cada vez mais se desprende, não só como methodo mental que nas construcções aprioristicas da razão se fundamenta, mas tambem como o conjuncto moral da personalidade, em que dominam a exaltação do sentimento religioso e a construcção subjectiva dum mundo extra-natural, com uma logica propria que não é a da recta observação empirica, que não busca separar com incansavel ansiedade o doce mel do sentimento dos rijos e geometricos favos da razão, antes abandonadamente se deleita na interpenetração desses dois dominios tão dispares. Esse mysticismo ora amortece a vida interior e cala a razão, ora conduz ao monoideismo, ora exalta a sensibilidade e lhe dá azas, supprindo o que de logico e solido lhe falte pela intuição divinatoria; esse mysticismo põe na communicação com Deus fervores apaixonados de amor terreno e sublima a paixão amorosa com devoções castas e aspirações ideaes; esse mysticismo para-

logico é tecido de incoherencias, esforço que logo cansa, resistencia heroica sobre-humana, causa que não determina effeito, resultantes que parecem carecer de ponto de partida; é um permanente percalço offerecido á razão humana. E' a este estado moral que nós temos como cunho muito especifico da nossa evolução litteraria e até da nossa personalidade nacional, e que na segunda epocha classica, que estudamos, com relevo sem par se ostenta. [1]

Com merito vario, é abundante a poesia mystica, de assumpto religioso ou profano, que tão dilecto cultivo mereceu de delicados espiritos femininos [2]; é rica a biblio-

---

[1] Por não terem reparado no sentido que attribuimos a esta caracterisca litteraria, o mysticismo, alguns auctores surprehenderam-se della, nomeadamente o sr. C. E. na revista *Razón y Fé*, n.º 206, Madrid, outubro de 1918, pags. 250-251; o sr. Léon M. Granizo na *Revista Critica Hispano-Americana*, vol. 4.º, Madrid, 1918, pags. 5-6; o sr. J. E. Soares da Costa Cabral, que gentilmente nos facultou desenvolvida discussão dos nossos pontos de vista, que crêmos ainda inédita; e o sr. Jackson de Figueiredo, numa sua benevola conferencia, *As idéas geraes de F. de F.*, publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 7 de novembro de 1920.

[2] A litteratura feminina dos seculos XVII e XVIII tem sido relegada em razão do seu secundario valor. Luiz Augusto Palmeirim (1825-1893), segundo informa o sr. Candido de Figueiredo, a pag. 373 do seu livro *Homens e Letras*, Lisboa, 1881, projectou estudar essa litteratura: «Finalmente, tem escripto, mas conserva ainda inéditos, numerosos estudos biographicos e criticos, cuja collecção intitular-se-ha: *No convento e no seculo, estudos acêrca das poetizas e prosadoras nacionaes desde o seculo XV até á actualidade*. Esta obra contém apreciações das escriptoras portuguesas: Infanta D. Catharina; as rimadoras do Cancioneiro Geral; Paula Vicente; Infanta D. Maria; Soror Maria do Baptista; D. Joanna da Gama; D. Izabel de Castro; D. Bernarda de Lacerda; D. Maria de Lara; D. Izabel Corrêa; Soror Violante do Céo; D. Marianna Alcoforado; Soror Maria do Céo; D. Feliciana de Milão; Soror Magdalena da Gloria; D. Marianna de Luna; Soror Ignez Mano; Soror Magdalena; D. Dorotheia Engracia; D. Rita Clara Freire de Andrade; Soror Margarida Ignacia; Marilia de Dirceu; Francisca de Paula Possolo; Marqueza de Alorna; D. Maria Cambiaxi; D. J. M. Ribeiro da Silva; D.

graphia hagiographica; quantiosa a historiographia de assumpto e de inspiração mystica; variados os escriptos de edificação moral e religiosa. E esses documentos são em farta massa, assim na lingua portuguesa como na latina e na castelhana. (¹)

Antonia Pusich; D. Maria Peregrina de Sousa; D. Maria Canuto; D. Guiomar da Cruz, etc., etc.» Modernamente alguns estudos se realizaram, de indole diversa, mas todos de valor: Dr. Mendes dos Remedios, *Escriptoras de outros tempos — Extractos das obras de Violante do Céo, Maria do Céo e Magdalena da Gloria,* Coimbra, 1914; sr. Conde de Sabugosa, *A Condessa da Ericeira* em *Gente d'Algo,* Lisboa, 1915; mesmo auctor, *Soror Violante do Céo,* em *Neves de Antanho,* Lisboa, 1919.

(¹) Sobre a bibliographia de portugueses em lingua latina e lingua castelhana ha as seguintes principaes fontes de informação: *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, Lisboa, 1741-1758, 4 vols., obra indispensavel porque Innocencio no seu *Diccionario Bibliographico* excluiu os latinizantes; P.ᵉ Antonio dos Reis e P.ᵉ Manuel Monteiro, *Corpus illustrium poetarum lusitanorum qui latine scripserunt,* Lisboa, 1745-1748, 8 vols. No 5.º vol. figura o *Enthusiasmus Poeticus,* de Reis, onde se nomeiam muitos portugueses latinizantes não comprehendidos na collecção, que apenas contém obras de Pedro Sanches, Hermigio Caiado, Manuel da Costa, Diogo Mendes de Vasconcellos, Miguel de Quevedo, Antonio de Quevedo, João de Mello e Sousa, Diogo de Paiva de Andrade, Lopo Serrão, Fr. Francisco de Barcellos, Fr. Thomé de Faria, Antonio Figueira Durão, Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, Fr. Francisco de Macedo, Jorge Coelho e Antonio de Gouvêa. Menéndez y Pelayo projectou occupar-se dos latinizantes e hellenizantes femininos em obra que se intitularia *Luisa Sigea y las humanistas españolas de los siglos XVI y XVII* (V. Adolfo Bonilla y San Martin, *Marcelino Menéndez y Pelayo (1856-1912)*, Madrid, 1914, pag. 72). Tambem démos noticia desse projecto nas *Cartas de Menéndez y Pelayo a Garcia Peres.* — Para os castelhanizantes consulte-se o eruditissimo *Catálogo Razonado de los portugueses que escribieron en castellano,* Domingos Garcia Peres, Madrid, 1890. Sobre a mesma materia, escriptos de portugueses em latim e castelhano, é de util consulta a *Bibliographie hispanique extra-péninsulaire,* do sr. Hugues Vaganay na *Revue Hispanique,* tomo 42.º, Paris, 1918.

*

O prophetismo sebastianista nada mais é do que a resultante desse pendor espiritual do mysticismo que, sobrepondo-se á realidade com o seu mundo phantasioso, pairando no espaço arbitrario sem a escora da experiencia, sem a menor base objectiva, tornou acceitaveis as mais discricionarias construcções da imaginação no seu caprichoso ensimesmar-se. O sebastianismo foi uma dellas e foi a que mais perdurou, porque á preparação racional, logica, digamos, das consciencias, fez accrescer a sobresaltada esperança dos corações que alentaram esse sebastianismo. Nas horas amargas da existencia, perante uma irremediavel catastrophe, os povos, como os homens, quando não sabem renovar-se e dos fragmentos duma brutal demolição fazer os alicerces de nova fabrica, appellam para a esperança, e esse filtro doce, mixto de attracções mortaes e de impulsos vivificadores, inunda e senhoreia toda a sua vida mental, como o sentimento dum interesse domina o mecanismo cerebral dum homem que se crê isento, como um suave tom poente se esbate sobre a variada polychromia dum quadro de Teniers ou um carregado tom penumbroso domina a poderosa expressão de Ribera.

Não é exacta a designação de sebastianismo, porque limita a extensão desse phenomeno; melhor seria a de prophetismo ou messianismo, por mais generica, pois D. Sebastião tornou-se personagem das prophecias só quando a sua desastrosa morte para ellas o tornou idoneo.

Crêmos que tem sido um pouco amplificada a significação psychologica desse phenomeno collectivo, que Oliveira Martins chegou a ter como typico do genio nacional, quando elle se observa mesmo em povos genialmente dotados com o superior condão da objectividade, como a França, em que a morte de Henrique IV e o mysterioso desapparecimento

do Delphim, filho de Luiz XVI, originaram presumpções analogas, e a Inglaterra em tempo de Cromwell.

Em Portugal, o prophetismo messianico nasceu com Gonçalo Anes de Bandarra, auctor das famosas *Trovas*, que primeiramente circularam em copias manuscriptas e pela imprensa desde 1603. As fontes das idéas de Bandarra, que por ellas teve de haver-se com a Inquisição, eram da mais desvairada natureza, como apontou o sr. J. Lucio de Azevedo (1): a Biblia, principalmente o Antigo Testamento; a lenda de Merlim; a fabula do leão e do pôrco; a idéa do Encoberto provinda de Hespanha, onde por 1520 se divulgára por meio de textos propheticos attribuidos a Santo Isidoro, bispo de Sevilha do seculo VII; as *Coplas* de Pedro de Frias, publicadas em Valencia, 1520; e as *Coplas* de Fr. João de Rocacelsa, donde extrahiu os animaes phantasticos como o grypho e os *cavallos mariannos* de tão laboriosa interpretação. Que o ambiente propicio para esta condensação doutrinaria do messianismo já existia anteriormente, o mesmo

(1) O prophetismo sebastianista tem já sua bibliographia critica: Miguel Martins Dantas, *Les Faux Don Sébastien — Études sur l'histoire du Portugal*, Paris, 1866; Pinheiro Chagas, artigo critico sobre esta obra nos *Novos Ensaios Criticos*, Porto, 1868; Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, Lisboa, 1879, 2.º vol., cap. IV do liv. V; sr. Th. Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Coimbra, 1885; Octave Lacroix, artigo critico sobre a obra de Miguel Dantas em *Quelques Maîtres Étrangers et Français*, Paris, 1881; A. C. Teixeira de Aragão, *Diabruras, Santidades e Prophecias*, Lisboa, 1894, liv. III; A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *Origens do Sebastianismo*, Lisboa, 1909; J. Pereira de Sampaio (Bruno), *O Encoberto*, Porto, 1904; sr. J. Lucio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, publ. no *Archivo Historico Português*, Lisboa, 1916, 10.º vol., e reeditado em volume autonomo, Lisboa, 1918; mesmo auctor, *Bandarra e Sebastianismo* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, Coimbra, 1917, 11.º vol. A monographia do sr. J. Lucio de Azevedo é uma synthese admiravel da doutrina. Não mencionamos a bibliographia artistica, muito mais numerosa.

sr. J. Lucio de Azevedo reconhece ao apontar alguns episodios illustrativos ([1]). Foi, porêm, o tragico e mysterioso desapparecimento de D. Sebastião em Alcacer-Kibir, com as fataes consequencias que para a nação trouxe, que fez personalizar o anhelo messianico. Na formação e evolução das lendas é frequente este phenomeno de ellas tomarem para protagonistas personagens historicas, com cuja vida havia o seu fundo episodico alguma relevante identidade. Isso se verifica com as falsas identificações do Dr. Fausto e de D. Juan Tenorio ([2]). O rei desejado tornou-se centro da lenda; depois surgiram os charlatães, provocados pela popularização da crença; a seguir a lenda intellectualizou-se e attingiu as classes superiores. O primeiro propheta fôra accentuadamente popular, o sapateiro Bandarra; mas o segundo é nobre e culto, e não escreve as suas longas dissertações, fartamente abonadas de textos e auctoridades, para o baixo povo, menos curioso de verdades complicadamente demonstradas que de certezas simples; escreve para os da sua estofa. E' D. João de Castro (1551 ?-1623 ?), neto do famoso vice-rei da India, seu homonymo, que da apologia do messianismo sebastico fez um genero litterario, que amplamente cultivou ([3]). O terceiro propheta, Manuel Bocarro Francês, o celebre professor de mathematica da Universidade, mais ainda a intellectualizou, porque á astrologia foi buscar novos elementos demonstrativos. E como o governo castelhano então andasse em ardido litigio com o clero monastico de Portugal, o sebastianismo, que era constitucionalmente nacionalista, foi gasalhado pelas ordens religiosas, que o propagaram como arma politica para escandecer os sentimentos de adversão contra o governo usurpador. Foi ao

---

([1]) V. *A Evolução do Sebastianismo*, ed. de 1918, pags. 21-29.
([2]) V. A. Van Gennep, *La Formation des Légendes*, Paris, 1910.
([3]) As suas obra volumosas guardam-se em manuscripto na Bibliotheca Nacional.

seu bafo alentante que se fez a restauração de 1640 e após o triumpho logo surgiu uma litteratura politico-messianica, em que espiritos esclarecidos forcejaram por fazer crêr que a restauração era a realidade das prophecias e D. João IV o rei promettido nellas. Fôram auctores de escriptos desse gosto, homens como D. Antonio de Sousa de Macedo, o P.e Antonio Vieira, o P.e João de Vasconcellos, Luiz Marinho de Azevedo, Pero de Sousa Pereira, Fernão Homem de Figueiredo, Nicolau Monteiro e Sebastião de Paiva. E até ao seculo XIX sempre o messianismo, mixto de ardente esperança e inactiva renuncia da iniciativa propria, perdurou na alma popular, prompto a irromper nas horas mais agitadas, como foram os tempos de D. José I e das invasões francesas, alimentando-se dos antigos textos, nem laconicos nem claros, e adduzindo ainda outros.

O messianismo produziu uma abundante litteratura propria e imprimiu sello indelevel noutros generos litterarios, como a historiographia, mormente a dos escriptores cistercienses, como a poesia épica, como os arrazoados justificativos da legitimidade de D. João IV. Em certos momentos e certos auctores, nacionalismo e messianismo confundem-se de modo tal que difficil é separar a bibliographia puramente politica ou litteraria das imaginosas construcções propheticas.

*

Debil foi a cultura critica e philosophica durante esta segunda epocha classica. Da critica já dissémos nosso pensar, mas temos noticias novas a accrescentar, como a descripção do que chamaremos critica poetica, muito frequente então, os projectos criticos de D. Francisco Manuel de Mello, as origens da bibliographia com João Franco Barreto, João Soares de Brito e o P.e Francisco da Cruz, o primeiro esboço duma historia litteraria portuguesa por Sousa

de Macedo, a theoria da carta familiar por Rodrigues Lobo, a critica do cultismo por Fr. Lucas de Santa Catharina e a exegése dos textos gregos e latinos, com as quaes de certo modo se attenuará o pessimismo daquelle nosso juizo.

Por *critica poetica* designamos certos escriptos de hybrida categoria, que sob a forma de allegoria artistica proferem elogios e censuras, dissertam sobre materia litteraria, revolvendo questões e opiniões com inteira liberdade artistica e sizudo proposito, que se não excluem, antes se fundem num estranho genero. Appellidamo-lo desse modo, porque se nos affigura que assim transparece um pouco de ameno sentido pejorativo, pois esse ocio litterario é de poeta que para a apreciação dos seus confrades transporta a sua especial condição de espirito, a metaphora, a hyperbole, a animosidade, a inclinação e o arbitrario gosto pessoal, sem visar á serena objectividade da poesia didactica ou á elevada concepção artistica dos que, muito sentindo, muito fortemente pensam tambem como os que fizeram poesia philosophica, Goethe ou Anthero de Quental.

O seu mais antigo monumento, na epocha classica, é a obra de Cesare Caporali (1531-1601), *Viaggio in Parnaso*, de 1582, logo imitada na peninsula por Gaspar Gil Polo (?-1591), já nosso conhecido como continuador da *Diana*, que nella publicou em 1564 o seu *Canto del Turia*; por Cervantes (1547-1616), que em 1614 fez correr analogo *Viaje del Parnaso*; e por Lope de Vega (1562-1635), auctor do *Laurel de Apollo*, de 1630, ao qual respondeu o português Jacintho Cordeiro, dos mais fecundos castelhanizantes, com o seu *Elogio de Poetas Lusitanos*, de 1631. Alêm do *Hospital das Letras*, de D. Francisco Manuel de Mello, e do *Enthusiasmus Poeticus*, do P.^e^ Antonio dos Reis, poderemos considerar como especies desse genero, os *Lauri Parnasseae*, 1635, de Figueira Durão; as scenas VIII e IX da 1.ª parte da *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança*, de 1733, em que Antonio José da Silva simula um assalto ao Parnaso; a curiosa

carta XXVII do 2.º vol. das *Cartas familiares, historicas, politicas e criticas* de Francisco Xavier de Oliveira, de 1737, na qual por graciosa allegoria se faz a primeira affirmação, conhecida entre nós, de nacionalidade na poesia; a comedia *O Theatro Novo*, representada em 1766, de Corrêa Garção, que ahi defende a necessidade de renovar o theatro português e propõe varias opiniões; e o poema de Garrett, *O Retrato de Venus*, de 1821, que é um esboço da historia da pintura.

Quanto á philosophia, como discussão especulativa dos mais elevados problemas da vida, — aquella vida cujo conhecimento mais profundo, no incessante variar dos seus aspectos, é a essencia da obra de arte, que não fôr mero capricho formal — poderá uma maior producção bibliographica crear o erro de se suppôr que ella fôra uma desvelada occupação dos nossos seiscentistas. Mas ao analysar-se a natureza dos escriptos produzidos nesse lapso de um seculo e três quarteis de outro, encontram-se commentarios sobre o aristotelismo e compendios escolares como especies predominantes, a defeza ardente da escolastica pelos exegétas de Coimbra e a critica de Verney. O ensino philosophico concentrava-se então na Universidade de Coimbra, na Universidade de Evora (1559-1759), nos collegios dos padres jesuitas e nos seminarios creados por deliberação do Concilio de Trento. Naquellas e nestes era ella a ancilla da theologia, limitada ainda pela orthodoxia daquelle concilio, cujas conclusões Portugal adoptou por alvará de 12 de Setembro de 1564, e que os professores periodicamente juraram com toda a solemnidade. A noticia, apesar de muito incompleta, dos varios estatutos por que se regeram as duas universidades, em certa instabilidade mas em relativo parallelismo, mostra essa subordinação do pensamento philosophico á sciencia de Deus, com systematico alheamento do empirismo inglês, do cartesianismo francês e do movimento scientifico que determinava esse renovar-se da especulação

philosophica. A acção fiscalizadora do Santo Officio, a catechese da Companhia de Jesus e a vigilancia do Paço fixavam balizas ao ambiente do pensamento. O Concilio de Trento fixára as invariancias da doutrina, systema religioso, moral e metaphysico; para alêm dellas se não podia transcender. Os livros eram inspeccionados pelo Desembargo do Paço, pela auctoridade ecclesiastica ordinaria e pelo Santo Officio para lograrem ser impressos; depois eram reexaminados e durante algum tempo ainda o auctor em posfacio declarou que em nenhuma das suas phrases fora sua intenção desviar-se da doutrina da Igreja. A fidelidade das theorias professadas na regencia de aulas era vigiada e que essa vigilancia se não limitava a registar, mas applicava sancções penaes, mostram os processos da Inquisição que attingiram os lentes judaizantes (1) e suspeitos de affectos á reforma religiosa, e fóra da Universidade o de Damião de Goes e outros de menor estatura intellectual, como certos sectarios da seita de Molinos (2).

Qual a essencia do pensamento philosophico, assim

---

(1) V. sr. Th. Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, capitulo sobre a *Perseguição contra os lentes christãos-novos*, vol. 2.º, Lisboa, 1895. Alêm de casos contra a moral, de bruxedo e feitiçaria, o Santo Officio perseguiu principalmente os judaizantes. Por heterodoxia dentro do proprio christianismo, não ha outras victimas tão illustres como Damião de Goes e o Cavalheiro de Oliveira, ou porque a vigilancia fosse intransigente e efficaz, ou porque a heterodoxia não assentasse no caracter nacional, essencialmente catholico. Esta segunda hypothese constitue a fundamental these defendida, a respeito de toda a peninsula, por Menéndez y Pelayo, na sua *Historia de los Heterodoxos españoles*. Nas noticias escolhidas que de varios processos celebres deu o sr. Antonio Baião no 1.º vol. dos seus *Episodios Dramaticos da Inquisição Portuguesa*, igualmente predominam casos de judaismo. No processo do P.e Antonio Vieira perseguia-se o seu illuminado prophetismo, não qualquer dissidencia philosophica.

(2) V. sr. Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, Tomo 3.º, parte 2.ª, pag. 137, Coimbra, 1917.

envolto na theologia, que alimentou a intelligencia das successivas gerações, que de 1580 a 1756 deram ás bellas letras a sua actividade, já versando em suas obras os problemas que os preoccupavam, já sem o saberem impregnando essas obras das concepções geraes que enquadravam toda a sua creação espiritual? No estado actual dos estudos da historia da philosophia em Portugal não é possivel responder de modo pleno a esta curiosidade, embora se possa conjecturar o sentido a que conduzirão essas investigações. Tambem não existem monographias sufficientemente elucidativas sobre o ensino philosophico nas duas Universidades, sobre os conventos que foram mais importantes centros de estudo, como o de Alcobaça, nem sobre os collegios da Companhia de Jesus, quer os annexos á Universidade de Coimbra, quer os autonomos, como o de Santo Antão, em Lisboa. É claro que nos referimos a trabalhos modernos, porque os antigos são insufficientes para satisfazer esta nossa curiosidade. (1)

O seculo XVI, verdadeiramente o mais poderoso e crea-

---

(1) Para a historia da philosophia em Portugal, encontram-se muitos subsidios criticos e biographicos nos seguintes trabalhos: J. J. Lopes Praça, *Historia da Philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia,* Coimbra, 1868; Anonymo (o mesmo auctor), *Historia da Philosophia em Portugal. Documentos comprovativos,* fasciculo 1.º, Coimbra, 1868, sem continuação; André Meyrelles de Tavora do Canto e Castro, *Silvestre Pinheiro Ferreira,* na *Revolução de Setembro,* Lisboa, 14 de Março de 1874; J. J. Lousada de Magalhães, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die wichtigsten portugiesischen Philosophen vor ihnen,* Bonn, 1881; Agostinho de Carvalho, *Reforma do ensino da philosophia nos lyceus* (Conferencia), Lisboa, 1883; J. M. da Cunha Seixas, *Ensaios de Critica Philosophica,* Lisboa, 1884; Moniz Barreto, *Philosophia Portuguesa,* no *Reporter,* Lisboa, 1888, 1 de Agosto, reproduzido na *Revista de Historia,* 7.º vol., Lisboa, 1918; Junio de Sousa (pseud. de Antonio José Teixeira), *As conferencias na Academia,* no *Instituto,* vol. 36.º, Coimbra, 1889; Teixeira Bastos, *Actividade philosophica de Th. Braga,* cap. IV de *Theophilo Braga e a sua obra,* Porto, 1892; sr. Fer-

dor da nossa historia, porque nelle o espirito nacional attingiu uma sobreexcitação que nunca mais se repetiu, levedou em seu seio alguns germens fecundos, que as circunstancias supervenientes nem sempre lograram suffocar. Tambem no pensamento philosophico se repercutiu essa hyper-sensibilidade, produzindo algumas affirmações originaes que, fóra de fronteiras, se encorporaram na evolução geral da philosophia iberica. Três direcções philosophicas legava o seculo XVI á epocha que estudamos: a aristotelica, que Antonio de Gouvêa personificava com o seu triumpho polemico em Paris sobre Pierre de la Ramée, em 1544, e que continuava a tradição medieval da escolastica, em cuja divulgação, no seculo XIII, cooperara outro português, Pedro Julião (? — 1277); a neoplatonica com Leão Hebreu (1465 — ?), de tão bella expressão esthetica nos seus *Dialogos de amor*, de 1535, que ao contacto de Pico de Mirandola e Reuchlin se perverteria nos desmandos da cabala; e a critica e sceptica, sem duvida a mais de accordo com o seu tempo, com o *Quod nihil scitur*, de Francisco Sanches, de 1581.

---

tunato de Almeida, *A antiga escola de philosophia conimbricense*, na *Revista Contemporanea*, vol. 1.º, Coimbra, 1894-1895; sr. Th. Braga, *O Collegio das Artes e a philosophia conimbricense*, na *Historia da Universidade de Coimbra*, 2.º vol., Lisboa, 1895; Manuel Ferreira Deusdado, *Esboço historico da philosophia em Portugal no seculo XIX*, prefacio dos *Principios geraes de Philosophia*, de J. M. da Cunha Seixas, Lisboa, 1898; mesmo auctor, *La Philosophie Thomiste en Portugal*, na *Revue Néo-Scolastique*, Louvain, 1898; F. Adolpho Coelho, *O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858*, no *Instituto*, vol. 47.º, Coimbra, 1900; mesmo auctor, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Paris, 1900; sr. Joaquim de Carvalho, *Antonio de Gouveia e o aristotelismo da Renascença — vol. I: Antonio de Gouveia e Pedro Ramo*, Coimbra, 1916; mesmo auctor, *Leão Hebreu, philosopho* (*Para a historia do platonismo no Renascimento*), Coimbra, 1918; P. Francisco Rodrigues, *A formação intellectual do jesuita*, Lisboa, 1917; Anonymo, *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1919. — Como trabalho inicial organizámos uns *Subsidios para a Bibliographia Portuguesa de Philosophia*, ainda ineditos.

O exito de Gouvêa com a sua defeza do philosopho official da Igreja, em plena forja da especulação, constituiu um pergaminho caro para Portugal, que dentro do peripatetismo sempre se manteve. Se fóra de fronteiras o defendeu com ardor, dentro dellas com paciencia, methodo e argucia o commentou e explicou, defendendo-o contra todos os adversarios, até mesmo contra o proprio stagirita, tal como os eruditos hellenizantes, após o directo estudo dos textos gregos, o queriam apresentar. O philosopho gentilico, cuja vasta construcção a Igreja perfilhou para explicar os dogmas e demonstrar a existencia de Deus, sua essencia e seus attributos, só era tido por authentico na interpretação, recomposição e divulgação de S. Thomaz, Duns Scot e todos os obreiros geniaes da conversão da Igreja ao peripatetismo. Essa foi a nobre tarefa dos exegétas de Coimbra, Pedro da Fonseca, Manuel de Goes, Sebasteão do Couto, Cosme de Magalhães e Balthazar Alvares, e fóra de Coimbra, Luiz de Lemos e Fr. João de S. Thomaz, denodados paladinos do thomismo, cujo esforço tem sido geralmente reconhecido com justiça, embora ainda não estudado a fundo. [1] Mas essa tardia defensa da escolastica era a immobilização do pensa-

---

[1] Sobre a philosophia conimbricense, só ha, além das especies acima allegadas, artigos de encyclopedias, como *The Catholic Encyclopedia,* New York, 1908, vol. 4.º, pag. 252, e a *Enciclopedia universal europeo-americana*, Barcelona, vol. 14.º, s. d., pag. 1279, onde se remette o leitor para a *Histoire de la Philosophie Médievale,* Wult, Louvain, 1912. — A Universidade de Evora foi centro de molinismo, pelo que deverá ser estudada com attenção por quem quizer fazer a historia da especulação philosophica entre nós. Damos alguns informes bibliographicos: *Monumenta Historica Societatis Jesu* (V. o indice); P. Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Portugal*..., 2.º vol., Lisboa, 1647, pag. 316 e seg.; P. Antonio Franco, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo em Evora,* Lisboa, 1714, pags. 1-56; P. Francisco da Fonseca, *Evora gloriosa*, Roma, 1728, pags. 360 e seg. e pag. 465 e seg.; Gabriel Pereira, *Estudos eborenses*, Evora, 1886-1896, 28.º — *A Universidade de Evora.*

mento philosophico, era manter á sobreposse o encadeamento da philosophia na theologia, não deixando sequer fructificar aquelles germens que o aristotelismo trouxéra: o gosto da analyse e o das sciencias naturaes. Naturalismo, theosophia, magia e cabala, deismo, pantheismo e atheismo, seitas occultas e illuminadas, tudo seria posto em pé de igualdade perante a orthodoxia e perseguido como matizes differentes da impiedade. Coimbra gasalhou o propugnador mais brilhante da escolastica, na sua procastinação após a critica do renascimento, o celebre Francisco Suárez, de Granada (1548-1617). [1]

E universidades, conventos, collegios e seminarios, todos foram centros de propaganda e defeza dessa philosophia thomista que concebia o universo como uma hierarchia de entes e essencias, na relação de potencia para ente, de materia para forma, do mundo da natureza ascendendo ao mundo da graça até chegar a Deus, ultima forma e unica essencia pura.

Como uma planta exuberante de vida, que não póde dentro do estreito vaso, que a contém, expandir as suas raizes, as enfeixa umas nas outras e em breve de si mesma se alimenta, havendo consumido toda a substancia do humus,

---

[1] O P. Francisco Suárez, da Companhia de Jesus, regeu na Universidade de Coimbra, Faculdade de Theologia, a cadeira de prima (P. Lombardo), desde 8 de maio de 1597 até á sua jubilação em 1616. A sua estada em Coimbra deu origem aos seguintes estudos portugueses: sr. Antonio de Vasconcellos, *Francisco Suárez (Doctor Eximius) 8 de maio — 1597 — 1897*, Coimbra, 1897, 223 pags.; sr. Eugenio de Castro, *O P.e Francisco Suárez em Coimbra — Notas sobre alguns dos seus contemporaneos e amigos*, publ. no vol. 6.º da *Revista da Universidade de Coimbra*, e em separata de 51 pags.; sr. Joaquim de Carvalho, *A theoria da verdade e do erro nas «Disputationes Metaphysicae» de Francisco Suárez (Doctor Eximius)*, id., 42 pags.; sr. Manuel Paulo Merêa, *Suárez — jurista — O problema da origem do poder civil;* id., 104 pags.; P. Valerio A. Cordeiro, *O Padre Francisco Suárez (Doctor Eximius) — Esboço da sua vida e obras*, Porto, 1918, 63 pags.

assim a escolastica cavaria em si mesma, qual mina profunda, os seus progressos, e de deducção, de syllogismo e psyttacismo se alimentaria, fechando horizontes ao espirito, mas dando-lhe especiaes aptidões dialecticas e adaptando a linguagem á sua versatilidade dissertiva. Comprehendido na theologia continuou o ensino da philosophia em Portugal, após a sahida da Companhia de Jesus e consequente extincção da Universidade de Evora, e a seguir ás reformas da instrucção por Pombal. A creação de cadeiras elementares de philosophia e certa protecção concedida aos Padres Oratorianos de S. Filippe Nery são factos que continuam a tendencia critica do segundo quartel do seculo XVIII, testemunhada no projecto da traducção do *Novo Organon* de Bacon por Jacob de Castro Sarmento, na heterodoxia de Francisco Xavier de Oliveira e de Antonio José da Silva e na critica de Verney contra a escolastica em nome do experimentalismo. Estas tendencias novas, em litteratura, produziram a reforma da Arcadia Lusitana.

Os *Dialogos de Amor*, de Leão Hebreu, de tão largo exito litterario e de tão ampla influencia até fóra da philosophia, nos poetas idealistas que na Philographia viram a condensação pittoresca da sua esthetica, e no grande publico, encorporaram-se na tradição peninsular da philosophia neoplatonica, com Miguel Servet, o martyr da intolerancia calvinista, e Fox Morcillo. Menéndez y Pelayo estudou as contribuições destes três pensadores para o accordar do platonismo ([1]). Mas dentro de fronteiras, parece que só o elemento mortifero que se occultava no neo-platonismo perdurou: a cabala. Algumas especialissimas circumstancias favoreciam essa degeneração: a tendencia messianica, que já vimos como se casou ao sebastianismo, e a influencia dos hebreus, mestres desse gosto occultista. A cabala é o pro-

---

([1]) V. *De las vicisitudes de la Filosofia platónica en España,* em *Ensayos de Critica Filosófica,* Madrid, 1892.

phetismo messianico, que della se servia para as suas imaginosas exegéses textuaes, são differentes do sebastianismo e a elle anteriores; existiam antes da perda de D. Sebastião e tambem deixaram de se referir algumas vezes a este soberano. Estas vicissitudes mostram que esse prophetismo era tambem um estado de espirito anterior e não só directa consequencia da morte do rei desejado.

A cabala collaborou na interpretação das prophecias em todo o decurso desse estado febril dos animos [1]. Mas do seu cultivo em fórmas mais altas, como especulação antithomista, não ha vestigios de relevo, pelo menos conhecidos no estado actual das investigações. Feita hybrida alliança do gnosticismo e do platonismo, a cabala apartava-se do peripatetismo da Igreja em concentrar todas as suas forças de indagação e devaneio á volta dum problema que a theologia considerava resolvido de modo definitivo: a imperfeição do mundo creado por Deus todo perfeito. Os gnosticos cabalistas, chocando-se desse contraste, interpunham uma zona medianeira de genios maravilhosos, de Deus summamente perfeito e eterno ao mundo limitado e contingente. E invocavam-nos e faziam-nos lucilar dentre as letras da Biblia, valorizadas symbolicamente, da Biblia que elles tambem queriam harmonizar com a philosophia hellenica; e communicavam com esses genios para lhes alcançarem o segredo da explicação do mundo. Esse occultismo era perseguido e não poderia por isso deixar numerosos signaes da sua existencia como construcção racional.

O P.e Antonio da Visitação Freire (1769-1804), judicioso prefaciador da edição academica da *Monarchia Lusitana*, por deducções attribue essa tendencia a Fr. Bernardo de

(1) V. sr. J. Lucio de Azevedo, ob. cit., pags. 31-35. Cabalismo e messianismo andaram quasi sempre de par, em Portugal e fóra delle: em Avila, 1295; na Istria, 1502; na Italia, 1530; e em Smyrna, 1648.

Brito, o patriarcha da historiographia alcobacense, em passos que merecem ser transcriptos:

«Existião porêm ainda os vestigios, ou os destroços daquelle platonismo que Argyropulo, Pleton, Bessarion e outros trouxerão na perda do Imperio do Oriente ás escolas de Pisa e de Florença. Platonismo, que ainda que foi proveitoso aos progressos das sciencias, degenerou depois nos imaginarios systemas do Pythagorismo cabbalistico, que as imposturas dos Rabinos estabelecerão e que a piedade nimiamente crédula de muitos engenhos abalizados nos seculos XV e XVI acreditou, ou pelo menos julgou util para desviar os espiritos indagadores, em que abundava aquella idade, do scepticismo nascente que manifestaram alguns sabios tão celebres pelos seus conhecimentos como pela sua imprudencia.

«Este platonismo pythagorico-cabbalistico, ainda que contrariado na sua origem pelos scolasticos aristotelicos, ganhou um grande numero de sectarios, não só na Italia, mas nas Hespanhas, aonde as escolas dos Rabinos e dos Arabes tinham preparado muitos elementos proprios a fortificarem esta doutrina. Huma tal philosophia que, pelas fórmas dogmaticas, parecia conveniente ás indoles religiosas, e pela abundancia do maravilhoso se fazia agradavel ás imaginações ardentes, devia ser naturalmente bem acceita ao auctor da *Silvia de Lisardo*.

«Mas como nenhum documento existe de que Fr. Bernardo de Brito estudasse fóra do reino a Filosofia, ainda que Mariz certifique que na Italia se criára; nós, conciliando Escriptores contemporaneos que nos dizem que na Italia adquirira noticias das linguas Hebraica e Grega, com o pouco tempo que alli o achámos existente, entendemos que na applicação que fez ás linguas antigas houve os conhecimentos da Filosofia Pythagorico-cabbalistica, que os seus escriptos manifestam.» [1]

---

[1] V. *Monarchia Lusitana*, 1.º vol., pag. VIII-IX, ed. da Academia das Sciencias.

Recolhemos este depoimento, que não é despiciendo, sobre a presumpção de se vulgarizarem no reino as praticas cabalisticas, mas pelo que respeita a Brito deixamos a sua discussão para outro lugar.

Em 1620 o P.e Manuel do Valle de Moura, doutor em theologia, (1570-1650), publicou em Evora a sua obra de defeza espiritual, *De Incantationibus seu Ensalmis — Opusculum primum*, onde se contém um capitulo de erudita impugnação da cabala: «Ensalmos non agere suos effectos ex vi artis Cabalisticae...» Só se impugna o que existe. E D. Francisco Manuel de Mello, justamente um dos primaciaes auctores estudados neste livro, durante o seu captiveiro, a crer-se no testemunho de Jantillet, [1] compôs o seu *Tratado da Sciencia Cabala ou noticia da arte cabalistica*, só publicado em 1724. Este auctor tem o mesmo proposito de defensão da fé catholica dos riscos em que a punha o exercicio da baixa cabala. Elle mesmo refere que deliberou escrever o tratado, depois duma conversa com uns estrangeiros que se achavam presos, segundo se presumia, por praticarem a arte cabalistica, da qual algumas partes, como a themancia, eram

---

[1] O sr. Edgar Prestage cita o seguinte passo das *Horae Subcessivae*, de Jantillet, referente ao tratado de D. Francisco Manuel: *Franciscum Emmanuelem super libro, quem carcere inclusus, De arte cabalistica lusitanice scripsit:*

> Hispanis quae nota parum fuit hactenus oris,
> Iam legitur docta cabbala scripta manu.
> Quae cuncti docuere simul, quod Picus acuto
> Ausonios inter protulit ore viros.
> Hoc Francisce doces; ad te vitanda magistro
> Cernimus, et puro tramite carpis iter.
> Hebrei nugas Rabbini, & somnia vana,
> Quam bene describis, tam fugienda notas.

V. *D. Francisco Manuel de Mello*,
Coimbra, 1914, pag. 585.

prohibidas pela Inquisição. Sixto V em 1585 expedira uma bulla contra a magia, mas ainda não comprehendia nella a cabala grosseira, porque elle mesmo mandára traduzir para latim os seus principaes expositores hebraicos, como antes Clemente VII benignamente acolhêra o cabalista Salomão Malco, christão-novo que apostatára e antes da circumcisão se chamara Diogo Pires; como Leão X já antes acceitára a dedicatória que lhe fizéra Reuchlin da sua exposição dessa doutrina. Nas grandes livrarias conventuaes, de que se póde hoje conhecer o fundo, existiam os principaes expositores da cabala.

Finalmente, o outro dos pontos de partida para uma direcção philosophica, que assignalámos, a duvida systematica de Francisco Sanches com a penetrante critica do seu *Quod nihil scitur,* tambem não logrou exercer qualquer influencia impulsionadora a dentro de fronteiras, pelo menos segundo se póde julgar por agora.

Precursor do moderno scepticismo critico, Sanches talvez deva arcar com a responsabilidade do influxo negativo, de protesto e reacção, suggerindo refutações e fazendo que os paladinos do thomismo mais se açodassem na sua ardorosa defeza. No exame, necessariamente pouco demorado, que fizémos da bibliographia philosophica da epocha, não encontrámos vestigios de protestos endereçados a esse audacioso pamphleto sceptico. Mas no conjuncto da philosophia iberica é indelevel este primeiro grito de Sanches ([1]).

Tão orthodoxo em philosophia como em theologia, praticando a rigor o velho preceito de Santo Agostinho, *credo ut intelligam,* o pensamento português era estructuralmente avêsso ao negativismo de Sanches, que é, com Luiz Vives e Pedro de Valencia, uma das mais energicas e originaes affirmações do espirito critico do renascimento.

([1]) V. Menéndez y Pelayo, *De los origenes del criticismo y del scepticismo, y especialmente de los precursores españoles de Kant,* em *Ensayos de Critica Filosófica,* Madrid, 1892.

A mente nacional, assim educada na escolastica, naquella gymnastica verbalista, no jogueteio sem fim do syllogismo em todas as suas formas, na argucia subtil e na deducção livre, abrindo azas desdenhosas sobre o mundo da experiencia, tomando a philosophia não como interpretação do universo, mas como exercicio dialectico, como pedagogia, um pouco á maneira da velha sophistica de Athenas, a mente nacional inclinava-se naturalmente ao gongorismo de pensamento, escolastica litteraria e profana, a que sacrificaram espiritos dos melhores, ainda os menos affectos ao gongorismo da fórma.

Poucos povos terão guardado mais candida fidelidade á philosophia da Igreja. Além da exegése conimbricense e das muitas obras de puro thomismo impressas em Portugal e fóra delle, Barbosa Machado guardou noticia de copiosos manuscriptos sobre essa inesgotavel materia. Portugal teve, portanto, um lugar de relevo no combate da Reforma e da heresia, não só pela militante vigilancia do Santo Officio, pela catechese da Companhia de Jesus e pela sua influencia colonizadora, mas tambem com a sua campanha philosophica em prol da dogmatica de S. Thomaz e da Biblia, sobre cujos textos produziu tambem eruditos commentarios. Este aspecto combativo da philosophia conimbricense chamou para ella attenções forasteiras, como attestam as repetidas impressões dos textos em cidades estranhas: Salamanca, Madrid, Paris, Basilea, Liège, Bordeus, Alcalá de Henares, Lyão, Ussel, Tours, Veneza, Roma, Colonia, Aix, Amsterdam e Antuerpia [1].

Durante toda esta segunda epocha classica, encontraremos repetições da philosophia thomista, algumas para uso escolar, do P.e Balthazar Telles, de Fernando Cardoso,

---

[1] O opusculo de Joaquim de Araujo, *Cidades estrangeiras, onde teem sido impressos livros portuguezes*, Genova, s. d. (1910), é apenas uma exemplificação, sem plano.

de Fr. João de S. Thomaz, do P.e Francisco Soares, de Jeronymo de Paiva, do P.e Gregorio Barreto, de Antonio Carneiro, de Benedicto de Macedo, de Francisco Ribeiro, de Antonio da Annunciação occulto sob o pseudonymo de Manuel de Oliveira Pinto, de Bento da Victoria, cryptonimo sob que se disfarçou Victorino José da Costa; escriptos de moral de Frei Heitor Pinto e do P.e Domingos Nunes; um tratado polemico da immortalidade da alma, que Samuel da Silva imprimiu em Amsterdam, 1623, até chegar á traducção das obras de Bacon, annunciada por Jacob de Castro Sarmento em Londres, 1731, e á critica de Verney, que novas reacções do aristotelismo suscitou, mas que não deixou de vivificar o pensamento nacional com seu sôpro renovador [1].

*

O culteranismo, predominio da fórma sobre o fundo e morbida complicação rebuscada daquella, é outra corrente do gosto, contemporanea da litteratura que estudamos. Dum modo geral, caracteriza-se elle pelo exaggero de certos germens dissolventes, que já em si continha a esthetica classica e que modernos escriptores das litteraturas neo-classicas fizeram avultar excessivamente, erguendo-os de pequeno motivo ornamental a base essencial da construcção e seu fim. O gosto das antitheses, das amphybologias, dos jogos malabares de palavras, envolvendo e confundindo o pensamento nos seus torcicolos, as periphrases e metaphoras, as hyperboles audaciosas, o uso caprichoso das homonymias, as allitterações e os paradoxos, que em Hespanha e Portugal frequentemente se appellidam de *gongorismo* ou *culteranismo*

---

[1] O severo juizo, que expressamos, só se refere á obstinada sobrevivencia da forma medieval da escolastica; de modo nenhum implica desacatamento duma das mais poderosas creações do espirito humano, a qual presentemente renasce com novo vigor.

no verso, que correspondem ao *conceptualismo* ou *conceptismo* na prosa, não sem certo sentido pejorativo, toda essa moda não é creação exclusiva do poeta Luiz Argote y Gongora (1561-1627) ou do prosador D. Francisco de Quevedo y Villegas (1580-1645). Essa eiva dos estylos litterarios medrou em todos os paizes, onde houve renascimento da cultura helleno-romana. As manifestações locaes é que variaram com o genio peculiar das litteraturas, com o impulso individual do poeta que pontificou esse culteranismo como concepção da arte litteraria e ainda com as circumstancias.

Se em alguns casos foram independentes de Gongora, o culteranismo na fórma e o conceptismo no fundo nunca o foram do classicismo. Assim o prova o exame do complexo da historia de algumas litteraturas.

Na litteratura da Hungria, que se debateu entre influencias orientaes e germanicas, o humanismo italiano apenas attingiu no seculo XV ao pequeno cenaculo do principe Mathias Corwin, de Bade, benevolo Mecenas que reuniu a famosa bibliotheca Corwina, e á sociedade fundada por Conrado Celtes, *Sodalitas Litteraria Hungarorum*, porém só como incisão epidermica que não logrou attingir o amago da creação magyar. Até ao fim do seculo XVIII ella foi a litteratura mais autonomamente nacional e popular da Europa, antes da influencia da escola francesa. Alheia ao influxo normativo do renascimento italiano, foi-o tambem aos desvarios do culteranismo. [1]

Na Russia, a influencia occidental instilla-se através da Polonia latina e da Lithuania, no seculo XVII, mas a espessura da resistencia do immenso mundo moscovita é tal que nem a protecção dada ao latinismo pelo principe Constantino de Ostrog (m. em 1608), nem as divulgações da im-

---

[1] V. *Histoire de la Littérature Hongroise*, Paris - Budapest, 1910, 420 pags., por C. Horváth, H. Kardos e A. Endrödi, adaptada do hungaro por I. Kont, com um prefacio de Gaston Boissier.

prensa, nem a propaganda escolar dos padres da Companhia de Jesus conseguem transfundir no dormente urso branco o sangue vivo da lôba do Lacio. Em Ostrog e Kiev formaram-se centros de estudos latinos e os seus discipulos dispersaram-se a levar por partes diversas e remotas as novas idéas. Em vão. A sua acção limitou-se até Pedro I aos estudos theologicos. Lomonosov (1711-1765) será o retardatario Sá de Miranda da Russia.

Sem litteratura classica, a Russia não teve o seu derivado culteranismo. [1]

Na Allemanha, tendo a Reforma religiosa quebrado os vinculos que a prendiam ás nações do sul, que á sombra da Igreja catholica haviam formado lenta e seguramente a sua cultura, a elaboração litteraria teve de recomeçar com a reforma. E como as suas primeiras forças mentaes todas se concentraram na formação da theologia protestante, trabalho com que a escholastica enchêra a idade-média, a idealização litteraria, puramente desinteressada, retardou-se longamente, de dois seculos segundo o sr. Bossert. No seculo XVII, as academias litterarias allemãs, cuja primogenita foi a *Sociedade fructifera*, de 1617, attestam alguma infiltração italiana, que ainda mais se confirma com a chamada segunda escola da Silesia, em que Hofmannswaldau traduz Guarini e Theophili, imita Ovidio e Lohenstein, ensaia o genero tragico neo-classico e sobrecarrega o seu estylo de adornos rhetoricos. Depois todo o pastoralismo sentimental alli entrou por meio de traducções, *Diana*, *Astrée*, *Ariane*, *Clélie*, *Arcadia*, etc. Mas a evolução litteraria allemã, havendo quebrado o seu parallelismo com o das litteraturas romanicas, affastou-se tambem do rythmo dellas, não tendo por isso soffrido os desmandos

---

[1] V. K. Waliszewski, *La Littérature Russe*, Paris, 1900; Louis Léger, *La Littérature Russe*, Paris, 1905. E' tambem elucidativo o capitulo 1.º do livro celebre de E. M. de Vogüé, *Le Roman Russe*, Paris, 1882.

do culteranismo. As suas academias não foram de todo vãs, porque sociabilizaram um pouco a litteratura e versaram problemas linguisticos, ainda que com criterio inseguro muitas vezes. Como tambem se apoucaram em frivolidades, são ellas que marcam a morbidez menos na fórma culterana, que nenhum poeta superior cultivou, do que no fundo conceptuoso, sem nunca assumir as proporções magnas que vemos na Italia, Inglaterra, Hespanha, França, em Portugal e na America Hispanica ([1]).

As idéas modernas sobre esta materia não responsabilizam já a Gongora ou Marini da extrema divulgação do gosto culterano, mas sim á logica da propria evolução litteraria. Embryonariamente, havia já cultismo em Euripides, na escola rhetorica, em toda a decadencia byzantina, pelo que respeita á litteratura grega, e em Lucano e Seneca pelo que concerne á latina. Merece observar-se que sejam dois hispano-romanos os introductores da pompa castelhana na epocha imperial da viril litteratura do Lacio.

Na historia litteraria da Italia, o culteranismo tinha já em Petrarcha um antecessor illustre, que Serafino (1466-1500) e Tebaldeo (1456?-1637) imitaram, e modelos immediatos nos lyricos quinhentistas em Tasso (1544-1595) e Guarini (1538-1612). Um poeta erigiu essa peculiaridade em systema artistico, que plenamente se harmonizava á sua constituição mental, Giambattista Marini (1569-1625), com o seu *Adone*. Publicada em 1623, logo esta obra symbolizou o gosto, pelo relêvo expressivo que lhe deu. O que estava diluido e meio latente, elle o trouxe á vida intensa da objectividade, ainda que nada creasse.

O culteranismo chamou-se na Italia *marinismo* com justiça não maior que a que deu ao vasto mundo de Colombo e Cabral o nome de Americo Vespucio. Não confessou o

---

([1]) V. A. Bossert, *Histoire de la Litterature Allemande*, Paris, 1907, 3.ª edição.

proprio poeta que com materiaes velhos construia o seu estylo? Numa carta a um amigo declara que colleccionava numa especie de miscellanea tudo que de picante e maravilhoso achára nos poetas gregos, latinos, italianos e hespanhoes, ordenado por materias, elementos com que construiu o seu estylo, saudado como um thesouro por elle descoberto. ([1]). A intenção da sua poesia é ostentar grande riqueza de conceitos preciosos e surprehender pela maravilha e novidade:

> E' del poeta il fin la maraviglia:
> Parlo dell'eccellente e non del goffo;
> Chi non sa far stupir, vada alla striglia.

Neste paiz, o marinismo foi contemporaneo duma epocha litteraria de decadencia, frivola e convencional, em completo alheamento da vida e da sociedade ambiente, em que a palavra deixou de ser um signal representativo da idéa para valer isoladamente como sonoridade, quasi nota musical. Mas esse gosto teve seu papel, o de auxiliar o advento do reinado da musica e do canto, papel em que cooperaram os seus continuadores, Claudio Achillini (1574-1640), Girolano Preti (?-1626) e outros. ([2])

A causa proxima do cultismo em Hespanha parece haver sido a publicação posthuma, em 1611, das Obras de Luiz de Carrillo y Sotomayor (1583-1610), que militára na Italia onde conhecêra os triumphos do marinismo. Gongora teria conhecido essas poesias, nas quaes se accusam laivos

---

([1]) V. F. de Sanctis, *Storia della Letteratura Italiana*, 2.º vol.

([2]) Sobre o marinismo recommendam-se os seguintes estudos: M. Menghini, *La vita e le opere di G. B. Marino*, Roma, 1888; Corrado Corradino, *Il Secentismo e l'Adone*, Torino, 1880; F. Mango, *Le fonti dell Adone di G. B. Marino*, Torino-Palermo, 1891; G. F. Damiani, *Sopra la poesia del cav. Marino*, Torino, 1899; E. Canivari, *Lo stile del Marino nell Adone ossia analisi del Secentismo*, Pavia, 1901.

evidentes de cultismo, e duma dellas designadamente, *Soneto á paciencia da sua esperança ciumenta*, recebêra a primitiva suggestão do systema poetico que iria enthronizar. Merecia ser archivado o texto desse soneto, a que tão poderosa influencia se attribue, mas não o lográmos obter.

Carrillo y Sotomayor fez tambem uma defeza laudatória do marinismo no seu *Libro de la Erudición poetica ó lanças de las Musas contra los indoctos, desterrados del amparo de su deydad*, que Gongora teve em grande estima, e traduziu o moralista Seneca, mestre do estylo conceituoso.

A palavra que designou o processo litterario, *culteranismo*, deve-se a Bartolomé Jiménez Patón (1569-1640), grammatico e preceptista da parenetica, como declara Lope de Vega, seu amigo, num conhecido passo da sua *Epístola á Don Francisco de Herrera Maldonado*.

Como na Roma imperial fôra Cordova o berço do conceptismo, porque nella haviam nascido os dois Senecas e Lucano, assim na litteratura castelhana é essa cidade que dá á luz a Carrillo y Sotomayor, importador e panegyrista do marinismo, e a Gongora, epigone do gosto na peninsula.

As relações entre o gongorismo hespanhol e o marinismo italiano estão estudadas e as investigações da critica conduzem a algumas conclusões importantes. Os processos poeticos de Gongora e Marini eram diversos na phase da formação da personalidade litteraria deste e continuaram a sê-lo mais profundamente ainda depois da conversão de Gongora ao cultismo. Essa conversão operou-se com o *Panegirico al Duque de Lerma* e a ode *A la Fama de Larache*, de 1609 e 1610, independente da influencia de Marini, no momento em que a morte chamava a attenção para as obras de Carrillo y Sotomayor e quando se manifestavam as primeiras perturbações mentaes do mesmo Gongora.

As obras culminantes na formação do estylo cultista são a *Fabula de Polifemo y Galatéa* e as *Soledades*, de 1612 e 1613. O thema da primeira fôra versado em Italia por Marini

e Stigliani, mas o sr. L. P. Thomas, comparando o desenvolvimento do entrecho das três obras, opina que a hespanhola é independente das duas italianas e só terá sido influenciada por Ovidio e Carrillo y Sotomayor. O mesmo erudito, analysando o estylo das *Soledades* e o de *Adone*, declara crêr que os dois poetas seguiam correntes parallelas mas autonomas. E se alguma osmose tivesse havido, teria ella sido escassa, indirecta e antes do culteranismo hespanhol sobre o italiano que a inversa. O *Adone* é de 1623, portanto posterior ás principaes obras de Gongora. Gongora será assim, exceptuando a suggestão occasional de Carrillo, producto inteiramente local, determinado pela appropriação e pelo uso engenhoso dos materiaes carreados por varios poetas, como Juan de Mena, Ambrosio de Morales, Bernardo Aldrete, Luiz Carrillo e alguns propugnadores do gongorismo.

Alêm de propugnadores, o novo gosto teve tambem seus impugnadores. O seu triumpho não foi facil, teve de soffrer porfiadas polemicas. Contra elle investiram Pedro de Valencia, Martinez de Jauregui, Francisco de Quevedo y Villegas, Suárez de Figuerôa, o nosso Faria e Sousa, Lope de Vega e outros; por elle quebraram lanças Palas y Tovar, Angelo y Pulgar, Cascales, Salcedo Coronel e Espinosa Medrano, que do Perú se dirigiu em especial a Faria e Sousa [1].

---

[1] Sobre Gongora e o gongorismo, consultem-se as seguintes obras: R. Foulché-Delbosc, *Bibliographie de Gongora,* na *Revue Hispanique,* Paris, 1908, vol. 18.º; L.-P. Thomas, *Gongora et le Gongorisme considérés dans leurs rapports avec le marinisme,* Paris, 1911; mesmo actor, *Le lyrisme et la préciosité cultiste en Espagne, Première Partie,* Paris, 1909; mesmo auctor, *A' propos de la bibliographie de Gongora,* no *Bulletin Hispanique,* Bordeus, 1909; M. L. Guzmán, A. Reys e E. Diez-Canedo, *Contribuciones á la bibliografía de Gongora,* na *Revista de Filologia Española,* Madrid, 1916 e 1917, vols. 3.º e 4.º; E. Buceta, *Carrillo Sotomayor y Suárez Figuerôa,* na *Rev. de Fil. Esp.,* vol. 6.º, 1919; A. Reyes, *Cuestiones Gongorinas,* id., id.

Será tambem de formação local o cultismo francês ou preciosismo? Que elle muito pouco tem de Gongora e do culteranismo hispanico, demonstrou-o o sr. G. Lanson que, após analyses minuciosas, apenas encontrou vestigios minimos do poeta hespanhol no preciosismo: suggestão do titulo das *Solitudes* de Saint Amant e Théophile, algumas traducções de *letrillas* por Malherbe e Voiture, e uma imitação na ode *Léandre et Héro*, de Scarron [1]. O preciosismo francês, ao contrario do que succede na Italia e em Portugal, mas de accordo com o que se verifica em Hespanha, coincide com o esplendor litterario e procede de causas locaes, só appoiadas pelas influencias do sul. Elle foi alli a applicação do racionalismo e do espirito aristocratico de casta á lingua, a morigeração della por meio dos salões das preciosas, emquanto estas não fôram as preciosas ridiculas de Molière e Boileau. Decadencia do estylo houve-a alli parallela á degeneração desse mesmo preciosismo. Larroumet seccionou a historia do preciosismo francês em tres periodos: o de Madame de Rambouillet, o de Madame de Montausier, sua filha, e o de Mademoiselle Scudéry, que era já o declinio pleno. Ao gongorismo e ao marinismo oppõe-se o preciosismo com ser intensamente social e communicativo; aquelles eram obstinadamente individualistas, visavam á distincção pessoal dentre o anonymato collectivo do estylo commum.

Maior ainda foi a independencia do euphuismo inglês em relação no gongorismo hespanhol. A obra que estabeleceu o gosto foi o famoso romance de John Lyly (1553?-1606), *Euphues*, cuja primeira parte, *Euphues, the Anatomy of Wit*, appareceu em 1579 e a segunda, *Euphues and his England*, sahiu no anno seguinte. Então Marini contava dez annos

---

[1] V. *Études sur les rapports de la littérature française et la littérature espagnole au XVII.e siècle (1600-1660) : III Poètes français et poètes espagnols*: *Gongora*, na *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, vol. 3.º, Paris, 1896.

de idade e Gongora estudava em Salamanca com dezoito. Anteriormente haviam apparecido traducções inglesas do tratado de Antonio de Guevara (m. em 1545), *Marco Aurelio con el Reloj de Principes*, de 1529, obra em que muito se abusava da antithese artificiosa. Foram essas traducções a de John Bourchir, Lord Berners (1467-1533), publicada em 1534, sob o titulo de *The Golden Book of Marcus Aurelius*, e a de sir Thomas North (1535-1601), publicada em 1557 sob o titulo *The Diall of Princes*. A ellas se attribuiu alguma influencia na constituição do euphuismo, mas a critica inglesa moderna, nomeadamente Mr. Sydney Lee, considera exaggerado o papel que se imputa á vulgarização dessa obra castelhana e vê no euphuismo um gosto já generalizado e apenas interpretado de modo superior por Lyly.

O mesmo aspecto conserva o problema em Portugal. Por influencia dos classicos, immoderadamente imitados ainda nos seus defeitos, de Petrarcha e Tasso, o germen cultista apparece já no seculo XVI, em Camões que tanto usou do paradoxo e da antithese, e em Jorge Ferreira que complicou o estylo da sua *Euphrosina* até o tornar duma obscuridade quasi impenetravel; avulta em Rodrigues Lobo e alastra no seculo XVII, na prosa e no verso, como estylo e como processo mental, sob o estimulo de Gongora e das academias.

O poeta de *Polifemo* foi o Messias que trouxe o verbo novo por que os espiritos ansiavam. Muito imitado e paraphraseado, gozou de estima que só não venceu á de Camões. De suas obras se fizeram edições portuguesas em 1646, 1647 e 1667, assim como da theoria desse systema poetico, *Arte de ingenio, Tratado de la agudeza*, de Lourenço Gracian, em 1559. Mas ao contrario do que repetidas vezes tem sido affirmado, a alta litteratura, a que fizeram nomes responsaveis, tomou do culteranismo o *quantum satis* para formoso adorno, para renovação de estylo, para aprofundar dialecticamente os seus themas e para esmaltar o verso de imagens galantes e a prosa de tropos incisivos. A' monotonia da prosa

do seculo XVI, ainda uniforme de estructura e pauperrima de arte succede o reinado da prosa no seculo XVIII. Essa indigencia revela-se principalmente na divisão e ligação dos periodos, na escassez das conjuncções com que a fazem, quasi sempre a copulativa. O culteranismo trouxe á prosa variedade e riqueza, e á poesia o exaggero das caracteristicas que haviam feito a sua belleza esplendida no seculo XVI. Que seria da obra dum D. Francisco Manuel sem a agudeza e a flexibilidade da sua prosa? Por isso o lyrismo emmurcheceu nesta segunda epocha e a prosa esplendeu com brilho sem par. Francisco Rodrigues Lobo é o ultimo grande poeta e o primeiro grande prosador; D. Francisco Manuel é poeta secundario e prosador de excepção. E com o desenvolvimento chronologico da epocha mais essa divergencia se accentuará, até á reforma arcadica, que porá outra vez em honra as fórmas metricas.

*

O movimento academicista nasceu na Italia e a sua primeira origem foi a organização de centros culturaes nas côrtes de Mecenas varios, logo no seculo XV, de litteratura, historia, philosophia e bellas artes. Assim se formaram as academias pontaniana em Napoles, a platina e dos Vignaiuoli, em Roma, a platonica em Florença. A Academia della Crusca, fundada em 1582, em Florença, por Grazzini, foi a de mais larga influencia e teve por especial programma introduzir nos estudos philologicos o experimentalismo, pretendendo fixar os vocabulos e phrases da lingua litteraria e determinar o valor dos escriptores do primeiro periodo do humanismo, como modelos de estylo (1).

Outras de duração e influencia variavel deixaram de si memoria na historia litteraria italiana, como por exemplo a

---

(1) V. a nossa *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, 2.ª ed.

de Cimento, verdadeira academia de sciencias naturaes, a Cosentina, centro de especulações philosophicas, a Arcadia, fóco poderoso de pastoralismo, a dos Granelleschi, de Veneza, de ambiciosos fitos, como a de Crúsca, e a dos Trasformati, de Milão.

Nas Academias peninsulares, talvez ainda mais nas de Portugal, a actividade poetica e oratoria foi o preferido designio, mas sem exclusão de problemas de moral e de outras ordens variadas, algumas vezes perfeitamente futeis, com o que se volveram em viveiros de culteranistas militantes, cujas idéas criticas, superfetações hyper-subtis e estereis já summariamente referimos noutro lugar. Numerosas e activas, morrendo e renascendo como planta parasita, a um tempo debil e vitalissima, diffundiram-se em Lisboa, pela provincia e pelas colonias com tal tenacidade, que hoje, que de longe e em globo as vêmos, constituem uma peculiaridade intellectual do paiz, certo não valiosa. Mas se as enjeita ao formular a sua apreciação esthetica, o critico não póde desconhecê-las ao proceder ao prévio trabalho basilar da reconstituição historica; existiram, foram uma realidade de vulto. Foi sob a égide do academicismo que o pensamento litterario colonial, mórmente no Brasil, se formou, circumstancia que alli, a despeito da sua innegavel mediocridade, o torna credor de sympathias e benevolencias especiaes.

Estes gremios aguardam ainda seu chronista, algum espirito paciente de bibliophilo e de critico, que ouse affrontar simultaneamente a poeirenta podridão das bibliothecas e archivos, e os prejuizos limiarmente condemnatorios que sóem julgá-las. Todo o trabalho intellectual deve ser inventariado, porque o historiador das idéas busca reconstituir o desenvolvimento dellas, regular ou por obnubilações momentaneas retardado, e porque toda a actividade mental exerceu sua acção, immediata ou projectada no futuro. Sem querer ser esse chronista paciente, damos a seguir um quadro, forçosamente incompleto, do movimento academicista por-

tuguês, até pouco depois da fundação da Arcadia Lusitana, com summarias indicações sobre a sua actividade e as fontes para o seu estudo:

1628 — Lisboa — *Academia dos Singulares* — Fundada em 1628, segundo o testemunho duma oração presidencial da *Academia dos Generosos,* por nós publicada, (1) e a primeira das academias litterarias portuguesas, segundo declara D. Francisco Manuel de Mello no terceiro dos seus *Apologos Dialogaes.* Existem dois volumes de trabalhos seus, publicados em 1692 e 1698, sob o titulo de *Academia dos Singulares de Lisboa dedicados a Apollo*, que contém memorias, orações e theses das sessões realizadas entre 1663 e 1665. Estes trabalhos mereceram a honra de ser incluidos entre as fontes auctorizadas que se haviam de consultar para a elaboração do *Diccionario da Língua Portuguesa,* da Academia Real das Sciencias. Consulte-se J. S. Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos scientificos...* 1.º vol., pag. 157 e a nossa *Historia da Critica...*, pags. 37-39.

1647-1667 — 1685-1686 — 1717 — Lisboa — *Academia dos Generosos* — Fundada por iniciativa de D. Antonio Alvares da Cunha, trinchante-mór da côrte e depois guarda-mór da Torre do Tombo. Foi a mais importante do seculo XVII pela qualidade dos seus socios e pela regularidade relativa dos seus trabalhos. A sua existencia teve os três periodos principaes açima indicados. As producções dos seus aggremiados encontram-se dispersas nas obras impressas delles, dos quaes foi D. Francisco Manuel de Mello, que tambem a presidiu, e colligidas em

(1) V. Appendice 2.º á *Historia da Critica Litteraria em Portugal.*

codices ainda inéditos, que se guardam na Bibliotheca Nacional, na da Universidade de Coimbra e na dos srs. Condes de Tarouca. O sr. Edgar Prestage reconstituiu um escorço historico desta corporação em *D. Francisco Manuel de Mello*, Coimbra, 1914, pags. 300-327. Alêm de theses litterarias, discutia tambem questões de mathematica e philosophia. Consulte-se tambem J. S. Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos...*, 1.º vol., pags. 154-157.

1664 — Santarem. — *Academia dos Solitarios.* — Não existem noticias apreciaveis della.

1691- ? — Lisboa — *Academia dos Unicos* — Os seus trabalhos chegaram a estar promptos para impressão, compilados, censurados e auctorizados. Foram seus presidentes o Doutor Theodosio de Contreiras da Silva e o beneficiado Francisco Leitão Ferreira, entre outros. V. *Boletim Bibliographico da Academia das Sciencias de Lisboa*, 2.ª Serie, vol. 1.º, Lisboa, 1911-1916, pags. 360-363, nota do sr. Alvaro Neves.

1696 — Lisboa. — *Academia das Conferencias eruditas.* — Funccionava na livraria do Conde da Ericeira e discutia questões moraes e de sciencias physicas, segundo Bluteau, que a considera succedanea da dos *Generosos*. Cons.: J. S. Ribeiro, *Historia...*, 1.º vol., pags. 158-159.

? (fins do seculo XVII) — Porto — *Academia Instantanea.* — Fundada por D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, em cuja casa se reunia. O seu titulo provinha duma disposição estatutaria, que exigia que todos os trabalhos fossem improvisados.

1714 — Lisboa — *Academia dos Anonymos* — Foi seu presidente o famoso erudito José de Sousa, cégo de nascença, conhecido pelo pseudonymo de *Theologo eterno.* Legou-nos dois volumes de *Progressos Academicos*

dos Anonymos, Lisboa, 1718. O sr. Th. Braga considera-a como uma sobrevivencia da das *Conferencias Discretas*. Cons.: Cavalheiro de Oliveira, *Mémoires du Portugal*, 2.º vol., pag. 373 e sr. Th. Braga, *A Arcadia Lusitana*, Porto, 1899, pag. 29-33.

1715-1716 — Lisboa — *Academia do Nuncio* — Fundada por Monsenhor Firrão, nuncio apostolico em Lisboa, em cujo palacio reuniu. Della fez parte o Conde da Ericeira, fautor devoto do associacionismo litterario.

1716 — Lisboa — *Academia dos Illustrados* — Sabe-se que esta corporação realizou no principio deste anno um certamen de applauso pela creacão do Patriarchado de Lisboa e que os seus membros fôram posteriormente encorporados na *Academia Portuguesa*.

1717 — Lisboa — *Academia Portuguesa* — Corporação formada pelos amigos que o Conde da Ericeira reunia na sua livraria, mais tarde transformada na *Academia Real de Historia Portuguesa*.

1720 — Lisboa — *Academia Real de Historia Portuguesa* — Creada por D. João V. Foi a mais importante das academias litterarias anteriores á *Academia Real das Sciencias*. Legou-nos 15 volumes de valiosos trabalhos, *Collecção dos Documentos e memorias da Academia*... 1721-1736, e promoveu obras como a *Historia genealogica da Casa de Bragança*, de D. Antonio Caetano de Sousa, o *Vocabulario Português*, de D. Raphael Bluteau, a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, as *Memorias para a Historia del-rei D. João I*, de José Soares da Silva, etc. Aos seus esforços se deve a fundação dos estudos bibliographicos em fórma systematica, que até então se reduziam a um projecto de D. Francisco Manuel de Mello e a materiaes reunidos por João Soares de Brito, João Franco Barreto e P.e Francisco da Cruz; a renovação dos estudos historicos, principalmente ecclesiasticos, com critica

de fontes e aproveitamento da archeologia e epigraphia, como subsidios. Della nos occuparemos em capitulo especial. Cons.: Manuel Telles da Silva, Marquez de Alegrete, *Historia da Academia Real de Historia Portuguesa*, Lisboa, 1727; L. A. Rebello da Silva, *A Arcadia Portuguesa*, nos *Annaes de Sciencias e Letras*, Lisboa, 1862, e em volume independente em 1909, serie *Estudos Criticos* do mesmo auctor; J. S. Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, 1.º vol., pags. 169-172; sr. Th. Braga, *A Arcadia Lusitana*, pags. 37-43.

1721 — Santarem — *Academia dos Laureados* — Dá della breve noticia Fr. Claudio da Conceição no seu *Gabinete Historico*, vol. 7.º, pag. 107.

1721 — Guimarães — *Academia dos Problematicos* — Teve por presidente a Thadeu Luiz Antonio Lopes de Carvalho da Fonseca e Camões. Parece ter-se chamado tambem dos *Vimaranenses*.

1721 — Setubal — *Academia Problematica* — Os seus trabalhos ficaram manuscriptos e ainda em 1829, segundo J. S. Ribeiro, existiam em poder de Vicente Thimoteo Parella. Teve o seu chronista em Gregorio de Freitas, mas a obra é hoje descónhecida.

1721 — Aveiro — *Academia dos Aquilinos* — Não se conhecem noticias della.

1724 (?) - 1734 (?) — Lisboa — *Academia dos Applicados* — Della existe a seguinte producção impressa: *Obsequio funebre, dedicado á saudosa memoria do Rev.mo P.e D. Raphael Bluteau, clerigo secular, pela Academia dos Applicados*, Lisboa, 1734. No *Panorama*, vol. 8.º, pag. 143, acham-se noticias da sua actividade, e em Th. Braga, *Arcadia Lusitana*, pag. 54, nomes de alguns socios.

1724-1725 — Bahia — *Academia Brasilica dos Esquecidos* — Fundada pelo vice-rei, Conde de Sabugosa. Realizou

18 sessões. Os trabalhos desta academia estavam comprehendidos no codice 366 da Bibliotheca de Alcobaça e existem hoje por copia no Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Legou obras de historia americana, ainda hoje inéditas: Cons. sr. Max Fleiuss, *Paginas Brasileiras*, Rio de Janeiro, 1919, pag. 384-389, artigo sobre *As principaes associações litterarias e scientificas do Brasil.*

1731 — Torre do Moncorvo — *Academia dos Unidos* — O sr. Th. Braga, na *Arcadia Lusitana,* pags. 36-37, dá os nomes de alguns socios desta corporação.

1735 — Lisboa — *Academia Latina e Portuguesa* — Ministra informes sobre este gremio D. Thomaz Caetano de Bem, nas *Memorias Historicas Chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares,* Lisboa, 1792, vol. 1.º, pags. 464.

1736-1740 — Rio de Janeiro — *Academia dos Felizes* — Fundou-a o Dr. Matheus Saraiva. Foi precaria a sua existencia. Na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro existe o manuscripto duma *Oração Academica Panegyrica,* de Matheus Saraiva, unico trabalho desta associação, de que temos noticia. V. M. Fleiuss, *Paginas Brasileiras,* pags. 389-391.

1745-1755 — Lisboa — *Academia dos Occultos* — Costumam-na identificar com a dos *Anonymos.* Os seus trabalhos conservam-se na livraria dos srs. Condes de Tarouca. Foi fundada por Manuel Telles da Silva, Marquez de Alegrete.

1747-1767 — Coimbra — *Academia Liturgica Pontificia* — Era menos uma sociedade litteraria do que um centro de estudos escolares de historia religiosa. Fundou-a Benedicto XIV, á imagem da *Academia dos Sagrados Ritos e de Historia Ecclesiastica,* que o mesmo pontifice installara no Quirinal. Funccionou no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e recebeu protecção des-

velada do pontifice e do bispo D. Miguel da Annunciação. Posto que só em 1758 inaugurasse os seus trabalhos de academia, legou uma collecção valiosa, que figura com relevo na nossa bibliographia historica, de que daremos resenha particularizada em capitulo proprio. No conflicto entre a corôa de Portugal e a curia romana, durante a administração de Pombal, foi a Academia envolvida e porque a bulla papal da sua creação não fôra confirmada por beneplacito regio, foi ella extincta, a pedido do procurador da corôa. Consulte-se J. S. Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos...*, 1.° vol., pags. 259-266.

1748 — Porto — *Academia Cirurgica Prototypo-Lusitanica Portuense* — Fundada sob os auspicios de D. João V com o fim de contender sobre questões de cirurgia e dar assistencia clinica aos pobres. Consulte-se J. S. Ribeiro, *Historia...*, 1.° vol., pags. 174-177.

1755 — Rio de Janeiro — *Academia dos Selectos* — A principal recordação que de si deixou esta associação foi a homenagem prestada ao mestre de campo general Gomes Freire de Andrade, encarregado da delimitação das fronteiras do sul do Brasil, em cumprimento do tratado luso-hespanhol de 1750. Os trabalhos exhibidos nesse certamen panegyrico constituiram o volume *Jubilos da America na gloriosa exaltação e promoção do Ill.mo e Ex.mo Snr. Gomes Freire de Andrade. Collecção das Obras da Academia dos Selectos*, Lisboa, 1754. José Silvestre Ribeiro fixa em 1752 a data da sua creação. Consulte-se Ribeiro, *Historia...*, 1.° vol., pag. 166 e sr. Max Fleiuss, *Paginas Brasileiras*, pags. 391-397.

1756 — Lisboa — *Academia Marianna* — Foi presidida por Frei Manuel do Cenaculo e tinha por alvo o render culto á Virgem Maria. Não se desinteressou todavia das

bellas letras. Ha noticias della em *Oração que disse o M. R. P. M. Doutor Frei Manuel do Cenaculo, dada á luz por Fr. Vicente Salgado*, Lisboa, 1758.

1759-1760 — Bahia — *Academia Brasilica dos Renascidos* — Foi fundada por José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, emissario especial de Carvalho e Mello e depois sua victima. Propunha-se escrever a «historia universal da nossa America», cujo plano chegou a fixar pormenorizadamente. Terminou com a prisão do seu fundador por suspeito de adepto dos franceses. A' sua influencia se devem varias obras posteriormente impressas, como a *Historia Militar do Brasil*, pelo tenente coronel D. José de Mirales, só em 1900 publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, o *Culto Metrico*, de José Pires de Carvalho e Albuquerque, Lisboa, 1760. Existem manuscriptos desta Academia em poder do Dr. A. Lamego, erudito bibliophilo brasileiro. A vastidão dos trabalhos e largueza de vistas deste gremio são verdadeiramente apreciaveis. Consulte-se: Conego Fernandes Pinheiro, artigo na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 32.º, parte 2.ª, pags. 61-70, Rio, 1869; sr. Max Fleiuss, *Paginas brasileiras*, pags. 397-428; e codice 630 da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

A muitas outras academias se encontram referencias, mas muito vagas por emquanto, para dellas se dar alguma noticia. Dessas mal conhecidas são as dos *Fleugmaticos, Infecundos, Palestra Litteraria, Particulares Insignes, Engenhosos Bracharenses* ou simplesmente *Bracharenses, Scalabitana, Tyroens Bracharenses, Obsequiosos e Medico-Portopolitana.*

Na segunda metade do seculo XVIII o movimento academicista continua no reino e no Brasil, sob a dupla fórma de corporações litterarias do typo arcadico, isto é, com

vista a restaurar o gosto classico fóra das deturpações gongoricas, e de corporações scientificas de applicação pratica. A ellas não alludiremos particularmente por transcenderem os limites chronologicos deste livro.

As academias, que acima enumeramos, pertencem a dois typos: puramente litterario e especialmente historico. Das do primeiro são principaes a Academia dos Singulares e a Academia dos Generosos; das do segundo a Academia Real da Historia e a Academia Pontificia. As primeiras tornaram-se fócos de culteranismo estylistico e mental e, justo é reconhecê-lo, centros de cultura litteraria. Quando o genio creador desertára, acossado por uma especie de potenciação da mediocridade, não havia outro meio de manter o gosto litterario e a cultura intellectual senão o do convivio, da emulação e do mundanismo.

Não servindo ideaes elevados, que lhes emprestassem força e resistencia, vivendo do capricho da invenção engenhosa e obscura, a fadiga e o esgotamento promptos vinham, e a actividade academica amortecia-se. A funcção social encontraram-na os academicos no panegyrico e nas celebrações adulatórias e ainda no compartilhar de certas festividades publicas e religiosas. A's primeiras davam o attractivo da publicidade, que sempre foi das coisas mais appetecidas dos homens; ás ultimas o tempero superior da prosa e do verso. Uma liturgia adequada dava conservantismo defensivo a essas corporações, que renasciam das proprias cinzas, com uma caducidade e vitalidade que rivalizavam. Os titulos engenhosamente rebuscados, as justificações com que os abonavam, os nomes com que se encobriam os academicos, as divisas em que cifravam seus programmas — eram signaes de culteranismo tão evidentes como a propria actividade litteraria, em que sobram o engenhoso, o raro e o obscuro.

Reconstituir a genealogia dessas academias, de modo a salientar a sua interdependencia chronologica e a manu-

tenção da continuidade de planos por alguns socios communs; inventariar os seus trabalhos publicados e inéditos; enumerar os socios que nellas militaram — tal é a tarefa, não pequena, nem ingloria que impende a quem quizer ser o historiador justo deste movimento. O culteranismo destas academias foi muitas e muitas vezes pueril e sempre partiu dum ponto de vista errado, quanto á noção dos valores litterarios que implicava e quanto á confiança illimitada no esforço collectivo em materia de elaboração litteraria, que demonstrava, mas ha que reconhecer sem prejuizos que esses gremios fôram depositarios de certa cultura litteraria, morbida e frouxa embora. Foi esse movimento corporativo que permittiu a existencia de corporações historicas, como a Academia Real de Historia, de 1720, e a Liturgica, de Coimbra, por seus trabalhos e methodos inseparaveis da evolução da nossa historiographia, do nosso humanismo, da nossa bibliographia systematica e até da arte typographica. Em protesto, das academias cultistas derivou a Arcadia Lusitana, que produziu um renascimento classico e contribuiu para a entrada do francezismo. Como synthese das suas virtudes e modalidades, dellas procedeu a Academia Real das Sciencias, ha seculo e meio um dos orgãos ponderadores e fomentadores da nossa vida mental. O nacionalismo brasileiro nasceu envolto nas faixas do academicismo, já o lembrámos. [1] A ephemera Academia Brasilica dos Renascidos corresponde na historia intellectual do Brasil á Academia Real de Historia, da metropole; e a Academia Scientifica do Rio de Janeiro, erigida em 1769, sob os auspicios do vice-rei Marquez do Lavradio, abrangia um ambito de trabalhos tão vasto—historia natural, physica, chimica, cirurgia, medicina, pharmacia, agricultura e quanto fosse de pratica applicação — que pode dizer-se precedeu a Academia Real das Sciencias.

---

[1] V. *Discurso de posse no Instituto Historico e Geographico*, reproduzido na 3.ª serie dos *Estudos de Litteratura*, Lisboa, 1921.

Mas a acção deleteria destes gremios só se exerceu sobre espiritos mediocres ou secundarios; os grandes escriptores ou lhe foram completamente estranhos ou, nelles cooperando, souberam distinguir esse sacrificio á moda e á sociabilidade intellectual da sua creação propria. A par dessa esterilidade, encontramos escriptores duma soberana autonomia de espirito, que até lograram curvar os vicios do gongorismo em processos de embellezamento. Dos maiores foi por certo o P.e Antonio Vieira. E se nos lembrarmos de que o genio litterario se expressou com fecundidade e belleza durante esta epocha em três linguas, a portuguesa, a castelhana e a latina, reconheceremos que ella não é de modo nenhum uma edade de decadencia.

II

A provar a riqueza e variedade desta litteratura estão as indecisões que nos tolhem ao escolher os monumentos para a nossa analyse critica. Esse problema, ponto de partida do methodo da critica, põe-se aqui em toda a sua gravidade. A abundancia dos monumentos e a frequente contradicção que ha entre o consenso coetaneo dos escriptores e o ulterior destino de suas obras, principalmente nos capitulos da poesia e da erudição, levantam ao estudioso grandes perplexidades. O genio lyrico parece ser peculiar dos portugueses e a abundancia bibliographica desta epocha leva a crêr tambem no genio livresco.

Quanto ao juizo dos contemporaneos, ha algumas fontes que no-lo revelam. Elle é muitas vezes opposto ao moderno, prezou escriptores depois inteiramente absorvidos pelo esquecimento ou olvidou outros que a posteridade coroou; e a poetas principalmente se referiu. Mas assim mesmos, taes testemunhos são bemvindos para a organização do quadro da epocha, cujas contingencias podem ser attenuadas de

modo apreciavel por constantes revisões, segundo os dados da analyse. Partindo desses escriptos, que já chamámos de *critica poetica*, conheceremos as lacunas, os illogismos e as superabundancias, e voltaremos a emprehender o trabalho de selecção para preencher lapsos de sequencia ou para mais o limitar, dispensando os monumentos superfluos que nada trouxeram á evolução geral.

Esses escriptos de critica poetica, que auxiliam a primeira operação da escolha dos nomes a considerar, são os seguintes:

Laurel de Apollo, de Lope de Vega, Madrid, 1630;

Elogio de Poetas Lusitanos, de Jacintho Cordeiro, Lisboa, 1631;

Lauri Parnasseae, de Antonio Figueira Durão, Lisboa, 1635;

Hospital das Letras, de D. Francisco Manuel de Mello, já composto em 1657, mas só publicado em 1721;

Enthusiasmus Poeticus, do P.e Antonio dos Reis, Lisboa, 1748.

O Laurel de Apollo é a descripção duma festa no monte Helicona, em 29 de abril de 1628, segundo declara o poeta na dedicatoria da obra ao almirante Enriquez de Cabrera. Nelle se faz a apologia de trezentos e cincoenta engenhos de varios tempos e paizes, predominando os poetas castelhanos e portugueses [1]. E' na *Silva Tercera* que Lope de Vega enumera e louva os poetas lusitanos, de que nomeia os seguintes: D. Rodrigo da Cunha, Fr. Francisco de Macedo,

---

[1] No conjuncto da obra prodigiosa de Lope de Vega, o *Laurel de Apollo* é um escripto menor, cujo principal valor é o de revelar algumas opiniões e gostos do poeta, ainda bastante velados pelo encomio. Sobre elle, vejam-se Caytano Alberto de la Barrera, *Nueva biografia de Lope de Vega*, vol. 1.º das *Obras dramaticas de Lope de Vega*, Madrid, 1890; e srs. Hugo A. Rennert e Americo Castro, *Vida de Lope de Vega (1562-1635)*, Madrid, 1919, pags. 322-328, obra fundamental.

Sá de Miranda, Camões, Côrte Real, Nuno de Mendonça, Rodrigues Lobo, Jorge de Montemór, Antonio Lopes, Dr. Miguel da Silveira, Faria e Sousa, Vicente Nogueira, Bernarda Ferreira de Lacerda e Manuel de Gallegos. Eliminando Camões, Sá de Miranda e Côrte Real, porque floresceram na primeira epocha classica, e não considerando a Jorge de Montemór, Nuno de Mendonça, Antonio Lopes, Dr. Miguel da Silveira, D. Rodrigo da Cunha, Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo e Vicente Nogueira, porque poetaram em castelhano ou latim, pouco ou nada lhes tendo sobrevivido em metro português, resulta que Lope de Vega só apontou quatro escriptores, que devamos encorporar no nosso estudo: Rodrigues Lobo, Bernarda Ferreira de Lacerda, Faria e Sousa e Manoel de Gallegos, todos bilingües e já bem conhecidos da erudição, independentemente do registo dos seus contemporaneos. O poeta hespanhol foi muito parco na sua enumeração porque

> ... los muchos convocados
> Dal uno y otro Esperico Orizonte,
> Serian para huespedes de un Monte,
> Multitud insufrible...

Assim pensando, logo no anno seguinte Jacintho Cordeiro sahiu a publico com o seu *Elogio de Poetas Lusitanos,* [1] em que longamente aponta e encomia os poetas portugueses, que Lope deixára no olvido. E' um poemeto de sessenta

---

[1] E' rarissima a obrinha de Cordeiro, cujo titulo completo é o seguinte: *Elogio de Poetas Lusitanos. Al Fenix de España Fr. Lope Felix de Vega Carpio en Laurel de Apollo, por el Alferez Jacinto Cordero, con una carta en respuesta al Autor, del mismo Fenix de España, dirigido á la Señora D. Cecilia de Meneses, año de 1631. En Lisboa con todas las licencias necesarias, por Jorge Rodriguez.* Possuiu um exemplar Garcia Peres, que prestou o bom serviço de reproduzir-lhe o texto poetico no seu *Catálogo Razonado,* pag. 124-137.

e uma estancias, em oitava rima, cada uma das quaes geralmente perfila seu poeta. Não tendo a variedade metrica do *Laurel de Apollo* nem a inspiração de alguns episodios deste, nem a sua emphase hyperbolica e cultista, é poeticamente inferior, mas como obra de informação mais clara e elucidativa:

> No quisiera cansarme, ni cansarte
> Com quexas que nacieron de tu olvido,
> Ingenios tiene Luso á quien el arte
> Postra veneración, deve sentido:
> Que pueden del laurel pedir su parte
> Sin juzgarle á ninguno de atrevido,
> Muchos hay á que Apolo se le diera,
> Si dexando á Helicona el Tajo viera.
>
> Honrar la patria en mi no es desatino,
> Que es ley, y obligación, y esta lo es mia;
> . . . .

A armação da obrinha de Cordeiro não assenta sobre nenhuma allegoria; é uma simples enumeração, em que cada nome é acompanhado dum rapido panegyrico. Não se limitou, porêm, a proclamar os meritos dos poetas, aponta tambem os de escriptores de generos muito variados, produzindo assim uma especie de quadro da cultura litteraria portuguesa da epocha. São os seguintes os auctores por elle apontados e nesta mesma ordem:

Gabriel Pereira de Castro (1571-1632), poeta heroico que consideraremos no respectivo capitulo;

Antonio Gomes de Oliveira (?-?), que escreveu em castelhano as suas principaes obras poeticas e em português poesias sobre a acclamação de D. João IV, só merecendo ser citado como camoneanista;

D. Gonçalo Coutinho (?-1634), o amigo de Camões e biographo de Sá de Miranda, que continuou o *Palmeirim;*

D. Francisco Child Rolim de Moura, auctor dos *Novissimos do Homem*, tambem exegéta camoneano;
D. Francisco de Portugal (1585-1632), poeta bilingüe, que se não deve confundir com o homonymo auctor das *Sentenças;*
D. João de Almeida, de que só ha noticias muito vagas, biographicas e litterarias;
Vasco Mousinho de Quevedo Castello Branco, auctor do *Affonso Africano;*
Duarte Silva (?-?), poeta de Coimbra homonymo do orientalista;
Dr. Antonio Raposo (?-1674), castelhanizante;
D. Francisco Manuel de Mello (1608-1666), cuja polygraphia é estudada em varios capitulos deste livro;
Luiz de Povoas, de quem não possuimos outra noticia se não o louvor da naturalidade do seu estylo por Cordeiro;
Francisco Nunes de Avila, poeta menor em latim e em português;
D. Jeronymo de Athayde (?-1669), 6.º conde da Castanheira e alto funccionario de Filippe IV, de quem se não conhecem obras poeticas;
Manuel de Gouveia, que suppômos ser o traductor duma biographia italiana de S. Francisco Xavier;
João Rodrigues de Vasconcellos, que não identificámos;
D. Thomaz de Noronha, poeta satyrico que estudamos;
D. Luiz de Noronha, que não sabemos quem seja litterariamente;
D. Agostinho Manuel de Vasconcellos (1584-1641), castelhanizante;
Gregorio de Alcaçova, de quem se não conhecem obras impressas;
Christovam Soares de Abreu (?-1684), desembargador e vereador em Lisboa, de quem só se conhece o discurso de recepção do rei D. Affonso VI e da rainha D. Maria Francisca, em 1666;

Antonio Fernandes, que «á Terencio Español quitó la pluma» e é difficil de identificar, porque houve varios homonymos coevos que não poetaram;

Paulo Gonçalves, talvez o castelhanizante Paulo Gonçalves de Andrade;

Francisco de Sá de Menezes (?-1664), o conhecido auctor da *Malaca conquistada;*

Sebastião Cesar, que será Sebastião Cesar de Menezes, bibliophilo e latinista;

Antonio Alvares, que presumimos seja o poeta castelhanizante Antonio Alvares Ferreira;

D. Antonio de Menezes (?-1626), a quem Gallegos dedicou a sua *Gigantomachia* e cujas poesias ainda se conservam inéditas;

Jacintho Freire de Andrade (1597-1657), o biographo de D. João de Castro, que tambem figura na *Phenix Renascida;*

Antonio Vaz Castolo, que não podemos identificar;

Manuel de Sousa Coutinho (1555-1632), o famoso historiographo dominicano;

Luiz de Mello, advogado e auctor de algumas poesias, entre ellas o soneto em louvor da *Gigantomachia* de Gallegos;

Doutor Luiz Pereira (1512-1649), irmão do auctor da *Ullysea*, a qual se publicou por diligencias suas, embaixador de D. João IV e autor das *Saudades de Lizardo*, em castelhano e ainda inéditas;

João de Araujo, provavelmente João Salgado de Araujo, que escreveu varias obras politicas, em português e castelhano, principalmente de defeza dos direitos de D. João IV;

Soror Violante do Céo (1601-1693), a bem conhecida poetiza bilingüe;

Fernão Corrêa de Lacerda, auctor do poema heroico *Imperio Lusitano* e dum romance em castelhano que figura na *Phenix Renascida;*

Luiz Mendes de Abreu, que os bibliographos não nomeiam;

Frei Bernardo de Brito (1569-1617), o iniciador da historiographia alcobacense;

Pedro Mariz (?-1615), o bibliographo de Camões;

Diogo Paiva de Andrada (1576-1669), moralista e critico de Bernardo de Brito;

Manuel Soares de Albergaria, que poetou em latim e escreveu em português uma *Canção á brevidade da vida;*

Um Doutor Pereira, que poderá ser o bacharel Simão Cardoso Pereira, morto em 1690, de quem ha peças castelhanas nos trabalhos da Academia dos Singulares e na *Phenix Renascida;*

Fernão Rodrigues Lobo Soropita, lyrico e satyrico apreciado nesta obra;

Fr. Francisco da Silva, prégador carmelita;

Fr. João de Ceuta (1578-1633), prégador;

Fr. Francisco Travassos, poeta mal conhecido;

Antonio Silva, a quem se attribuem a *Nise Lastimosa* e a *Nise Laureada;*

Daniel Aranil, que não vimos mencionado pelos bibliographos;

Luiz de Tovar, auctor do poema castelhano *Poema Mistico del glorioso Santo Antonio de Padua;*

Antonio Sanches, que não identificamos;

Antonio Lobo, talvez o frade trinitario auctor de alguns *lunarios*, morto em 1654;

Fernando Maciel e Melchior Vaz, não mencionados pelos bibliographos;

Francisco Gomes Telles, que lembra o prégador jesuita P.^e^ Francisco Gomes;

Bernardo Rodrigues, que não será o auctor dos *Annaes de Arzilla*, que nasceu em Arzilla no anno de 1500 e em Africa sempre viveu estranho á vida litteraria da metrópole;

Miguel Botelho de Carvalho (1595 — ?) que esteve na India com D. Francisco da Gama e em Paris com o 1.º Marquez de Niza, castelhanizante;
Alvaro Gonçalves, cujas obras se perderam;
Manuel de Vasconcellos, sobre o qual nada apurámos;
Manuel da Veiga Tagarro, auctor da *Laura de Anfriso;*
Manuel Quintano de Vasconcellos, poeta e prosador, auctor da *Paciencia Constante* e dos *Versos em estylo pastoril;*
Manuel Soares, que em latim escreveu de materia religiosa;
Eloy de Sá Souto Maiór, o novellista das *Ribeiras do Mondego;*
Tristão de Vaz, desconhecido;
Diogo Gomes de Figueiredo (? — 1685), cujas obras poeticas ficaram pela maiór parte inéditas;
Pedro de Noronha, identificavel com o poeta Pedro Noronha de Andrade;
Diogo Lopes de Leão, que estudou em Salamanca e poetou em castelhano;
«los dos Quintales» que trazem á lembrança o poeta Henrique Quental Vieira, da Academia dos Singulares e castelhanizante, e o P.e Bartholomeu do Quental, introductor da Ordem de S. Filippe Nery e prosador mystico;
Jeronymo Corrêa (?-1660), ourives e auctor de varias obras mysticas;
Pedro da Costa Perestrello, auctor da *Batalha Ausonia,* que á vista dos *Lusiadas,* em 1572, teria destruido um seu poema épico sobre o mesmo motivo, o qual nos parece muito remoto para ser nomeado por Jacintho Cordeiro;
Alexandre de Figueirôa, (?-1665), secretario da rainha D. Luiza de Gusmão, poeta latinizante da Academia dos Singulares;
Antonio Soares, que poderá ser Antonio Soares de Alarcão, partidario de Filippe IV e auctor de varias obras em lingua castelhana;
e Francisco de Faria, que póde ser Francisco de Faria Corrêa, auctor de algumas poesias dispersas.

E Jacintho Cordeiro termina por a si mesmo se nomear, como Lope de Vega fizéra no seu *Laurel de Apollo:*

Aqui nombrarme, Fénix, considero
Que fueran de mi ingenio presunciones,
Vos pudierais poneros el primero
Por quitar del laurel oposiciones:
Entre tantos leones, soy cordero,
Y no tengo lugar entre leones,
Ni nombre quiero, ni lugar admito,
Ellos escriben bien, yo mal he escrito.

Esta modestia gongorica merece ser comparada aos sentimentos com que se nomeia o mesmo Lope de Vega no seu *Laurel:*

Mas ya Lope de Vega humilde llega,
Que aunque de su fortuna
Fúe tu ribera su primera cuna
Le dieron las Montañas otra Vega:
En tanto pues que el esquadron navega
De tantos pretendientes
Elige quatro, que con dignas frentes
Merezcan el Laurel que se propone;
Si alguno se ha quedado por oculto,
Mi ignorancia perdone,
O escriba, y salga a luz, que mejor suena
En propias obras la alabança agena.

(Pag. 77 da ed. de 1630).

Como são muito vagos os dizeres de Jacintho Cordeiro, é difficil identificar os auctores que elle encomia, trabalho em que ha que ter presente que o registo daquelles nomes foi sempre motivado pela auctoria de quaesquer composições poeticas. A caracterização que o panegyrista patriota faz dos seus confrades não tem o valor da que dos seus naturaes faz Lope no *Laurel,* mas nem por isso a obrinha deixa

de ser uma utilissima fonte para a historia litteraria da epocha. Não seria tarefa facil para Cordeiro caracterizar a particular maneira litteraria dos poetas, porque a maioria delles carecia de individualidade artistica. E' uma lista metrificada este *Elogio*; quasi desse modo o classificou Cordeiro quando fallou dos muitos engenhos «que merecen la gloria desta lista». Alêm das suggestões do seu convivio, Cordeiro ter-se-hia soccorrido de collectaneas contemporaneas do typo do *Certamen ao Conde de Linhares*. Isto explica que nomeie auctor de poesias unicas incluidas nessas compilações.

E' uma obra congenere o poema *Lauri Parnasseae* de Antonio Figueira Durão (?-1642), incluido nas suas *Opera Omnia*, de 1635. O poema é redigido em latim e compõe-se de peças varias, entre ellas algumas eclogas que se grupam em cantos ou *rami*, e entre si se ligam por tenue fio dramatico pastoril. O *Ramus II* contem louvores a numerosos poetas portugueses e estrangeiros, alguns delles já então mortos, a saber:

Manuel de Gallegos, D. Luiz de Noronha, Gabriel Pereira de Castro, Diogo Paiva de Andrade, Rodrigues Lobo, Bernarda Ferreira de Lacerda e P.e Gaspar Pinto Corrêa, latinista morto em 1664;

Francisco Faria, «alter Martialis», que não póde ser o bispo de Martyria;

Violante do Céo;

P.e Antonio Fernandes e Barros, polyglota morto em 1680, que não deixou obras impressas;

Dr. Antonio Barbosa Bacellar (1610-1663), poeta e historiador das coisas do Brasil;

Manuel Espinosa, cujas obras latinas se não imprimiram;

Manuel João Taborda;

Serrão de Castro, satyrico bem conhecido;

Antonio Gomes de Oliveira, que tambem figura no elencho de Cordeiro;

Paulo Gonçalves de Andrade, autor das *Varias Poesias*, impressas em 1629 e 1653;
Eduardo Silva:
Alexandre de Figueirôa, já registado por Cordeiro;
Nicolau de Magalhães e Menezes,
João Gomes Cabral,
e Gaspar Pereira do Lago.

Tem mais organica estructura o *Hospital das Letras*, de D. Francisco Manuel de Mello, e pelo seu aspecto dissertivo e conceituoso é verdadeiramente obra de critica, onde se expõem algumas idéas geraes, e sob a pittoresca forma de diagnostico de enfermidades se apontam defeitos e bellezas dos escriptores. Esta revista litteraria abrange os generos mais variados e auctores de nacionalidades diversas.

Colleccionando os nomes de auctores portugueses e delles enjeitando os que chronologicamente devam ser considerados na epocha anterior, 1502-1580, como Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Chiado, Jorge Ferreira, chronistas e outros, os que exclusiva ou predominantemente escreveram em castelhano e os que já haviam sido registados por Jacintho Cordeiro e Durão, notaremos que D. Francisco Manuel apontou os seguintes nomes, dos quaes a maioria é de poetas:

D. João da Silva, 4.º conde de Portalegre (1528-1601), apresentado como biographo de D. Diogo de Mendonça, do qual se não conservam obras;
Os camoneanistas Manuel Corrêa, Faria e Sousa, Severim de Faria, João Pinto Ribeiro, João Soares de Brito, Manuel Pires de Almeida, D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, Rolim de Moura e Manuel de Gallegos, estes dois ultimos já nomeados por Cordeiro;
Francisco Fontes, auctor de versos latinos e do *Libellus Apologeticus Pro Justo Lipsio*;
Estevam Rodrigues de Castro, poeta trilingüe;

D. Manuel de Portugal (?- 1606), que publicou as suas obras em 1605, sob o nome de D. Manuel de Mello;
Francisco de Vasconcellos, que desconhecemos;
D. João Soares de Alarcão (1580-1618), poeta bilingüe;
Manuel Pereira Coutinho, sobrinho de Frei Luiz de Sousa, de quem não conhecemos as obras impressas;
Manuel Thomaz, auctor da *Insulana*, do *Fenix da Lusitania* e biographo de S. Thomaz de Aquino;
Fr. Manuel das Chagas (?-1666), da ordem dos carmelitas descalços, que foi poeta, prégador e hagiographo;
Nuno de Mendonça ou Mendoça, Conde de Val dos Reis, amigo e correspondente de Justo Lipsio, já nomeado por Lope de Vega;
Manuel Soeiro, traductor de Cornelio Tacito;
Antonio de Sousa de Macedo, o celebre polygrapho, que neste livro se estuda em varios capitulos;
Fr. Manuel do Espirito Santo (?-1652), frade agostinho que deixou manuscriptos sobre a educação dos principes e commentarios a varios psalmos;
Antonio Henriques Gomes, auctor do *Sanson Nazareno*;
João Baptista Lavanha (1555-1625), chronista continuador de João de Barros, de quem publicou a *Quarta Decada*;
Fr. Bernardino da Silva, o defensor de Fr. Bernardino de Brito;
Luiz Marinho de Azevedo (?-1652), escriptor militar e contradictor do chronista hespanhol D. Gonçalo de Cespedes;
Fr. Antonio Brandão (1584-1634) e Fr. Francisco Brandão (1601-1680), continuadores da *Monarchia Lusitana*, em seu lugar estudados;
e João Nunes da Cunha, vigario da Bahia e prégador.

Ao terminar a sua revista dos valores litterarios de Portugal, D. Francisco Manuel, pela bocca dum dos interlocutores do *Hospital das Letras*, Bocalino, profere uma

especie de balanço de toda a mentalidade do paiz, nos varios districtos della, nas armas, nas letras, nas artes, na politica e na vida de sociedade, fazendo desfilar ante nós uma lista de figuras, que muito nos esclarece ácêrca do criterio de apreciação de D. Francisco Manuel, em cujo espirito multimodo se conciliaram singularmente a educação classica e as aspirações modernas:

«*Bocalino.* — Bem confesso a travessura do meu genio como todos sabeis, mas sem embargo delle e della, sou obrigado a confessar, e confesso que não foi a natureza nem a fortuna avara com os portugueses da gloria do engenho; porque tal poeta como vos deu no Camões, tal historiador como em João de Barros, tal orador como em Jeronymo Osorio, tal rhetorico como em Cypriano, tal jurista como em João das Regras, tal escripturario como em Oleastro, tal theologo como em Egydo, tal mathematico como em Pedro Nunes, tal medico como em Amato Lusitano, tal canonista como em Luiz Corrêa, tal prégador como em Antonio Vieira, tal philosopho como em Balthazar Telles, tal antiquario como Rezende, tal tangedor como em Alexandre Moreira, tal musico como em João Cordeiro, tal déstro como Gonçalo Barbosa, tal compositor como João Soares, tal escrivão como Manuel Barata, tal pintor como Manuel Camello, tal engraçado como Manuel Panasco, tal comico como Gil Vicente, tal nobiliario como Manuel Delgado de Mattos, tal embaixador como Francisco de Sousa, tal ginetario como D. João Pereira, tal capitão como D. Nuno Alvares, tal rei como D. João II, emfim tal santo como Santo Antonio, não vimos que juntos a outra nação se dessem.»

E' natural que a severidade do juizo de D. Francisco Manuel, «a travessura do seu genio», procurasse reunir neste final balanço uma verdadeira aristocracia do genio português, em todos os matizes da sua variada coloração. E é

justamente essa severidade que torna tal synthese significativa, porque só apontando um nome, o auctor do *Hospital das Letras* teria escolhido o que tomava como mais representativo, o primeiro entre os primeiros. Nesse seu juizo haverá sua quantia do consenso dos contemporaneos, os quaes prezaram mais a D. Jeronymo Osorio como prégador do que como historiador, moralista e epistolographo, mais a Balthazar Telles como philosopho do que como historiador, outro exemplo de como a posteridade nem sempre sancciona os laudos dos contemporaneos.

A critica do P.e Antonio dos Reis é tambem judiciosa.

Organizando uma collectanea de poetas portugueses em latim, deliberou consagrar ás suas obras o 8.º vol. desse vasto repositorio [1]. Mas para se justificar da inserção dos seus epigrammas e epistolas, fê-los preceder do *Enthusiasmus Poeticus*, epistola dedicatoria a D. João IV, que contem a allegoria duma visita ao monte Parnaso, mansão de Apollo, thema constante em obras deste genero.

A epistola foi composta na primeira juventude, *lapsis nondum juvenilis annis*. Talvez por isso e por temer os murmurios do vulgo estulto, determinou o auctor pedir parecer

---

[1] V. *Corpus illustrium poetarum lusitanorum, qui latine scripserunt, nunc primum in lucem editum ab Antonio dos Reys... Joanni IV Lusitanornm regi consecratum, nonnullisque poetarum victis auctum ab Emmanuele Monteiro,* Lisbonae, M.DCCXLV, 8 vols. E' no 8.º vol., a pags. 3-86, que figura o *Pro Epistola Nuncupatoria Entusiasmus Poeticum,* acompanhada dum util indice de nomes proprios. Traduziu esta peça João de Sousa Caria, que incluiu a sua versão nas *Imagens Conceituosas dos Epigrammas do R. P. M. Antonio dos Reys readuzidas do metro latino ao metro lusitano. Reflexoens sobre algumas das suas argucias que em dois tomos offerece ao Ex.mo Senhor D. Jayme...*, Lisboa, 1731-1733, 2 vols. Deve-se notar que a data da traducção ou *readucção* — *readuzidas* se diz no frontispicio e nas licenças do Santo Officio — é anterior á do *Corpus*, não sendo conhecida outra edição deste mais antiga. Teria sido a traducção feita sobre um texto manuscripto e ainda inédito.

a Apollo, levado por um mixto sentimento de vaidosa modestia. Parte para o Parnaso, onde o famoso deus thronava, rodeado de selectissima assembléa de vates, gregos, romanos e portugueses. A estes primeiramente lhe cumpre memorar, porque são os mais inspirados do divino fogo:

Verum ego quid feci? Vos parcite, gloria gentis
Lusiadum, Vates: primos memorare decebat,
Quos reliquis multo vehementius ardet Apollo:
Vos, quibus assurgunt nemeroso in vertice Musae,
Assiduosque sacro latices de Fonte propinant:
Vos, quibus in Lysia volucer tot Pegasus undas
Extudit occulta madidae telluris ab alvo,
Quod patulos campos undantia flumina potant,
Quotque cava liquidi fontes de rupe perennant.

Ou, segundo a traducçãc paraphrastica de Sousa Caria:

Mas que disse? Piedade, ó gloria ingente
Da Lusiada gente,
Piedade, ó Lusos Vates, cuja gloria
Devia ser primeira na memoria,
Vós, os primeiros sois, que Phebo inflamma
Com mais ardor, que aos mais, da sabia flamma;
Vos, que a voos das Musas exaltados,
Lá no eminente monte sois brindados
Da mesma turba Musica do monte
No perenne licor da Sacra fonte;
Vós, em cujo favor na Lysia augusta
A efficacia do Pegaso robusta
Descubrio tantas ondas, quantos rios
Humedecem da Lysia os senhorios,
E fontes, que prendendo os arvoredos,
Se desatão dos concavos rochedos.

E a seguir enumera e louva os poetas portugueses, que rodeavam o solio de Apollo, começando em Camões e referindo 291 auctores medievaes, quinhentistas e dos anony-

mos [1]. O seu antecessor Cordeiro, «Miles corderius», é tambem referido com allusão á patriotica presteza com que reivindica a gloria dos vates que Lope de Vega deixára no olvido:

> ...tacente
> Nam Lopio vatum clarissima nomina...

Após a longa individuação dos poetas portugueses, Reis summariamente refere que ao Parnaso tambem concorriam hespanhoes, ingleses, italianos, allemães, franceses e belgas, todos elles a rodear o sólio sublime de Apollo para impetrarem licença de publicar suas obras. O deus vae concedendo longanime a almejada permissão, mas attentando nos portugueses se encoleriza, porque poucos delles o visitam, com o que mostram desquerer-lhe, apesar de sempre deferentemente inspirados pelo deus generoso e pelas nove musas. Desaggrava os seus compatriotas Camões com tôrvo gesto — «turbato dixit vulta Camonius» — porque elles foram sempre muito acatadores da delia divindade e, para o provar, assignala o P.e Antonio dos Reis timido e occulto na

---

(1) Na traducção de Sousa Caria apenas se allegam 290 nomes, porque se supprimiu algum texto latino. Não ha a referencia ao P.e oratoriano Francisco Cardoso, não havendo portanto o passo correspondente em português, nem a nota final, nem o seu nome no indice. O indice do *Corpus* tambem o não contém, o que tudo indica que o texto de 1745 é uma revisão do que muitos annos antes Caria traduzira. A passagem interpolada é a seguinte:

> Te quoque jam cinctum Parnasside fronde subire
> Ad juga multiplici ferientia sidera colle,
> O Francisce puer, vidit: Te moestus Apollo
> Musarumque chorus pariter doluere peremptum,
> Utpote qui poteras, modo tibi longior aetas
> Isset, Sminthaeos numeroso carmine cœtus,
> Teque, tuosque simul decoratos ferre per orbem.

poetica multidão, transido de ansiedade por obter o beneplacito divino para a sua obra. Logo Apollo o concede e, estranhando que o auctor de tão doutos epigrammas hesite em publicá-los sob a protecção dum rei como D. João v, longamente exalta o soberano magnifico. E com essa glorificação fenece o *Enthusiasmus Poeticus*, allegoria de estranho gosto, porém apreciavelmente noticiosa para a historia litteraria. Com este, pelo texto e pelas notas, se identificam alguns nomes registados por Jacintho Cordeiro e D. Francisco Manuel. Suprimidos os nomes communs, os latinizantes, os castelhanizantes, os auctores de obras nunca publicadas ou perdidas e os que legaram obras de natureza alheia ao ordinario ambito da arte litteraria, compõe-se o quadro dos monumentos que devem ser considerados pela historia, oscillando num continuo vaivem entre o nosso consenso moderno e o coevo dos auctores, representado por estes amenos criticos.

CAPITULO I

O LYRISMO

Generalidades. — Rodrigues Lobo. — D. Francisco de Portugal. — D. Francisco Manuel de Mello. — Rodrigues Lobo Soropita. — Fr. Antonio das Chagas. — Manuel da Veiga Tagarro. — Leonel da Costa.

Esta segunda epocha classica não é fertil de altos poetas, apesar de quasi todos que trataram as letras haverem sacrificado a Apollo. As livrarias publicas e particulares possuem copiosas collecções de diversões metricas dos socios das muitas academias do tempo; são extensas as compilações do typo da *Phenix Renascida* e do *Postilhão de Apollo;* são quantiosas as obras autonomas, assim lyricas como épicas e narrativas, mas foram poucos os poetas que alguma innovação esthetica traduziram ou que com brilho repetiram processos já usados. Um desalento geral do sentimento lyrico e épico apoucou a producção poetica. O seculo XVI erguera os generos metricos a um culto exclusivo e rendendo-lhe graças a imaginação empregou os seus melhores recursos, com as variantes de mais valia e os mais ricos thesouros da sensibilidade; o seculo XVII não podia mais que imitá-los e isso sempre fez quando não resvalou para insignificancia semsabor e nos momentos que furtou ao cultivo desvelado e enternecido da prosa, cuja grande epocha então decorre. A lingua castelhana dava o exemplo e alguns dos modelos mais fecundos. Veremos nesta obra como a influencia castelhana foi igualmente importante na poesia e na prosa, mas muito

mais profunda e fertil nesta do que naquella, porque deu o córte geral do estylo a mestres da lingua como D. Francisco Manuel, discipulo de Mendoza e Quevedo. A poesia é um capricho metrico na grande maioria dos auctores; a agudeza matou a emoção e a simplicidade expressiva, qualidades mestras dessa arte; os themas estavam exhaustos e nessa exhaustão se conservariam até ao meado do seculo XVIII, quando a Arcadia Lusitana veio advogar o regresso á boa tradição classica e preconizar a imitação dos modelos francezes e quando as circumstancias favoreceram o apparecimento de poetas de estro como Diniz, Garção, Gonzaga, Bocage, Tolentino e os coloniaes.

A poesia é o aspecto debil desta epocha, em todas as suas variedades: lyrismo, epopêa, narração, theatro, metros classicos e metros populares. A historia, a parenetica, a novellistica, a epistolographia e os escriptos moralistas entraram em honra e produziram algumas das obras primas da nossa lingua. Estes caracteres geraes melhor e mais logicamente deverão ser evidenciados após o percurso analytico da massa de obras desta epocha, isto é, na conclusão do presente livro.

RODRIGUES LOBO [1]

Sendo exacta a inferencia do sr. Ricardo Jorge, que conclue que o poeta nasceu plausivelmente em 1580, «em idade em que já a de Portugal era acabada», como declara na dedicatoria da *Côrte na Aldeia*, Rodrigues Lobo teria sido

---

[1] O conhecimento da vida de Francisco Rodrigues Lobo fez recentes progressos, entre elles o de se separar de basta materia lendaria, que a envolvia, com as investigações do sr. Ricardo Jorge, publicadas na *Revista da Universidade de Coimbra*. Foi natural de Leiria, onde nasceu provavelmente em 1580. Frequentou a Universidade de Coimbra, com intervallos, de 1593 a 1602, em que se bacharelou. O sr. R. J. mostrou o infundado dos amores e das relações intimas na casa dos Marquezes de Villa Real, que se lhe attribuiam. Privou com os duques

duma rara precocidade: estudante da Universidade dos treze para os quatorze annos e auctor dos *Romances*, de 1596, aos dezaseis. Não é impossivel que assim tenha succedido, mas não era isso circumstancia muito commum. Porêm se não ha prova absolutamente segura que appoie essa inferencia, nenhuma ha em contrario para invalidar esse indirecto testemunho senão a desconfiança cautelosamente opposta pelo bom senso.

Curta foi a vida do poeta — assentemos transitoriamente nessa base, — mas litterariamente duma fecundidade, que surprehende quando consideramos no caracter de perfeito acabamento formal que ellas ostentam e nas morosas formalidades, que havia a cumprir. E ainda teve tempo para fazer algumas reedições. As obras succederam-se quasi annualmente.

A sua estreia, *Primeira e Segunda Parte dos Romances*, consta de cincoenta e oito peças, das quaes só quatro são em português; uma é bilingüe e todas as outras em castelhano. Pela lingua como pela forma e fundo da sua obrinha, o escriptor iniciava a sua precoce carreira litteraria bebendo no ar a cyclica materia, os lugares communs, que a hegemonia litteraria e a influencia politica de Hespanha lhe suggeriam: a lingua, que uma opulenta litteratura enthronizára como docil instrumento de arte, o genero romance que tantos sequazes tinha em Hespanha e themas já longamente versados, principalmente do vasto mundo lendario da occupação mourisca.

Pela sua origem popular, o romance era um genero

---

de Bragança, em Villa Viçosa, provavelmente em 1601 e 1602, com D. Luiz da Silveira, da casa da Sortelha, com D. Gastão Coutinho, da casa de Marialva e com D. João Luiz de Menezes e Vasconcellos. Morreu em 1622, afogado no Tejo, vindo de Santarem para Lisboa, e foi depositado no Convento de S. Francisco da Cidade. Das edições de suas obras, dá o sr. R. J. um utilissimo quadro a pag. 420-1 do vol. 6.º da *Revista da Universidade de Coimbra*.

essencialmente objectivo e narrativo, movimentado e romanesco, que só ao erguer-se até á litteratura culta se complicou com aspectos da vida interior e requintes moraes, desconhecidos na primitiva phase. Quando Rodrigues Lobo o tomou ia já alta a sua evolução transformadora, tinha sua esthetica propria, versos de dezaseis syllabas quebraveis em hemistichios ou de oito syllabas dispostas em quadras, materia amorosa de aventuras, em que se contassem os sacrificios e constancias dos corações através dos obices oppostos pela pertinacia dos homens e pela indifferença da natureza, a exaltação sentimental sem barreiras, que para se exprimir teve tambem de transpôr as ordinarias barreiras do estylo litterario, todo aquelle impulsionismo invencivel da paixão, que encarnam os grandes namorados da lenda, como Hero e Leandro, e que de commum se localiza no tempo suggestivo e pictorico dos mouros, homens ardentes do deserto, que á mais fria crueldade e ao mais ardente fanatismo juntavam uma mestria sem par na arte de amar e de por amor correr aventuras, que ao amor pospunham o seu sectarismo religioso. O romance peninsular, tomando materia privativa da peninsula, muito local, conservou a recordação pittoresca e litteraria do romanesco mourisco, delgado regato, que no romantismo, no seculo XIX, se fez mar e inundou todos os generos, quando as imaginações avidas de colorismo, de fortes sentimentos, de pormenorização temporal, indumentaria, mobiliario, paizagem e orientalismo se comprouvéram na recuada quadra arabe. Não tiveram os nossos poetas romanticos, os nossos medievistas de 1837, grupados em torno de José Freire de Serpa Pimentel, espirito tradicional, erudição critica, nem qualquer influencia normativa, aliás teriam ido acordar o velho «romancista», como então se dizia, de Rodrigues Lobo, teriam delle recebido themas e modelos para suas chácaras e solaus, e talvez houvessem, com a chave da sua obra, penetrado no vasto labyrintho da litteratura peninsular do romance. E para auctores, que tanto

se reclamaram de espirito historico, não teria sido de somenos o achado duma exuberante tradição caseira.

O primeiro romance da 1.ª parte, *Carta aos romancistas de Portugal*, é uma verdadeira proclamação, em que, depois de confessar que hesitou em sahir a publico, exhorta os seus confrades portugueses, que de Hespanha tomaram esse genero, a que entreguem á fama suas obras e meçam forças com os epigones delle, Lope de Vega, Espinel, Arriassa, (*sic*) [1] Gongora e Salinas.

Como é obvio, nos romances portugueses melhor transparece a nascente constituição poetica de Lobo. Elles — e são só quatro — trahem já o seu calmo e casto idealismo amoroso, a sua repousada inspiração, em que á intensidade do sentir se allia o paciente e infatigavel buscar da expressão, visando mais á emoção profunda que ao sobresalto violento. Mas o seu verso, se é já duma sonoridade impressionante, mesmo quando o desacompanha o bordão enganoso da rima, é ainda, como ensaio de mocidade, vacillante no dizer, sem aquelle cunho de perfeita precisão, de lapidar acabamento, em que se sente que o artista achou a melhor expressão, de quantas podiam encarnar o seu sentir, aquella difficil facilidade — que é a pedra de toque dos altos poetas. A harmonia dos romances portugueses de Lobo — disso é um exemplo o 22.º da 1.ª parte — é aquella harmonia que indifferentemente se consegue com notas muito diversas, que ao ouvido se limita, e que não vae ainda ao amago do conteúdo do verso, quando os elementos que o formam são, um a um, insubstituiveis. O romance 23.º da 1.ª parte e o 25.º da 2.ª mostram uma tendencia subjectiva, que, se enriquece lyricamente o genero, o desfigura, como Bernardim

[1] O sr. R. Jorge conseguiu identificar este nome: é Pedro Liñan de Riaza, morto em 1605, justamente no anno em que se concluia a publicação das *Flores de Poetas ilustres de España*, em que figuram peças delle e outros auctores, entre elles Camões.

Ribeiro desfigurou a egloga. E não deixa de ser digno de grato reparo que essa tendencia para a amorosa passividade recolhida coincida de certo modo com o processo poetico de Camões, aquelle culteranismo de metaphoras ousadas e agudezas subtis, com que o poeta diligenciava pintar os paradoxos, os caprichos e os estragos da paixão, sahindo da commum e rasteira linguagem para exprimir o que não tinha por commum, esse omnipotente amor. Esse culteranismo á maneira camoneana equivale, quanto a nós, a uma nacionalização do genero importado — importado como o mesmo Lobo confessa:

Mis señores Romancistas
Poetas de Lusitania,
Que hurtastes las invenciones
A la lengua castellana,
. . . .

Melhor diriamos com uma limitação: foi importado, não o germen popular do genero, commum a toda a peninsula, mas a sua forma cultivada, a sua phase superior. Romance fizeram Gil Vicente e Bernardim.

Os romances portuguezes, que temos por mais caracteristicos desta phase inicial, são os seguintes:

Felicia sem coração
Pouco bastava a vencerme
Pois bastou quando te vi
Para perdelo, só verte:
Mas queres vencer com guerra
O que com mostrarte vences,
Mostrando que contra Amor
Tudo por peleja queres.
Vite, senhora, & cuydey
Que quando te vi, que pudesse
Por tam venturosa morte
Darte a vida muytas vezes.

Porque de hum mal tam suave
Me viste viver contente,
Sem querer mais, pois te via,
Que desejarte & quererte.
Trocasteme esta ventura
Porque podes quanto queres
Para dar & tirar vida
A quem só de darta a teve.
Da morte de tua vista
Me ficava vida alegre,
E agora vivo na morte
Vendome vivo & ausente.
Para huma propria culpa
He castigo differente
Morrer ontem de te ver,
Ou morrer oje por verte.
Matavasme com teus olhos,
Agora com os meus me offendes
Huns matando davão vida,
Outros vivos me aborrecem.
Se por mostrar teu poder
Com minhas armas me feres
Tuas são, pois a teus olhos
Nada tinha que não désse.
Fraqueza he mostrarte forte
A quem sem força se rende
Que mal póde resistirte
Quem nem rogarte se atreve.
Não te escondas de meus olhos,
Vem Felicia verte nelles,
Verás quam mal te eu pareço
E quam bem em mi pareces.
Por preço de minha pena
Não quero mais interesse
Que verte, & se ha desejarte
Desejarte para verte.

(Pag. 711-2 das *Obras Politicas, Moraes Metricas,* ed. de 1723).

Armado para offenderse
Por parte de seu cuidado,
Porque o Amor & a Rezão
Em hum sojeyto são contraríos;
Hum peito de soffrimento
Provado de muytos annos,
Pelo braço da fortuna,
Com quem anda sempre a braços;
Hum elmo sempre offendido
Da ventura & tempo vario,
Feyto de mil pensamentos
Perigosos como altos;
Huma aventureyra lança
De desejos temerarios,
Que encontra mil impossiveis
Aonde se faz em pedaços;
Huma espada cortadora
Que foy feyta por encanto,
A quem poz nome a tristeza
Homicidio voluntario;
Sobre hum cavallo murzello,
Com um caprazã douro & pardo
E pela borda este mote:
Muyto mais póde o trabalho;
Hum escudo de firmeza,
E nelle em campo azul claro,
Sobre huma morte esta letra:
Só a morte póde tanto;
Quando o Sol deyxava a terra
Debayxo do escuro manto
Da noite pesada & triste,
Mas de tristes dôce amparo;
Se parte hum aventureyro
A' conquista de huns enganos,
Que a quem nelles tem ventura
Trazem tam aventurado.

(Pag. 724 da cit. ed.).

Veremos pela sequencia da evolução poetica de Lobo como sobre elle exercem magica attracção as aguas vivas, os

rios e os regatos, os mares e os lagos, como dellas recebeu uma continua suggestão de motivos, como se deleitou em com ellas dialogar, animando-as duma alma e duma expressão, pois para o amor tudo é humano. Esse mesmo pendor do seu éstro encontrámos já embryonariamente no romance 21.º da 2.ª parte:

> Del Tajo sacras orillas,
> Claras corrientes de Tajo,
> Y aunque bellas, mi destierro,
> Que el destierro siempre es malo,
> Oid las tiernas querellas
> De mis antigos agravios,
> Y las soledades tristes
> De un triste ausente, y olvidado,
> Oidme Nimphas hermosas:
> Oidme Sylvestres Faunos,
> Oidme peces, que al fin
> Para Amor todo es humano.

(Pag. 722 da cit. ed.).

Seguiu-se a *Primavera*, em 1601, primeiro duma serie de romances pastoris, a que faremos detida referencia no capitulo destinado a esse genero, e em 1605 o volume das *Eglogas*.

São dez as eglogas, de Rodrigues Lobo, com as quaes não quiz fazer mera repetição de formas litterarias já antigas, com sua historia e em Portugal desde os quinhentistas com seus cunhos proprios, o lyrismo passivo e a propensão dissertiva e um pouco moralista, mas erguer esse genero a um renovado brilho. Numa brevissima peça preliminar, que ambiciosamente chama *Discurso sobre a vida e o estylo dos pastores*, exhibe Rodrigues Lobo a sua ingénua philosophia da egloga, verdadeiro hymno á vida pastoril, na qual se escondiam todos os thesouros da alma humana e da qual provinham todas as suas excelsas encarnações, reis, conductores de

povos, pontifices e guerreiros, as divindades pagãs e até o proprio Senhor. Entre a arte de governar os homens e o tranquillo officio de conduzir rebanhos á pastura havia perfeita semelhança: «Que cousa mais semelhante ao governo de hum Reyno que o vigiar do gado, pelejar por elle, defendello das féras, segurallo dos ladrões, trazello ao pasto fertil, ás sombras frias, ás fontes claras, ameaçar com a voz, castigar com o cajado o que se derrama, delleytallo com a frauta, & com o canto quando se ajunta, curallo com as ervas quando adoece, vestir de sua lâa, & viver do seu leyte, trosquiando-o a tempo, & não mongindo a deshora»... [1] Rodrigues Lobo tomava a egloga como a expressão litteraria da saudade permanente que ficára na memoria dos homens da idade de ouro, quando a vida pastoril, pura de macula e sem a inquina da ambição era transparente e limpida como a corrente de agua, monotona no seu rythmo tranquillo e uniforme como a propria natureza. Quanto era bello e bom se localizava nesse mundo imaginário, saudade dum passado desfeito, aspiração dum futuro irrealizavel. Lobo chega mesmo a confessar que a egloga era o melhor e mais adequado disfarce para quanto o escriptor queira dizer contra a malicia e os erros dos homens, com o que relegava a velha interpretação da egloga como quadro de costumes e idealização da natureza pictorica, evitando talvez desse modo, um dos escolhos que affrontam o poeta bucolico, a chã mediocridade, mas lançando-se sobre o outro fronteiro, a artificialidade rebuscada. Elle nos previne disso, justificando-se com aquellas razões pueris, que — di-lo-hemos na nossa conclusão — são uma forma de gongorismo, o gongorismo logico: «Não estranheis logo ouvir rusticos Filosofos, & avisados aldeãos que o que representa na Comedia a figura do Rey não o póde parecer em tudo, nem o cortezão

---

(1) V. Ed. de 1723, pag. 602.

representar em tudo a natureza do Lavrador. E assim como na arte de pintar representão as cores differentes o natural de huma figura, & a forma della, a sustancia & attenção para que foy figurada, que he a parte principal da obra, assim o que nesta minha não parecer que representa o modo dos Pastores, com a viveza e termo que convem, attribuhí ao intento, que he mostrar debaixo do seu burel, & com suas palavras, a condição dos vicios, e o sossego das virtudes». [1] Assim comprehendido, o pastoralismo de Lobo é uma vã roupagem que limita a liberdade do poeta e prende a verdadeira expressão, especie de caixilho sempre igual a enquadrar os assumptos com elle mais antagonicos. A intenção moral de aperfeiçoamento da alma que anima as suas eglogas, declara-a o proprio poeta, apontando que uma se dirige contra o desprezo das bôas artes, outra contra o odio e a inveja, outra contra os enganos da cubiça, outra sobre a fatalidade da morte e a perda dos amigos, outra contra a murmuração e sobre as mudanças. Se não fossem as obrigatoriedades do bucolismo, pormenores do theor de vida dos pastores, a sua vida nomada, os pequenos episodios da sua monotona existencia, se se cortassem esses pequenos vinculos que prendem as peças ás suas raizes primitivas, as eglogas tornadas puras poesias de lyrismo amoroso ganhariam em uniformidade de tom, o subjectivo melancholico, em concentração e intensidade. Porque o que logo á primeira leitura se vê que as caracteriza é o quererem prolongar a vida dum genero cansado, que poucos recursos comportava e que a interpretação portuguesa, essencialmente amorosa e fazendo delle um accessorio disfarce para tudo adaptavel, logo desfigurava. Em França a egloga soffreu de Adam de la Halle a André Chénier toda uma evolução transformadora, existiu mais um bucolismo espiritual, que invadiu

---

(1 Ibidem.

todos os generos, do que um fixo genero, a egloga, e esse bucolismo ainda no seculo XIX com Lamartine, Brizeux, Balzac, G. Sand e René Bazin encontrava expressões novas. Em Portugal, o pastoralismo foi essa superior concepção, principalmente no seculo XIX com Herculano no *Parocho de Aldeia*, com Julio Diniz e com Eça de Queiroz na *Cidade e as Serras*. Antes, durante a era classica, o pastoralismo foi um artificio litterario, forma convencional do lyrismo amoroso, que para dizer seus arroubos a esses artificios se abordoou. Produziu elle principalmente as eglogas, dominou o romance, chegando a desthronar o seu rival romance de cavallarias, e penetrando sem grande exito o theatro. Mudam as epochas, mudam as regiões, mudam os temperamentos poeticos dos auctores, e das eglogas só muda o lyrismo, a expressão amorosa, o que de vida interior contém, porque o elemento objectivo do pastoralismo, paizagem, pastores, gados e suas migrações, é um scenario immutavel e monotono, em cujo primeiro plano se agita uma paixão, fim e justificação das eglogas. Uma vez por outra a probidade artistica do poeta propunha á sua consciencia o problema do realismo: devem os pastores personagens das eglogas proceder, pensar, sentir e fallar como verdadeiros rusticos que são, de sensibilidade limitada, acanhado dom de expressão? Mas logo vinha a consideração de que a egloga, assim praticada, volvia-se em quadro de genero, como nascera por certo com Theocrito e Virgilio, mas tornava-se inaproveitavel para enquadrar toda a intriga amorosa, de anagrammas, pseudonymos e allusões que o poeta nella engastasse, e a resolução seria sempre a que Lobo, com falsas razões, adoptava: vestir os cortezãos seus contemporaneos, galantes namorados e argutos dizedores, de samarra e surrão. E esse problema seria abeirado mais duma vez nos paizes de elevada consciencia critica, produzindo uma bibliographia especial e valiosa, em que ha escriptos de Boileau, Fontenelle, Florian, La Mothe, Marmontel, Gessner, Gresset e Léonard, uns theoricos e

cultores de genero, outros simples theorizadores [1]. Em Portugal foi tambem ventilado em pequenos discursos, memorias e dissertações [2].

Rodrigues Lobo, em meio da longa monotonia dessas peças campestres sem movimento e sem pittoresco, embutiu formosos raptos de lyrismo. Para dar expansão ao devaneio melancholico ou á pintura subtil da paixão amorosa, velho thema que sempre é possivel renovar, adoptou a pratica de introduzir cantos. Veremos nas suas novellas campezinas que os seus pegureiros são uns incansaveis cantadores: conversam, explicam-se, narram a sua vida, desafiam-se e meditam cantando sempre — artificio com que se exprimia o seu lyrismo, que em ondas invenciveis lhe jorrava da alma, em perenne vibração. Quando despe as vestiduras do bucolismo — demasiado incaracteristicas e postiças para interessarem como pittoresco, muito locaes e restrictamente particularistas para terem algum valor commum e permanente —, e a sua inspiração idealiza themas mais humanos, então Lobo consegue a belleza da forma, que raro o trahiu, alliada á belleza sempre moça do fundo, que raro lhe foi fiel, como nas estancias sobre o parallelo dos ricos com os pobres na egloga IV e noutras estancias derramadas pelas varias peças. Um sentimento de melancholica resignação de quem se não illude sobre o valor das coisas e sua ephemera essencia lhe inspira muitos passos felizes:

> Deixa hora este desconcerto,
> Não te dês a imaginar
> Num fim que temos tão certo.
> Quem no mal sonha desperto
> Como póde repousar?

---

(1) No pequeno vol. *Le Genre Pastorale (Son évolution)*, de Léon Levrault, Paris, 1914, ha muitas informações bibliographicas a este respeito.

(2) Alguma coisa dizemos a este respeito na *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, 2.ª ed.

A ninguem pesa da vida,
Por mais que diga mal della,
A morte he já conhecida,
Nenhum hospede a convida,
Que não sinta muito vella.

(Pag. 627, da ed. de 1723).

É tambem um typico exemplo dessa emoção simples, de forma simples e philosophia simples, que mais duma vez recorda a poesia de João de Deus, a *Cantiga de Gil* na Egloga VII, que começa:

O bem tarda & foge,
O mal chega & dura,
Para que he ventura,
Que não passa d'hoje?
A minha alegria,
Vinda por enganos,
Tardou-me mil annos,
Durou-me hum só dia.

(Pag. 635, da ed. de 1723).

Em 1623 publicaram-se os 56 romances que constituem *La Jornada que la Magestad Catholica del Rey D. Felipe III hizo a Portugal,* que não consideramos aqui por serem em castelhano e nada accrescentarem á evolução poetica de Rodrigues Lobo. Nas lyricas engastadas nas suas novellas é que Rodrigues Lobo attingiu bellezas admiraveis, que o tornam um dos maiores poetas da nossa lingua.

D. FRANCISCO DE PORTUGAL [1]

Deste escriptor restam-nos três obras, todas publicadas posthumamente: *Divinos e humanos versos,* 1652; *Arte de Galanteria,* 1670; *Tempestades y batallas de un cuydado ausente,*

---

[1] D. Francisco de Portugal nasceu em 1585, em Lisbôa. Viveu na côrte de Madrid e militou sob as ordens de D. Affonso de Noronha

1683. As duas ultimas foram redigidas em castelhano e são estranhas á arte litteraria; não as analysaremos por isso. Os *Divinos e humanos versos* são compostos em português e em castelhano e contêm *Prisoens e solturas de huma alma*, redondilhas, 2 cartas, 31 sonetos amorosos, 7 sonetos sacros, 13 canções, oitavas, sextinas, 2 madrigaes, decimas, endechas, 14 motes com suas glosas, 52 romances, as longas peças *Saudades, Hermosura funebre, La Tortola, Solitario, Los tres suspiros* e um psalmo.

As *Prisoens e solturas de huma alma* são uma sequencia de peças poeticas de metrica muito variada, intercaladas de prosa de exegése e divagação sobre a materia daquellas, especie de philosophia psychologica e amorosa, repassada de culteranismo na forma e nos conceitos rebuscados, jogos de prestidigitador de juizos. A um soneto castelhano faz o seguinte commentario: «As cadeas com que hũa perfeição enlaça hũa liberdade, sendo o mayor catiueiro, são o mais liure aluedrio, porque são gosto. A vontade não recebe força, esta sempre he o mayor imperio: que aquillo he prisão, que faz resistencia ao desejo, & aquillo he liberdade que he prisão que se deseja.»

D. Francisco de Portugal nunca logrou o favor, que seus serviços e sua jerarchia mereceriam, e essa circunstancia lhe terá instillado a desconsolada amargura que impregna a

---

e D. Antonio de Athayde. Em 1624 serviu no Brasil, na campanha da restauração da Bahia, do poder dos hollandeses. Regressando á metropole, professou no Convento de S. Francisco da Cidade, de Lisboa, onde morreu em 1632. O pouco, que de sua vida se conhece, é devido a Francisco Luiz de Vasconcellos, que compôs uma *Memoria da Vida e Obras de D. Francisco de Portugal* que precede o volume dos *Divinos e humanos versos*, publicados em 1642 por diligencias de seu filho D. Lucas de Portugal. — Na Bibliotheca da Ajuda guardam-se manuscriptos seus, em que predominam cartas endereçadas a D. Rodrigo da Cunha. Devemos esta informação á amabilidade do sr. Carlos A. Ferreira.

sua pequena obra poetica. Para contrastar as malevolencias da côrte mais lhe valeu o seu pessoal prestigio de galanteador e diserto lançador de motes do que as armas, que na Europa e na America fizéra. Dos escassos informes moraes, que proporciona Francisco Luiz de Vasconcellos, collige-se que a agudeza culteranista dizia com uma natural inclinação do seu espirito; por isso tanto sacrificou á maneira gongorina e tanto se salientou nos motes. No seu divagar, impregnado de reminiscencias de Camões e Gongora, louva «a innocencia do campo» ultimo refugio do verdadeiro amor, fingido e desfigurado entre as pompas da Côrte, e revela, através das densas nevoas dialecticas que lhe enturvam o pensamento e emperram a dicção, elevadas concepções, como a que fecha, em geito de conclusão, as *Prisoens e solturas:* «Goza a verdadeira liberdade, está muy acima de tudo, quem com as obras se fabrica segunda vida.»

Das cartas, uma é escripta em português, de bordo do galeão *S. Luiz*, em 1620, e contem uma digressão familiar sobre a viagem e as recordações da côrte; a outra continua o seu gongorismo intellectual, parallelo ao da forma em que discorre sobre themas como o de saber se em um ausente com esperanças tem mais imperio a dôr. Dos sonetos só quatro são em português, de conceito banal e de forma tarda até á obscuridade.

Das canções, sete são em português e são ellas que attestam mais felizes momentos do poeta, na elegancia do conceito e na clareza simples da forma, harmoniosa e fluente, peculiaridade que nem na prosa elle alcançou:

Ao Sol Alcinda estava
Tão semelhante ao Sol, que quem a via
Hum por outro julgava;
Que dôce enleio alli se offerecia!
Que confusão tão bella!
Se ella he do Sol retrato, o Sol o he della.

Ambos estavão vendo
Hum mesmo objeito em objeitos varios,
Ao mundo oferecendo
Tão conforme belleza em dous contrarios.
O ceo & a terra ardião
Na reflexão, que os bellos soes fazião.
Espelhos verdadeiros,
Hum do outro, o que vião desejavão:
Não mudos lisonjeiros,
Pois em si tinham tudo o que envejavão:
Com mais razão ainda
Enveja a Alcinda o Sol, que ao Sol Alcinda.
Namorado, envejoso,
Via Elicio tão bella competencia,
Dizendo temeroso:
Ay de quem vê em dous soes noites d'ausencia!
Novo Icaro me vejo;
Matame a enveja d'hum, d'outro o desejo.

(Canção IV).

Nas decimas e nas glosas ou voltas, com os mesmos caracteres, logrou algum exito tambem, mas nas *Saudades* deixou o poeta a melhor lembrança do seu éstro, porque a belleza profunda e a elegante subtileza do dizer de alguns versos alcançaram dominar o formalismo culteranista para o reduzir a instrumento da mais delicada expressão, certo de emoções não simples, mas por isso mesmo mais fundamente estheticas. As *Saudades*, peça sentida, em que ha vibrações de realidade de quem expremia num momento de inspiração um estado de alma longamente soffrido, são uma das mais formosas poesias do tempo e bem mereciam ser accordadas por uma reedição moderna. Surprehende que a tarda inspiração dos sonetos obtivesse taes vôos, tão airosos e faceis na carencia de esforço que manifestam.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO (1)

Das suas proprias obras nos deu D. Francisco Manuel de Mello uma classificação nas *Obras Morales*, do theor seguinte: escriptos metricos, historicos, politicos, demonstrativos, solemnes, exquisitos, familiares, varios e imperfeitos. É tal classificação por demasia arbitraria, porque lhe preside um critério instavel que attendeu umas vezes á indole, outras ao tom dominante, ainda outras a simples circunstancias casuaes ou até mesmo desattendeu todos os caracteres das obras, como se veria por uma analyse pormenorizada. Se porêm considerarmos nos generos litterarios, estabelecidos pela esthetica neo-classica, então em pleno apogeu da soberania, e em que mais ou menos se filiam as suas obras, dividi-las-hemos, pelas classes seguintes, a que correspondem outras tantas feições da sua physionomia litteraria: obras poeticas, dramaticas, historicas, religiosas e moraes, e variedades extravagantes. Em todas estas alineas, D. Francisco Manuel produziu escriptos em português e em castelhano, pelo que a ambas as litteraturas, a portuguesa e a hespanhola, pertence o seu nome e até com mais lustre á de Hespanha, porque a ella deu a sua principal obra, que é um dos mais consideraveis monumentos da historiographia do paiz vizinho. Porêm com igual direito, se não com equivalente lustre, a ambas as litteraturas pertence este fecundo polygrapho, em cujo espirito o conhecimento da litteratura hespanhola, sendo intenso e esmerado, não excedia a frequencia que dos auctores seus naturaes fez e as provas exuberantes que litterariamente deu do seu nacionalismo. A sua *Carta de Guia de Casados*, as *Epanaphoras*, o *Fidalgo Aprendiz* e os *Apologos Dialogaes* contrabalançam de certo modo o hespanholismo de

(1) Estas paginas foram antes publicadas na *Revista de Lingua Portuguesa*, anno 2.°, n.° 8, Rio de Janeiro, 1920.

outras obras, principalmente a historia de *Los movimientos y separacion de Cataluña.*

Só ás obras portuguesas consideraremos como monumentos litterarios para descrever, explicar e avaliar, de harmonia com o nosso criterio de nacionalidade na litteratura, mas de todas as obras, sejam em português, sejam castelhanas, quer de caracter artistico quer não, nos soccorreremos para delinear a sua personalidade moral, certamente uma das mais ricamente dotadas do seiscentismo português.

A vida. -- D. Francisco Manuel de Mello nasceu em Lisbôa, em 1608, da nobre familia dos Mellos Manueis, cuja constituição remonta ao reinado de D. Affonso V e que é hoje representada pelos Condes de Silvan. [1] Aos dez annos, já orphão de pae, Filippe III de Hespanha e II de Portugal lhe arbitrou moradia e dinheiro em genero, e o nomeou fidalgo-escudeiro da sua côrte. A sua educação foi feita principalmente no famoso Collegio de Santo Antão, o primeiro centro docente que em Portugal tiveram os Padres Jesuitas, no qual teve por mestre, como confessa, ao celebre P.e Balthazar Telles, chronista da Companhia, que o proprio D. Francisco no seu *Hospital das Letras* aponta como o primeiro philosopho português.

Em 1625 iniciou a sua carreira militar, alistando-se numa projectada expedição contra Carlos I, de Inglaterra, e servindo na guarnição naval que em Lisbôa o governo de Madrid cautelosamente mantinha. Esteve na côrte de Madrid em serviço militar, pela primeira vez provavelmente em

---

(1) O conhecimento da vida de D. Francisco Manuel foi ampliado consideravelmente e consolidado pelas sabias investigações do snr. E. Prestage, que ao insigne polygrapho seiscentista consagrou varias publicações, á principal das quaes, *D. Francisco Manuel de Mello, (Esboço biographico)* Coimbra, 1914, recorremos para este resumo. Constam estes trabalhos e outros que sobre D. Francisco se tenham publicado, do appendice bibliographico que acompanha a 3.a ed. da *Critica Litteraria como sciencia.*

1627; e tendo combatido contra os piratas turcos, embarcado na urca *S. Salvador*, da esquadra de protecção das costas, de Tristão de Mendonça, é armado cavalleiro no mesmo anno em que tambem se estreia litterariamente, com a publicação dos *Doze Sonetos en la muerte de D. Ignez de Castro*.

Até então escrevera, como conta na sua correspondencia, mas não publicara, como se verifica na sua bibliographia, duas obras: *Concordancias mathematicas de antigas e modernas hypothesis* e o romance *Las Finezas malogradas*. Em 1631 é nomeado capitão de infantaria; dois annos depois volta a Madrid; no immediato professa na Ordem de Christo. sendo promovido no seguinte a fidalgo cavalleiro.

Começou então a variedade inquieta da sua vida, em que a politica, as armas, as letras e as aventuras se entrelaçam estreitamente, em justo equilibrio, pois em todos esses campos arduos colheu iguaes triumphos, embora a politica e talvez as aventuras aos outros sobrelevassem na fecundidade de amargos soffrimentos.

Por politica deve-se entender não a larga liberdade de acção, de iniciativa e audacia, e as generosidades do exito que modernamente tal oficio faculta, mas só o desempenho de missões publicas de confiança. Serviu o governo castelhano e delle recebeu mostras de confiança, a que succederam a desconfiança e a perseguição; serviu o governo da Restauração, delle recebendo confiança e logo desconfiança e perseguição tambem, como o provam alguns episodios seguros. Serviu em Cadiz, em 1636; foi como delegado do governo de Madrid a Evora acalmar o povo amotinado, por occasião dos famosos tumultos nacionalistas do *Manuelinho;* combateu na Corunha contra os franceses, no anno seguinte; na armada de D. Antonio de Oquendo, commandando o galeão *S. Francisco*, combateu na Flandres e tomou parte na batalha das Dunas; foi escolhido para uma missão diplomatica na Allemanha, que não passou de projecto; prestou serviço na Junta, que com séde em Victoria, dirigia a guerra contra a França; e

tomou parte activa e importante na guerra da Catalunha, de que viria a ser immortal chronista. Mas taes serviços, reconhecidos officialmente por concessões importantes, de titulos e de rendas de que só a revolução de 1640 o impediu de gozar, não lhe pouparam alternativas de desconfiança, como as prisões em Lisbôa, em 1637 e 1638, e em Madrid em 1640.

A restauração, occorrida pouco alêm do meio da sua vida, aos trinta e dois annos, inaugura uma segunda epocha della, em que certamente não logrou os triumphos e recompensas que o governo filippino lhe concedeu, que já em plena rebellião de Portugal o restituia á liberdade e ás honras e o mandava militar na Hollanda com o posto de mestre de campo, — mas em que provou o mais acre travôr da adversidade, tambem della aproveitando o amargo fructo da desillusão e do consequente enriquecimento espiritual.

Sobre este momento da sua vida moral ha duvidas, que as incansaveis investigações e são criterio do sr. E. Prestage não conseguiram dissipar. Qual seria a primeira impressão produzida em seu espirito pela revolução de 1640? Seria seu primeiro projecto, conseguida a sua liberdade e rehabilitação, permanecer ao serviço do rei castelhano, que o protegêra?

Parece assim ter sido, pois a sua adhesão a D. João IV só data de Londres, do verão de 1641, quando para lá emigrou da Hollanda, pondo-se logo ao serviço dos embaixadores portugueses, cujo secretario era o escriptor D. Antonio de Sousa de Macedo. Ahi frequentou a côrte de Carlos I. Cooperou na organização duma armada hollandeza de auxilio a Portugal e chegou em setembro do mesmo anno de 1641 a Lisbôa.

Na côrte portuguesa são utilisados os seus conhecimentos experientes da Hollanda e da Catalunha para o contracto de mercenarios para a guerra contra os hespanhoes; é mandado militar no Alemtejo em situação muito subalterna ás que em Hespanha desfructára, tomando parte nas operações con-

tra Valverde e Badajoz no desempenho de missões de confiança, e em 1643 recebe a Commenda de Santa Maria do Espinhal, da Ordem de Christo. Mas simultaneamente concebem-se suspeições ácêrca da sua lealdade ao governo português, que se debatia numa athmosphera de receios e duvidas, propria dos regimens nascentes ainda mal seguros, e que pouco antes severamente suffocára em sangue uma conspiração contra D. João IV. Nella fôra justiçado, com D. Francisco de Lucena, ministro de Estado, um parente de D. Francisco Manuel, o escriptor D. Agostinho Manuel de Vasconcellos. Accusado de mandante do assassinio de Francisco Cardoso, por falsa denuncia do verdadeiro mandante, um seu creado que a mal sahira do seu serviço, D. Francisco foi julgado no fôro especial da sua Ordem de Christo, como requereu, e através dum processo irregular e apesar de por elle se concluir a nullidade da accusação, foi condemnado em degredo perpetuo para o Brasil, em avultada indemnização pecuniaria para a parte queixosa e nas custas do processo. As duas instancias superiores confirmaram a condemnação do parcial Juiz da Ordem de Christo, ainda augmentando a segunda as penas de dinheiro, que na primeira eram de 1.300 cruzados e nesta passaram a 2.600, e trocando o Brasil pela India; e voltando a ser na terceira o Brasil o lugar do degredo e perdendo a sua Commenda. Durou esse processo desde novembro de 1644 a maio de 1650. Em balde repetidamente appelou para o rei D. João IV em memoriaes de defeza e allegação de seus serviços; em vão publicava escriptos de politica restauracionista; estereis eram as relações, que com o principe D. Theodosio ternamente cultivava, tomando-o para seu Mecenas; baldada fôra a intercessão do rei da França Luiz XIV, representado pela regente, sua mãe Anna de Austria, apesar de ser a França o paiz que mais favorecêra diplomaticamente a separação de Portugal; nulla era a influencia do seu prestigio litterario, já então notavel, porque de 1645, da prisão era a sua obra prima, a historia da guerra

da Catalunha, de 1649 a 1.ª *Epanaphora* e as *Tres Musas* e de 1650 a *Carta de Guia de Casados*, prestigio litterario que fôra das recommendações iniciaes para conseguir a mediação da rainha regente de França. [1] Todas essas circunstancias se desfaziam perante uma resistencia mysteriosa e invencivel, a mesma que no processo, tão arbitrario, se mantivéra e crescêra através das três instancias, insensivel á parada de amigos que fôra o depoimento de dezenas de testemunhas da maior qualidade contra a affirmação dos reus, que dois tribunaes declararam falsarios. Essa resistencia não podia ser senão a razão de Estado, a eterna politica, que então não era o partidarismo dos clubs, mas a defeza do throno ainda periclitante de D. João IV, de que era inseparavel a independencia de Portugal. Assim tambem opina o seu sabio biographo, depois de discutir as duas explicações dessa systematica malevolencia até hoje perfilhadas: a rivalidade amorosa com D. João IV, que como D. Francisco tambem requestava a Condessa de Villa Nova de Portimão, e um lôgro, preparado pelo rei, segundo o qual a supposta commum amante puzéra á prova o lealismo de D. Francisco, alliciando-o para uma conspiração contra D. João IV. Depois a litteratura puzéra em circulação déssas duas versões a primeira, suggestiva e atrahente. Mas a critica serena, perante os sentimentos que um ao outro se tributaram o rei e D. Francisco, durante as desgraças deste, não encontra vestigios de intervenção perseguidora por parte do rei, nem de animosidade, velado despeito sequer por parte do escriptor. Apenas se póde imputar ao rei a culpa de não usar da faculdade moderadora, de que dispunha como grão-mestre da mesma Ordem de Christo, que condemnára D. Francisco.

---

[1] Nas *Cartas Familiares*, de D. Francisco Manuel, Roma, 1664, vem a pag. 5 a carta, em que o escriptor sollicitou o patrocinio da rainha regente Anna de Austria, e a pag. 226-7 do livro do sr. Prestage a traducção portuguesa da carta de intercessão, escripta em nome de Luiz XIV.

Mas D. João IV, animo pouco resoluto, mais não foi sempre do que um mandatario da opinião nacional e da nobreza, sua principal parte, a que deveu a corôa, que passivamente recebeu no seu remanso de Villa Viçosa. Em 1641 a nobreza, que fizéra a restauração e o coroára, que tudo podia no reino e tudo temia nelle e fóra delle, passára a hora receosa da conspiração e exigira a morte ignominiosa dum valido do rei, D. Francisco de Lucena; e em 1646 Domingos Pereira quizéra assassinar o rei. O poder de Castella era grande, a situação ainda instavel, porque o reconhecimento das nações era lento e laborioso; a opposição militar e diplomatica da Hespanha intransigente e continua; as difficuldades economicas e financeiras graves eram; e o medo das represalias, de que se possuia a nobreza, em caso duma reviravolta da fortuna era tão grande como o direito que julgava ter para exigir providencias repressivas, não tolerando que a tantas circunstancias hostis accrescessem difficuldades politicas internas. A Hespanha empregaria decerto os meios corruptivos usados em 1580, e D. Francisco Manuel, que militára ao serviço della, que dez vezes assistira na côrte de Madrid, que fôra pouco diligente em adherir á causa de D. João IV, que era na sua cultura intellectual, leituras, convivio e maneira litteraria um hispanophilo, seria tambem das pessoas naturalmente aptas para encabeçarem as suspeições e receios da epocha, segundo aquella logica sentimental e tortuosa do medo, que de apparencias se fia e que é inexoravel. A inimizade com o Conde de Villa Nova de Portimão e com outros desconhecidos influentes teria sido a causa secreta e profunda que da razão de Estado se serviria tôrpemente como razão suprema e inappellavel, que faria dobrar a justiça e abster-se o rei fraco, um daquelles sophismas politicos, tão usados nos modernos regimens parlamentares, em que se acena, para solver difficuldades partidarias ou pessoaes, com motivos acatados como dogmas: a patria em perigo, o sigillo diplomatico, os regimens em perigo. Esta a

moderna interpretação da causa das desgraças de D. Francisco Manuel, que não será tão galante como a tradicional, mas que é mais realistamente humana.

Não partiu o escriptor logo para o degredo, a cumprir a iniqua pena; solto com homenagem permaneceu no reino até abril de 1655, em que sahiu para o Brasil, na armada de Brito Freire. Três annos incompletos alli permaneceu, continuando como antes na guerra, na politica e na prisão, a sua multiplice actividade litteraria. Por indulto regio regressou á metropole.

Entretanto D. João IV morrêra em 1656 e o throno fôra occupado por D. Affonso VI, menor a que tutelava sua mãe D. Luiza de Gusmão, bem mais voluntariosa que seu defuncto marido a quem mais duma vez impellira. A sorte de D. Francisco ia mudar, porque os seus perseverantes inimigos teriam perdido com a morte do rei algum valimento, e disso era já claro indicio a permissão, que obteve para regressar ao reino. E' o periodo mais tranquillo e feliz da vida de D. Francisco e em breve será tambem o mais prospero, pela confiança que se lhe manifesta. Até em 1662 inteiramente se vota á placida vida litteraria e ao repouso, publicando as *Epanaphoras* e frequentando algum tempo a Academia dos Generosos. A carencia de noticias destes três annos da sua vida fazem pensar que, desgostoso e ainda não restituido á plena consideração publica, se retirára do convivio. Mas quando, em 1662, o 3.º Conde de Castello Melhor assume o governo para dirigir com excepcional e precoce genio politico a politica externa e a guerra com a Hespanha, D. Francisco foi chamado á collaboração junto do omnipotente ministro, que lhe confiou missões delicadas e gradamente categorizadas. Foi assim o escriptor chamado do seu retiro pelo golpe de estado de D. Affonso VI repudiando a tutella materna, daquella reserva de pessoas, a que todos os movimentos politicos vão buscar o seu pessoal activo, necessitados como se vêem ou impellidos pela intolerancia como

são frequentemente a enjeitar o que servia a situação derogada.

Reentrando na actividade politica, diplomatica e mundana esmorece a fecundidade litteraria, que no forçado recolhimento da prisão e do desterro tivéra o seu momento de apogeu.

Logo em 1663 sahe para Inglaterra para negociar o auxilio della e para França para diligenciar obter o casamento de D. Affonso VI com a princesa de França; vae a Roma negociar providencias a favor dos christãos-novos que os defendessem do Santo Officio; volta a França, onde imprime as suas *Obras metricas*, em 1665, na cidade de Lyão, como no anno anterior imprimira em Roma, as *Obras Morales* e as *Cartas Familiares*. Em 1665 tinha já regressado a Lisboa dessas missões, das quaes só foi coroada de exito a do casamento do rei, que effectivamente se fez com M.elle de Aumale, da casa real de França. Em 1666 foi nomeado deputado á Junta dos Tres Estados, situação muito appetecida, que era como que uma recompensa que lhe dava o seu amigo Castello Melhor, a quem devotadamente servira, e uma especie de aposentação tranquilla que merecia quem tanto trabalhára e soffrêra. Mas a morte veio no mesmo anno buscá-lo para a eterna paz, coroado da gloria litteraria e do martyrio.

O homem. — Na galeria de personalidades da nossa historia litteraria, daquelles que ao genio creador, intenso e profundo, alliaram um caracter bem typico e uma vida de originalidade, de agitação ou multiplicidades, avulta D. Francisco Manuel de Mello. Elle teve esse duplo prestigio, o da vida e o da obra, como Sá de Miranda, reformador litterario e moralista; como Damião de Goes, historiador e homem de largo convivio no estrangeiro; como Camões, guerreiro e desgraçado, como Antonio Vieira, Garrett, Herculano e Anthero de Quental, cujas biographias são quasi tão poderosamente suggestivas como as obras.

E' muito entrecortado de lacunas o conhecimento, que se possue da personalidade multimoda de D. Francisco Manuel, porque rareada pelas deficiencias principalmente nos momentos mais curiosos e atrahentes é ainda a sua biographia, porque muito pouco se confessou sobre esses episodios mais graves o proprio escriptor e porque delle muito pouco fallaram os seus amigos e contemporaneos que o admiraram. Assim o reconheceu o seu biographo carinhoso, quando intentou fazer tambem uma reconstituição moral [1]. Será, pois, muito conjectural e de generalidades este nosso esboço, sujeito ás correcções que lhe ministrem documentos futuros ou nova interpretação do que é já sabido com segurança.

Já na nossa monographia sobre a critica em Portugal, apontámos D. Francisco Manuel como a mais completa vocação critica do seu tempo, [2] no qual o espirito critico quasi se obliterou. A sua educação classica e religiosa, na sua mais cuidada orthodoxia, e o pendor critico da sua intelligencia conseguiu elle conciliá-los com uma flexibilidade verdadeiramente surprehendente. Em critica deu esse dualismo de espirito que delle fez um classico e um moderno, defendendo opiniões e principios, que mais tarde seriam lemmas de reformas litterarias. Mas na vida deu a todo o conjuncto variadissimo della esse cunho de objectividade serena, de dominio de si proprio, de justa medida e equilibrio que admiramos nas suas obras primas: *Guerra da Cataluña, Carta de Guia de Casados, Apologos Dialogaes, Epanaphoras* e *Fidalgo Aprendiz*. E bem variada foi a sua vida; tanto variou de actividades militantes como homem, quanto variou de generos como escriptor. Foi cortesão e homem de convivio mundano; soldado e marinheiro, obedecendo com fidelidade e observancia, e commandando e organizando com disciplina e energia; diplomata no agrado, preso por imputação de crime

---

(1) V. *D. Francisco Manuel de Mello*, pag. 404.

(2) V *Hist. da Critica*, pags. 41 a 46.

commum e degredado. E na guerra e na paz, no carcere e nos salões, sempre o acompanhou como um dom divino que amorosamente cultivava, a vocação litteraria, poetando, fazendo historia austera, como a *Guerra da Catalunha*, ou amena narrativa historica, como numa das *Epanaphoras* fazendo theatro, critica de costumes e litteraria, vasta epistolographia, doutrinando moralmente, biographando, acudindo com razões no movimento justificativo da restauração e advogando na propria causa-crime em que se viu envolvido. Esta multiplicidade espiritual, na vida e nas obras litterarias, é o aspecto limiar que logo a sua personalidade ostenta.

Os homens, que assim se absorvem simultanea ou successivamente em mundos diversos de idéas e formas varias de actividade, ganham em largueza de vistas e penetração moral, mas não se deixam prender por uma exclusiva preferencia. Quando cessou o encanto do contraste, quando a novidade se tornou triumpho, logo se escapam a colher novos louros ou a alimentar novas curiosidades, por um impulso de sympathia infinita, semelhante á que levou Sainte-Beuve a abeberar o espirito em quantas correntes philosophicas e modas litterarias no seu tempo circularam. Esse dilettantismo limita o sentimento, mas amplia consideravelmente a capacidade de comprehensão e a faculdade critica — em que a comparação e os valores tão vasto lugar occupam. Não foi, na verdade, D. Francisco um homem de sentimento, mas foi um homem de equilibrada razão, nem um sentimental, nem um racionalista, nem um mystico; comedindo a sua sensibilidade, vivia numa justa medida de objectividade critica, de realismo. Não amou a natureza pictorica, que nas suas obras não imprimiu cunho nenhum; a paizagem americana, que no degredo conheceu, não impressionou seu espirito. Na América não o surprehenderam as deslumbrantes superioridades da natureza, mas as desconsoladoras inferioridades dos homens. O amor, alêm do episodio romanesco do duello nas sombras do pateo dos Condes de Villa Nova de Porti-

mão, que é ainda hoje um mysterio, e da vaga noticia dum seu filho, de D. Luiza da Silva, pequeno lugar occupou na sua vida e nas suas obras. Versou materias de amor, ou narrando lendas romanticas, nas *Epanaphoras*, ou fazendo satyra no *Fidalgo Aprendiz,* ou pretendendo reconduzi-lo dos desvarios da paixão ou das perversões dos sentidos ás normas do equilibrado bom-senso, na *Carta de Guia de Casados.*

Alta consciencia critica na litteratura e alta consciencia moral da vida em justo equilibrio de quem não soffreu da cruciante tortura da inadaptação, mas soube ser do seu tempo e sacrificar aos seus caprichos e frivolidades, sem perder a forte autonomia da sua individualidade. Se até nas frivolas tertulias litterarias do seu tempo collaborou [1]! Os excessos seriam de certo os escolhos que mais evitava na agitada navegação da sua vida, as demasias do sentimento e das convicções, as intolerancias, as incomprehensões e as phobias. Um dom superior de sympathia norteava os seus juizos e procedimentos: classico em arte formulou opiniões nitidamente modernas; orthodoxo em religião, catholico fervoroso, foi tolerante ao ponto de se encarregar da secreta missão de conseguir da curia romana medidas de segurança a favor dos judeus perante o Santo Officio; erudito e profundamente versado em textos antigos e modernos ao ponto de haver projectado um diccionario bibliographico, «Bibliotheca Lusitana de Autores Modernos», que chegou a bosquejar numa carta a um seu amigo, [2] e um «Parnaso», não hesitou mais duma vez em relegar essa erudição, tanto em moda, para só á experiencia e ao seu criterio pedir inspiração e appoios. Assim o declara justamente em duas das suas principaes obras. Logo á entrada da *Guerra de Cataluña*, declara: «Ni el arte ni la lisonja han sido parciales á mi escritura: aqui no hallarás citadas sentencias ó aforismos de filósofos y

---

[1] V. E. Prestage, ob. cit., pag. 378.

[2] V. *Cartas Familiares*, n.º 25 da Centuria III.

politicos; todo es del que escribe. Muchos casos si se refieren de que las puedes formar, si con juicio discurres por la naturaleza de estos sucesos; entonces será tuyo el útil, como el trabajo mio, sacando de mis letras doctrina por ti mismo; y ambos así nos llamaremos autores, yo con lo que te refiero, tú con lo que te persuades». Confissão semelhante contem a *Carta de Guia de Casados*: «grandes cousas deixou escrito a antiguidade, para advertencia dos casados. Muitas são, e graves são; a que tambem os modernos acrecentárão outras, ou nos pusérão em outras palavras as antigas.

Mas nós aqui, Senhor N., nos havemos de entender ambos em pratica como do lar, a cujo abrigo, nestas longas noites de Janeiro, vou escrevendo a V. M. estas regras, em estilo alegre e facil, qual requer o estado e idade de V. M., bem que tão diverso do meu humor, e da minha fortuna.

Darão licença os Senecas, Aristoteles, Plutarcos, e Platões; nem ficaremos mal com as Porcias, Casandras, Zenobias, e Lucrecias; tudo tão desenrolado nestas doutrinas; porque sem seus ditos delles, e sem seus feitos dellas, espero nos faça Deos mercê de que atinemos com o que V. M. deseja de ouvir, e eu procuro dizer-lhe.

Não sou já mancebo. Criei-me em cortes; andei por esse mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memoria. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel; donde, juntas algumas historias que me forem lembrando, póde mui bem ser não sejão agora menos uteis que essa máquina de Gregos e Romanos, de que os que chamamos doutos, para cada cousa nos fazem prato, que ás vezes nos enfastia». Estas duas declarações são um verdadeiro manifesto litterario. D. Francisco renovou o estylo, fazendo-o mergulhar num banho lustral de realidade e vida, tomando-o para traduzir os seus juizos e conclusões pessoaes e não para pôr em outras palavras o que lêra nos antigos. Não ostentou erudição, nem abusos das hyperboles e periphrases em moda no seu tempo, nem se abonou com

auctoridades de antigos, mas trouxe a proposito casos e exemplos que presenceára ou partilhára.

O seu deambulismo e a vontade serena e firme coexistiram sem attritos; e a longa immobilidade na prisão foi justamente o periodo de maior actividade litteraria, sem que a colera, o pessimismo ou o rancôr inspirado por inimigos inexoraveis imprimissem cunhos subjectivos aos escriptos do captiveiro, «fructo da violencia de poderosos inimigos». Amargura transparecerá na sua correspondencia do carcere, mas desespero ou odio nunca.

O poeta. — Não era o temperamento, que um pouco ousadamente reconstituimos no antecedente paragrapho, o mais propicio para abrigar uma mente de poeta inspirado, comedida como era a sua sensibilidade, critica como era a mais franca tendencia do seu espirito. Não é, talvez por essa circumstancia — quem póde sentenciar em materia tão contingente e tão vaga por pouco documentada? — a obra poetica a parte maior ou mais consideravel da sua bibliographia vastissima. Os *Doze Sonetos*, de 1628, *Las Tres Musas del Melodino*, de 1649, o *Pantheon*, de 1650, e depois a recopilação destas e outras obras, em 1665, de Lyão, onde passou em missão diplomatica, — é tudo. Utilizar-nos-hemos desta recopilação, *Obras Metricas*, que dedicou ao seu rehabilitador, o Conde de Castelmelhor.

Compõem-na tres partes, a saber:

I Parte — *Las Tres Musas del Melodino*, ou sejam *El Harpa de Melpomene, La Citara de Erato, La Tiorba de Polimnia.*

II Parte — *Las Segundas Tres Musas do Melodino*, ou sejam *A Tuba de Calliope, A Sanfonha de Euterpe* e *A Viola de Thalia.*

III Parte — *El Tercer coro de las Musas del Melodino*, ou sejam *La Lira de Clio, La Avena de Tersicore* e *La Fistula de Urania.*

Melodino é nome supposto, a que D. Francisco attribue as obras, das quaes elle seria apenas o editor. Ao achá-las, teria achado tambem uma carta de Melodino, onde alguma coisa dizia da sua maneira poetica: «No sin trabajo propuse templar los modos modernos de nuestros vulgares. Lo candido de los Vegas; lo severo de los Leonardos; lo culto de los Gongoras y Ortencios: si advertis los vereis añudados en paz y armonia». Esse eclectismo poetico surprehenderemos em verdade nas *Obras Metricas*. A designação de cada peça principal pelo instrumento de sua musa obedece ao intuito de caracterizar o tom geral das composições. A primeira parte, *Las Tres Musas del Melodino*, é exclusivamente em castelhano, lingua que, apesar de tão familiar, D. Francisco receava não possuir inteiramente: «El lenguaje estrangéro tampoco es favorable al que compone». E' da mais caprichosa variedade metrica essa primeira parte: em sonetos a *Harpa de Melpomene*, em romances, que já encontrámos em Rodrigues Lobo, a *Lyra de Erato;* em oitavas, tercetos, silvas, odes, idyllios, madrigaes, decimas, coplas, letrilhas, satyras, quintilhas, redondilhas e epigrammas a *Tiorba de Polimnia*, que comprehende ainda *La Imposible* e uma *Tragedia*, que se passa nos montes da lua, extravagancias dialogadas, e o *Pantheon a la immortalidade del nombre Itade*, poema elegiaco dividido em tres cantos ou *soledades*, á memoria de D. Maria de Athayde.

A segunda parte é toda em português e contem os versos que D. Francisco Manuel ou Melodino, visto que o disfarce se mantem em toda a obra, menos desestimava, segundo sua propria declaração: «Posso-vos affirmar da parte de quem o melhor sabe, que se bem seu Autor (como muitas vezes escreve) nunca de seus versos teve gosto; porque os mais foram escritos com desgosto, e emendados sem tempo; todavia se para alguns se mostrou inclinado, foi para estes; ou porque os compôs mais vizinho ás ultimas rayas da Mocidade: ou porque por isso mesmo tivessem maior desengano

que artificio» (Advertencia). A Tuba de Calliope contem cem sonetos; a *Sanfonha de Euterpe* compõe-se de três eglogas e quatorze epistolas; a *Viola de Thalia* é mais variada porque encerra oitavas, sonetos, glosas, tercetos, romances, epigrammas, madrigaes e um auto, *O Fidalgo Aprendiz*, que assim teve a sua primeira edição.

A terceira parte é de novo e inteiramente em castelhano. *La Lira de Clio* contem cento e quatro sonetos; *La Avena de Tersicore* tons e romances; *La Fistula de Urania* canções, epistolas, glosas, cançonetas, villancicos, odes, coplas, o poema em oitava rima *Thetis Sacra* e um discurso academico.

Não analysaremos as obras castelhanas, portanto a 1.ª e a 3.ª partes, e da 2.ª excluiremos por agora o *Fidalgo Aprendiz*, que será examinado no capitulo sobre as formas dramaticas.

Dos cem sonetos portugueses de D. Francisco Manuel muitos são laudatorios e familiares, segundo a designação marginal que os acompanha, isto é, peças de galantaria graciosa do seu convivio mundano, com que registava as pequenas ephemerides que presenciava, com que louvava livros que seus auctores lhe confiavam; são outros de panegyrico funebre, outros de materia heroica, todos — exceptuando os raros satyricos — elevados ou subtis no conceito, mas sem o parallelismo estreito da forma, que faz as obras bellas. A sua forma é de ordinario frouxa ou obscura, as imagens são constrangidas no dizer ou communs e por isso inexpressivas já, principalmente nos sonetos elaborados sobre themas propostos em academias. Dos sonetos amorosos alguns ha de galante conceito e forma simples, mas os mais bellos dessa centuria são os de caracter biographico, em que a sinceridade põe uma vibração mais funda, que perdura até nós, por fallar menos a linguagem poetica artificiosa da epocha do que a linguagem perenne do soffrimento. Reproduzimos um desses sonetos, mais subjectivamente pessoaes, o que descreve o seu carcere na Torre Velha:

Casinha desprezivel mál forrada,
Furna lá dentro mais que inferno escura,
Fresta pequena, grade bem segura,
Porta só para entrar, logo fechada;

Cama que he potro, mesa destroncada,
Pulga, que por picar, faz matadura,
Cão só para agourar, rato que fura,
Candea nem cos dedos atiçada;

Grilhão, que vos assusta eternamente,
Negro boçal e mais boçal ratinho,
Que mais vos leva que vos traz da praça:

Sem Amor, sem Amigo, sem Parente;
Quem mais se doe de vos, diz: Coutadinho.
Tal vida levo, Santo prol me faça.

(Soneto XL).

Tem o mesmo cunho de amarga melancholia o LXII, em que compara o seu soffrimento sem esperança aos longos trabalhos de Jacob, na esperança de Rachel, com reminiscencias camoneanas:

Ay do que espera, quanto mais servindo:
Para hum tão triste fim, tão leda a Morte,
Para hum tão largo amor, tão curta a vida.

e os LXVIII, LXIX, LXXI. Até num soneto banal, como o que compôs em louvor dum infante nascituro, que veio a ser D. Pedro, destaca com accento especial o ultimo verso desse tom:

Tanto vivaes que me possaes ver livre.

Apenas três sonetos contêm descripções naturaes, mas daquella natureza convencional, abstracta e incaracteristica que se utilizava como adorno litterario ou para termo de comparação; os XXVI, XXIX e XLIV. Da natureza americana

não ha nem vestigio; só o tédio dum batuque indigena que estorvava o seu estudo no LXXV.

A desillusão dos valores ficticios do mundo e o desamor da vida inspiraram-lhe alguns sonetos formosos e dum cambiante até então desconhecido na opulenta evolução do genero, o XXXV, dialogo entre a Vida e o Tempo, feliz thema mal executado, o LXXIII e o LXXXI, em cujas lobregas personificações parece haver um prenuncio da lyra anthereana. Transcrevemo-los a seguir:

Melhor ha de mil annos que me grita
Hũa voz que me diz: És pó da terra.
Melhor ha de mil annos que a desterra
Hum somno, que esta voz desacredita.

Diz-me o pó que sou pó? e a crer me incita
Que he vento; quanto neste pó se encerra:
Diz-me outro vento que esse pó vil erra;
Qual destes a verdade sollicita?

Pois se mente este pó, que foi do Mundo?
Que he do gosto? que he do ocio? que he da idade?
Que he do vigor constante, e amor jocundo?

Que he da velhice? que he da mocidade?
Tragou me a vida inteira o mar profundo?
Hora quem diz sou pó, fallou verdade.

(Soneto LXXIII).

Vi eu hum dia a Morte andar folgando
Por hum campo de vivos que a não vião.
Os velhos, sem saber o que fazião,
A cada passo nella hião topando.

Na mocidade os moços confiando,
Ignorantes da Morte, a não temião.
Todos cegos, nenhuns se lhe desvião;
Ella a todos co dedo os vay contando.

Então quiz disparar! e os olhos cerra:
Tirou, e errou. Eu vendo seus empregos
Tão sem ordem, bradei: tem te, homicida.

Voltou-se, e respondeu: tal vay de guerra;
Se vós todos andais comigo cegos,
Que esperais que comvosco ande advertida?

(Soneto LXXXI).

Por conter uma bella metaphora nos dois quartetos merece ainda ser lembrado o soneto LXXXVII, de estylo bem pouco preciso como é proprio do soneto:

Quando pelas florestas passa o vento,
Que a nós chega fragrante, por ventura
Essa fragrancia, essa aura, essa doçura
Effeito he, que pertença a esse o elemento?

Apenas pôs o ar hum leve alento,
Que das flores colheu cheiro e frescura;
Pois se he do campo a graça e formosura,
Que devemos ao Ar no movimento?

Só três eglogas nos legou D. Francisco Manuel, que por certo são das peças melhores da sua poesia. Todas ellas são em quintilhas, de fluencia e naturalidade surprehendentes para quem deixa a linguagem lenta, um pouco artificiosa e mais duma vez obscura dos sonetos. D. Francisco Manuel tinha grande leitura das quintilhas de Sá de Miranda, a quem por duas vezes allude nas eglogas. As três peças são precedidas de cartas dedicatorias, em que se louva o patrono escolhido, D. Francisco de Mello para a primeira, um ministro que não nomeia para a segunda e Francisco Luiz de Vasconcellos para a terceira. As duas primeiras são em estylo culto — não queremos dizer de subtil culteranismo,

mas sim na douta forma litteraria—; a ultima em estylo rustico, imitando a syntaxe e o lexico, os modismos e plebeismos dos pastores. A primeira e a terceira são pastoris, a segunda piscatória. São assim na intenção, porque afóra a terceira cujo tom rustico lhe deu certo cunho realista de pastoralismo, as duas primeiras são discussões de assumptos moraes, amplamente humanos, para os quaes as roupagens e petrechos rusticos e piscatorios são de todo superfluos. Sem esses convencionaes vestigios de profissão e indumentaria, mais livremente bellas seriam as duas eglogas, que pouquissimo têm de quadros de generos e muito de dialogos moraes, em que dois caracteres se contrastam. Na primeira André e Gil disputam com razões e imagens a sua concepção do amor e do casamento, que um quer se baseie só na formosura e no desinteresse; outro defende pratica e chãmente que no calculo e no bem-estar material se deve fundamentar o casamento e a escolha da mulher. Para que tenham um juizo arbitral, vão ao cura que concilia as duas opiniões, pois cada uma em seu extremo é excessiva, conciliação de bom senso e realidade, em que ha, como em algumas das idéas de Gil, o homem pratico, muito daquella philosophia da experiencia e da observação que dictou a *Carta de Guia de Casados*. A riqueza dos argumentos de Gil e a forma correntia e facil, harmoniosa por metricamente correcta, expressiva por exacta e viva, foi um dos mais felizes momentos da inspiração de D. Francisco que se vê era mais déstro em tocar a sanfona de Euterpe na declamação familiar, que no tocar os outros instrumentos das nove irmãs. Os mesmos dons literarios se encontram na segunda egloga, em que expõe um contraste de caracteres, o dum affoito e dum medroso, cada um dos quaes com grande copia de argumentos se justifica e condemna o outro. Profere a sentença Mediano, conciliando com bom senso e realidade, como o cura da primeira, os dois oppostos modos de proceder na vida. A terceira, repudiando as habituaes

vestiduras dos pastores, o aformoseamento do pastoralismo, adorno que a tudo se adaptava, regressa ao baixo plebeismo de forma e assumpto: Clemente muito mudára com a súbita paixão que lhe inspirára uma pastora, inesperadamente apparecida no circulo dos seus pastoreios. Sempre a egloga oscillará entre os dois extremos, raro se mantendo em meia distancia. Se considerarmos no commum e banal do assumpto, no deselegante e tardo da forma, no restricto de toda a peça, que não tem um nucleo moral que perdure e interesse, como as duas anteriores, uma vez mais verificaremos que o estylo rustico era tão falso como o hyperculto, um fica para áquêm do quadro dos valores litterarios, outro ingressa no dominio esteril dos lugares communs, que se combinam e permutam, como as pedras dum jogo, para dar effeitos sempre monotonos e analogos na sua apparente variedade e já vazios de todo o sentido. Não deixa de ser para notar que nas três eglogas de D. Francisco não figura como personagem uma só mulher.

As doze epistolas em quintilhas e em quadras attestam uma leitura devota de Sá de Miranda, que foi quem entre nós introduziu o gosto desse genero familiar em que expôs idéas que muito bem se ajustavam aos sentimentos de D. Francisco: o tédio da vida da côrte, o desilludido conhecimento dos homens e o amor da vida simples. Mas o discipulo em muito excedeu ao mestre, porque manejou com maior mestria a redondilha, logrando ostentar uma facil familiaridade que não foi nunca excedida e dando mais vivo relevo de expressão ás suas idéas e opiniões, ao que chamaremos a sua desconsolada, mas tranquilla philosophia moral. Se uma ou outra, que visa a desobrigar seu auctor de deveres de cumprimentos, revela que elle poeta um pouco á sobreposse, outras são de notória fluencia, que quasi irmana com a das eglogas. Pouco têm de culteranismo, alêm do jogo que na 8.ª dellas faz com a palavra *palma;* embrecham como argumentos pittorescos casos e allegorias, como

a muito conhecida fabula da raposa e do lôbo, que exprime o que elle tinha por necessario equilibrio entre o bem e o mal, e a parábola do philosopho e do fanfarrão, que exterioriza uma alta comprehensão da nobreza, acima de prejuizos do sangue, a da alma.

A setima, dirigida a um amigo que se casava, descreve a sua maneira de comprehender o casamento e pinta um quadro de felicidade domestica, tal como já esboçára na primeira egloga e como mais completamente delineou na *Carta de Guia de Casados*, que analysaremos em outro lugar. Era como se vê um thema da predilecção de D. Francisco Manuel, que á sua penna mais duma vez acudiu.

A decima serve de introducção ao *Canto de Babylonia* e deixa transparecer uma deliberada imitação das famosas redondilhas de Camões, que começam:

> Sobolos rios que vão
> Por Babylonia me achei
> Onde sentado chorei
> As lembranças de Sião
> E quanto nella passei,

e que W. Storck julga haverem sido compostas na primavera de 1556, durante a viagem de Gôa a Malaca. Não têm aqui estas designações geographicas o menor valor real. [1] Como nestas redondilhas, em varios sonetos desenvolveu Camões esse thema do contraste da Babylonia e da confusão de Babel, em que se via desterrado, que era o mundo oriental, com a saudosa Sion, que era a patria para a qual voava o seu pensamento. Menos significado geographico têm ainda em D. Francisco, que nunca foi ao oriente. E' uma repetição da allegoria, para tambem repetir a situação moral de Camões, que chama em volta de si todas as suas recorda-

---

(1) V. Storck, pag. 562 da trad. port.

ções, para uma a uma as fazer passar através do crivo do seu pessimismo:

> Sobolas aguas correntes
> De aquelles rios cantados,
> Que a Babylonia levados
> Com lagrimas dos ausentes
> Chegam ricos e cansados;
> Hũa tarde me assentey,
> Cheyo de dor e fadiga,
> E oje, do que lá passei
> Me manda o tempo que diga
> Quanto em lagrimas direy.

E toda a amarga melancholia, que repassa essa revista de memorias, e a forma conceituosa são de pura inspiração camoneana. Num passo do mesmo *Canto de Babylonia* ha decerto influxo do formoso soneto de Sá de Miranda, *O sol he grande*, porque a sua idéa, a mudança cyclica da natureza e a mudança sem regresso de primavera, da vida humana, apparece alli paraphraseada e com alguns vestigios estylisticos. São de menos valia esthetica as duas cartas em tercetos e, na *Viola de Thalia*, a maioria das suas peças, onde algumas prosas se contêm, vestigios da sua cooperação nos trabalhos da Academia dos Generosos. Essas prosas e algumas poesias a ellas associadas estão eivadas do mais insulso gongorismo, como se dum obscuro collaborador da *Phenix Renascida* fossem, sempre crescendo até ao soneto da *Pyramide solenne*, «nunca visto modo de escritura».

Mas como o culteranismo academico de D. Francisco Manuel, por algum tempo presidente e assiduo frequentador da Academia dos Generosos, não se distinga por qualquer cambiante pessoal, guardaremos por agora silencio sobre essa parte das suas obras metricas, que utilizaremos como documentação quando do culteranismo em geral nos occuparmos.

FERNÃO RODRIGUES LOBO SOROPITA

Até 1868, Lobo Soropita [1] foi conhecido só como o benemerito editor e prefaciador esclarecido das *Rimas* de Camões, que por suas diligencias viram a luz em 1595, como advogado no fôro lisbonense e nessa qualidade auctor duma *Informação de direito*..., de 1597, e vagamente como poeta de elevado estro. Elogiosamente se lhe referiram Jacintho Cordeiro, Faria e Sousa, D. Francisco Manuel, Soares de Brito, Barbosa Machado, Innocencio, Sismondi e o Visconde de Juromenha, com varia intensidade no dizer, mas sempre com a certeza de existirem manuscriptos de textos poeticos. Finalmente, em 1868, Camillo Castello Branco publicava alguns desses manuscriptos de Lobo Soropita, sob o titulo de *Poesias e Prosas Inéditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita.—Com uma prefação e notas de*..., Porto, 180 pags. Na prefação Camillo apresenta ligeiros dados biographicos, dos quaes o mais importante é o da sua frequencia da Universidade, que lhe communicára José Silvestre Ribeiro; os outros são extrahidos das proprias obras. Sobre a proveniencia desses manuscriptos, Camillo apenas declara que em 1883 pertenciam ao Mosteiro de Tibães, um dos visitados por Herculano. Apesar da falta de noticias externas dos manus-

---

[1] Fernão Rodrigues Lobo Soropita foi natural de Leiria, segundo uma sua carta, ou de Lisboa, segundo o termo da sua matricula na Universidade de Coimbra, onde passou longamente de 1578 a 1594, confirmando-se a afirmação de J. S. Ribeiro. Advogou em Lisbôa e nada mais se sabe além dos episodios minusculos allegados nos seus escriptos. Camillo aventa a hypothese de ser Soropita parente do auctor da *Côrte na Aldeia*, seu quasi homonymo. Ignora-se a data da sua morte, mas julga Camillo que teria morrido em religião. No manuscripto que o auctor do *Amôr de Perdição* publicou, estava intercalada uma elegia de Fr. Agostinho da Cruz, circunstancia que o levou a alvitrar a hypothese de relações do poeta arrabido com Soropita.

criptos, que não é para louvar, e da evidente incerteza da lição dos textos, esta publicação foi um real serviço porque fez sahir do olvido uma figura litteraria que já era cara dos camoneanistas. Mas ella representa apenas um estadio no conhecimento desse auctor seiscentista, porque outras obras delle jazem ainda no esquecimento.

Possuimos o exemplar das *Poesias e Prosas Inéditas* que pertenceu ao bibliophilo Annibal Fernandes Thomaz, que o conferiu com outro manuscripto mais completo que o utilizado por Camillo. O exemplar tem por letra de Fernandes Thomaz a seguinte declaração no ante rosto: «Ms. d'Hollanda. Traz todos os impressos (á excepção de 5) mas com variantes, e 52 peças inéditas; sonetos, elegias, canções, glosas, motes e voltas, cantigas e voltas, ode trad. de Horacio, hymno e cartas». Depois o texto está annotado pacientemente com as variantes e os augmentos de texto, que em alguns casos são consideraveis e grandemente modificam a lição, menos no verso que na prosa. Algumas das peças só ficam completas e intelligiveis depois de attendidas as variantes e os accrescentamentos de Fernandes Thomaz. Qual fosse o manuscripto que este bibliophilo possuia e que destino seguisse, não lográmos saber, a despeito das nossas vivas diligencias. Descoberto o paradeiro dessa segunda collecção manuscripta, e averiguada a sua authenticidade, haverá que publicar as peças inéditas e republicar as divulgadas por Camillo, depois de escolhidas as variantes.

Neste voluminho, editado por Camillo, são em minoria as peças lyricas; a maior parte delle é em prosa e de natureza satyrica, a qual em seu proprio lugar terá referencia. Quando se póde julgar por esta pequena parte da obra lyrica de Soropita, ainda em forma tão pouco segura, era elle um verdadeiro continuador do lyrismo camoneano: a melancholia resignada da expressão, a elegante facilidade da forma, em que a harmonia se casa á delicadeza do sentimento e certas reminiscencias do proprio estylo de Camões o estão affir-

mando. E essa affinidade artistica foi tal que um camoneanista, bem conhecedor dos processos poeticos delle, não hesitou em fazer incluir nas obras de Camões uma elegia de Soropita, a que chama com algum desdem «Tersetagem». Três quadras, três elegias, cinco sonetos dos quaes um em hespanhol e uma allegoria constituem a parte lyrica das *Poesias e Prosas Inéditas*, deste poeta; muito menos, como se vê, do que possuia Fernandes Thomaz. Como Camões só muito veladamente allude a casos concretos e episodios, e paira no mundo alado do sentimento, idealizando e subtilizando numa formosa dialectica as suas creações e as suas maguas, que não chegamos a realmente conhecer. A elegia, que Juromenha attribuiu a Camões, e a da *Penitencia* são por certo as mais felizes das composições lyricas publicadas. O culteranismo moderado, que já encontramos em Camões, accusa-se no jogo dos contrastes e das translações de sentido das mesmas palavras e principalmente, na regra secreta da «tersetagem», que elle mesmo desvendou, e na allegoria da Casa da Lembrança, já de puro gosto gongorino, artificio que tambem D. Francisco de Portugal usou na Casa da Saudade. A regra secreta da sua «tersetagem» é a seguinte: no ultimo verso dos tercetos de ordem impar, repetia uma palavra; as palavras terminaes do segundo e terceiro versos dos tercetos de ordem par formavam contraste. Esta *paciencia* litteraria exemplifica-se no seguinte trecho:

Quando os passados bens me representa,
No mais secreto d'alma, o pensamento,
Que quanto *mais* os vê *mais* se atormenta,

Tal forma tomo neste apartamento,
Que nada me dá agora mór *tristeza*
Que o que me dava mór *contentamento*.

E quanto tive a gloria em mais largueza,
Tanto é agora maiór a perda d'ella
Que onde o poder é *mór*, *mór* é a preza.

E já se contentara a minha estrella,
Que tivera esperança de *cobra-la,*
Como tive receio de *perdê-la,*

Sómente aquelle allivio de espera-la,
Na força do que quero sustentado,
Me *alcançara* vigor para *alcançá-la.*

Mas, segundo do tempo sou tractado,
Bem posso recear que algum *descudo*
Me roube o galardão do meu *cudado.*

FR. ANTONIO DAS CHAGAS

De Fr. Antonio das Chagas, [1] como poeta, só consideraremos as obras impressas e não em lingua castelhana. Não são numerosas, jazem ainda dispersas, a saber principalmente:

---

[1] A biographia de Fr. Antonio das Chagas está ainda mal estudada. As fontes principaes para o seu conhecimento são o panegyrico do P.^e^ Manuel Godinho, *Vida, virtudes e morte com opinião de Santidade do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas, missionario apostolico neste reyno...*, Lisboa, 1687, 410 pag; e o livro do sr. Alberto Pimentel, *Vida mundana de um frade virtuoso (perfil historico do seculo XVII),* Lisboa, 1890, 162 pags. Mas o investigador que se dér ao estudo da vida de Chagas, tem que verificar todos os dados destes dois biographos. Tambem a sua obra poetica, principalmente a parte profana, não está reunida; jaz dispersa pelas collectaneas da *Phenix Renascida* (vol. IV, pag. 356-372 e vol. V, pags. 72-136) e do *Postilhão de Apollo* (vol. 1.º pags. 281 e seg., vol. 2.º pags. 211 e seg.) e em manuscriptos por livrarias publicas e particulares. Dos ms. dá util noticia o sr. Alberto Pimentel no capitulo 3.º, pags. 131-161. — Fr. Antonio das Chagas, no seculo Antonio da Fonseca Soares, nasceu na Vidigueira em 1631, filho do Dr. Antonio Soares Figueirôa. Passou a primeira infancia no Algarve, Villa Nova de Portimão, onde seu pae foi juiz, e a mocidade em Evora onde fez os seus estudos. Por morte do pae, recolheu-se com a familia a Vidigueira. Seguindo a carreira militar, alcançou o posto de capitão e, por sua boa presença, a alcunha de «capitão bonina». Vivendo vida solta de prazeres e aventuras, a morte de um adversario em duello de amores determinou

Contricção de um peccador arrependido a Christo crucificado, Lisbôa, 1685;

4 Elegias, no fim da *Vida* pelo P.e Manuel Godinho, Lisboa, 1.a ed. em 1687;

As impressas na *Phenix Renascida*, vol. 4.º, Lisboa, 1746, pag. 356-371, e no vol. 5.º pag. 71-136;

As impressas no *Postilhão de Apollo*, (1) Lisboa, 1761, vol. 1.º pags. 281 e seg., e vol. 2.º, 1762, pags. 211 e seg.

Fugida para o deserto e desamparo do mundo, Lisboa, 1752 (não 1756 como diz Innocencio).

As peças mais felizes são as quatro elegias em tercetos. Na primeira, excessivamente grande, participa a um amigo que tomou o habito de S. Francisco em Evora, descreve o convento e ao fallar da famosa capella dos ossos della extrahe ensinamentos. Essa longa descripção tem toda a emphase verbal do culteranismo, a sua obscuridade e as suas hyperboles e periphrases. Tem mais espontaneidade e mais sinceridade artistica a segunda,

---

a sua fuga para o Brasil. Por leituras mysticas, sentiu-se impellido á conversão religiosa, que se effectuou no convento de S. Francisco de Evora, em 1662. A sua vida em religião foi do mais sollicito ardor. Missionou no reino e fóra delle, pessoalmente, por correspondencia e obras litterarias, e fundou no Convento do Varatojo, em Torres Vedras, um seminario de missões, que iniciou em 1680 a sua actividade. Nesse convento morreu em 1682. Na Bibliotheca Nacional, na sala onde se conservam alguns dos livros do Varatojo, existe um seu retrato. A' volta delle teceu José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco um escorço biographico na obra *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos da Bibliotheca Nacional de Lisbôa*, Lisboa, 1854, LXXVI + 316 pags.

(1) Torna-se muito difficil encontrar esta obra sem conhecer todo o seu titulo que é: *Eccos que o clarim da fama dá. — Postilhão do Apollo montado no Pegaso, girando o Universo para divulgar ao orbe litterario as peregrinas flores da Poesia Portuguesa em que vistosamente se esmaltam os Jardins das Musas do Parnaso*, Lisboa, 1761, 2 vol. XXIV + 407 pags e VIII + 407 pags.

em que se lamenta de que nem sempre rendesse as commovidas graças que ergue agora a Deus, como faz toda a natureza, montes, campos, rios, fructos e hervas. A terceira tem uma intenção de proselytismo e a quarta pretende consolar à um amigo, o Conde de Soure, da morte duma sua filha com a concepção christã, sem deixar de prever a natural reacção do sentimento paternal:

> Bem sey que estas razoens que acha a piedade,
> Da parte do juizo, ou do remedio,
> Nao acha a dor da parte da saudade,
> Pois sem allivio de hum penoso tedio
> Vos serve agora ao rosto nunca enxuto
> De luto a magoa, o pranto de epicedio.

Os romances em português da *Phenix Renascida* são manifestamente mediocres, ou pelo assumpto ou pela factura artistica, com todos os vicios do conceptismo, em estylo difficil e trôpego. As suas materias profanas são restrictamente episodicas, como pedidos de dispensa de soldado a quem cabia o serviço de campanha, troca de noticias e louvôres; não têm capacidade de emoção. A sua biographia de religioso e seus escritos espirituaes é que chamaram a attenção para a sua obra poetica, que sem esse reflexo ficaria esquecida, pelo menos na sua parte portuguesa.

MANOEL DA VEIGA TAGARRO

As obras deste poeta [1] estão reunidas no volume unico *Laura de Anfriso*, nomes de dois protagonistas das suas lyricas, o qual se publicou em 1627 e 1788. Contem esse

[1] Ignora-se a biographia de Manuel da Veiga Tagarro. Os bibliographos apenas apontam a sua naturalidade de Evora e apontam a probabilidade de haver estudado nessa mesma cidade, pelo que usaria o titulo de licenciado.

voluminho quatro eglogas e sessenta odes, estas divididas em seis livros, a dez cada um. Pouca attenção têm dado os historiadores da litteratura a este poeta, que alguns delles inseriam entre os do seculo XVI. (1) Barbosa Machado, Costa e Silva e Innocencio déram delle a noticia biographica e critica que se conhece, e outros deixáram-no em esquecimento quasi completo. Menéndez y Pelayo referiu-se a elle no seu ensaio sobre a tradição poetica horaciana em Portugal, nos termos seguintes: «Manuel da Veiga Tagarro, autor de la *Laura de Anfriso*, es uno de los poetas que más se libertaron del contagio del mal gusto en el siglo XVII. Casi todas las liras de Veiga son eróticas é imitadas de la de Camoens; pero la dirigida á un su hermano que militó en la India, es traslado del *Sic te diva:*

Ligeira Naü formosa
Que accommetteis o Indico Oriente,
Tão alegre e contente
Que prometteis briosa,
Vendo os mares largos,
De ter assento ethereo como á de Argos...
Um irmão me leväis,
Irmão que era metade da alma minha...

En las obras de amores hay trozos muy bellos, animados por el sentimiento personal del poeta. Nunca anduvo éste más inspirado que al cantar la profesión religiosa de su amada:

Era Laura uma flor de alta esperança,
Dos Paes primeiro amor, dôce lembrança,
Qual a fechada rosa
Que em botão mostra a purpura formosa...

---

(1) O sr. Th. Braga e Menéndez y Pelayo.

La oda *Aos passarinhos*, la cuarta del libro tercero, en que glosa aquel célebre soneto de Lope de Vega *Daba sustento*, y algunas más de la *Laura de Anfriso*, son dignas de leerse, y sí no en el espirítu, por lo menos en la estructura, contribuyeron á conservar la tradición horaciana-española del siglo XVI. No llega Manuel da Veiga á la altura de Rioja, ni de Hernández de Andrada, ni de Pedro de Quiróz; pero militó, como ellos, en las banderas del buen gusto contra la tenebrosa poesia del *Polifemo*, de las *Soledades* y de la *Fenix Renascida*.» [1] Nestas breves linhas se apontam as principaes influencias que se revelam na *Laura de Anfriso*: a camoneana, a horaciana e a lopesca. Costa e Silva apontava ainda dois outros influxos: Virgilio e Guarini. O primeiro é seguro em varios passos; o segundo é verosimil na Egloga IV [2].

A obra é dedicada ao Principe D. Duarte, da casa de Bragança, na qual viveu o poeta. Como se sabe, pela riqueza, pelo poderio que desfructou e pelo prestigio que lhe advinha de ser unanimemente reconhecida como a verdadeira depositaria da tradição regia de Portugal, a casa de Bragança foi um importante centro politico, artistico e litterario, durante a dominação castelhana. Castella temia-se della e procurava captar os duques, com razão segundo o tempo veio a confirmar; D. Theodosio II e D. João II (IV como rei) organizaram uma notavel livraria de musica e protegeram com providencias proficuas o cultivo desta arte, de que este partilhou; todas as vicissitudes familiares a poesia coeva registou; escriptores numerosos beneficiaram do mecenatismo dos

---

[1] *Horacio en España*, Madrid, 1885, 2.º vol., pags. 320-321. E' semelhante a critica do sr. Th. Braga, com exclusão de influencia horaciana, no *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1885, pag. 273.—Já em 1853, no vol. 5.º do seu *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*, Costa e Silva fizéra uma judiciosa apreciação de Veiga Tagarro, em que sobresahem os seus alvitres sobre as fontes e os modelos litterarios do poeta.

[2] V. *Ensaio biographico-critico*, vol. 5.º, pag. 307.

duques e lhes dedicaram suas obras. Só a D. Theodosio II foram dedicadas obras por Manuel Barata, Belchior Estaço do Amaral, Pero Vaz Pereira, Rodrigues Lobo, Gaspar de Chaves Sentido, Manuel Correia Montenegro, Francisco Soares Toscano, Francisco Saraiva de Sousa, João de Brito Lemos, João Alvares Frade, André Affonso Castello, Antonio da Fonseca Osorio, Pedro Tacito Solmarinho, Francisco de Moraes Sardinha, Manuel Bocarro, Manuel Severim de Faria, Miguel Pinto de Sousa, Pedro Barbosa, Antonio Alves, Antonio Alvares e o proprio Lope de Vega, que em 1628, num poemeto sobre a tapada de Villa Viçosa, perpetuou as recordações duma sua visita ao famoso retiro ducal. Depois da sua morte, ainda lhe consagraram escriptos commemorativos o P.e Bartholomeu Guerreiro, o P.e André Gomes, João Dias de Carvalho, Gaspar Pinto Corrêa e o P.e Francisco Freire. (1)

O principe D. Duarte, a quem a *Laura de Anfriso* é dedicada, opina o sr. Theophilo Braga que seja o marquez de Frechilla, irmão de D. Theodosio II, (2) e que seja seu sobrinho, irmão de D. João IV, crê Ramos Coelho, levado talvez por outras semelhantes dedicatorias: a do *Templo da Memoria,* de Manuel de Galhegos, a da *Segunda parte de las Comedias,* de Jacintho Cordeiro, uma poesia á morte de D. Theodosio pelo padre Francisco Freire e a *Instrucção e Ordenança de gente de guerra*, de Diogo Alvares Corrêa. (3) Inclinamo-nos a crer com Ramos Coelho, embora sem certeza porque ha na epistola dedicatoria passagens cuja primeira interpreta-

---

(1) Dá estas noticias José Ramos Coelho na sua excellente *Historia do Infante D. Duarte,* Lisboa, 1890, 1.º vol. pags. 93-95 e 696. O sr. Christovam Ayres publicou recentemente uma collecção de documentos, que constitue um valioso supplemento a esta obra, *A prisão do Infante D. Duarte,* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias,* vol. XI, Coimbra, 1918, com separata de 92 pags.

(2) V. *Curso de Litteratura,* pags. 272.

(3) V. *Historia do Infante D. Duarte,* 1.º vol., pags. 372.

ção não se concilia com as circunstancias familiares de D. Duarte, irmão de D. João IV.

As quatro eglogas, bem como a epistola de abertura, são hymnos de acendrada lisonjaria á casa de Bragança; os themas são pretextos futeis, como ausencias do duque D. Theodosio, o pastor, a excessos de adulação, em que, não obstante as suas demasias se percebe o reconhecimento do grande papel, que o consenso geral futurava a essa casa, O proprio assumpto do louvor do Duque era já uma segurança de triumpho para o poeta, di-lo Veiga Tagarro:

E para que se entenda
Que o preço da victoria
Da dôce competencia
Está na excellencia
Do verso, que contém sublime historia:
Aquelle he vencedor,
Que, Duque excelso, diz vosso louvor.

(Ed. de 1788, pag. 30).

O impulso da hyperbole levara Tagarro a excessos inestheticos por antinaturaes. Não chegou elle a crer feliz quem tivesse morrido ás mãos de Nun'Alvares?

Qual luctando c'o a morte entre gemidos
Tem uma nobre inveja aos que morrêrão
Entre os golpes de Nuno esclarecidos.

Oh! ditosos aquelles que podérão
Morrer ás mãos da invicto cavalleiro!
Que a morte com o Author doce fizerão.

(Idem, pag. 50).

Os vestigios duma assidua leitura de Camões são evidentes e muito repetidos, havendo até reproducção de alguns dos modos de dizer mais typicos de Camões, já na estru-

ctura da phrase, já na adjectivação: *tuba sonorosa*, *agreste avena*, *nova esperança Brigantina*, *espada fina; inclinae*, *principe alto, a Magestade; cesse do Pollião o falso escrito*, etc.

Na mesma atribuição de altos designios providenciaes a D. Duarte ha um parallelo com a que Camões fazia a D. Sebastião. Foi esta familiaridade com o estylo e a sensibilidade de Camões que deram decerto a Tagarro a harmonia serena do seu lyrismo, que melhor se expressou nas suas odes. Estas peças pouco têm da indole que o genero trouxe da antiguidade, variada, limitadamente subjectiva, aflorando fugazmente todos os themas, como a definiria Boileau. (1) As odes de Tagarro são predominantemente lyricas e participam dos caracteres estheticos da canção camoneana: dialogos com a sua alma ferida de penas de amor, analyses do seu sentimento intimo, elogio da vida recolhida e tranquillla na obscuridade aldeã, pouco de maravilhoso mythologico, largo uso do animismo como rico processo poetico que á natureza ambiente e ás coisas extende uma sensibilidade que vibra com alma propria, reminiscencias de

---

(1) Na sua *Art Poétique*, publicada em 1674, disse Boileau da ode:

«L'ode, avec plus d'éclat et non moins d'énergie,
Elevant jusqu'au ciel son vol ambitieux,
Entretient dans ses vers commerce avec les dieux.
Aux athlètes, dans Pise, elle ouvre la barrière,
Chante un vainqueur poudreux au bout de la carrière,
Mène Achille sanglant aux bords du Simoïs,
Où fait fléchir l'Escaut sous le joug de Louis.
Tantôt, comme une abeille ardente à son ouvrage,
Elle s'en va de fleurs dépouiller le rivage:
Elle peint les festins, les danses et les ris,
Vante un baiser cueilli sur les lèvres d'Iris
Qui mollement résiste, et pour un doux caprice,
Quelquefois le refuse afin qu'on le ravisse.
Son styl impétueux souvent marche au hasard:
Chez elle, un beau désordre est un effet de l'art.»

Lope e de Horacio, e a presença constante de Camões, como modelo. Alguns dos themas que chamamos cyclicos, porque occorrem repetidamente nos poetas quinhentistas, em sonetos, voltam a engastar-se nas odes de Tagarro, pequenas jarras de uniforme typo, onde elle dispõe flôres do mais variado pórte e tamanho. O predilecto thema é a volta periodica da primavera e seu contraste com o decahir da vida humana. O seu verso é ordinariamente correcto e musical, attestando de par com grande mestria formal uma rara sensibilidade de alma.

LEONEL DA COSTA

Maior que a sua reputação de poeta é a de traductor, de que Leonel da Costa tem gozado. [1] Delle se conhecem versões da *Eneida* e das *Eglogas* de Virgilio, das Comedias de Terencio, e segundo o mais antigo dos seus biographos, Barbosa Machado, das obras de Fr. Jeronymo de Savonarola, audacia de heterodoxia que chama para o seu espirito uma especial attenção. Neste logar só nos referiremos á sua obrinha de poesia narrativa, *A Conversam Meraculosa da felice Aegypcia penitente S. Maria — Sua vida & morte, composta em redondilhas*, que tem valia litteraria em si e pela circunstancia de se associar a um problema, que puzémos em 1917, a auctoria do poema de igual assumpto, de Sá de Miranda. Do seu aspecto esthetico e do seu significado documental para a discussão desse problema se julgará pelo breve exame que da obrinha vamos fazer.

---

[1] Leonel da Costa nasceu em Santarem em 1570, onde tambem morreu em 1647. Ignoram-se todas as particularidades da sua biographia, a não ser a data do seu casamento em 1594. — Costa e Silva, a pags. 172-205, do vol. 5.º do seu *Ensaio*, apreciou com severidade essa reputação de Leonel da Costa, como traductor, esquecendo que as idéas sobre traducções e processos dellas têm tambem sua historia.

O brusco abandono dos prazeres da volupia, do luxo e da lisonja por uma cortesã que, por uma brusca reviravolta da alma, tocada de inspiração divina, quer purificar a sua vida interior na meditação e na renuncia, é um thema muito antigo e commum ás duas civilizações, a oriental e a christã. Recentemente, um erudito orientalista contou uma versão dessa lenda no budhismo. [1] No occidente a lenda está divulgada na forma religiosa, de Santa Maria Egypciaca canonizada pela Igreja, que a celebra festivamente em 2 de abril, no rito latino e 1 de março no grego. A historia teria sido composta por Sophronio, bispo de Jerusalem no seculo VII, cuja narração em traducção latina figura na *Patrologia Latina.* [2]

A sua materia essencial é a seguinte: Por inspiração divina, Zozimas sahiu dum mosteiro de Jerusalem para o deserto á busca dum eremita, que lhe ensinasse o caminho da perfeição. Vinte dias depois avistou uma mulher inteiramente nua, com os longos cabellos em desalinho, tostada e ennegrecida pelos ardores do sol, que o chamou pelo seu nome e que, orando por intimação delle, soerguia do sólo o corpo mais dum covado. Depois contou-lhe a sua historia, sua infancia no Egypto em casa dos paes, a sua fuga para a Alexandria para as orgias da luxuria, a que a conduziam as exigencias dos sentidos e não a avidez de dinheiro. Embarcando-se num navio de peregrinos, em viagem para Jerusalem, continuou os seus tôrpes excessos. Chegada a Jerusalem, querendo assistir á exaltação da Cruz, foi trez vezes impedida de entrar no templo por uma força mysteriosa,

---

[1] O sr. F. M. Esteves Pereira na Academia Real das Sciencias.

[2] Grande collecção de textos dos Padres da Igreja, organizada e publicada pelo P.e Jacques Paul Migne (1800-1875), em 221 vols., apparecidos de 1844 a 1855. O texto de Sophronio está contido no vol. 78.º

mas promettendo ante uma imagem da Virgem renunciar ao mundo e fazer penitencia, entrou facilmente. Em seguida cumprindo o seu voto, foi purificar-se no Jordão e internou-se no deserto, onde se alimentou longo tempo com uns pequenos pedaços de pão que trouxéra e que milagrosamente perduravam, e depois com hervas de acaso. Durante os primeiros dezasete annos foi muitas vezes a sua resistencia posta á prova pelas tentações da carne, mas já alcançára plena quietude quando Zozimas a surprehendeu. A eremita pediu ao monge que voltasse dahi a um anno para lhe ministrar a sagrada communhão. Assim o fez, tendo-a visto dessa vez atravessar a pé enxuto o Jordão, cujas aguas ao signal da cruz lhe abriam passagem. Um anno depois, tornou Zozimas a procurá-la, mas encontrou-a morta e ao lado viu uma inscripção que lhe pedia sepultura e lhe revelava o nome da eremita: Maria. Como Zozimas se encontrasse perplexo sobre o que faria, appareceu um leão, que com suas garras abriu uma cova e a inhumou, desapparecendo de novo. O lugar tornou-se centro de peregrinações e theatro de muitos milagres, e Maria Egypciaca, santificada, foi orago de muitas igrejas e capellas.

Em todas as litteraturas foi esta lenda elaborada em generos muitos diversos e nas mais separadas epochas. [1] Em Portugal a primeira forma conhecida é a do codice alcobacense n.º 266 que se guarda no Archivo da Torre do Tombo e foi publicada por Julio Cornu na revista *Romania,* vol. XI, pags. 366-381. O mesmo philologo precedentemente havia descripto o conteúdo do codice, (*Romania*, vol. X, pags. 334-335), mas sem se pronunciar sobre outro aspecto do codice, senão o philologico. O texto alcobacense é uma

---

[1] Uma das mais antigas versões castelhanas foi publicada por Pedro Pidal em 1844 em *El Libro de Apollonio,* ms. escurialense. Referiu-se-lhe tambem Menéndez y Pelayo no 2.º vol. da *Antologia de Poetas Liricos,* pag. XXVII.

especie de traducção livre, sem amplificações artisticas, da lição de Sophronio. [1]

Em 1913, publicou o sr. Th. Braga o poema attribuido a Sá de Miranda, *A Egypciaca Santa Maria.* A simples analyse dos caracteres estheticos desse poema e a comparação delles com a personalidade moral e litteraria de Sá de Miranda, tal como o visualisamos através das obras authenticas, levou-nos logo a duvidar dessa attribuição. Poderiamos hoje reforçar os argumentos, não da nossa demonstração, mas da nossa duvida, mas elles têm mais legitimo cabimento na reedição do livro, onde primeiramente a expuzémos. [2]

Em 1627 sahiu á luz Leonel da Costa com a sua narrativa em redondilha maior que é tambem o metro do poema precedente, da vida de Santa Maria Egypciaca. O seu poema compõe-se de sete cantos, de metro geralmente facil sem os laivos de cultismo do que a Sá de Miranda se imputa, e tambem sem a estructura artistica do mesmo. O auctor desse, que se crê anterior, organizou a materia em narrativa de arte, romanceou-a, afastando-se para isso do plano da *Patrologia;* Leonel da Costa manteve fielmente não só a parte

---

[1] J. Cornu publicou na *Romania,* juntamente com o texto de que nos estamos occupando, outro extrahido do mesmo codice, *Vida de Euphrosina.* De ambos muito se utilizou o lusitanisante sueco, sr. Johan Vising, para o seu trabalho sobre *Die Realen Tempora der Vergangenheit im französischen und den übrigen romanischen Sprachen,* publicado nos *Französischen Studien,* de G. Körting e E. Koschwitz, Heilbronn, 1888, vols. 6.º e 7.º. Sobre os mesmos dois textos portuguceses compôs o sr. Clemens Radermacher a sua dissertação inaugural apresentada á Universidade de Bonn, *Lautlehre zweier altportugiesischen Heiligenleben (Euphrosyna und Maria aegyptiaca),* Bonn, 1889, III + 82 pags. E o sr. Th. Braga reproduziu o de Maria Egypcia em appendice ao poema do mesmo assumpto attribuido a Sá de Miranda, *A Egypciaca Santa Maria, poema de Sá de Miranda, pela primeira vez publicado por Th. Braga,* Porto, 1913.

[2] V. *Historia da Litteratura Classica* (1502-1580), Lisboa, 1917, pags. 130-134.

episodica, mas tambem o plano, por que ella se nos apresenta. No primeiro poema, assistimos á infamia de Maria em casa dos paes, ás apprehensões destes, aos desregramentos da mocidade della em Alexandria, em quadros que o poeta desdobrou e amplificou do eschema da narrativa; em Leonel da Costa mantem-se a forma primitiva. A maneira de tratar o thema consistiu no accrescentamento de assumptos a elle estranhos, na annexação de quadros affins. Após a inspiração e a invocação, Leonel reconstitue com minucia a vida de Zozimas no convento, depois no eremiterio, as suas discussões espirituaes e um longo sermão; só no canto terceiro cabe a exposição de Maria, seus passados erros e sua conversão. No canto quarto, novo annexo: regressando ao convento de ouvir Maria, Zozimas topa um irmão com um accidente, de quem logra fazer-se acompanhar, longamente discorrendo sobre os mysterios da Igreja. O canto quinto é todo preenchido com os exercicios espirituaes, praticas e rezas, com que Zozimas occupou no seu eremiterio o espaço dum anno, que mediou até voltar junto de Maria, para lhe ministrar o sacramento da communhão — materia que é toda da lavra de Leonel da Costa, mas que não attinge a integridade da versão de Sophronio. No canto sexto narra-se a segunda ida ao deserto de Zozimas que longamente disserta, e no canto setimo a terceira e ultima ida, sua communicação aos seus freires e sua morte.

Como se vê, Leonel não deu composição artistica á lenda, apenas a entresachou de dissertações e discussões espirituaes, a ella estranhas, tudo expondo em verso. A forma metrica é que é o elemento de arte, porque não o é o discorrer espiritual, nem o repetir a lenda. Dar forma de arte a um thema é imprimir-lhe cunho pessoal e extrahir do seu particularismo uma vibração geral e humana, um significado perenne que transcenda o localismo, a concreção chronologica e, neste caso, tambem o méro intuito de edificação religiosa.

Não deve deixar de ser apontada a invocação a deuses de varias confissões, amplitude espiritual que nos admira tenha sido despercebida dos zeladores do Santo officio. Nella ha qualquer coisa de deismo e de tolerancia para com outras religiões, que são para considerar num escriptor, que traduziu as obras de Savonarola (v. pags. 9-12 da edição de 1674). Se realmente o poema de Leonel é posterior ao que se attribue a Sá de Miranda, elle não representa um progresso esthetico sobre aquelle, porque a expressão não tem a vivacidade daquelle, nem demonstra uma intelligencia psychologica do thema como a que já apontámos no mesmo.

Depois de Leonel, foi o thema retomado por Frei Izidoro Barreira, da Ordem de Christo (?-1634 ou 1648), na sua *Comedia famosa de Santa Maria Egypciaca*, de que fizéram menção o P.e Antonio dos Reis e Barbosa Machado e que se conserva em manuscripto. Reis referiu-se a essa obra no seu *Enthusiasmus Poeticus* e na nota n.º 238:

> ... Barreira Mariam
> Prostibulum infelix, pro nullum spurcius olim
> Fornice sub turpi tellus Mareotica vidit,
> . . . .

CAPITULO II

O THEATRO

Decadencia do auto vicentino. — *O Fidalgo Aprendiz.* — O theatro jesuitico. — Antonio José da Silva. — Alexandre Antonio de Lima.

Já noutro lugar, quando delineámos a physionomia especial do theatro vicentino e sua evolução e, quando apontámos quaes os caracteres que o apartavam da comedia classica, propuzemos a these, muito heterodoxa em relação ás doutrinas correntes, de que o auto, tal como o creára entre nós Gil Vicente, se immobiliza na sua forma rudimentarmente tôsca e que só alêm fronteiras vae desenvolver-se progressivamente até ás formas superiores que reveste com Lope de Vega, Calderon e Tirso de Molina ([1]). Assim vae a litteratura portuguesa quinhoar na creação do original theatro peninsular, que tão vivamente se oppõe ao francês. E como nós consideramos o theatro francês como typo das formas dramaticas neo-classicas e o theatro castelhano como typo das formas dramaticas extra-classicas, não será sem interesse apontar algumas fundamentaes distincções nos systemas dramaticos dessas duas litteraturas, taes como foram theorizados.

Em França o tom comico e o tom tragico, o lyrismo e o burlesco extremaram-se inconciliavelmente em

([1]) V. *Historia da Litteratura Classica*, pag. 105-108; 135-137; 163-172 e 398-399.

generos autonomos; e a adopção da regra das unidades é a phase ultima do progresso do theatro, porque o approximava da vida pela verosimilhança. Ás unidades, que a exegése critica havia extrahido de Aristoteles, se chegou em França, não por força da auctoridade, mas pela razão, pela logica evolução dos generos e por sollicitação do proprio espirito francês, que repudiava toda a indisciplina, todo o individualismo, porque era eminentemente social e então muito mundano. Mairet é inseparavel desta phase de theatro francês, porque na sua tragi-comedia pastoral, de 1629, *Silvanire*, fez a primeira applicacão da theoria das unidades; no prefacio da edição da mesma, em 1631, fez a primeira defeza, e na sua *Sophonisba*, de 1634, deu a primeira tragedia regular, queremos dizer reuniu os dois essenciaes progressos do theatro francês: differenciação de generos e concentração da acção segundo a regra das unidades. O *Cid*, de Corneille, estabeleceu definitivamente a theoria, apesar da viva querella suscitada em torno desse problema vital do theatro, em que Chapelain e o P.e d'Aubignac foram incansaveis propugnadores de Aristoteles.

Pelo contrario, em 1609, Lope de Vega expunha theoria muito diversa no seu escripto didactico *Arte nuevo de hazer comedias en nuestro tiempo.* [1] Lope é um élo já avançado duma longa evolução dramatica, com suas inevitaveis suspensões e recurrencias, mas cuja resultante geral é sempre a creação dum theatro novo, muito peninsular e estranho a influencias classicas. O nosso Gil Vicente continúa a construcção sobre os alicerces lançados por Gomez Manrique e Juan del Encina; Torres Naharro terá contribuido para ampliar o ambito de themas desse theatro; Rueda e Timoneda, encorpo-

---

[1] V. a edição magistral deste escripto pelo Sr. A. Morel-Fatio, publ. no *Bulletin Hispanique,* Bordeus, n.º de Outubro-Dezembro de 1901. Consulte-se tambem a *Vida de Lope de Vega* (1562-1635), Hugo A. Rennert e Americo Castro, Madrid, 1919, pag. 186-191.

rando alguns elementos tradicionaes, popularizaram-no; Juan de la Cueva, que ao theatro de Seneca desdenhosamente appellidou de *cansada cosa*, e Miguel Sanchez prenunciam o theatro nacional poetico e liberrimo de Lope; e Artieda, Virués, Argensola e Cervantes representam a lucta de defeza do theatro classico, que inteiramente se esterilizou perante o genio nacional. Quando condensava os materiaes accumulados por lentas innovações individuaes e com seu genio conduzia o genero ao seu acumen, Lope de Vega resumia a sua theoria dramatica. E posto que fosse na sua pratica do theatro muito mais feliz — e ainda bem! — que nesse seu escripto theorico, elle é sufficientemente elucidativo para fazer contraste com o systema francês.

Daremos uma resenha das suas idéas essenciaes. Depois de muito perfunctoriamente rememorar a theoria classica, Lope affirma que procura conciliá-la com o gosto do vulgo. Para isso preconiza que se escolha indifferentemente o assumpto; que se misturem o comico e o tragico, cuja juncção deleita e é natural; que na acção haja certa unidade e necessidade; que se enjeite a unidade de tempo; que a duração do espectaculo seja de duas horas; a peça se divida em três actos, não já em quatro, como em seu tempo se fazia; que os intervallos sejam preenchidos por bailes e entremeses, não já por córos; que a scena não fique nunca deserta, em consequencia immediata da suppressão dos córos; que se respeite a verosimilhança e se proporcione o estylo á qualidade das personagens; que as scenas sejam rematadas com donaire e sentença. A acção deveria ser posta no 1.º acto e depois os successos do seu desenvolvimento seriam enlaçados de modo tal que até ao 3.º acto se não pudesse prever o desfecho, com o que a attenção e o interesse do publico não diminuiriam. A metrificação seria variada com os assumptos; o estylo aproveitaria dos artificios da rhetorica; os assumptos seriam predominantemente casos de honra e de virtude, e um dos processos aconselhados pelo

poeta seria o comico de enganar com verdade. Lope junta grandes questões geraes e pequenas recommendações de ordem externa, conselhos e methodos de trabalho, como a pratica de redigir primeiramente a peça em prosa e a extensão em folhas que deveria ter cada acto.

Mas assim irregular, esta theoria contem alguns principios inteiramente antagonicos do theatro francês; o mixto da sua acção; o repudio das regras, mesmo a da acção, theoricamente defendida, mas praticamente muito esquecida; o estylo poetico; o popularismo e tudo que da objectividade social se affastava. Poderão ainda servir de typica demonstração das differenças do theatro francês e do theatro hespanhol as personagens e os assumptos que do theatro peninsular passaram ao francês. Falando de Corneille, escreveu Brunetière: «S'il emprunte un sujet à l'Espagne, — parce que l'Espagne est à la mode, — il imprime donc à ses personnages, dans le *Cid* ce caractère d'humanité, dans le *Menteur* ce caractère de politesse, et, dans l'un et dans l'autre, ce caractère de généralité qui sont autour de lui les caractères des «honnêtes gens», et comme les signes auxquels ils se reconnaissent entre eux». [1] Certo é que poderá objectar-se que, tendo a litteratura hespanhola poderosamente influido na francesa, não existiria tal contraste esthetico, aliás o espirito francês havia repudiado esse influxo. Mas a esse reparo promptamente responde a critica, quando considera o movimento da litteratura francesa e seu sentido, não só com a já alludida transformação dos themas, que é apontada por todos os eruditos que estudam a osmose litteraria hispano-francesa, mas com o facto de que essa influencia foi apenas um estimulo transitório, do qual depressa se libertou o genio francês, depois de haver delle extrahido toda a seiva viva que continha, porque no seu seculo aureo a litte-

---

(1) V. *Manuel de l'Histoire de la Littérature Française,* Paris, s. d., 6.a edição, pag. 132-3.

ratura francesa attingiu a phase ideal, a que deve visar todo o progresso em historia litteraria; abandonar os bordões em que se appoiou, para em plena emancipação se defrontar com a natureza. Isso mesmo apontou Brunetière com a sua incisiva observação e o seu rigor logico, como sendo a obra de Boileau, Molière, Racine e Lafontaine: «Après un siècle de tâtonnements et d'éfforts, pendant lequel on avait demandé tour à tour aux Anciens, aux Italiens et aux Espagnols les moyens d'atteindre ce que l'on ne voyait pas très clairement, on le voyait enfin, et les moyens n'en consistaient qu'à s'affranchir de l'imitation des Espagnols et des Italiens, pour se mettre, comme autrefois les Anciens, en face de la nature». [1]

E' obvio que, quando fallamos de comedia classica, nos referimos não á forma puramente, estremamente classica — grega ou latina — tal como a praticaram Aristophanes, Menandro, Plauto ou Terencio, porque essa forma só no ambiente moral e social que lhe deu origem era explicavel e acceitavel; nem á abstracção estructural de que Aristoteles [2] e Horacio [3] nas suas poeticas dão os lineamentos geraes, bastante vagos porque a comedia era então um genero quanto á composição ainda mal differenciado da tragedia e aos olhos dos auctores e do publico ainda tido como forma dramatica inferior; — referimo-nos muito concretamente á forma por que os auctores contemporaneos de Gil Vicente consideraram a comedia. E esta forma, que lhe attribuiu o quinhentismo, era mais uma interpretação e transformação até do que uma imitação fiel, como queriam os theoricos.

---

(1) V. *Manuel d'Histoire de la Littérature Française*, ed. cit. pag. 164-5.

(2) V. *El Arte Poetica de Aristoteles en castellano*, Madrid, 1798, trad. de Goya y Muniain.

(3) V. *Epistola ad Pisones*, na ed. Hachette, pag. 610-611, versos, 275-284.

A nossa comedia quinhentista, segundo os modelos de Sá de Miranda, Antonio Ferreira e Jorge Ferreira de Vasconcellos, affastou-se logo da estructura classica em haver optado pela prosa e haver enjeitado os córos e as partes cantadas da elocução *(cantica)*. Conserva o prologo e a divisão obrigatoria em cinco actos e a destes em scenas, arranjo introduzido pelos antigos editores das obras dos comediographos gregos e latinos; procedendo da comedia *palliata* e *togata* conserva a sua gravidade e um discreto desdem pelas formas inferiores do comico, adopta o maravilhoso de aventuras creado pelos antigos e já em inteiro desaccordo com as condições familiares e sociaes do seculo XVI, e surge logo no seu inicio apetrechada de todos os recursos scenicos, de todas as habilidades technicas, aquelle complicado instrumental que mais tarde, entre nós, seria inventariado por Candido Lusitano. (1) A exemplo de Terencio, os nossos comediographos interpretaram com largueza o severo preceito que estabelecia que em scena não figurassem mais de três actores, o qual é por Horacio formulado na seguinte passagem muito controvertida pelos exegetas:

«. . . nec quarta loqui persona laboret.» (2)

Sá de Miranda nos *Estrangeiros* respeitou a regra, mas nos *Vilhalpandos* infringiu-a largamente, pois na scena VIII do acto IV reune cinco personagens, Antonioto, os dois Vilhalpandos, Torquemada, Paje e Guiscarda, e na scena VI

---

(1) V. *Arte Poetica ou Regras da verdadeira poesia...*, Lisboa, 1748. As suas idéas fundamentaes estão resumidas na nossa *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, 2.ª edição, pag. 69 a 82.

(2) V. verso 192 da *Arte Poetica*, de Horacio, pag. 603, em *Œuvres d'Horace*, ed. Hachette, Paris, 1903. Leia-se o commentario de Francisco José Freire (Candido Lusitano), a pag. 123 da sua traducção, publicada em Lisboa, em 1784.

do acto V menos largamente, pois reune Antonioto, Cesarião, Vilhalpando e Page. Jorge Ferreira mais ainda lhe desobedeceu.

Como Horacio queria, o maravilhoso das peças dos nossos comediographos quinhentistas confina-se na aventura imprevista, necessariamente precipitada pelo aperto de tempo, nos inesperados reconhecimentos e nos equivocos para cujo desfecho nunca concorre qualquer intercessão extra-humana, como succede em Gil Vicente. Até os proprios nomes das personagens attestam pelo seu extravagante e insolito exotismo a falta de espirito de realidade desses escriptores, que não sabiam ir buscar a materia comica á volta delles, na sociedade em que viviam, nas mesmas situações em que eram comparsas. Manuseando e recombinando os materiaes que viam ser usados pelos seus modelos, iam a esse extincto mundo de Plauto e Terencio, absolutamente irreal, buscar os themas das suas comedias.

De tudo isto era muito diverso o auto vicentino, que a este aperfeiçoamento já bem adeantado, quanto á composição, mas bem inferior quanto á execução, oppunha o seu tosco indifferenciado, a que o genio creador do poeta insufflava todavia uma pujante vida. A' prosa fria oppunha o verso lyrico inspirado e o dialogo vivo; ao comico grave e contrafeito, imitação da imitação de situações para sempre mortas, oppunha o audacioso comico burlesco, irrequieto e irreverente; ao inteiro alheamento da sociedade coeva oppunha o seu intenso realismo de acção, de personagens, de allusões crueis, de censuras directas, os seus declarados propositos de reprehensão moral; ao vago paganismo ou fluctuante indifferença religiosa das comedias oppunha o seu christianismo profundo, a perenne visão do *além*, a presença sempre nitida de ideaes superiores ás terrenas occupações; á logica divisão em actos e scenas oppunha a mole massiça do acto unico, contendo os episodios mais distanciados e os lugares mais apartados. E se a comedia, em vez duma ten-

tativa sem talento e sem viabilidade, houvesse tido sua evolução transformadora como a teve o proprio auto, só a dentro do cerebro de Gil Vicente, maior seria o contraste, porque ver-se-hia a comedia classica caminhar para a condensação da acção, para a restricção dos lugares e para o abreviar do tempo, como consequencia da propria estructura intima do genero, que ás três unidades conduzia, como se verificou em França, no seculo immediato; ao passo que o auto ainda se pôde ver que se desenvolvia, que progredia em sentido inverso, alargando sempre o seu ambito de acção, de tempo e de lugar. A comedia classica é vaga, abstracta e cosmopolita; o auto vicentino, autonomo de imitações e suggestões, é concreto, realista, nacional, localizado, datado até.

Porêm, esta esplendida creação do nosso seculo XVI não teve entre nós seguidores; ankylosou-se na forma que lhe déra o seu auctor e della não sahiram os seus imitadores, sem talento, quasi anonymos. Cada vez mais plebeu, mais superficial na observação, mais chãmente descriptivo e menos vivamente representativo, o auto vicentivo mergulhou no anonymato da litteratura popular e ahi para sempre permaneceu indifferenciado e improgressivo. E' em-balde que se apuram nomes de auctores e titulos de autos; tal estatistica não consegue chamar á vida activa dos valores litterarios superiores o que só documenta um gosto inculto e immobilizado nas caracteristicas que Gil Vicente creára e das quaes extrahira toda a belleza que podiam offerecer. A enumeração que desses imitadores se faça, quando se pretenda fundamentar a these da perenne vitalidade do theatro nacional, assenta sobre uma confusão já hoje inacceitavel entre theatro popular e theatro culto, entre as formas inferiores da arte litteraria, sem individualidade, quasi producção collectiva, e as superiores que nascem duma capacidade artistica creadora e se dirigem a satisfazer elevadas necessidades artisticas de almas de eleição. Partindo desse

falso principio, póde ser possivel a estranha presumpção duma escola vicentina [1] que perdurasse.

Em alguns desses imitadores notam-se pequenos indicios de movimento e vida do auto, mas introduzidos sem brilho, sem exito permanecem. Assim no *Auto do Fisico*, [2] de 1587, de Jeronymo Ribeiro, observamos a coexistencia do dialogo em prosa e do dialogo em verso e os progressos sensiveis na arte de pôr a acção; na *Comedia de Diu*, de 1601, de Simão Machado, surprehende-nos a sua innovação de ir buscar ao cerco de Diu materia dramatica, para fazer o que chamariamos uma tragi-comedia vicentina, se tivesse o cunho symbolico que encontramos em Gil Vicente e a sua inspiração poetica, mas que pela intenção de apparatosa exhibição scenica mais se approxima da tragi-comedia jesuitica, de que fallaremos em breve, e do moderno theatro historico, de apotheose patriotica. Analysando bem, verifica-se ser este theatro descriptivo tão distincto do de Gil Vicente, que mal se comprehende como Simão Machado pudesse ser incluido na lista dos continuadores de Gil Vicente.

D. Francisco Manuel de Mello, com o seu *Auto do Fidalgo Aprendiz*, pela primeira vez publicado em 1665, mas já composto no principio de 1646, [3] tentou sacar esse genero do anonymato vegetativo, a que o condemnava a propria

---

[1] Foi o sr. Th. Braga que defendeu esta presumpção em varias obras suas, nomeadamente no volume sobre *Escola de Gil Vicente e desenvolvimento do theatro nacional*, Porto, 1898, com o que prestou excellentes serviços á historia litteraria, mas não demonstrou a sua these.

[2] Do *Auto do Fisico* fez a Academia uma bôa edição, em 1918, sob a direcção do sr. F. M. Esteves Pereira, cuja escrupulosa erudição nem sempre o preserva de affirmações de ordem critica pouco defensaveis, como as que fez, a pag. 12, da sua introducção, de ser o *Auto do Fisico* «um drama composto segundo os preceitos da arte fixados por Aristoteles e Horacio», e, a pag. 17, de ser o auto «um insigne monumento litterario da arte dramatica em Portugal no seculo XVI.»

[3] V. *Cartas Familiares*, cent. III, n.º 15 e cent. IV, n.º 10.

exhaustão. Essa tentativa, unica conhecida das envidadas [1] por D. Francisco Manuel de Mello, não deixou de ser feliz. Revela um especial talento na procura do effeito comico e por isso a ella nos referiremos mais de espaço.

Tem evidentemente o auto uma intenção mais ampla do que o seu concreto assumpto poderá deixar crer. Essa intenção mais ampla é reconstituir por meio de situações adequadas o caracter dum escudeiro gabarola, que o seu aio e unico servo retrata do seguinte modo:

> «Se numa sandice encalha
> Dou-o ó demo que he testudo;
> presume de homem sisudo,
> De nada sabe migalha
> E anda enxovalhando tudo.
> Morto por ser namorado,
> contrabaxo e trovador,
> cavalleiro e dançador;
> emfim fidalgo acabado
> valentão e caçador.

Esta intenção é servida por meio de duas situações: a do primeiro acto, em que D. Gil toma as lições das bellas prendas que appetece, e a do segundo e terceiro actos, nos quaes decorre o percalço em que elle cahe. Este percalço exemplifica outra feição do seu caracter, não patenteada nas lições, a de namorado. O seu assumpto concreto, a parte de intriga é a representação desse percalço preparado por um seu amigo e um seu creado. Consiste elle em o attrahir a casa duma rapariga, cujos encantos elle appetecia, para o roubar.

---

[1] D. Francisco Manuel de Mello encorporou na classificação de suas obras, por elle mesmo feita e appensa ás *Obras Morales*, varias comedias, como *El Laberinto de Amor, Los secretos bien guardados, De burlas hace Amor veras, El Domine Lucas, La vida de D. Establo,* que não chegaram até nós.

Na primeira jornada assistimos a algumas lições que o fidalgote recebe, de esgrima, poesia e dança; na segunda á visita que elle faz a casa de Brites, sua pretendida, e á combinação da cilada; na terceira e ultima á perpetração dessa cilada. A primeira tem o objectivo de desenvolver uma situação de grandes recursos comicos e, como já dissémos, documentar o caracter desse fidalgote desajeitado e pretensioso, que a tão vexatoria prova se ia sujeitar. Essa situação inicial é effectivamente a mais graciosa da peça, ainda que D. Francisco Manuel de Mello della não haja extrahido toda a sua *vis comica.*

A divisão em actos, tão nitida e tão logica, accusa um evidente progresso sobre Gil Vicente; a designação que lhes dá de *jornadas* provém da influencia já então profunda do theatro hespanhol, que já apontaremos, mas quanto aos restantes caracteres, materia, tom do comico, liberdades no desenvolvimento da acção e no grupar das personagens em scena, o *Fidalgo Aprendiz* é de procedencia vicentina.

No decurso do seu pequeno ensaio dramatico, sempre D. Francisco Manuel se confinou nas formas inferiores do comico. Uma dellas é o burlesco, que se exhibe no episodio das lições, em que mestre e discipulo, á falta de espadas, de adaga, de montante, mangoal ou espeto de cozinha, esgrimem com chinelos; em que, na lição de dança, á falta de alaúde, violas, harpa, sestro, cascaveis e até uma panella em que se tangesse, se dança ao som de palmas. Outra forma desse comico inferior, que chega a desnaturar-se e a perder o seu poder de fazer rir, está na contextura dos dialogos, no proposital desentendimento, com que um dos interlocutores finge interpretar do modo inteiramente diverso os dizeres do outro, levado pela homonymia ou pela associação das idéas, de modo a produzir um conjuncto disparatado, como nos exemplos seguintes:

Gil. . . . .
Os criados donde são ?
Af. — Todos são dos seus lugares.
Gil. — Folgaes de me dar pezares ?
pergunto-vos donde estão ?
Af. — Em casa do inculcador.
Gil. — Que dizeis, Affonso Mendes ?
Af. — Que os tenhaes, já que os não tendes,
E então pedimos, senhor.

Mestre. — Ha em casa algum laúde ?
Af. — Não ha mais que hum birimbáo
Mest. — Violas ?
Af. — Sim !... achareis
Na botica !
Mest. — Harpa ?
Af. — De couro !...
Mest. — Nem hum sestro ?
Af. — Hum sestro agouro ?

Mest. — Passeai por esta casa
que vos quero « dar o ar ».
Gil. — Isso é querer-me aleijar,
« dar-me o ar » estando em braza !

As outras formas de comico consistem na situação do medo — eterna materia comica — a qual occorre quando Gil se dirige, de noite, para casa de Brites, e no logro que constitue o enredo fundamental da peça, de que é victima o mesmo D. Gil Cogominho.

A não ser o proposito de apresentar uma situação extremamente risivel e de documentar o caracter de D. Gil, não se comprehenderia o nexo do primeiro acto com o segundo e o terceiro, nos quaes verdadeiramente decorre o enredo da peça. Se entre as prendas, que D. Gil aprende, cujas lições presenceamos, figurasse a da arte de galantear e amar, perfeita-

mente se tomaria o entrecho seguinte como uma exemplificação do uso que dessas prendas fazia o fidalgo, sobretudo se tambem das outras, musica, dança, esgrima e poesia, desajeitadamente se utilizasse no decurso da sua aventura. Os versos finaes do auto parecem trahir a intenção que o auctor tivera de demonstrar um dos percalços ridiculos, a que se sujeita um fidalgote, que apressadamente se enfeita com quaesquer prendas, conservando a sua primitiva rudeza e o mesmo fundo de ingenua parvoice:

> Homens que vos enxeris
> na Côrte, como em bigorna,
> vêde bem no que se torna
> qualquer *Fidalgo Aprendiz !*

Nesta hypothese, o intuito foi mal servido, porque escasso proveito vemos que D. Gil tire das lições do primeiro acto e porque não era junto duma rapariga do povo que as suas prendas se poderiam exercitar. Depois D. Gil acaba por ser victima, não dos seus enfatuamentos vaidosos ou da sua falta de senso, mas duma cilada tramada por falsos amigos, que o torna mais digno de lastima que provocador de risos.

Todavia, sobre o auto vicentino a tentativa de D. Francisco Manuel accusa progressos evidentes. E' um progresso a logica divisão em três actos, que já apontámos, correspondentes ás três gradações da acção; é um progresso a manutenção do exclusivo tom comico, nunca perturbado de alheios elementos, como por exemplo o lyrismo em Gil Vicente; é um progresso o desenvolvimento mais demorado e insistente das situações comicas, principalmente no primeiro acto, o que contrasta com a maneira de Gil Vicente, que só muito rapidamente bosquejava as situações. O auctor da *Ignés Pereira* accumulava muita materia, o que determinava o brevissimo delinear das situações; D. Francisco Manuel reduziu

bastante a sua materia e soube achar um novo episodio grandemente comico, o das lições, e condensar em construcção organizada os elementos proporcionados por Gil Vicente, um todo comico bem rico, para cuja exploração já não chegou o seu talento dramatico. São effectivamente vicentinas as personagens pincipaes: o fidalgo pobre, presumpçoso e poltrão, a rapariga desejosa de amores romanescos, a mãe pouco escrupulosa e baixamente pratica, e o creado mal pago que zomba do proprio patrão.

Affonso Mendes, aio de D. Gil Cogominho, ao abrir a representação, diz uma especie de prologo, em que claramente propõe a acção; é um vestigio da influencia classica.

Com o seu *Fidalgo Aprendiz* D. Francisco esteve a ponto de crear a comedia de caracter, mas praticamente o que fez foi embrechar essa forma, representada pelo primeiro acto, com a comedia de intriga, forma representada nos outros dois actos, — é este embrechado que torna apparentemente inexplicavel o nexo da obra, mas que realmente é só uma indifferenciação, a coexistencia de dois generos que se repellem.

E' de 1665 a primeira edição do *Fidalgo Aprendiz*, inserto nas *Obras Metricas*, 2.º vol., pags. 238-256: é de novembro de 1670 a representação da comedia de Molière, *Le Bourgeois Gentilhomme*. Como na peça francesa ha tambem o episodio das lições, que preenche os dois primeiros actos, e é assumpto o perfil moral dum burguês insensato e pretensioso — já socialmente muito diverso do escudeiro vicentino —, poderá pôr-se a hypothese de ter sido uma das obras inspiradora da outra e, segundo a chronologia, que fosse a peça portuguesa que suggerisse a de Molière. Em 1670, quando se representou o *Bourgeois Gentilhomme*, já D. Francisco Manuel era morto, desde 13 de outubro de 1666, mas é possivel que, passando por Paris, houvesse conhecido Molière e lhe revelasse o entrecho do seu auto, em manuscripto, se antes de 1665, já impresso nas *Obras Metricas*, se depois de maio de

1665. De facto, isso poderia ter succedido, porque D. Francisco Manuel de Mello esteve em Paris no verão de 1663 para tratar do casamento do rei de Portugal, para o qual se pretendia noiva na casa real de França, e em 1665, depois da publicação das *Obras Metricas* (¹). A consideração destes factos póde ser um elemento a considerar no estudo das fontes do theatro molièresco, o qual deve encaminhar-se para uma de duas soluções, quanto ao *Bourgeois Gentilhomme:* ou independencia absoluta ou dependencia da peça francesa da peça portuguesa.

Tendo as *Obras Metricas* sido impressas em França, com muita materia em lingua castelhana, alli familiar, e de auctor tambem pessoalmente conhecido e apreciado na côrte, não é inverosimil suppôr que a Molière chegasse a suggestão por algum leitor ou amigo commum. Nesse caso Molière teria aproveitado para a sua comedia um elemento episodico — o aprendizado tardio e desastrado das artes, letras e galantarias —, de cuja riqueza de comico fôra o auctor português o descobridor.

Quanto á lição de grammatica, parece apurado qual fosse o modelo directo de Molière, segundo parecer muito plausivel do sr. A. Gazier. O P.^e^ Jean Lucas, nascido em 1638, deixou um poema latino, *Actio orationis seu de gestu et voce libri duo,* publicado em 1675. As semelhanças entre a doutrina e processo deste texto latino e a lição da comedia de Molière são impressionantes. Mas J. Lucas, mais novo dezaseis annos que Molière, parece não ter lido o *Bourgeois Gentilhomme.* Neste caso, as semelhanças poderiam explicar-se por uma origem commum: ambos teriam ouvido a lição a um mesmo mestre no Collegio de Clermont (²).

(¹) V. *D. Francisco Manuel de Mello,* Edgar Prestage, Coimbra, 1914, pag. 389.

(²) V. *Revue Internationale de l'Enseignement,* 15 de fevereiro de 1904, Paris, pag. 13-15. — Este problema foi levantado pelo sr. Th. Braga

Porêm, o genio de Molière, se conheceu a peça de D. Francisco Manuel, tal amplitude deu ao thema e tão fundamente extremou as duas maneiras, comedia de caracter e comedia de enredo, com tanta mestria extrahiu o sal de graça que continha a situação das lições, sem a reduzir ao baixo burlesco que, mesmo com essa limitação, não deixou de ser creador.

Mas o embryão de arte lançado á terra por Gil Vicente, se em Portugal só produziu a vegetação rasteira dos seus continuadores, pôde fructificar exuberantemente em Hespanha. Portugal teve a sua novellistica, o seu lyrismo, a sua epopéa, a sua historiographia, creou alguns generos novos

---

em 1870 na sua *Historia do Theatro Português*, Porto, 2.º vol. pags. 255. Camillo alludiu a elle, considerando-o sob a forma mais vaga de influencia de Mello na creação de certos typos molièrescos, no seu *Curso de Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1876, 2.º vol., pags. 57 e 286-287. — Recentemente discutiram-no de novo e com mais profundeza dois eruditos estrangeiros, o sr. Afranio Peixoto, do Rio, e M. Georges Le Gentil, de Paris. O primeiro publicou na *Atlantida*, anno IV, n.º 41, pags. 553-558, (não era datada esta revista!) o artigo *Divida a cobrar*, em que defendia a these de haver o *Fidalgo aprendiz* inspirado o *Bourgeois gentilhomme*, com os seguintes argumentos: 1.º — a anterioridade da edição do *Fidalgo*; 2.º — a analogia da materia, que leva o sr. Prof. A. P. a affirmar que «o titulo é vertido para o francês, conforme ao genio dos dois idiomas»; 3.º — as similhanças das scenas das lições; 4.º — as similhanças do passo português «nem prosa nem rima» com o francês, em que M. Jourdain fazia prosa sem o saber; 5.º — certo parallelismo na intriga amorosa das duas peças; e 6.º a presença de elementos musicaes e dançantes. — Como se vê, o escriptor brasileiro confinou-se na analyse intrinseca e esthetica das duas obras, desinteressando-se de considerações de ordem externa, circunstanciaes e pessoaes, que dão ou retiram plausibilidade ás suas argutas illações. A historia da critica de fontes mostra que é prudente não confiarmos demasiado nas inducções da analyse interna, se as circunstancias historicas as não confirmam de certo modo. Bem fez por isso M. Le Gentil em pôr algumas questões prévias no seu estudo *Molière et le «Fidalgo Aprendiz»*,

derivados das especiaes condições da sociedade, mas, em theatro, só produziu o tosco auto vicentino, tentativa com talento, e as apathicas comedias de Sá de Miranda, Ferreira e Jorge Ferreira. E se esses germens dramaticos abortaram — quer o auto vicentino, tão nacional e tão realista, quer a comedia classica, tão obsoletamente exotica — é porque na atmosphera espiritual do paiz havia algumas condições essencialmente antagonicas da creação dramatica. E assim era. Comprazendo-se, por indole, pelas circumstancias sociaes e até em consequencia do estadio da cultura, no subjectivismo, o genio litterario produziu um lyrismo intenso, original e bello, mas repugnou a objectividade impessoal

---

publicado na *Revue de Littérature Comparée,* anno 1, n.º 2, Paris, 1921, pags. 264-284. São ellas as seguintes: «1.º — si Molière, au moment où il composait le *Bourgeois gentilhomme,* pouvait connaître le *Fidalgo Aprendiz;* 2.º — s'il existe entre les deux pièces des ressemblances frappantes; 3.º — si ces ressemblances proviennent d'une rencontre fortuite, de l'influence d'une ou plusieurs sources communes, ou enfin d'une imitation directe». O sr. Prof. Le Gentil lembra as relações politicas das côrtes de Paris e de Lisboa, e as relações litterarias e certo convivio pessoal de D. Francisco Manuel na côrte de França, onde Turenne advogava os interesses portugueses (V. o artigo do sr. E. Prestage, *As missões de Francisco Ferreira Rebello, de Ruy Telles de Menezes e do Marquez de Sande,* no vol. 10.º da *Revista de Historia,* 1921), circunstancias que tornavam possivel o conhecimento da lingua portuguesa á volta de Molière. Ás semelhanças allegadas por Afranio Peixoto oppõe diversidades profundas no thema e nas personagens das duas peças, nomeadamente entre os protagonistas D. Gil e M. Jourdain, o primeiro escudeiro pobre, o segundo burguês rico. Judiciosamente aponta a inspiração vicentina e o ambiente nacional do auto de D. Francisco Manuel, factos que tornam desnecessaria a procura de origens castelhanas. E conclue que a influencia do comediographo português sobre o francês, se existiu, foi indirecta e limitar-se-hia ás três scenas das lições de esgrima, dança e poesia. — De passagem o sr. Prof. Le Gentil põe um problema novo e suggestivo, que merecerá demorada attenção: a probabilidade da influencia de Gil Vicente sobre Molière (pags. 281-283).

que o theatro requer. Amando mais o reflectir sobre si mesmo do que reconstituir, desinteressado de si, a personalidade de outrem, é evidente que não veria no theatro o genero mais idoneo para exprimir esse pendor espiritual. O proprio auto vicentino muito tem de lyrismo, deve mesmo a essa immixtão grande parte da sua belleza e do seu perenne valor.

Havia momentos em que as duas posições extremas, o subjectivismo lyrico e a objectividade, como que se approximavam para um meio termo, em que muita observação externa e sensorial se reclamava, mas não era para encontrar um ponto de vista de impersonalidade, era sómente para que os espiritos se lançassem com o mesmo impulso irreflectido no culto arrebatado, não já do seu *eu*, mas dum motivo externo; eram esses os momentos em que renascia o culto do heroismo, tão de accordo com o theor de vida de permanente guerra que se vivia nas colonias, e que artisticamente tinha sua expressão no gosto das touradas. A valentia pessoal, a destreza elegante com que se vencia o perigo de adversario mais poderoso e a vibração em unisono do publico, encontram-se nesse espectaculo, que é privativo dos povos do sul e que succedeu aos outros jogos de militares, desafios, jogos de cannas e torneios. Ha noticias de touradas em Portugal desde o seculo XII e sabe-se que no seculo XVI estavam tanto no gosto publico, que conseguiram resistir á prohibição severa do papa Pio V, que em 1556 fulminou penas de excomunhão maior contra quem as permittisse. Já no seculo XIX Passos Manuel, por decreto de 19 de Setembro de 1836, as prohibiu, mas a carta de lei, de 30 de junho de 1837, revogou esse decreto. As touradas illudiam a necessidade de ruidosa e brilhante percepção externa que todos os espiritos possuem, mas derivavam as attenções e o gosto publicos para um genero de espectaculo, que de theatral só tinha a exhibição viva, infundia sentimentos mais rudemente violentos e uniformes, mas mentalmente menos fatigantes —

pelo que as consideramos como havendo concorrido poderosamente para o mallogro do theatro. ([1])

O theatro vicentino, amorpho e rude, como um pedaço de barro informe onde mão de artista imprimisse algumas dedadas de genio, e a comedia classica, fria, sem sal comico, sem a menor vida scenica, imitação artificiosa de gabinete, careciam ainda de ser trabalhados por uma complexa evolução transformadora, necessitavam que outros genios innovadores de variantes — aquellas que Brunetière considera como correspondendo ás variações bruscas da evolução biologica — lhes attribuissem recursos novos de acção, descobrindo materia comica, de imaginação, inventando processos novos. Os proprios defeitos do auto, com azas de imprudencia e audacia inventiva, descobriam para a creação de Gil Vicente, horizontes novos. O lyrismo pessoal, a poesia conceituosa, o symbolismo, o comico triste conduziriam, quando guiados por um Lope ou um Calderon, ao admiravel theatro poetico hespanhol do seculo XVII. Se o programma do renascimento litterario dos quinhentistas se cifrava, segundo o nosso Bernardes e todos os doutrinarios, desde Horacio, o audacioso campeão do hellenismo, se cifrava em imitar e sempre imitar os bons modelos, cumpria gerar, dentro dos moldes genericos dessa imitação, vida nova para esses involucros desertos de alma, que eram os primitivos tentamens do renascimento; havia que fazer construcção nova sobre os alicerces offerecidos pelas velhas litteraturas da Grecia e Roma. ([2]) Essa evolução progressiva não a teve o auto nem a come-

---

([1]) V. algumas informações sobre touradas em *O povo portuguès nos seus usos, costumes e tradições*, Th. Braga, 1.º vol., 1885; a narração historica de algumas touradas famosas em *Toiradas em Portugal*, Conde de Sabugosa, na *Revista de Portugal*, vol. 1.º, fasciculos n.os 1 e 2, Porto, 1889; e a collecção de noticias no livro de vulgarização popular, *Historia do Toureio em Portugal*, Rodovalho Duro, Lisboa, 1907.

([2]) V. *Historia da Litteratura Classica*, pag. 59-60 e 389-391.

dia. As restricções de publicidade e a censura ecclesiastica de algum modo contribuiram para o mallogro da sementeira dramatica, pois não póde haver theatro sem relativa liberdade de expressão das opiniões e juizos sobre a sociedade ambiente que pretende reproduzir.

Igualmente contribuiram os jesuitas com o seu theatro de edificação moral e religiosa, as famosas tragi-comedias de grande espectaculo. Mas essa influencia, do Santo Officio e da Companhia de Jesus, é necessario limitá-la ás suas verdadeiras proporções. E' facil attribuir todos os males a esse tribunal e aos jesuitas, que o jacobinismo scientifico torna responsavel de toda a marcha da historia portuguesa desde que a batina de Simão Rodrigues foi vista em Portugal, mas tal procedimento está longe de ser inspirado por uma rigorosa probidade scientifica. A Inquisição mutilou o texto vicentino, mas pouco mais fez contra o theatro alêm da influencia geral da atmosphera de defensivo terror que creou; só no seculo XVIII a vemos investir com Antonio José da Silva, o Judeu. Sempre, durante a epocha que estamos estudando, foram permittidas as representações dramaticas nos pateos de comedias e até sobre ellas alguma coisa se legislou. A influencia da Companhia de Jesus foi principalmente pedagogica; contribuiu, com seu theatro, para adensar a massa de prejuizos contra o theatro que a religião inspirava, creava um gosto dramatico, que era estheticamente inferior, retirava publico ás comedias de costumes, aos autos, e drenava no sentido desse mau gosto quaesquer faculdades innovadoras que surgissem. Mas concorrencia não a fez, nem podia fazê-la.

Escripto em latim, longo até á prolixidade, selecto na sua materia com grande rigor moral e religioso, a qual era de ordinario historica ou lendaria ou da Sagrada Escriptura e da vida interna da Companhia, representado por estudantes e só no ambiente escolar exhibido, o theatro jesuitico nada mais pretendia que aproveitar a acção educativa da

suggestão, nada mais era do que um festivo episodio escolar, não projectava a sua influencia alêm da familia do estudante, quando lhe era dado assistir. Prescindia de actores, pois rapazes impuberes que viviam a restricta vida dum internato não eram actores; prescindia do publico, o grande collaborador do auctor dramatico; prescindia da observação; prescindia da materia prima, a lingua nacional; enjeitava toda a theoria do theatro classico e todos os achados e descobertas de Gil Vicente, porque só faziam longas narrativas dialogadas. Organizadores pacientes, não podendo ser artistas creadores, os jesuitas fizeram progredir uma arte subsidiaria do theatro, a scenographia. A opulencia e a variedade esplendida do scenario e o numero dos comparsas ficaram na lembrança e são a causa do papel exaggerado que se attribue a esse theatro. O espirito, impressionado pela magnificencia do que via, sem analyse critica, confundia esse deslumbramento dos olhos com emoções estheticas, como se verdadeiro theatro houvesse presenceado. As tropas que desfilavam, as caçadas, as tempestades, os combates, as numerosas naus, tudo se afigurava a profanos como sendo verdadeiro theatro. Em Evora, em 1622, a tragi-comedia que solemnizou a canonização de Santo Ignacio e S. Francisco Xavier, introduziu em scena duzentas e quarenta figuras. A representação durava mais dum dia ás vezes, e as peças frequentemente se estendiam por milhares de versos.

A tragi-comedia jesuitica não era mais do que um artificio pedagogico, em uso desde os primeiros tempos da Companhia, mesmo antes do seu codigo dos estudos o preconizar como meio docente. É esta mesma a opinião dum escriptor jesuita, que recentemente sobre essa materia escreveu. [1]

---

[1] O sr. P.e Francisco Rodrigues tem-se distinguido por trabalhos historicos, com o intuito polemico de desaggravar a Companhia de Jesus das accusações que lhe são assacadas. É auctor das seguintes obras:

A perda da independencia, determinando uma geral depressão dos espiritos, o desapparecimento da vida da côrte, os desastres politicos e militares que se lhes seguiram, a dureza das difficuldades economicas fizeram amortecer a altiva consciencia collectiva, que vem da unidade do esforço em serviço de communs ideaes e do triumpho delles, —e sem essa communhão espiritual não é possivel a floração dum theatro nacional e original, ensina-o a historia litteraria. Sendo o theatro um genero de communidade, não póde viver sem essa communidade, que é não a vaga multidão dos seus espectadores, mas o ambiente de sentimentos e aspirações communs que proporcionam ao escriptor materia dramatica. E quando de novo uma aspiração collectiva surgiu, a da restauração da independencia, que poderia ter sido tão salutar se a inspirasse o conhecimento das realidades concretas, ainda então foi adversa ao desenvolvimento do theatro, porque teve em arte forma morbida, que impelliu os espiritos para veredas inteiramente anti-dramaticas, o messianismo sebastianista e o mysticismo, que mostraremos como impregnaram os varios generos litterarios.

As comedias hespanholas, representadas frequentemente por companhias hespanholas, determinaram o apparecimento duma pleiade de imitadores desse genero chamado de *capa e espada*, que quasi sempre escreviam em castelhano e que nunca attingiram formas superiores ao chão popularismo.

Os Jesuitas e a Monita Secreta, Roma, 1912; *Jesuitophobia*, Porto, 1917; e *A formação intellectual do Jesuita*, Porto, 1917. É neste substancioso volume que o sr. P.e F. R. se occupa demoradamente do theatro dos jesuitas portugueses, a pag. 79-82 e 453-489. Além da justificação e defeza esthetica desse theatro, o auctor dá-nos uma tabella de 76 representações desde 1556 a 1740. É o principal trabalho em lingua portuguesa sobre este assumpto.

Cabe a Antonio José da Silva [1] a gloria de haver ensaiado formas dramaticas novas, entre nós, se não originaes em cada uma das suas partes, inesperadas quanto ao conjuncto em que se integraram. Desse breve theatro a chronologia é a seguinte:

1733 — *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança;*
1734 — *Esopaida;*
1735 — *Encantos de Medêa;*
1736 — *Amphytrião;*
1736 — *Labyrinto de Creta;*
1737 — *Guerra do alecrim e mangerona;*
1737 — *As Variedades de Proteo;*
1738 — *Phaetonte.*

Foram estas peças representadas no theatro do Bairro Alto e, segundo o testemunho do prefacio de suas obras, por bonecos ou «bonifrates», como se chamava a esses minusculos actores mecanicos. Diz o proprio prefaciador do *Theatro Comico Português ou Collecção das Operas Portuguesas*, que se dirige «ao leitor desapaixonado», como era grande a escassez de recursos desses actores: «... saberá desculpar

---

(1) Antonio José da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1705, descendente duma familia israelita. Vindo muito novo para Portugal, porque sua mãe fôra presa pela Inquisição, aqui foi educado. Em 1726, frequentando já canones na Universidade de Coimbra, foi preso pelo Santo Officio com o fundamento de judaizar. Conduzido em auto de fé, foi reconciliado e posto em liberdade. Em 1729 concluiu a sua formatura. Em Lisbôa exerceu a advocacia, que era tambem a profissão de seu pae, até que em 1737 foi de novo preso pelo mesmo motivo religioso. Nos carceres do mesmo tribunal jazia a mãe. Em 1739 foi degolado e o seu cadaver queimado. A sua desgraçada vida deu assumpto ao romance de Camillo, *O Judeu*, 1866, e a uma tragedia do poeta brasileiro Domingos de Magalhães, 1838.

os erros com sinceridade; saberá discernir a difficuldade da Comica em um Theatro, donde os representantes se animão de impulso alheio; donde os affectos e accidentes estão sepultados nas sombras do inanimado, escurecendo estas muita parte da perfeição que nos Theatros se requer, por cuja causa se faz incomparavel o trabalho de compôr para semelhantes Interlocutores, que como nenhum seja senhor de suas acções, não as podem executar com a perfeição que devia ser: por este motivo surprendido muitas vezes o discurso de quem compõe estas Obras, deixa de escrever muitos lances, por se não poderem executar». Esta confissão do prefaciador, que nem sempre foi devidamente attendida pelos criticos, revela como a representação scenica das peças, em vez de ser um estimulo cooperador e meio de relevar a expressão, foi uma perniciosa condição que obrigou Silva a mutilar as suas obras, e faz que esse theatro, sem a menor psychologia, nada tenha de reservado á creação histrionica e possa, por isso, ser plenamente apreciado pela simples leitura.

O *D. Quixote* é, como seu titulo para logo indica, extrahido da novela immortal de Cervantes; as *Guerras do Alecrim e Mangerona* desenvolvem um assumpto contemporaneo do auctor, que nesta peça fez um ensaio de theatro de costumes; e as restantes elaboram themas do mundo da fabula e da mythologia. Na primeira peça, sobre o cavalleiro da Triste Figura e seu escudeiro, o comediographo exteriorizou a maneira por que interpretava a concepção cervantina, tão complexa e simultaneamente tão profunda e obscura no seu intimo sentido, que innumeras são as suas glosas, inesgotavel a sua exegése, porque, sendo maxima a sua capacidade de suggestão, uma a uma, a ella constantemente voltam as gerações para a interpretar e paraphrasear, e para della extrahir sua lição moral e esthetica. Antonio José tambem a seu modo comprehendeu a novela de Cervantes, e nessa comprehensão não havia philosophismos, nem symbolismos,

nem imaginosas exegéses; para o infeliz comediographo essa novela mais não era do que inexhaurivel manancial de comico, e Cervantes o mestre incontestado da graça. O cavalleiro manchego não era um sonhador, de olhos fitos nas estrellas, a cada passo soffrendo dos embates da realidade, era apenas um tresloucado, ébrio de novelas, uma imaginação densa que encobria a realidade e que avidamente procurava no mundo ambiente o que lhe enchia o espirito; Sancho Pança era a personificação da boçalidade commodista, mas interesseira, debatendo-se entre a commodidade presente e o interesse proximo. Dois typos infinitamente comicos e nada mais. Por isso, compondo a sua peça, «opera» como lhe chamou, o desgraçado auctor só quiz espremer mais algum succo de ridiculo, extrahir alguma *vis comica* dessa mina. Fez um pouco o que no seculo XIX, quando já reinavam idéas muito claras no dominio da critica esthetica, realizou Castilho, quando adaptando o *Avarento* de Molière lhe attribuiu coisas, se não verdadeiras, porque o auctor francês as não escrevera, ao menos verosimeis, porque eram compativeis com as premissas do caracter de Harpagão. Pois bem, o *Quixote* de Antonio José é um escorço da agitada vida do cavalleiro da Triste Figura, tecido com episodios da creação cervantiva e com outros que o escriptor português verosimilmente lhe attribue. Mas Castilho, nessa paraphrase ou amplificação manteve, pelo menos no *Avarento*, o aspecto de abstracção pura da obra prima de Molière, que é impessoal, inespacial e intemporal; Antonio José, com visão mais restricta, accrescenta-lhe materia que era contemporanea delle, paraphraseando-a. A materia contemporanea, limitadamente local é a scena VIII da Parte 1.ª, em que o heroe, sollicitado pela musa Calliope, arremette contra os poetas mediocres que assediavam e queriam desthronar Apollo. Fóra disso o seu processo foi seleccionar episodios, para os reproduzir, com a indispensavel condensação, e buscar suggestões para as ampliar, exaggerando o comico cervantino até ao burlesco. Assim amplia a

scena da partida de Sancho Pança, em que este faz testamento, extravagante peça dum gosto muito contestavel, inventa o gracioso episodio, em que Quixote, presa das suas apprehensões contra os encantadores, julga ver no feio escudeiro uma transfiguração da sua amada Dulcinéa del Toboso, e amplia as scenas de Sancho governador da ilha, administrando justiça e insurgindo-se contra os cuidados do medico e do cirurgião, que com sua hygiene o impediam de jantar.

A peça de mais organica estructura e mais força comica é de assumpto contemporaneo, *Guerras do Alecrim e da Mangerona*, em que narra os amores de duas donzellas elegantes, que com fervor seguiam a moda de tomar em devota estimação alguma flôr, especie de totem galante e protector: Nize sacrifica á mangerona, Cloris ao alecrim e Sevadilha, creada imitadora de suas amas, ao malmequer, e os pretendentes respectivos, D. Fuas, D. Gil Vaz e Semicupio, com lisonjeira submissão sacrificam tambem a esses cultos preciosos. Aventuras imprevistas e complicadas, de que a verosimilhança inteiramente desertou porque só ao effeito comico se visa, compõem o trama dessa campanha amorosa, em que o alecrim, a mangerona e tambem o malmequer são postos á prova para que revelem o seu poder talismanico. Lôgros e qui-pro-quo, bruscas sahidas faceis de complicadas situações, que se affiguravam de ardua solução e jogos de palavras, formam o conjuncto da peça, em que Semicupio, fecundo de expedientes, é sempre o recurso supremo. Todo o entrecho das *Guerras do Alecrim e da Mangerona* é uma sequencia de disparatadas inverosimilhanças, repetimos; e é assim porque, sempre que o auctor dramatico fôr dominado pela preoccupação dum effeito extremo sobre o seu publico, sendo ao mesmo tempo limitado em sua liberdade pelas indispensaveis convenções do genero, seja esse effeito o tragico ou o comico, fará theatro audaciosamente inverosimil. Corneille, que teve plena consciencia litteraria, na sua primeira phase dramatica, chegou a defender a doutrina de que o assumpto duma boa

tragedia não deve ser verosimil. E Antonio José da Silva a esse effeito chegou, querendo fazer comico extremo; a elle haviam já anteriormente chegado alguns auctores hespanhoes querendo fazer no theatro lyrismo puro, isto é, expansão de vivos sentimentos pessoaes.

Póde-se discutir se foi a peça que suggeriu e pôs em moda a preciosidade dos bandos que ao patrocinio de flores se acolhiam ou se da observação dum facto anterior partiu Silva. Não é facil dirimir essa discussão por não haver noticia alguma sobre a existencia dessa moda. Qualquer que fosse a chronologia dos dois factos, a moda e a peça, e mesmo que só na peça a moda tenha existido, a satyra de Antonio José é transparente. Elle alveja toda a preciosidade culteranista, a da litteratura por meio das peças poeticas, enxeridas na obra, a das idéas no discorrer das personagens, a dos costumes nesses bandos de religionarios das flores. Se inventou — o que para nós não é hypothese despicienda —, inventou segundo aquelle processo, que já surprehendemos ao examinar a *Vida de D. Quixote*, queremos dizer, extrahindo as consequencias e os recursos comicos que continham as premissas de que partia, glosando e amplificando o thema que se lhe offerecia, a sua pessoal interpretação da novela de Cervantes, no primeiro caso, a sua visão do culteranismo no segundo. E assim, através duma selva de extravagantes inverosimilhanças, de aventuras e episodios e inventando até, se inventou, esses bandos do alecrim e da mangerona, Antonio José, releve-se o paradoxo, foi verdadeiro, artisticamente verdadeiro, porque delineou e exprimiu com certa integridade, feita de observações, invenções e exaggeros logicos, um momento dos costumes da vida burguesa da Lisbôa do seu tempo. Esta circunstancia, a vivacidade do dialogo, que algumas vezes se torna um verdadeiro torneio de agudezas, e a maior intensidade do comico, nas situações, nas palavras e nos caractéres, fazem desta peça a primacial dentre as poucas que Silva nos legou. Fallando de caractéres, não attri-

buimos á palavra o vasto sentido psychologico que ella póde comportar, queremos só dizer que a qualidade moral dominante nas personagens e a direcção que lhes imprime essa relevante qualidade é eminentemente comica, mais em D. Lanserote, D. Tiburcio e Semicupio que nas outras. A scena v da 2.ª parte, a visita medica a D. Tiburcio, em que Semicupio mascarado faz de medico e discorre no mais insolito gallimaticas, é dum grande effeito comico.

As outras peças versam themas fabulosos e mythicos já por outros tratados. O *Amphytrião* desenvolve o velho thema da vida travessa de Jupiter, caprichoso e irrequieto como se deus não fosse, que para possuir Alcmena, mulher do mortal Amphytrião, toma a forma externa delle, quando o enganado marido estava ausente em campanhas, e com a perfeita semelhança consegue illudir a cortejada mulher. Este thema, riquissimo de effeitos comicos, de certo comico de percalços e enredadas situações, foi repetidamente tratado pelos poetas, Plauto, Camões e Moliére nomeadamente. O thema tinha já sua historia, feita das variantes, que cada auctor introduzira: Camões corrigira o desenlace, supprimindo a expansão do inhumano jubilo com que o enganado Amphytrião sabe o lôgro que a sua mulher armára o trêdo Jupiter, mas Antonio José tornou a attribuir esse sentimento anti-natural ao marido. Camões não fizera encontrar em scena e á vista de Alcmena perplexa os dois maridos, encontro com que prompto feneceria a peça por se desvanecer a illusão, e que tambem Molière evitára; Silva reune os dois Amphytriões, o falso e o verdadeiro, em scena. E porquê? Porque só visando ao maximo effeito comico, á gargalhada immediata, irresistivel, era levado a desprezar inteiramente a verosimilhança. Antonio José conhecia a peça de Molière, porque a imitou muito proximamente mais duma vez. Molière delineára entre os creados uma situação parallela á dos senhores; Cléanthis é tambem enganado por Mercurio, que toma a forma de Sosie; o auctor português ado-

pta tambem essa duplicação, que é na sua peça a situação entre Cornucopia e Mercurio, perfigurado em Saramago. E no texto ha transparentes suggestões do auctor francês sobre o nosso, já de situações, já de idéas, tanto entre Jupiter e Alcmena, como entre Cornucopia e Mercurio.

Tomando um thema já por outros elaborado, desses themas cyclicos a que constantemente as litteraturas voltam, Antonio José carregava-lhe o tom comico para o tornar burlesco, porque o seu principal escopo era agradar ao publico, lisonjear-lhe o gosto, captar-lhe applausos, como recommendava Lope de Vega. Assim fez no *Amphytrião*; assim fará na *Esopaida*, ainda que necessario seja desprezar progressos já alcançados na execução litteraria desses velhos themas.

A vida do celebre fabulista, o escravo Esopo, já a puzéra em scena Bourseault (1638-1701), mais conhecido pela inimizade que votou a Boileau, Racine e Molière do que por suas tentativas de fazer theatro de doutrinação moral. Mas Bourseault tomára Esopo como moralista, que sob esse aspecto é thema escassamente dramatico; Antonio José da Silva, exaggerando a facundia expedita de Esopo, o homem das boas respostas e de habil estrategia para fugir a situações difficeis, faz delle um novo Semicupio, velhaco e gracioso, terceiro de amores.

Estas peças, assim as já referidas como as ainda não nomeadas, — tempo é já de dizê-lo, porque as analyses parcellares caberão melhor em monographia especial que numa obra de conjuncto como esta — estas oito obras têm alguns caracteres geraes, e esses vamos apontar.

Compostas na mais completa indifferença pela esthetica classica, praticada em França, desprezam de todo o preceito das unidades, a acção é dispersa; na *Esopaida*, serie de episodios, apenas tem a sequencia que lhe vem da pessoa de Esopo, constante personagem; os lugares são multiplos, quanto a mecanica scenographica saberia inventar; o tempo é o preciso para que decorram os episodios dramatizados.

A divisão não é a classica, nem a hespanhola; era a que a natureza especial do assumpto reclamava: tantas scenas quantos os lugares e depois, para commodidade dos espectadores e por necessidade do arranjo scenographico, o apanho dellas em duas partes. A passagem das scenas é marcada não pelas entradas e sahidas de actores, mas pelas mutações scenographicas. Donde proveio esse processo de divisão? Ignoramos, sendo possivel até que seja expediente proprio de Antonio José, que era um espirito vivo, que seguia uma evolução artistica, pois não é possivel negar que haja progresso no estylo e na composição dramatica durante os escassos cinco annos da sua carreira litteraria.

As liberdades de linguagem, maximas na *Vida de D. Quixote*, onde sobra a obscenidade, vão-se aligeirando; os dialogos são mais ligados logicamente nas *Guerras do Alecrim e da Mangerona* que na *Esopaida.*

Todas as oito peças têm uma personagem permanente, o *gracioso*, que é evidentemente tomado do theatro hespanhol: na *Vida de D. Quixote* é Sancho Pança; na *Esopaida* é o proprio Esopo; nos *Encantos de Medéa* é Sacatrapo; em *Amphytrião* é Saramago; no *Labyrinto de Creta* é Esfusiote; nas *Guerras do Alecrim e da Mangerona* é Semicupio; nas *Variedades de Proteo* é Carangueijo; no *Precipicio de Phaetonte* é Chichisbeo.

A complicada machinaria, que exigiriam taes peças para a sua montagem em scena, appoia a inferencia que das proprias palavras do prefaciador se faz, de serem as peças representadas por bonecos. Era tambem theatro para regalo dos olhos, mais duma vez vistoso espectaculo; tão variados e pittorescos eram os lugares e os meios subsidiarios da representação. Em que medida terá contribuido o gosto das tragi-comedias dos escriptores da Companhia de Jesus para essa caracteristica do theatro do desgraçado hebreu português? Não é facil responder.

Este capitulo das influencias incoerciveis, mas presumi-

veis, é materia muito arbitraria sempre. A influencia do theatro escolar dos jesuitas deve ter sido restricta, e exercendo-se de modo amplo, para fóra do ambito dos collegios, não seria para suggerir que se confiassem as grandes exhibições a bonifrates, porque seria então uma influencia regressiva. Depois as peças de Silva eram espectaculosas de modo differente das dos jesuitas, eram-no como meio de servir á intenção comica, que a tudo primava, e as dos jesuitas visavam principalmente a esse mesmo espectaculo deslumbrante.

O baixo tom comico é vicentino, a velha chalaça portuguesa, agora accrescentada das invenções do gongorismo, que pullula neste theatro, principalmente nas *Guerras do Alecrim e Mangerona*, que são uma satyra dessa moda.

Os sentimentos e preoccupações contemporaneas passaram na obra, algumas vezes como cunho pessoal do espirito do auctor, as mais dellas por liberrimo processo comico. Porisso as peças estão inçadas de extravagantes anachronismos, caprichos burlescos, a que conduzia a indifferença pela mais elementar verosimilhança. Umas vezes esse vicio suggeriu episodios graciosos e felizes pelo sentido intrinseco, como por exemplo a descripção da Justiça por Sancho Pança e o assalto ao Parnaso, satyra endereçada aos poetas contemporaneos, na *Vida de D. Quixote;* como a conferencia a que assistimos na scena 3.ª da 2.ª parte da *Esopaida*, que é perfeitamente uma sessão das academias litterarias dos seculos XVII e XVIII, fócos de gongorismo de pensamento e de estylo, que Silva conhecia, e não uma aula de philosophia, como elle pretendera. Mas outras vezes produziu as bufonarias desagradaveis a todo o gosto pouco acima das exigencias da hilaridade popular: Sancho Pança fallando do barco cacilheiro e do theatro do Bairro Alto; Esopo dizendo-se bacharel, fallando de Braga, «de corpo á inglesa e pernas á francesa», fallando castelhano, como lingua para elle estrangeira, tambem do Bairro Alto, de D. Quixote, de Salamanca

e tauromachia; Sacatrapo falando do Grão-turco, da «buena-dicha», em latim, e muitas e muitas incongruencias analogas.

.Finalmente abeiraremos um problema, que este theatro suggere, o da intromissão da musica nelle. E' esse typico caracteristico, de que provem o nome de «opera», que impropriamente foi dado a essas peças, que o vulgo confundia com as de proveniencia italiana, devido á influencia de Metastasio ou á dessa opera lyrica italiana, donde tomou o nome? Cremos que a nenhuma das duas proveniencias poderá ser attribuido. O theatro de Metastasio (1698-1782) entrou na moda posteriormente á breve carreira litteraria de Antonio José, só depois foi conhecido, traduzido e representado em Portugal, e estheticamente era muito diverso, porque era o melodrama, em que o libreto lyrico se subordina á musica, e esta no theatro de Silva tem pequeno papel; da opera lyrica tambem não, por motivos chronologicos e estheticos analogos. A opera bufa, se foi muito cantada, poderia juntar ao theatro de Silva o seu influxo divulgador do baixo tom comico, nada mais, porque nella tambem a musica era o aspecto principal. Que opinar pois a tal respeito? (1) Dessa musica, que acompanharia a letra que as peças indicam ser para cantar, não resta uma unica pagina, o que torna extremamente difficil dizer o que tenha sido; fica-se no campo conjectural. Affirma-se, mais por tradição que por authentico testemunho, que se compunha principalmente da modinha brasileira, lenta e sentimental; e pelas rubricas insertas nos textos das peças, que indicam as passagens destinadas ao canto, é possivel de algum modo reconstituir de que maneira a parte musical intervinha nessas obras. Em grande maioria, os numeros de musica consistiam em trechos, que nas come-

---

(1) As linhas a este respeito são, com pequena variante, o parecer do illustre critico musical, sr. Adriano Merêa, a quem consultámos.

dias são designados de *arias*. Havia-as a *duo*, a três, a quatro e a cinco personagens; havia-as até para côro, o que faz crer que sendo embora numeros de conjuncto, nada participavam da forma concertante. Com toda a probabilidade, executavam-se entoando simultaneamente varias vozes as mesmas notas duma melodia, que seria talvez uma canção. Alêm dessas arias, ha um ou outro côro e, como reflexo da vida cortesã, alguns minuetes destinados tambem ao canto. Excluidos os recitativos e o dialogo das vozes nas peças coraes de conjuncto, e subalternizada a orchestra ao ponto de se confiarem ao canto todos os trechos de forma dançante, a musica destas obras, ambiciosamente appelidadas pelo vulgo e pelo editor de operas, não deve ter passado duma coisa entre o *vaudeville* e a opera comica. Poderia até ser formada de *arreglos*, para que dariam sua contribuição as canções em voga, como em nosso tempo, entre ellas a modinha brasileira. Do seu valor nada se póde dizer, não se querendo concluir pejorativamente do seu esquecimento. Do ignorado compositor não conhecemos outra referencia, alêm da que se faz no prologo *Ao leitor desapaixonado*, a qual só serve para arredar a hypothese de considerar Silva tambem como auctor da musica: «Não ha melhor ouvinte, que um desapaixonado, sem affecto ao Author da Obra, sem inclinação ao da Musica.»

Depois de Silva gozou o favor do publico o seu continuador Alexandre Antonio de Lima [1].

As peças que analysámos, constituem os dois primeiros volumes da collecção *Theatro Comico Portuguêz*, cuja auctoria, confirmada pelo acrostico das decimas preliminares, é hoje já incontroversa. Só a essas reproduziu o sr. João Ribeiro na sua edição do *Theatro de Antonio José* (*O Judeu*), Rio-Paris,

---

[1] Alexandre Antonio de Lima nasceu em Lisboa em 1699. Foi socio da Academia dos Occultos e da dos Applicados, em cujos trabalhos cooperou com varias composições poeticas, que os bibliographos enumeram. Ignora-se a data da sua morte.

1910-1911. Outras peças, presumivelmente de anonymos imitadores, lhe têm sido attribuidas pelos bibliographos, mas sem fundamento plausivel.

O conjuncto das peças, que formam o *Theatro Comico* em seus quatro volumes, e outras dispersas constituem um momento interessante e vivo do theatro português, moda intensa que merece estudo especial. Silva e Lima, este auctor dos *Novos Encantos de Amor,* seriam as figuras centraes; mas outras figuras subalternas se lhes gruparam no cultivo do genero. Tirado a limpo o aspecto bibliographico e feita a seriação chronologica [1], o problema pôr-se ha com nitidez. E a questão da influencia italiana renascerá. Ha identidades no corte geral das peças que fazem pensar de novo em Metastasio, em que pese á chronologia.

E' de necessidade para este estudo um importante instrumento de trabalho, monographias dos theatros. Apenas possuimos a do *Real Theatro de S. Carlos,* de Fonseca Benevides, 1883-1902, e os materiaes ministrados por J. M. A. Nogueira na *Archeologia do theatro português,* 1866, e por alguns estudos da *Arte Musical.*

---

(1) Na sua *Historia do Theatro Português,* Porto, 1870-1871, o sr. dr. Th. Braga delineou uma tabella chronologica.

CAPITULO III

A HISTORIOGRAPHIA ALCOBACENSE

O mosteiro de Alcobaça, contemporaneo da fundação da monarchia, opulento de rendas e immunidades, tornou-se no fim do seculo XVI e durante o XVII um centro de cultura historica e de zelo patriotico. Na historia litteraria do paiz, este convento de Cistér desempenha papel importante, porque iniciou os estudos publicos, auxiliou a fundação da Universidade, fomentou a agricultura e reuniu uma livraria riquissima de codices; na historia politica, por causa das querellas repetidas de jurisdicção e até na historia anecdotica e aventurosa igualmente relevante foi o seu papel.

Foi Fr. Bernardo de Brito, [1] chronista-mór da ordem de S. Bernardo, em Portugal, quem deu expressão ao gosto dos estudos historicos e aos sentimentos de zelozo patriotismo, que animavam os mais activos e illustrados dos seus

---

[1] Fr. Bernardo de Brito nasceu em Almeida, em 1568, e chamou-se no seculo Balthazar de Brito e Andrade. Estudou em Roma e, de regresso a Portugal, professou na Ordem de S. Bernardo e foi seguir os estudos de theologia da Universidade de Coimbra, na qual se doutorou no anno de 1606, em que tambem teve a nomeação de chronista da Ordem. Em 1614 succedeu a Francisco de Andrada no cargo de chronista-mór do reino. Regressando duma viagem a Madrid, em 1617, morreu em Almeida. Jaz sepultado no mosteiro de Alcobaça, na casa do capitulo.

monges, por meio da sua monumental *Monarchia Lusitana.* Condoido da subversão da patria, dotado duma imaginação ardente e inspirado pelo alto ideal de perpetuar numa historia geral a existencia dessa patria, Fr. Bernardo de Brito todo se deu á execução do seu plano. Mas os sentimentos, quando são muito vivos têm, é certo, poderosa capacidade determinante, mas invadem e dominam a vida do pensamento, que, sem a sua soberana autonomia, já sem a sua logica inflexivel, é capaz dos mais artificiosos jogos de razões. Isso succedeu a Fr. Bernardo de Brito, que pela sua sensibilidade condensou grande parte da morbida depressão que recahiu sobre os espiritos após a perda de D. Sebastião em Africa, a crise que se lhe seguiu e a absorpção por Castella.

Essa insania collectiva, a sua educação exclusivamente litteraria e theologica, a separação completa em que Portugal vivia já então do intenso movimento cultural da Europa do norte e o temperamento imaginoso do frade fizeram que quasi exclusivamente aos seus recursos de invenção e devaneio se confiasse. Portugal havia contribuido, pelos seus descobrimentos e conquistas, para a renovação scientifica que por toda a parte se operava, mas muito pouco della aproveitára. Esses progressos mentaes vinham impregnados de heterodoxia, contra a qual os exercitos de Filippe II, o ensino da Companhia de Jesus, a vigilancia do Santo Officio e o apertado crivo das licenças previas, a que toda a publicação devia sujeitar-se, eram defezas sufficientes. Taes defezas mantiveram a paz na consciencia religiosa do paiz, impediram que a sua unidade se fragmentasse e que os partidos sanguinolentamente se digladiassem, mas tambem fizeram esterilizar-se na estagnação a intelligencia, e a vida intellectual como a politica, quando em movimento, é feita de evolução e revolução. Assim confinado nos seus tratadistas revelhos, muitos já enjeitados e exautorados pela nova critica, remoçando-os pelo credito que voltava a dar-lhes, enriquecendo-os pelas interpretações audaciosas que lhes attri-

buia e, quando não havia auctoridades a abonar os seus assertos e propositos, forjando-as e sobre ellas jurando, teceu Brito esse amalgama incestuoso de algumas verdades escondidamente embrechadas na vasta molle de lendas e phantasias, de preconcepções e falsificações, que é a *Monarchia Lusitana*. Raramente se tem procurado com imparcialidade reconstituir as circunstancias em que se achou o chronista e o ponto de vista em que se collocou; ordinariamente julga-se a obra á luz da moderna critica historica, que nada mais tem a fazer do que rejeitar a obra como um inextricavel acervo de falsidades. Herculano assim procedeu. (1) Ora a verdade é que a obra servia um pensamento social, exprimia vivos sentimentos collectivos, visava a desempenhar uma funcção de que realmente se desobrigou; é assim que a devemos considerar na historia litteraria. Imbuido de lendas e phantasmagorias patrioticas, o cerebro de Brito, poderoso e arrumado no seu evidente desequillibrio, lembra o de D. Quixote, que absorvera toda a litteratura novellesca e que para cada passo das suas cavallarias tinha sempre uma reminiscencia a aconselhá-lo, uma semelhança com algum outro grande heroe; e quando estas faltassem, entregava-se á livre interpretação ou aos chãos alvitres de Sancho Pança, como Fr. Bernardo de Brito livremente cria novas lendas, forja auctores e documentos. Um mundo ideal, de cavalleiros, donas, donzellas, gigantes, castellos e aventuras ousadas enche o espirito do heroe de Cervantes; outro mundo ideal povoa a mente escandecida de Brito, que por elle divaga, de aza solta ao vento impetuoso da imaginação. Toda a historiographia medieval accordou; para esse estadio recuou o genero que em Portugal ostentára já no seculo XVI modelos superiores. Apenas os limites chronologicos se alar-

---

(1) Apenas se refere a ella no rapido escorço das varias formas historiographicas, classificando-a de ridicula e absurda, e nem uma só vez a citou como fonte.

garam, a arte de compôr se aperfeiçoou e a linguagem foi mais fluente; todos os mais caracteres são medievaes, até aquella tendencia de fazer preceder a historia, que se escreve, dum quadro geral, que na idade media, como vimos, [1] e em Brito remonta á fundação do mundo. A tendencia para o absurdo e para o maravilhoso é tão irresistivel, que até, onde não era necessario, inventa e produz phantasias. [2]

A *Monarchia Lusitana*, 1597-1609, defende uma these: expondo a historia geral da nação portuguesa, demonstrar a persistencia da gente portuguesa através dos tempos, desde a fundação do mundo, sempre triumphante de todas as transformações da terra e sempre obreira de grandes feitos. É uma these semelhante á que, em pleno seculo XIX, Thierry defendia, quando forcejava por demonstrar a resistencia do braço popular e dos sentimentos nacionalistas da Inglaterra ou da França, quando considerava a revolução inglesa de 1640 como uma grande reacção nacional contra a ordem de coisas, estabelecida seis seculos antes pela conquista dos normandos, quando tomava a libertação das communas como o preludio longinquo de 1789 ou quando attribuia grande parte dos males que affligiam a França á conquista dos barbaros que na alta idade media violentamente subjugaram os indigenas. É tambem, e mais ainda, uma these semelhante, no espirito e nos processos de demonstração de que se abona, a que o sr. Th. Braga, no seculo XX, tem defendido, a da persistencia do ramo lusónio da raça ligu-

---

(1) V. *Historia da Litteratura Classica*, 1.ª Epoca, Introducção.

(2) Dois auctores que muito bem sabiam que coisa era a probidade do historiador, diligenciaram considerar a *Monarchia Lusitana* á luz dum criterio mais justo; foram elles Frei Antonio da Visitação Freire (1769-1804), socio da Academia Real das Sciencias, na *Vida de Frei Bernardo de Brito*, que precede a edição academica da *Monarchia Lusitana*, e Costa Lobo, o considerado auctor da incompleta *Historia da Sociedade em Portugal nos seculos XV e XVI* (1840-1913), nas *Origens do Sebastianismo*, pags. 72 a 82, Lisboa, 1909.

rica. [1] Esta especie de fatalismo teleologico introduzido na historia, a que os auctores allemães não escaparam no seculo XIX, durante a epocha de formação da unidade imperial, [2] sendo inacceitavel no nosso tempo, era cabalmente explicavel no tempo do historiador cisterciense e servia intuitos de acção social. Cremos que a historiographia alcobacense deu grande parte dos fundamentos doutrinarios do sebastianismo e lhe preparou a via com que rendeu as pessoas mais cultas. O vidente D. João de Castro teria dado forma sensivel e actual á tendencia espiritual que expressavam e creavam os escriptos da natureza dos de Brito, tê-la-hia popularizado. Esta convergencia de effeitos das doutrinas historicas de Brito e seus successores, e do sebastianismo, parece não haver merecido grande attenção da côrte de Madrid, que emquanto perseguia os propagandistas deste, como fez a Bocarro Francês, e impedia a circulação dos escriptos dessa natureza, protegia e honrava Fr. Bernardo de Brito e Fr. Antonio Brandão. A razão é talvez considerar inoffensivas essas doutrinas historicas, que do campo puramente especulativo não sahiam. Fr. Bernardo de Brito foi

---

(1) Esta hypothese é a ultima do vasto percurso de phantasias ethnicas do sr. Th. Braga. V. principalmente: *Historia da Litteratura Portuguesa — Introducção,* Porto, 1870; *Epopêas da Raça Mosarabe,* Porto, 1871; *Manual da Historia da Litteratura Portuguesa,* Porto, 1875; *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa,* Porto, 1872 e Lisbôa, 1881; *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa,* Lisbôa, 1885; *A Patria Portuguesa—O Territorio e a Raça,* Porto, 1894; *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa,* Porto, 1895; *O que são as raças sociologicas*, 1908; *Recapitulação da Historia da Litteratura Portuguesa—I: A Idade Media,* Porto, 1909.

(2) De todas as obras, que se têm escripto para apontar a contribuição dada á plena execução desse ideal nacional allemão pela historiographia, a que se nos affigura plenamente satisfazer a esse escopo, é a de Antoine Guillaud, *L'Allemagne nouvelle et ses historiens (Niebuhr — Ranke — Mommsen — Sybel — Treitschke),* Paris, 1900.

duas vezes a Madrid, deveu ao soberano castelhano as nomeações de chronista da Ordem e do Reino, e uma auctorização para publicar as chronicas inéditas que se guardavam no Torre do Tombo, dedicou a Filippe II a *Monarchia Lusitana* e attribue-se-lhe uma apologia deste soberano, em oitava castelhana. Este pleno acatamento do rei estrangeiro pelo historiador explica-se pelos sentimentos de cortezia e disciplina social da epocha, moderação de linguagem, nunca servilismo. Ha uma passagem no *Discurso Gratulatório*, que Fr. Francisco Brandão dirigiu a D. João IV por motivo da sua acclamação, que pela obra em que figura, pela opportunidade e pelo auctor, chronista-mór nomeado pelo novo rei, dá a medida desses sentimentos. Fallando de Filippe IV, ultimo rei castelhano e pouco depois da Restauração, assim se expressa: «Curcio Montano dizia ao Senado de Roma, que o melhor dia, que a Republica lograva, era o primeiro em que era aliviada de hum mao Principe: *Optimus est post malum Principem primus.* Tacito nos encarece este seu dito: Quem negará ser o melhor dia de Portugal o primeiro de Dezembro, em que se vio sugeito a Vossa Magestade, & livre do governo del Rey D. Filippe IV de Castella? Não digo que se vio livre então de hum mao Principe, porque o decoro que se deve ás Magestades, o não permitte, nem as excellencias pessoaes del Rey Catholico poderão nunca ser menoscabadas. De hum mao governo digo que se livrou justamente, & nesta parte não fica offendida a catholica Magestade a quem sempre veneraremos, pelo que foy, emquanto tolerado Rey deste Reyno». E mais adeante: «Nunca da Nação Portuguesa, observantissima veneradora dos principes, que teve, emanarão indecencias descortezes contra a immunidade de Principe tam grande. Bem he verdade, que servirá de maior pena a el Rey Filippe Quarto, verse privado da reconhecença, que lhe dava hũa nação tal, que no voto dos estrangeiros, não só venera a seus Reys, mas adoraos». (pag. 4-5).

A *Monarchia Lusitana* é a demonstração historica mais audaciosamente assertiva que conhecemos, porque não assenta numa base; parte de axiomas, que se não demora a discutir e defender, e estão implicitos na propria obra: o termo patronimico *portugueses* é synonymo do de *lusitanos*, portanto onde se encontra *lusitanos*, devemos lêr *portugueses;* nação portuguesa é a gente que habita o territorio onde demora Portugal, o Portugal de Fr. Bernardo de Brito; este territorio existia desde que Deus criára o mundo e mantivéra-se através do diluvio universal; logo, havia de existir sempre. Metteu Brito mãos affoitas á construcção, «pera que visse o mundo as obras da Nação Portugueza, & deixassem os estrangeiros á vista de suas grandezas de nos tratar com o affrontoso nome de Barbaros.» Desinteressando-se da larga divulgação que no estrangeiro a lingua latina lhe poderia dar, e enjeitando a moda sempre crescente de escrever em castelhano, a lingua da côrte, redige a sua obra em português, de que traça um eloquente elogio, palpitante do mesmo amor que animára Antonio Ferreira: «Outros considerando a criação & uso, que tinha da lingoa Castelhana, me dizião a compuzesse nella: pois além de se entender em todos os Reynos de Espanha, & fóra della, me livrava da grossaria, & ruim methodo da Portugueza. Mas como essa opinião era tão mal fundada, que nem sombra tinha de boa, nunca fiz rosto a quem ma persuadia. Vendo que a primeira razão me arguia de interesseiro, em pretender gosto da impressão; & a segunda de indigno de nome Portuguez, em ter tão pouco conhecimento da lingoa propria, que a julgasse por inferior á Castelhana: sendo tanto pelo contrario que não ha lingoa em Europa (tomada nos termos que hoje vemos) mais digna de se estimar pera Historia que a Portugueza.» Não é superfluo encarecer este elogio da lingua portuguesa, que ainda mais se alonga, por ser feito na epocha em que Castella cautelosamente ia destruindo todos os nucleos de nacionalismo. O proprio titulo de *Monarchia Lusitana* era já uma

affirmação, tão categoricamente assertivo elle se apresenta no seu laconismo e tão audaciosamente contrariando a coeva situação real, quando já não existia nenhuma monarchia lusitana.

Respigando em quantos escriptores pôde haver á mão, assim alguns auctorizados como muitos que não chegaram a desfructar credito ou que a propria critica sua contemporanea já havia relegado — tudo que de longe ou de perto dissesse respeito aos habitantes do territorio em que veio a existir Portugal, Frei Bernardo de Brito não passou do que poderemos chamar uma ampla introducção, pois as suas duas volumosas partes da *Monarchia Lusitana* não chegam a tratar da monarchia lusitana. Principia a obra na creação do mundo e nas aventuras que por elle correu o seu primeiro habitante Adão, e termina a parte de Brito na doação do condado de Portugal ao conde D. Henrique, abraçando, segundo a arbitraria chronologia do escriptor, um lapso de 5.056 annos, contados da creação do mundo e 1.098, contados do nascimento de Christo. As fabulas mais inverosimeis, fundadas em fontes sem crédito, compõem esse tecido extravagante, essa longa narração, em que se apontam com uma segurança e uma individuação surprehendentes os mais restrictos particulares de Noé e sua descendencia, de Tubal que fundára o reino da Lusitania, e toda a lista dos reis da Lusitania, sem uma lacuna, fartamente informados e conhecidos.

Até o titulo XXII, a principal fonte da *Monarchia Lusitana* é a celebre obra de Annio de Viterbo, *Commentaria...*, Roma, 1498, na sua parte *De primis temporibus, & quattuor ac viginti regibus Hispaniae & eius antiquitate*, em que o famoso e erudito falsario architectou uma serie de soberanos: Tubal, Ibero, Jubalda, Brygo, Tago, Beto, Gerião, Gerião Trigemino, Hispalo, Hispano, Hercules, Hespero, Atlante Italo, Sicoro, Sicano, Siceleo, Luso, Siculo, Testa, Romo, Palatuo, Cacus, Erithreyo e Gorgoris a que succedia Abidis. Em Bernardo de Brito esta serie soffre pequenas alterações: Cacus

não é nomeado e a Palatuo, senhor da Hespanha, corresponde na Lusitania Licinio. Para o espirito de Brito não havia duvidas, suspensões do saber, limites á sua curiosidade; tudo era abundante e solidamente apurado. De quando em quando, como em refrem de cantiga, diz-nos num titulo independente, o que de mais importante occorria no mundo, na altura em que vae da sua exposição, a qual é feita em linguagem viva e variada, com um andamento apressado que contrasta singularmente com o dos prosadores seus contemporaneos e seguintes, nomeadamente com a maneira impregnada de quietude de Fr. Luiz de Sousa. Como as pessoas, que muito mentem, necessitam a cada passo de jurar para se fazerem acreditar, Brito invoca sempre grande numero de testemunhos, chegando a inserir no seu 1.º vol. os curiosos termos de verificação de existencia dalguns dos textos allegados por elle, como Laymundo, Menegaldo, Alladio, Angelo Pacense e outros, para que não nascesse «alguma duvida nos animos da gente escrupulosa.» Assim incorre na velha regra de que o que prova de mais não constitue prova de confiança.

No capitulo 15.º do 1.º livro da 1.ª Parte da *Monarchia*, Brito, ao apontar o nome de Lusitania, dado á parte occidental da peninsula, como territorio e povoação predilectos de Luso, rei das Hespanhas, por successão a Siceleo, faz uma summaria descripção geographica da Lusitania e promette voltar a occupar-se dessa materia. Assim o fez no esboço da geographia antiga da Lusitania, que segue a 1.ª parte da *Monarchia*. As idéas propostas pelo historiador já então brigavam com as concepções geographicas da epocha. De quatro capitulos se compõe essa chorographia; no primeiro occupa-se do nome de Lusitania e suas antigas divisões; no segundo da orographia; no terceiro da hydrographia; e no quarto das populações. São estes dois ultimos capitulos que contêm mais absurdas phantasmagorias; a materia ethnica, que ainda hoje é vasto campo para a divagação, para as possibilidades arbitrarias,

era um puro devaneio na mente do exaltado cisterciense, sem mais base que a documentação, que forjava, e o testemunho de velhos geographos e viajantes, approximações e interpretações de textos. O capitulo terceiro é uma prova evidente da nimia credulidade do frade, a respeito duma materia, tão susceptivel de verificação prompta: nelle aponta as qualidades especificas das aguas dos rios, do Guadiana, que dava mau gosto ao trigo regado com ella; do Tejo, que faziam bem ao baço e á pelle das mulheres; do Mondego, que, contrariamente, encorreavam a pelle, e faziam envelhecer prematuramente; do Vouga, que faziam enrouquecer; do Douro, que aos melancholicos produziam repentinas dôres de cabeça e ás mulheres formosas ennegrecia e tornava-lhes aspera a pelle; e as do Minho, que douravam os cabellos e podiam tingir a lã e todo o genero de panno. Bastaria este surprehendente capitulo sobre as virtudes das aguas dos rios de Portugal para revelar o estado morbido da mentalidade do historiador cisterciense.

Frei Bernardo de Brito foi quem pôs em circulação a maior parte da materia lendaria, que longo tempo ennublou as origens da historia nacional e que tanta resistencia oppôs á critica historica do fim do seculo XVIII e do principio do XIX: textos litterarios falsos, milagres, côrtes, etc. A proposito da apocrypha canção do *Figueiral Figueiredo*, declara que, á falta de auctores, vale a tradição vulgar... E os dois pólos da sua critica — auctores e tradição vulgar — são hoje mais que muito contestaveis. [1]

---

[1] Entre os manuscriptos alcobacenses guarda-se um extenso original do punho de Fr. Bernardo de Brito, que Fr. Antonio Brandão e Fr. Diogo de Castello Branco, pelas observações que lhe appuzéram, mostraram ter como a 3.ª parte da *Monarchia*, pois alcança até D. João I. Posteriormente, Fr. Fortunato de S. Boaventura deu noticias que nos levam a crer, de accordo com a chronologia, seja uma redacção anterior da *Monarchia*, e segundo plano logo abandonado.

Em 1602, portanto entre a primeira e a segunda partes da *Monarchia*, publicou Fr. Bernardo de Brito a sua *Chronica de Cistér onde se contam as cousas principaes desta Ordem e muytas antiguidades do Reyno de Portugal.* A obra ficou incompleta. O processo historico é o mesmo e o proposito analogo. Ainda melhor nesta obra se patenteia a arbitrariedade illimitada até á pura ficção, que leva Brito não só a acceitar quanto encontra escripto e ouve contar, mas até a inventar, pois invenções são as cartas, as leis, os diplomas e mais documentos com que ensancha a obra. Nada era problematico; nenhum recanto da historia da sua Ordem era obscuro e mal conhecido, tudo se sabia e tudo muito miuda e indiscutivelmente se abonava com documentos in extenso, assignados e datados, de que elle mesmo vira o original. A obra abarca o vasto periodo que decorre desde a fundação da Ordem de S. Bento, de que a de S. Bernardo era uma reformação, até á vida de Santa Juliana, religiosa da Ordem, ou seja desde o seculo VI até ao seculo XIII. Neste transcurso de tempo alcançava-se o inicio da historia de Portugal, e como esta, pelo menos no juizo de Frei Bernardo de Brito, andou estreitamente enlaçada com a da Ordem de Cistér, muito de historia patria se contem nesta 1.ª Parte da *Chronica de Çistér*, bastante mais do que na *Monarchia Lusitana.* Esse enlace chega ao ponto do chronista fazer o conde D. Henrique, pae de Affonso I, de Portugal, e S. Bernardo, fundador da Ordem, proximos parentes.

Já dissémos que a *Chronica Cistér* não se aparta, quanto a processo, da *Monarchia*; ha todavia alguma differenciação no seu maravilhoso. E' que, em vez do fabuloso mythologico e lendario, regista Brito o maravilhoso christão, visões, apparições, avisos celestes, todas as complicadas e sempre imprevistas fórmas do milagre — percalços que a divindade faz á restricta razão logica dos homens, os quaes o chronista apresenta perfeitamente averiguados, ou pela prova teste-

munhal ou pela documentação mais elucidativa que poderia desejar-se, discursos reproduzidos na integra, taes como foram proferidos, lapides, inscripções tumulares e cartas, sobretudo cartas. A variedade de cartas é tão grande nas obras de Brito, principalmente na *Chronica de Cistér*, que as figuras da sua narrativa, santos ou guerreiros, religiosas humildes ou rainhas, volvem-se em fecundos epistolographos, o que tambem poderia fazer suppor uma grande facilidade de communicações.

E' no livro 2.º que se começa a referir a materia attinente á historia de Portugal: chegada a Portugal dos primeiros religiosos cistercienses e sua approximação de Affonso Henriques, principe, em Guimarães, por intermedio de João Cirita, ermitão; fundação do mosteiro de S. João de Tarouca por Affonso Henriques, no regresso dum recontro com o rei de Badajoz, e lançamento da primeira pedra a 21 de junho de 1122, como consta dum documento, especie de acta da solemnidade; doença e morte de D. Thereza e negação de haver com ella renhido seu filho; e protecção dada ás primeiras fundações da ordem em Portugal. No livro 3.º continua e estreita-se esse enlaçamento das duas historias, a do reino e a da ordem de S. Bernardo: Affonso Henriques recorre a S. Bernardo para que este, já provado em difficeis missões pontificias, consiga de Roma a proclamação de rei independente. Esse pedido é feito em carta, que em Claraval foi entregue a S. Bernardo por Pedro Affonso, meio irmão de Affonso I, e o texto della é-nos dado em latim e em português por Brito.

Conta-nos e testifica-nos circunstanciadamente a batalha de Ourique, o milagre da apparição de Christo, as exhortações bellicas do rei, os seus juramentos e promessas, e como o exercito, ébrio de enthusiasmo, o proclamou rei. Como o rei de Castella reclamasse junto do papa, Egas Moniz interveio e Affonso Henriques mandou-lhe carta, que tambem é reproduzida, a juntar as suas pessoaes instancias

ás de S. Bernardo — por cuja influencia lhe foi mantida a dignidade real. Em gratidão, prometteu o rei pagar á Ordem de S. Bernardo um quantioso feudo annual, do qual Brito insere algumas quitações.

Depois conta o chronista a tomada de Santarem e a fundação do mosteiro de Alcobaça, em cumprimento do generoso voto feito antes de accommetter a cidade, em Albardos, de doar á Ordem de S. Bernardo toda a extensão de territorio que a sua vista dalli alcançava. Como sempre, tambem desse voto houvera uma prova documental, em livro escripto em 1203, em era relativamente proxima do facto. Segue-se a fundação do mosteiro de Alcobaça, seus progressos e privilegios, e as principaes alterações de Ordem, que eram principalmente novas fundações, vidas e milagres dos seus religiosos. De historia patria, áparte referencias menores, ainda se aponta a fundação das Ordens de cavallaria de Aviz e da Ala e o episodio de Gonçalo Hermiges.

Como se vê, é, inesperadamente, na *Chronica de Cistér* que está comprehendida a principal materia lendaria, posta em circulação por Frei Bernardo de Brito, sem excluir os dois falsos textos litterarios longo tempo considerados como authenticos e vetustos monumentos poeticos. Foi grande a divulgação dessas phantasticas versões, devida aos indiscutiveis dotes litterarios de Brito, verdadeiro escriptor narrador, que muito bem ordena a sua materia e a faz desfilar com methodo ante o leitor, exhibindo os seus falsos documentos, perfigurando grandes cautellas criticas na acceitação desses textos, que diz haver encontrado já muito gastos e rotos e delles ter enjeitado alguns.

Do vasto mundo de noticias heroicas e maravilhosas, que possuia, fez Bernardo de Brito um elegante ramilhete nos *Elogios dos Reis de Portugal*, publicados em Lisboa, 1603. São rapidos esboços biographicos dos reis, panegyricos em que se apontam os seus principaes feitos, algumas peculiari-

dades moraes, sempre tão genericas que não definiam caracteres, informações da sua figura physica, e se dá razão do retrato que se exhibe e que é sempre apresentado como authentico, salvas pequenas alterações confessadas. A 1.ª edição, revista por Brito, terminava em Filippe II; a 2.ª, addicionada por D. José Barbosa, terminava em D. João V. As addições de Barbosa acataram plenamente a organização da obra de Brito, e seu estylo fluente e simples, sem apparato erudito; mas por versarem materia bem mais recente e conhecida, são mais seguras quanto ás informações historicas que ministram. Como obra de vulgarização, proporcionada ao trabalho escolar, os *Elogios dos Reis* foram muito estimados. Ainda outra obra de Fr. Bernardo de Brito corre impressa, a *Historia da fundação e dedicação do mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca.*

Fr. Bernardo de Brito citou fontes historicas, cuja maior parte se guardam, dizia, na Bibliotheca da Abbadia de Alcobaça; dessas fontes muitas são incontestavelmente apocryphas, mas não se póde dizer que fossem sempre forjadas por Brito e seus cooperadores. A organização desse archivo historico, durante dois seculos rival da Torre do Tombo, devia remontar a epocha muito anterior a Brito, e o methodo pouco escrupuloso da coordenação delles e sua utilização por Brito era o reflexo em Portugal duma corrente de embuste que inquinava então o mundo litterario, já não por ingenuidade e ignorancia, mas por má fé. Tantos textos classicos se falsificaram, que o P.e Hardouin (1646-1729) affirmou, com exaggero paradoxal, que quanto se attribuia aos classicos, exceptuando Homero, Herodoto, Cicero, Plinio, as *Georgicas* de Vergilio e as *Satyras* e *Epistolas* de Horacio, era apocrypho. Houve falsarios celebres, como Annio de Viterbo (1432-1502), mestre do palacio do papa Alexandre VI que forjou falsos textos de varios auctores, como Manethon, Megasthenes, Berosio, Fabio Pictor e Archiloco; Gregorio de Argaiz, benedictino hespanhol do seculo

XVII, auctor duma *Historia Ecclesiastica da Hespanha*, que dizia elaborada sobre materiaes de S. Gregorio, bispo de Granada, e duma chronica do benedictino Haubert; Miguel de Luna, interprete de arabe de Filippe II, que publicou uma falsa traducção da *Historia da Conquista de Hespanha pelos Arabes*, que attribuia a Abdul-Cacim, testemunha dos acontecimentos, que nunca existira; François Nodot que forjou um *Satyricon*, de Petronio, completo, aproveitando os fragmentos authenticos e preenchendo lacunas; e já no seculo XVIII foram celebres as fraudes de Corradino a respeito de Catullo e de José de Vella sobre os manuscriptos arabes acêrca da historia da Sicilia. Estes pastichos deram objecto a accesas discussões immediatamente ao seu apparecimento e lograram por isso curto crédito. Mas o falsario que mais se approxima de Fr. Bernardo de Brito pela affinidade da materia, pela habilidade do disfarce, pela acceitação que chegou a alcançar e pela cooperação de outros, foi o P.e Jeronymo Romano Higuera (1538-1611), da Companhia de Jesus. Higuera pretendeu supprir a falta de noticias historicas sobre os começos do christianismo na peninsula e para isso forjou, de parceria com o P.e Torrialba, falsos textos de Flavius Dexter, Julião Perez de Toledo, S. Braulio, Maximo, Helecan e Luitprando. J. Calderon, crendo na authenticidade dos textos, que lhe haviam sido communicados por copia de Torrialba, publicou-os em Saragoça, em 1619. Higuera não chegou a vêr publicada a obra que forjára: *Fragmentum Chronici Fl. Dextri, cum chronica Marci Maximi et additionibus S. Braulionis et Helecani.* Prompto surgiram vivas polemicas em volta dessa obra, em que principalmente se salientaram Gabriel Perrot, monge agostinho, como impugnador, e Thomaz Vargas como defensor. Certas ordens religiosas, como em Portugal a Ordem de Cistér, não deixaram de cooperar na divulgação dos falsos textos de Higuera. Depois de 1650 o embuste de Higuera ficou para sempre desmascarado.

Fr. Bernardo de Brito é, pois, em Portugal o principal representante deste gosto das fraudes historicas por patriotismo. ([1])

FR. ANTONIO BRANDÃO

A vasta edificação, de que Brito foi architecto inicial e da qual só ergueu o portico, teve continuadores. Como nos grandes monumentos, cuja construcção se extendeu por seculos, se trahem os estylos das epochas e os sentimentos de varias gerações, assim no conjuncto da *Monarchia Lusitana*, proseguida por Fr. Antonio Brandão, Fr. Francisco Brandão, Fr. Raphael de Jesus e Fr. Manuel dos Santos, se surprehendem maneiras diversas de praticar a historia, quanto era possivel que as epochas e as tendencias pessoaes pudéssem alterar a concepção historica unilateral, dentro da qual todos se moviam. Isso vamos diligenciar mostrar.

([1]) Por decreto de 8 de Maio de 1834 foram extinctas as corporações religiosas e sequestrados os seus bens. A Abbadia de Alcobaça foi naturalmente attingida por esse decreto da auctoria de Joaquim Antonio de Aguiar e, por isso, a sua livraria foi dispersa: parte para a livraria, que hoje funcciona naquella villa, parte para a Torre do Tombo e o quinhão principal para a Bibliotheca Nacional, onde existem ainda hoje 454 codices. Emquanto não fôr feito o estudo minucioso desses codices ignora-se uma pagina importante da historia da cultura historica em Portugal e tambem da historia geral do embuste litterario. Para o estudo desta já existem alguns materiaes consideraveis, a saber: *Supercheries littéraires dévoilées*, Quérard; *Questions de littérature légale*, Charles Nodier; *Curiosités littéraires*, Ludovic Lalanne; *En Pleine Gloire (Histoire d'une mystification)*, Albert Cim; *Mystifications littéraires et théatrales*, Albert Cim, Paris, 1913. — M. Georges Cirot reconheceu o papel que cabe á exaltação patriotica no desenvolvimento do gosto dessas fraudes. V. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, anno XV, Madrid, 1912, pags. 15-16 e principalmente a obra excellente sobre *Les Histoires Générales d'Espagne entre Alphonse X et Philippe II (1284-1556)*, Bordeaux-Paris, 1905.

Fr. Antonio Brandão [1] foi o auctor da 3.ª e 4.ª partes da *Monarchia*, que alcançam desde o Conde D. Henrique até ao fim do reinado de Afonso III e que appareceram ambas em 1632. Essas duas partes são toda a bibliographia de Fr. Antonio Brandão, que no carreamento dos materiaes e na redacção gastou largas canseiras e pôs desvelos diligentissimos, que lhe attribuem por sua vez um valor scientifico muito superior ao do seu antecessor. O prologo é muito elucidativo acêrca do seu escrupulo critico, e a sua composição mais de uma vez toma o caracter demonstrativo, com todo o apparelho critico: enumeração de materiaes, citação e discussão das auctoridades e proposta duma prudente opinião. Herculano que, estudando essa mesma epocha, das origens da monarchia até ao fim do reinado de Afonso III, teve de revolver a materia, prezou-o muito, já confessadamente, já por meio de repetidas allegações de texto seu. E não pode haver forma mais segura de criticar sob o ponto de vista historico uma obra historica do que refazer a sua materia. Brandão pôs em circulação tambem grande copia de milagres e tradições, deixou-se tambem imbuir de lendas e ficções, e mais de uma vez a sua mente foi conduzida pela prosapia nacionalista. Portugal nunca fôra condado, e D. Thereza fôra filha legitima — julga Brandão demonstrar cabalmente —, mas tal demonstração procura-a com avidez, porque assim convinha aos seus sentimentos de preeminencia nacionalista. São tambem elles que o levam a enumerar as excellencias do reino de Portugal e as razões por que elle

---

[1] Fr. Antonio Brandão nasceu em Alcobaça em 1584 e professou na Ordem de Cistér em 1599. Regeu philosophia no mosteiro de Alcobaça e recebeu em 1621 a borla doutoral em theologia, concedida pela Universidade de Coimbra. Exerceu na sua ordem outros cargos de importancia, entre elles o maiór, o de geral, em 1636. Em 1620 recebeu de Filippe III o cargo de chronista-mór do Reino. Foi monge de grandes virtudes e, por occasião duma epidemia que grassou nas cercanias do mosteiro, foi incansavel de solicitude para os enfermos. Morreu em 1637.

devia preceder entre as corôas parciaes de Filippe III, a quem os dois volumes são dedicados. A proposito de Egas Moniz, confessa não poder allegar prova documental, «escriptura antiga», como diria, mas fundando-se tambem na não existencia de objecção documental, vae referindo a tradição. Acêrca da conquista definitiva do Algarve, cuja delimitação terrestre deu motivo a melindres e negociações, Brandão pretende demonstrar a prioridade dos direitos de Portugal. Criterio de nacionalidade ainda o não possuia Brandão, quer sob o aspecto juridico, quer sob o espiritual; tinha o que lhe ministrava a base territorial, que na sua maxima extensão, pelo tempo fóra, produzira os exaggeros de Brito e de todos os historiadores que depois tambem não souberam limitar a sua materia, com um ponto de partida logico e verdadeiro. A elles se dirigia a refutação feita por Herculano, na introducção da sua *Historia de Portugal,* quando mostra que entre a antiga Lusitania e o moderno Portugal não ha identidade de territorio, nem continuidade ethnica. Por isso considera Brandão a S. Damaso como português. De historia universal dá menos noticia que Brito e menos na terceira parte que na quarta, e da administração publica, do que elle chama o «governo da paz» ministra mais informes: justiça, politica secular, foraes e luctas de classes. Dissémos que o milagre tambem comparecia na sua obra; assim tinha de ser porque, segundo a concepção da vida, já no mundo medievál e ainda do chronista, o milagre acompanhava o homem a cada passo, punição ou patrocinio da divindade, que de longo o seguia com olhos justiceiros. Os milagres de S. Damaso, de Santo Antonio, de S. Frei Gil e outros esporadicos signaes da graça divina, favorecendo reis, grandes bispos e altos cavalleiros, como a apparição em Ourique a Affonso I, a cura do rei Affonso II, povôam a obra, como illuminavam e poetizavam a mente do escriptor. A batalha de Ourique é referida de accordo com Brito e o milagre provado por documento assignado por onze

testemunhas; a cooperação de S. Bernardo na independencia nacional é tambem apontada, como em Brito. Foi Fr. Antonio Brandão quem revelou as celebres côrtes de Lamego. E' no capitulo XIII do livro X da 3.ª parte que se contém essa curiosa narrativa e a reproducção do texto da acta. As palavras que precedem o texto fazem honra á probidade de Brandão e reduzem o seu papel nesta celebre falsificação ao de simples vulgarizador, ainda assim muito cauteloso: «Duvidoso estive se poria neste lugar o traslado destas Côrtes, porque como não vi escritura original dellas, & contém algũas cousas em que se póde reparar; nem eu tinha dellas a certeza necessaria, nem a podia dar aos leytores. Mas com dizer que não vi mays que o traslado em hũ caderno que me veyo á mão, & comprehende outras cousas do cartorio de Alcobaça, & parecer a algũas pessoas de bom juizo que devia publicalas debayxo desta duvida, satisfaço a minha obrigação, & não tem que se censurar. Ajuntouse a isto saber, que algũas pessoas, a cuja mão veyo este papel depois de o eu ter divulgado, fazião delle tanta estima, que não só lhe davão o credito que merecem as escrituras authenticas, que se conservão nos Archivos dos Mosteyros, Sés & Torre do Tõbo, mas ainda o querião imprimir como cousa sẽ duvida; por onde julguey ser necessario propolo com a inteireza que tem, porque não corra depois por certo, o que he sómente provavel ainda em razão da historia». A revelação desse texto apocrypho foi para os adversarios de Castella o maior serviço de Brandão. Quando na Bibliotheca de Alcobaça se procurou o texto, allegou-se que fôra transferido por ordem real para a livraria do Escurial; correu que o Conde-Duque de Olivares pensára em retirar da circulação a obra de Brandão; [1] e as celebres côrtes de Lamego

---

[1] Fr. Fortunato de S. Boaventura, que foi no principio do seculo XIX um indefesso propugnador dos bons créditos dos historiadores cistercienses, e de quem fallaremos no capitulo seguinte, assim affirma a pag.

foram ainda invocadas, no seculo XIX, a proposito da guerra entre D. Miguel I e D. Pedro I, do Brasil.

Brandão, conformando-se passivamente á atmosphera de idéas, em que vivia, fez obra de mais valia, por motivo da sua probidade intellectual e do seu mais sereno temperamento, onde sobrava paciencia para trabalho arduo e desinteresse da fecundidade litteraria. Grandezas e excellencias do reino de Portugal e progressos da igreja catholica, como arvore possante a cujas braçadas se appoiasse a planta debil da nova nacionalidade, são os dois principaes aspectos da sua pequena obra historica. Litterariamente, a sua belleza consiste na methodica ordenação das materias, na serena exposição dellas em estylo calmo, muito demonstrativo e duma simplicidade despreoccupada de effeitos. Essa simplicidade, porém, não exclue a variedade de forma, a qual occorre espontaneamente sempre. Na fórma, como na materia, transparecia o repouso moral da vida de convento. Muito mais comprehensiva no assumpto, mais audaciosa-

---

45 da sua *Memoria sobre a vida do Chronista Mór Fr. Antonio Brandão...*: «Bastava só a descoberta das nossas leis fundamentaes das Cortes de Lamego para o immortalizar. Este precioso fiador da nossa independencia, ou isenção de jugo estranho, não era conhecido dos que mais devião appreciá-lo; e quem deixará de ponderar no esforço de lealdade portuguesa, para imprimir as Cortes de Lamego, á face do governo castelhano e offerece-las ao proprio Rei, a quem ellas negavão todo o direito de succeder em uma coroa, que lhe não pertencia? Não tenho por fabuloso, o que nos transmittio o heroe, e assombro de lealdade, João Pinto Ribeiro, sobre o Conselho de Estado, que se fez em Madrid por esta causa, e onde esteve quasi resolvido, que não se deixasse correr a quarta parte da *Monarchia Lusitana,* como opposta aos interesses de Castella; e por isso o Chronista-mór Fr. Francisco Brandão, como se verá na memoria que tenho de escrever sobre a sua vida e escriptos, allegou nas suas pretenções diante d'El-Rei D. João IV que na 3.ª, 4.ª e 5.ª partes da *Monarchia Lusitana* se continhão os argumentos mais fortes contra a usurpação castelhana». V. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias,* 1.ª serie, tomo 8.º, parte 2.ª, Lisboa, 1823.

mente reveladora de obscuras antiguidades e incomparavelmente mais variada no estylo, a historiographia alcobacense enjeitava a obra dos chronistas do seculo XVI; recorria aos documentos directos, compunha muito mais habilmente a sua exposição narrativa, deixava de restrictamente biographar os reis e creava um verdadeiro estylo historico. Appendices documentarios certificam a exposição.

FR. FRANCISCO BRANDÃO

Foi Francisco Brandão, sobrinho e correligionario do precedente, quem succedeu no cargo de chronista-mór do reino e na tarefa do continuador da *Monarchia Lusitana*, da qual escreveu as 5.ª e 6.ª partes, apparecidas em 1650 e 1672. Fr. Fortunato de S. Boaventura transcreve numa sua memoria academica [1] o requerimento que Francisco Brandão dirigiu ao rei D. João IV allegando as razões por que se suppunha ao direito de ser provido no cargo de guarda-mór do Archivo da Torre do Tombo. Uma d'ellas é ser auctor de outros trabalhos, que cita e são os seguintes: *Conselho e voto da Senhora D. Filippa, filha do Infante D. Pedro, sobre as terçarias e guerras de Castella*..., 1643; *Discurso gratulatório sobre o dia da feliz restituição e acclamação da Magestade d'El-Rei D. João IV*, 1642; *Relação do assassinio intentado por Castella contra a Magestade d'El-Rei D. João IV*, 1647. Estas obras revelam uma mentalidade totalmente adversa á profissão de historiador e dominada pela mais imaginosa credulidade a par de pro-

---

[1] Fr. Francisco Brandão nasceu em Alcobaça em 1601. Estudou em Santarem e Alcobaça, onde professou em 1619. Doutorou-se em philosophia na Universidade de Coimbra. Exerceu alguns cargos elevados como geral da sua Congregação, qualificador do Santo Officio, examinador das três Ordens Militares, esmolér-mór, chronista-mór e guarda-mór da Torre do Tombo. Attribue-se-lhe tambem a redacção da *Gazeta de Lisboa*. Morreu em 1680.

positos de lisonja. Francisco Brandão, no *Discurso gratulatório*, principal das obras allegadas, procura legitimar a ascensão de D. João IV pelas doutrinas historicas de Brito e colori-la de fatalismo milagroso. No dia da restituição do rei nacional, a Igreja na reza corrente naquelle dia cantou as palavras de S. Paulo: *Fratres, serientes, quia hora est iam somno surgere*. Na Igreja de Santo Antonio, a imagem dum crucifixo levantára um braço; S. Bernardo havia vaticinado que, quando as rendas do Mosteiro de Alcobaça fossem cerceadas, caberia o throno português a soberano estrangeiro, e effectivamente as cerceára D. Henrique, ultimo rei nacional, e as restituira D. João IV, logo a seguir á Restauração. Essas rendas eram devidas, porque a ellas se obrigára Affonso Henriques, como estipendio da cooperação de S. Bernardo na independencia do paiz e na conquista de Santarem. A propria chuva, que abundantemente cahira no dia da acclamação, era interpretada por Frei Francisco Brandão como indicio fatidico, como exuberantemente julga demonstrar com sua erudição, a qual tambem emprega para mostrar como o Céo fôra sempre, no mês de Dezembro, prodigo em beneficios para Portugal. Nesse dia a lua tomára a fórma de custodia e uma trovoada de transcendente significação ribombára em Alcobaça. Assim, na restituição da independencia, de novo se revelava a protecção divina e a indissoluvel ligação da independencia nacional com a Ordem de Cistér. O proprio rei de França, Luiz XIII, auxiliava o rei português na proclamação da sua independencia, por motivos de parentesco por meio da casa de Borgonha, donde descendia o Conde D. Henrique, e da Ordem de Cistér, cujo fundador era primo de Affonso Henriques. Era dentro deste ambiente de prejuizos religiosos e adulatórios que Fr. Francisco Brandão exprimia os seus applausos pela acclamação de D. João IV e allegava superabundantes fundamentos, e era tambem com elles que se propunha continuar a obra de seu tio, Fr. Antonio Brandão, de quem já havia sido cooperador, «mais que como amanuense», como

declara no prologo da 5.ª parte da *Monarchia*. Herdando todos os apontamentos de Antonio Brandão, todos os documentos, e querendo proseguir no mesmo plano e estylo, Fr. Francisco Brandão, posto que encontrasse o caminho já aplanado, não pôde supprir as deficiencias da sua personalidade litteraria e assim reconduziu a *Monarchia Lusitana* ao trilho do immoderado maravilhoso aberto por Brito, sem recuperar a viveza da fórma deste e perdendo alguma coisa da gravidade repousada de seu tio.

As duas partes, compostas por Brandão, alcançam o reinado de D. Diniz, os primeiros vinte annos a 5.ª e a restante duração delle a 6.ª Appendices de documentação seguem o texto. Em tudo o mais se lhe applica a caracterização apontada nas partes redigidas por Antonio Brandão.

FR. RAPHAEL DE JESUS

Antes que cooperasse na *Monarchia*, Fr. Raphael de Jesus (1) escreveu uma obra de historia colonial, *Castrioto Lusitano*, na qual enaltece a parte que João Fernandes Vieira teve na recuperação dos territorios do Brasil, que haviam sido occupados pelos hollandeses e conta pormenorizadamente, com preoccupação exhaustiva, a lucta entre portugueses e hollandeses. Já o proprio titulo é um panegyrico, pelo parallelo que estabelece. E o conjuncto da obra guarda esse caracter de apologia pessoal. O *Castrioto Lusitano* foi escripto sobre informações; Fr. Raphael de Jesus não testemunhou os acontecimentos e nem sequer visitou o theatro em que se

(1) Fr. Raphael de Jesus nasceu em Guimarães, em data desconhecida e morreu em 1693, em edade avançada. Professou na Ordem de S. Bento, Convento da Victoria do Porto, em 1629, foi abbade de varios conventos da sua Ordem e seu prégador geral, e reitoreou o Collegio da Estrella. Foi nomeado chronista-mór em 1681. Tambem foi afamado prégador.

desenrolaram. Escrevendo sobre informações, justo é reconhecer que procurou reunir a maior somma dellas, mas exclusivamente de origem portuguesa e decerto bastante inspiradas por João Fernandes Vieira. E' frequente apontarem-se narrativas e descripções de grande veracidade, que foram feitas por quem não testemunhou os acontecimentos, como succede com a historia não contemporanea dos auctores, mas então ou serviu de guia a intuição artistica, como na batalha de Waterloo por Victor Hugo, ou se assentou numa cuidada informação contradictoria. Ora Fr. Raphael de Jesus não teve o instincto divinatório dos poetas, nem se utilizou de fontes hollandesas. E' por isso unilateral a sua obra. Dahi e justamente dos seus prejuizos religiosos, resulta que fez da guerra entre batavos e portugueses uma especie de cruzada, em que os fieis á boa orthodoxia, guiados por Deus, haveriam necessariamente de bater os herejes. O *Castrioto Lusitano* enferma tambem dum erro de perspectiva, que faz avultar excessivamente a figura de João Fernandes Vieira, como se outras se não houvessem igualmente destacado, entre ellas Mathias de Albuquerque; dum erro de interpretação, que o impediu de fazer justiça aos esforços e innegavel influencia civilizadora dos hollandeses, principalmente de Mauricio de Nassau. Esta estreiteza de criterio era propria do genero das chronicas pessoaes e panegyricas, da falta de independencia critica e tambem da proximidade do tempo em que decorrera a acção descripta. Sob o ponto de vista litterario, á obra não falta preoccupação de emphase culteranista, que se manifesta já na variedade das metaphoras, já no pretensioso das suas reflexões, banaes em sua procurada argucia, nas fórmas parallelisticas de dizer, no acabado dos discursos que a cada passo reproduz. Dirigindo a 2.ª edição desta obra, em Paris, 1844, Caetano Lopes de Moura reviu o seu estylo e supprimiu as suas divagações sentenciosas, mas com esse arbitrario procedimento só mutilou a obra alheia, sem a melhorar em coisa nenhuma.

Em 1683 appareceu a 7.ª parte da *Monarchia Lusitana*, em que se historia a vida do rei Affonso IV, incluindo o periodo anterior á sua successão ao throno. O mundo de idéas, que povoa a mente de Fr. Raphael de Jesus, é o mesmo que dominava a dos seus antecessores, mas a sua erudição de «antiguidades», como diziam, muito menor. Essa 7.ª parte é muito menos rica de informações, inteiramente falta de novas interpretações, em que tanto se compraziam os seus antecessores, que não só contavam, mas tambem arrumavam, legitimavam a historia, porque só coisas direitas, grandes e legitimas queriam expôr. A materia agora mais agitada e de maior movimentação dramatica, — Affonso IV, filho rebelde, irmão perseguidor, heroe do Salado, consentidor do assassinio de Ignês de Castro, a dôr de Pedro e sua rebellião — prestava-se muito ao pendor espiritual de Fr. Raphael de Jesus, sentencioso, philosophando sobre a vida moral de olhos postos no mundo antigo, alfobre inexgotavel de exemplos, arredondando as phrases para effeitos rebuscados. Grande attenção deu ao estylo da obra, contentando-se com vestir com elle o saber já apurado e corrente desde Ruy de Pina, cuja *Chronica de D. Affonso 4.º* se publicára em 1653. Fr. Raphael de Jesus, mais estylista e menos historiador, limitou de modo consideravel a comprehensão da materia, ainda que lhe accrescentasse a extensão com occupar-se da vida completa de Affonso IV e não só do seu reinado. Elle se confessa no seu prologo, erigindo ambiciosamente esse amor do estylo e esse desamôr da vasta comprehensão numa especie de systema historico, em que calorosamente elogia o estylo: «O mundo avalia as obras pelos accidentes que as vestẽ, & não pella sustãcia que as forma. Ha historias cujos tomos são tumulos, porque com o estilo, ou indigesto, ou confuso, enterrão o que descobrem: persuadem a emmenda, mas não aproveytão com a lição. A elegancia, & a clareza vestem a historia de utilidade, & agrado.» Defende o papel da digressão conjectural para avançar mais alêm dos dados seguros

da documentação, justifica-se de não abonar documentalmente o que affirma com ser chronista e não tabellião, e de não ministrar noticias de ascendencias e descendencias, porque tambem não é genealogista. Deste modo, a parte da *Monarchia Lusitana*, ganhando como obra litteraria, muito perdeu como obra historica. E' disso uma prova a narrativa da morte de Ignês de Castro, na qual engasta um conto de amor, de que é protagonista Fernão Martins de Santarem, cavalleiro da casa do principe D. Pedro, e que unicamente se funda na fragil auctoridade duns fragmentos de Fr. Bernardo de Brito, nunca vistos. Muito se esmerou tambem Raphael de Jesus no discurso, com cujo lavor litterario e arguto discretear Ignês pretendeu amansar a colera de Affonso IV.

Na Bibliotheca Nacional guarda-se o manuscripto doutra obra deste chronista, *Vida del-rei D. João IV*.

FR. MANUEL DOS SANTOS

A bibliographia historica de Fr. Manuel dos Santos [1] é mais vasta que a dos seus antecessores, chronistas-móres, pois não se limitou a fazer avançar a construcção da *Monarchia Lusitana*. Della e de duas discussões polemicas associadas daremos informação.

Como a *Chronica de Cistér*, de Fr. Bernardo de Brito, não passasse dos seus primordios, e mesmo porque na parte executada a historia geral da Ordem é sacrificada a uma especie de *Flos Sanctorum* dos monges veneraveis, Fr. Manuel dos Santos deliberou emprehender uma obra, que condensasse todas as noticias seguras, que obtivésse, sobre monges e mosteiros da Congregação de Santa Maria de

(1) Fr. Manuel dos Santos nasceu em Cantanhede em 1672 e morreu no seu convento em 1748.

Alcobaça. Essa obra, *Alcobaça Illustrada*, 1710, não satisfaria só curiosidades especulativas, responderia tambem a necessidades praticas, como eram as duvidas suscitadas nas auctoridades religiosas e reaes sobre as regalias da Ordem e a obliteração dellas por esquecimento ou ignorancia dos instrumentos de que procediam. Compôr-se-hia ella, segundo o plano declarado pelo auctor, de quatro partes, em que trataria: a historia do mosteiro de Alcobaça até 1580; a mesma até ao tempo em que escrevia; historia de outros mosteiros de monges; e historia dos mosteiros de monjas. Do vasto plano, só chegou a pôr por obra a 1.ª parte, a qual esperou seguimento até 1827, anno em que Fr. Fortunato de S. Boaventura deu a lume a *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, mas adoptando plano e visando a fins muito diversos, como apontamos ao indicar o papel de Fr. Fortunato na defesa dos créditos litterarios da sua Ordem.

A obra *Alcobaça Illustrada* é a principal fonte para o estudo da vida interna da Real Abbadia. Nas peças preliminares Fr. Manuel dos Santos deixou passar alguns adornos estylisticos de culteranismo, mas no corpo principal da obra conteve-se na dicção fluente e despretensiosa. O *Apparato proemial á historia* informa sobre a fundação e primeira phase da Ordem de S. Bento, a sua reformação de Cistér, sua entrada em Portugal e protecção dispensada ao designio de Affonso Henriques fundar a monarchia autonoma da leonesa e sua generosa retribuição. Depois, entrando no assumpto verdadeiro da obra, divide-o em titulos, mais ou menos correspondentes ás mudanças de Abbades. Fundando-se sempre em abundantes documentos dos cartórios dos mosteiros da Ordem, Fr. Manuel dos Santos conta com vagar a vida da Congregação, seus progressos e seus privilegios através dos varios regimens, de abbades perpetuos, commendatarios e triennaes, descreve-nos as restricções soffridas por morte do Cardeal D. Henrique, ultimo admi-

nistrador secular, a separação da jurisdicção espiritual e secular, e depois a restituição ordenada por D. João IV. O milagre acompanha sempre a historia da Abbadia, desde a construcção do mosteiro, em que os bichos peçonhentos dos terrenos encharcadiços se haviam tornado inoffensivos e os bois que carregavam a pedra se dirigiam para as obras, sem guia. Dos abbades perpetuos o mais notavel foi, por certo, o irrequieto e prepotente D. João d'Ornellas, que auxiliou D. João I em Aljubarrota e que teve contendas com os povos dos coutos e com o arcebispo de Braga. Fr. Manuel dos Santos insurge-se ardidamente contra o regimen dos commendatarios, e a responsabilidade desta «peste dos commendatarios» attribue-a o chronista ao ultimo perpetuo, Fr. Nicolau Vieira, que renunciou a abbadia no arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, com assentimento do papa Sixto IV. O espirito de seita trahe-se nessa passagem quando conta com applauso como Fr. Nicolau Vieira foi expulso da abbadia, como já se trahira nas paginas referentes a D. João d'Ornellas, que é inteiramente absolvido, como volta a manifestar-se quando relaciona a morte prematura dos seis filhos de D. João III com os desfavores deste soberano á Congregação. Como esta intolerancia estava longe da piedade christã, que os monges apostolizavam!

Acabando a historia da Abbadia, no tempo dos abbades perpetuos e dos commendatarios até á sua divisão, Fr. Manuel dos Santos dá-nos a lista dos titulos dos abbades de Alcobaça e um a um os explica e justifica. Finalmente, narra alguns conflictos de jurisdicção e congratula-se com a restituição da primitiva unidade e velhas regalias ordenada por João IV, cujo nome era carinhosamente lembrado nas grandes solemnidades da Abbadia.

Esta formosa obra é um modelo de methodica composição, de narrativa clara, e mal se comprehende que a segunda parte della houvesse merecido de Fr. Fortunato de S. Boaventura tão formal condemnação.

Não passou despercebida da critica em seu tempo, porque despertou uma contenda com o P.e Francisco de Santa Maria (1653-1713), historiador das congregações de S. Jorge, baseada nos resentimentos despertados por alguns passos de *Alcobaça Illustrada*, a saber: a reforma dos estatutos da Ordem de Christo, por D. João, bispo de Vizeu, no tempo do mestrado do Infante D. Henrique, com grande reluctancia da Congregação de Alcobaça; a expulsão dos monges cistercienses do Hospital de Santo Eloy, depois de largo pleito; a nomeação do P.e Izidoro de Portalegre a abbade commendatario de Alcobaça. Eram, como se vê, attritos de ordens religiosas rivaes. As affirmações, que na *Alcobaça Illustrada* Frei Manuel dos Santos impugna, tinham sido feitas pelo P.e Francisco de Santa Maria no *Ceu aberto na terra*, *Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa e de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, 1697. Respondeu este auctor, com energia, no opusculo *Justa Defensa em tres satisfaçoens apologeticas a outras tantas invectivas*..., Lisboa, 1711, 128 pag. O P.e Santa Maria, com methodo e placidez, transcreve o texto de Fr. Manuel dos Santos e responde-lhe passo a passo, mais fortalecido em razões historicas do que em sentimentos de parcialidade, e aponta em termos claros o abuso de conjecturas e hypotheses, de imaginosas adivinhas que Santos fazia, a que contrapõe o dever por parte dos historiadores da duvida systematica. Ao ardor polemico e á intolerancia de Fr. Manuel dos Santos oppõe Santa Maria um repousado bom senso e uma visão das coisas desempoeirada de prejuizos de convento. Três annos depois, o chronista cisterciense reincidiu nas suas invectivas com o livro, que chamou *Alcobaça Vindicada — reposta a hum papel, que com o titulo de Justa Defensa em tres satisfaçoens Apologeticas publicou o Reverendissimo P. M. Francisco de Santa Maria Chronista Geral da Congregação de S. João Evangelista*..., Coimbra, 1714, 159 pags. A este tempo já o P.e Francisco era morto, mas

Santos affirma que lhe mandára uma copia, quando a sua treplica andava pelos tribunaes das licenças. Respondendo já ás accusações respeitantes á sua maneira de compôr a historia, já ás concretas censuras sobre as relações da Congregação de S. Bernardo com a de S. João Evangelista, Santos revela uma combatividade inexhaurivel; enumerando as allegações de Santa Maria, a cada uma dellas vae oppondo um rosario de razões, que bem mostram a pertinacia destes historiadores fradescos e a irreductibilidade destas malevolencias de convento, que de modo apreciavel avultam a bibliographia portuguesa dos seculos XVII e XVIII. Com o cerebro povoado de factos miudos, dotados de real capacidade de analyse logica, mas destituidos do dom de synthese e menos ainda da superior combinação das duas, estes polemistas fradescos, intolerantes e irreductiveis pela maior parte, perdiam-se num dedalo de coisas inextricaveis e com elles a propria verdade.

Com o apparecimento da 8.ª parte, e ultima publicada, da *Monarchia Lusitana*, em 1727, attingia esta obra o seguinte alcance chronologico:

Fr. Bernardo de Brito:	*1.ª Parte*, 4 livros, desde a creação do mundo até ao nascimento de Jesus Christo no anno da creação, 3962;
» » » »	*2.ª Parte*, 3 livros, até D. Henrique.
Fr. Antonio Brandão:	*3.ª Parte*, 4 livros, desde a formação do Condado portucalense até á morte de D. Affonso I.
» » » »	*4.ª Parte*, 4 livros, até ao fim do reinado de Affonso III, anno de 1279.

Fr. Francisco Brandão:	*5.ª Parte*, 2 livros, primeiros vinte e três annos do reinado de D. Diniz, até 1302;
» » »	*6.ª Parte*, 2 livros, até á morte de D. Diniz em 1325;
Fr. Raphael de Jesus:	*7.ª Parte*, 10 livros, vida e reinado de D. Affonso IV, 1291 a 1357;
Fr. Manuel dos Santos:	*8.ª Parte*, 2 livros, desde a morte de D. Pedro I até á eleição de D. João I, 1367 a 1385.

E' quanto existe da vasta construcção, emprehendida pelos historiadores cistercienses, possuidores da mais rica livraria de Portugal, sob o patrocinio dos reis. Ha uma grande solução de continuidade nesta obra; falta o reinado de D. Pedro I, ou seja a narrativa dos acontecimentos de dez annos. Alguns destes chronistas escreveram mais do que existe publicado, segundo a enumeração acima, a saber: Fr. Bernardo de Brito escreveu até D. João I, ainda que sob outro plano; Fr. Antonio Brandão reuniu materiaes para mais escrever; Fr. Manuel dos Santos declara haver escripto tambem uma 7.ª parte, na qual se teria occupado de D. Pedro I, mas o seu texto perdeu-se. No prologo da 8.ª parte da *Monarchia* ha umas linhas a este respeito que suscitam alguns reparos: «Escrevi primeiro a Oitava Parte, porque suppunha do chronista meu antecessor, que escrevia elle a Setima, continuando a Historia donde a deixou o Doutor Fr. Francisco Brandão; porêm na sua morte achou-se que nada escreveo de Historia; pelo que eu fiz logo a dita Setima Parte, e já tenho as licenças necessarias para se imprimir». Este chronista antecessor é Fr. Bernardo de Castello Branco, que foi abbade da Congregação de Alcobaça e academico da Real Academia de Historia, da qual

recebeu a commissão de escrever a historia dos reinados de D. Pedro I e D. Fernando.

Como obra historica e como litteraria, a 8.ª parte da *Monarchia*, de Fr. Manuel dos Santos, não traz ao edificio variedade architectonica ou particularidades de estylo. Menos documentado que Antonio Brandão e mais addicto a auctores, Fernão Lopes principalmente, escrevendo sobre uma epocha menos idonea, por ser mais conhecida, para as liberdades da phantasia, Santos pratica principalmente o maravilhoso sobrenatural. Com provas testemunhaes, de Zurara, Acenheiro, Manuel do Valle de Moura e Faria e Sousa, assevera que, depois de inhumado, D. Pedro I resuscitou para confessar um peccado que lhe tolhia o descanso eterno, e divaga sobre qual seria esse peccado; affirmando que os religiosos do mosteiro de Santa Clara, de Villa do Conde, foram avisados da proxima chegada das tropas castelhanas pelos fundadores, alli sepultados, Affonso Sanches e Thereza Martins, discute a verosimilhança de cada uma das versões do milagre. A prosapia nobiliarchica tambem tem seu lugar. Assim demonstra que os Condes de Flandres, cuja lista dá até Carlos IV, o primeiro doutro sangue, descendem de Syderico, português que emigrára da Peninsula, ao tempo dos mouros, e fôra servir Carlos Magno. Para Santos o conceito de nacionalidade tinha a mesma extensão que para Brito. Quanto pôde apurar de genealogias e mercês registou na obra, mas limitou muito o apparato documentar.

Fr. Manuel de Figueiredo, [1] tambem chronista da Ordem de Cistér, prosegue na defeza das idéas historicas dos seus antecessores, por meio de dissertações eruditas, de aspecto demonstrativo, já não vastas construcções de cuidados litterarios e escopos artisticos como a *Monarchia Lusitana.*

---

[1] Ignoram-se as datas do seu nascimento e morte. A publicação das suas obras fez-se entre 1775 e 1793.

CAPITULO IV

A VARIA FORTUNA DA HISTORIOGRAPHIA ALCOBACENSE

Pelos dotes litterarios, que no capitulo precedente forcejamos por fazer relevar, e pela grande quantia de importantes revelações que fizéra, as obras de Fr. Bernardo de Brito, postas em confronto com a chã historiographia dos chronistas, appareceram aos olhos dos estudiosos, dos patriotas e dos espiritos de exaltada imaginação — que cambiantes mentaes o frade comprazia! — como um monumento, o capital nesse genero litterario. Fez por isso uma grande impressão. Taes obras, a *Monarchia Lusitana* e a *Chronica de Cistér*, representaram um esforço muito grande, porque a par do trabalho de erudição grave, houve para as realizar grande trabalho de imaginação na interpolação, imitação e fabricação dos suppostos documentos illustrativos. Brito teve uma pleiade de collaboradores, o principal dos quaes parece haver sido Gaspar Alvares de Lousada, escrivão da Torre do Tombo [1]; de outros collaboradores só possuimos os no-

---

[1] Jeronymo Contador Argote, a pag. LII da 1.ª Parte das suas *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga,* Lisboa, 1732, affirma que Gaspar Alvares de Lousada mantivéra relações com o famoso falsario P.e Jeronimo Romano Higuera. Esta noticia poderá ser a via para uteis investigações sobre a historia dos embustes alcobacenses.

mes, fortuitamente registados em graciosas certidões de authenticidade, em testemunhos invocados e episodios associados á construcção da cathedral historiographica, que pretendia ser a *Monarchia Lusitana*. Pela atmosphera propicia, que se nos affigura haver encontrado na sua Abbadia e que é de certo modo uma cumplicidade de silencio ou de cooperação e pela polemica intolerante, com que a Congregação tomou a peito defender o seu bom nome, começamos a crêr que Fr. Bernardo de Brito foi uma especie de expressão do genio collectivo da Ordem de Cistér em Portugal, porta-voz do seu espirito, em que havia grande fervor patriotico, vasto saber e imaginação impetuosa.

Ampla foi a influencia de Fr. Bernardo de Brito, o escandecido e imaginoso historiographo que, ardente de patriotismo, creára subjectivamente um Portugal imperecivel, que começára com o mundo e duraria emquanto este persistisse, eloquente e poetica modorra da consciencia critica, obra em que, ao contrario da elegante phrase de Lamartine, ha vestigios de pensamento e principios de sonho. O trabalho de Fr. Bernardo de Brito devia ter sido incessante, para em tão curta vida poder compilar tão abundantes materiaes de lendas, tradições e algumas veridicas presumpções, redigir uma obra vasta... e fabricar todo um archivo comprovativo. Por isso, grande curiosidade despertou sempre a collecção dos codices alcobacenses; havia apreço pela riqueza e desejos de directamente examinar os codices e documentos em que forrageára os elementos da sua obra o homem, que, desde Fernão Lopes, mais revelações fizéra sobre a historia nacional. As suas obras nunca esqueceram: a 1.ª parte da *Monarchia Lusitana* reeditou-se em 1690 e 1806; a 2.ª parte da mesma em 1609, 1690 e 1809 [1]; a *Chronica de Cistér* em

---

[1] Esta edição academica, dirigida por Frei Antonio da Visitação Freire de Carvalho, apenas contem dois livros.

1720; e os *Elogios dos Reis* em 1726, 1786 e 1825. Elles crearam, por isso, uma especial atmosphera historica, carregada de prejuizos, de milagres, lendas e tradições, que promptamente matariam qualquer tentativa critica. Brito foi arvorado em panegyrista maximo do paiz, como unico detentor dos seus mais gloriosos pergaminhos. Muito tempo e muito esforço foi necessario consumir para dissipar essa atmosphera, não só por ser ella muito densa, mas tambem porque os frades de Alcobaça ciosamente velavam pelo bom nome do chronista e seus discipulos e continuadores — e denodadamente investiam contra quem se apartasse do geral consenso de applausos.

As poucas condições de vida, que as obras de Brito apresentavam, e dum modo geral grande parte da historiographia alcobacense, e a obstinação dellas em persistirem, tornaram muito agitada a sua fortuna litteraria. Desta daremos alguma noticia, para que possa ser medida na sua justa extensão a empreza de renovação dos estudos historicos em Portugal, no fim do seculo XVIII e no romantismo, e para concretamente exemplificar o nosso asserto. Não reconstituiremos integralmente essa agitada vida das obras dos chronistas cistercienses, porque para o fazer seria necessario possuir de varias especialidades uma informação bibliographica muito minuciosa, até ao conhecimento de auctores innumeros hoje esquecidos. Disseminadas rapidamente — e a esse exito terá poderosamente fomentado a Ordem de Cistér, —essas obras começaram logo a ser citadas com louvor e com discordancia por quantos auctores se occuparam dessa materia ou doutras affins. Por via indirecta é-nos hoje facil apontar muitos auctores portugueses e estrangeiros, que das obras de Brito se utilizaram, porque os que em volta della contenderam, no seu infatigavel afan de provarem por excesso, déram-se ao trabalho de organizar listas de nomes. Desse modo sabemos, pois, que applaudiram Brito e nelle piamente acreditaram: o anonymo auctor da *Dissertação Exe-*

getica de Primatu Bracharensi, 1618; Agostinho Barbosa, D. Rodrigo da Cunha, Sebastião Cesar, Manuel de Faria e Sousa, Antonio de Sousa de Macedo, Fr. Antonio Brandão, a Academia Liturgica Pontificia, de Coimbra, D. Thomaz da Encarnação, Leitão Ferreira, D. João Fernandez Velasco, D. Mauro Castel Ferrer, Fr. Francisco Xódar, Luiz de S. Llorente, Pelicér, Ximenez, Vargas, Aguirre, Labbé, Fleury, Cabassucio, Caraciolo, Ferro, etc.

Daremos, de seguida, informações sobre a polemica entre Diogo de Paiva de Andrada e Fr. Bernardino da Silva; sobre Frei Bernardo de Brito e a Academia Real da Historia; sobre a prosecução da polemica nascida na Academia por Fr. Ignacio de S. Caetano; sobre a divulgação do catalogo da Bibliotheca de Alcobaça; e sobre o varejo critico emprehendido pela Academia Real das Sciencias, em que culminaram Fr. Joaquim de Santo Agostinho e João Pedro Ribeiro, em nome da bôa doutrina, contra Fr. Fortunato de S. Boaventura, derradeiro campeão da historiographia alcobacense.

A falsidade da obra de Brito foi logo vista em seu tempo, porque quanto a deficiencia de espirito critico e liberdades da imaginação excedia as do proprio meio; ainda em sua vida Diogo Paiva de Andrada, [1] como elle imbuido de lendas e falsas tradições, publicou o *Exame d'Antiguidades. Parte Primeira. Repartida em doze tratados, onde se apurão historias, opiniões & curiosidades pertencentes ao Reyno de Portugal, & a outras partes, desd'a criação do mundo até o anno de 3403*, Lisboa, 1616.

---

[1] E' necessario não confundir este auctor com o homonymo, seu tio, o Doutor em theologia, Diogo Paiva de Andrada, delegado ao concilio de Trento (1528-1575). O auctor do *Exame de Antiguidades* era filho do chronista Francisco de Andrade e foi auctor do escripto moralista *Casamento Perfeito*, Lisbôa, 1630 e 1726, e do poema épico em latim *Chauleidos*, 1626, que tem por assumpto o cêrco de Chaul. (1576-1660).

Dão os bibliographos como causa deste escripto o despeito de Paiva de Andrada por não haver succedido a seu pae no cargo de chronista-mór do reino, que coube a Frei Bernardo de Brito; não encontrámos qualquer fundamento concreto para essa tradição, que de resto pouco importaria. (1) O ponto de partida desta tradição deve ter sido a declaração que o auctor faz no prologo da obra, reconhecendo a possibilidade de virem a ser-lhe attribuidos taes sentimentos: «Bem vejo que poderá ser isto atribuido a algũa particular tenção ou respeito, especialmente daquelles que sabem que não comecey esta ocupação, senão depois de fallecido meu pay, que Deos aja, Cronista-mór que foy deste reyno; quando da parte do Autor da Monarquia ouue rezoens que me obrigáuão a qualquer satisfação d'esta calidade: mas ainda que eu pósso affirmar com certeza, que s'enganarão cuantos isso cuydárem: não me quero cansar em mostrar que s'enganão, por ver quão mal se dissuadẽ suspeitas, pelos interessados na causa dellas».

Por entre apologias do amor da patria, que inspirou a Brito a sua *Monarchia Lusitana*, e do amor da verdade na historia, que é o que diz inspirar o seu *Exame*, Paiva de Andrada discute varios pontos daquella, principalmente os seguintes: a creação do sol no signo do leão, e a da lua no de Cancer; verdadeira situação do povoado fundado por Tubal, neto de Noé; origem do povo sabino; invenção do pão e do vinho; defeza da rainha Semiramis, soberana da Babylonia; origem dos phrygios; nascimento de Jacob e Esau, filhos de Isaac; origem dos ligures; morte de Melchisedec, summo sacerdote das Hespanhas; façanhas de Jupiter Osiris no reino da Thracia; morte de Gerião na Iberia; anti-

(1) E' a pag. 114 da *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça* que se affirma que Diogo Paiva de Andrada, «pertendêo com empenho publico succeder ao Pai» e que, não obtendo deferimento «se embravecêo contra o Doutor Fr. Bernardo de Brito».

guidades do reino do Egypto; aventuras de Hercules na Hespanha; estranhas propriedades duma estatua antiga de Memnon, rei da Ethiopia; contagem do tempo entre os egypcios; origem da fabula de Perseo; viagem de Bacho á Hespanha; origem da seita de Pythagoras; origem da palavra Lusitania; contestação da existencia de Luso, como rei da Lusitania; expedição dos argonautas da Thessalia; origem dos montes Pyreneus; Rhéa Silvia, mãe de Romulo; vinda de Nabucodonósor á peninsula; epocha de Solon, etc. Paiva de Andrada, percorrendo esta selva de desvairadas materias, lendas consideradas assumpto grave e assumptos graves impregnados de lenda, fá-lo com affoita segurança e piedosa credulidade. Não é um representante do nacionalismo e do criticismo investindo com as phantasias de Brito; é um espirito imbuido das lendas e tradições que em Portugal então se criam ainda, pedindo contas a Brito do uso que dellas fizera, extrahindo-lhes conclusões que ellas não continham, attribuindo aos auctores sentidos e affirmações que não haviam produzido. Elle mesmo diz que, podendo manusear fontes diversissimas, preferiu auctorizar-se com as mesmas, que havia utilizado o seu criticado: «Ao leytor aduirto que se me vir allegar com Beroso Caldeo, João Viterbense, Catão das origẽs, Methastenes, ou Megastenes Persa, & com outros algũs pouco acreditados, não entenda que deixo eu de os ter nessa conta, senão como a Monarquia confirma com elles a mayor, & a milhor parte do que vay referindo, com os proprios se lhe argumenta mais efficazmente, que com todos os outros» [1].

---

[1] No movimento europeu de combate destes falsos auctores cooperou um português, o illustre Frei Gaspar Barreiros (?-1574), sobrinho do chronista João de Barros. Merecia estudo pormenorisado o lugar deste geographo e exegéta na campanha de critica historica do seculo XVI, ao lado de Luiz Vives e Antonio Nebrixa. A sua obra ***Censura in quendam auctorem qui sub falsa inscriptione Berosi Chaldei circumfertur***, foi publicada em Coimbra, 1561, Roma, 1565 e Heidelberg, 1598.

A obra, que nenhuma importancia de progresso e novidade tem para a historia da critica historica em Portugal, não deixa de ter pretensões litterarias, porque a par do apparato da erudição da especialidade, ha ostentação de leitura litteraria e philosophica, e sempre se abona, ao abrir cada novo capitulo, «tratado» como lhe chama, com o elogio duma virtude, com precedentes classicos e passos de escriptores: no capitulo primeiro o amor da patria; no segundo a verdade; no terceiro o silencio prudente; no quarto a persistencia; no quinto o bom uso de perpetuar memorias; no sexto a caridade, e de caridade e soccorro a Frei Bernardo de Brito ahi mostra Paiva de Andrada considerar o seu *Exame;* no setimo o silencio, mais eloquentemente elogiado que no terceiro; no oitavo os perigos da temeridade; no nono a experiencia e a jactancia; no decimo os perigos de dar pareceres; no undecimo o conhecimento de si mesmo; e no duodecimo justifica-se da extensão do seu exame.

Pela conclusão, em que na apparencia pouco a proposito se refere á *Chronica de D. João III,* de seu pae Francisco de Andrada, trahem-se sentimentos de offensa e propositos de desaggravar a memoria de seu pae de alguma censura, provavelmente a de haver escripto pouco e poucas noticias ministrar em sua obra. Se pudéssemos conhecer qual a causa desse estado de espirito, o *Exame de Antiguidades* seria, não a iniciativa dum despeito, mas a réplica duma offensa. Algum intuito polemico tinha Paiva de Andrada, que mais projectava escrever — pois o exame só alcança a primeira parte do livro 1.º, o que o levou a reconhecer achar-se «com muyto mayor leitura do que tem a mesma parte recopilada» — e que indirectamente convidava Fr. Bernardo de Brito a treplicar: «Ao Autor lembro que se me quiser honrar com algũa resposta, seja com allegaçoens menos incertas & opinioens milhor fundadas do que são estas de

que tratamos, porque doutra maneyra, será mais offender que defender sua autoridade». [1]

Morto no anno immediato, Bernardo de Brito não pôde

---

[1] Na sua *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça,* no cap. XIII, do titulo III, quando se reproduz o elogio de Fr. Bernardo de Brito por Fr. Manuel dos Santos, affirma-se que Paiva de Andrada mais escrevêra, mas que, convencido ou vexado pelas razões de Fr. Bernardino da Silva, desistira da publicação. Pondo de remissa tal affirmação, transcrevemos o passo respectivo: «Imprimio o dicto Paiva o seu chamado: *Exame de antiguidades*: por Outubro de 1616, e logo no mez de Fevereiro seguinte de 1617 levou Deus para si ao Doutor Fr. Bernardo de Brito, voltando de Madrid para o seu Mosteiro de Alcobaça; pelo que não pôde responder ao Paiva, nem ainda teve tempo para ver o seu caderninho, divertido naquella Côrte com requerimentos, que sempre canção; porem respondeo por elle o Doutor Fr. Bernardino da Silva, tambem Monge de Alcobaça, e fez a resposta em dous Volumes que intitulou *Defenção da Monarchia Lusitana:* o primeiro imprimio-se em Coimbra no anno de 1620; o segundo em Lisboa no anno de 1627; e em ambos o Doutor Silva convenceo, confundio, envergonhou ao Paiva de ignorante, falto de noticias, malevolo, contrario ao Sagrado texto, e dos erros crassos, em que cahio, e tudo com uma tal evidencia, efficacia, verdade, erudição, doutrina, elegancia e noticia de Auctores exquisitos, que admira a quantos o tem; nem pareça hyperbole minha affectada, porque o mesmo Paiva convencido foi o primeiro, que mais se admirou, esturgido, e aturdido da sabedoria, e vastissima lição de tão douto Monge; e se entende ser isto assim, porque no ***interim*** que sahio a publico a primeira Parte da *Defenção* escreveo o dicto Paiva segundo caderninho para tambem imprimir, jactancioso sem duvida do seu engenho; porque mostrou o caderno a seus amigos antes de o levar aos Tribunaes de Licenças: porem lendo elle a primeira Parte da *Defenção,* recolheo o caderno, e o sepultou onde não fosse visto, temendo justamente ser examinado, segunda vez, por tão douto, e sabio apurador de antiguidades, o Padre Mestre Fr. Bernardino da Silva: hum dos que virão este segundo caderno foi o Chronista dos Eremitas de Sancto Agostinho, Fr. Antonio da Purificação: elle mesmo escreve no seu Livro: *De viris illustribus Eremitarum Sancti Augustini:* Lib. I: cap. 18: fol: 23: ibi: *Quae quidem secunda Pars* (do Exame de Antiguidades) *cito exibit in lucem:* diz elle: mas até hoje ainda não apparecêo.» Verificando a citação apurámos que de facto, a pag. 23 v., no cap. XVIII,

responder a Andrada, mas desse trabalho se encarregou um confrade na Ordem de Cistér e nas lettras, Frei Bernardino da Silva, [1] formado em theologia e lente dessa disciplina no mesmo Convento de Alcobaça, que, segundo confessa, cedeu a impulsos de velha e enternecida amizade. Intitula-se a sua obra *Defensam da Monarchia Lusitana* e consta de duas partes, a primeira publicada em 1620 e a segunda em 1627. Não será para relegar, tratando-se duma controversia travada em torno da *Monarchia Lusitana*, cujo mobil de apologia patriotica já apontámos, a circumstancia de ser o *Exame de Antiguidades* offerecido ao Principe D. Filippe, futuro rei, terceiro do nome em Portugal, e a *Defensam* dedicada ao duque de Bragança, D. Theodosio. Fr. Bernardino da Silva colloca-se no ponto de vista patriotico de Brito e considera deleteria a influencia do escripto de Paiva de Andrada, porque desacreditando Frei Bernardo de Brito, desauctorizava quanto na *Monarchia Lusitana* aquelle escrevêra de glorioso sobre as coisas de Portugal. Não deixa de fazer sorrir esta pertinacia dos três auctores, Brito, Andrada e Silva, falarem de Portugal, reis portugueses e coisas portuguesas a proposito duma obra que começa com a creação do mundo e termina antes do primeiro rei de Portugal, na vespera de se ir justificar o titulo pela entrada na sua propria materia.

---

da obra *De viribus illustribus Antiquissimae Provinciae Lusitanae Ordinis Eremitarum Sancti Patriarchae Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi & Ecclesiae Doctoris Eximii*, Ulysippone, 1643, se contém a proposito do papa João XX a seguinte indicação de fontes: «Eius meminerunt Historiae Pontificales, & Ludouicus ab Angelis in Chron. S. Augustini M. S. parte secunda lib. 3, cap. 17. & Author secundae part. Examinis Antiquitatũ cap. 23. quae quidem 2. parts. cito exhibit in lucem».

(1) Ignora-se a data do seu nascimento. Foi natural de Lisboa, prior de Alcobaça, onde professára em 1585, e morreu em 1641. Barbosa deu-o como primo de Brito (V. Bibl. Lus.), mas ao que parece sem fundamento (V. Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia Chronologica Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, pag. 114-115).

Com que enthusiasmo estes auctores, em nome da verdade na historia de Portugal, terçavam armas por assumptos que estavam para alêm da historia de Portugal, da historia da peninsula e da historia humana, porque eram do dominio da mythologia e das velhas tradições heroicas, com que gregos, romanos e primeiros auctores christãos suppriram a sua falta de conhecimentos historicos e geographicos para alêm das fronteiras do mundo classico! Fr. Bernardino da Silva, com grande desenvoltura de estylo, em tom ardentemente combativo, que mais duma vez comprehende a ironia e a aspera reprehensão, com maior sequencia de dicção e maior capacidade demonstrativa, impugna os auctores adduzidos por Andrada e calorosamente defende Laymundo Ortega e Beroso, cujo credito este punha em duvida, e um a um vae rebatendo as criticas consignadas no *Exame*. E affirmações iniciaes de Fr. Bernardo de Brito, criticas de Paiva de Andrada, e criticas de criticas de Fr. Bernardino da Silva, tudo no desmarcado campo da phantasia paira, só tendo como fracos pontos de appoio ás suas deducções os textos antigos, productos de anteriores vôos da phantasia e da credulidade, que ninguem ainda criticára. E' um typo bem curioso desse processo de discussão e da materia controvertida a disputa em torno da honestidade de Semiramis: após a narrativa de algumas façanhas de Semiramis, Brito conclue com uma breve apreciação, em que affirma que, se não fôra a pouca continencia de sua vida, teria esta rainha o primeiro lugar entre as insignes mulheres do mundo; com denodo e profusão defende-a Andrada no seu tratado terceiro, razões da mais variada ordem, chegando a attribuir as aventuras dissolutas de Semiramis rainha a uma homonyma, escrava e concubina de Nino; ainda com mais ardôr e de onde em onde com graciosos remoques devolve Silva a justa reputação de dissoluta á longinqua e vaga rainha da Chaldéa. A 2.ª parte da *Defensam* é mais serena e cortês, posto que, — como diz o censor — o adversario da *Monarchia Lusitana* lhe dê muitos

motivos para usar de palavras com que o poderia maguar. Termina mesmo por pedir desculpa de alguma palavra que inadvertidamente houvesse dito contra o gosto de Andrada. Serve este episodio, em que com grande apparato de erudição livresca os mais doutos historiadores discorriam acêrca das despezas feitas pelos reis egypcios com a construcção das pyramides, acêrca da duração da vida humana e do que fôsse um gigante, em que procuravam com seu espirito critico apurar se Memnon, rei da Ethiopia, se transformára nos campos troyanos em pedra ou ave, problema difficil, porque duma e doutra transformação havia testemunhas, e se era authentica a carta por Penelope escripta a Ulysses, e sendo-o, se elle poderia tê-la recebido em Hespanha, quando afanosamente se occupava na fundação da cidade de Lisbôa, serve este gracioso episodio da historiographia para que possamos hoje medir o vasto percurso feito pela critica historica, não só no aspecto positivo de construcção nova, mas no negativo, de joeiramento do capital herdado.

Ha uma pequena noticia de haver sido impugnada alguma doutrina das 3.ª e 4.ª partes da *Monarchia*, devidas a Fr. Antonio Brandão, posto que este auctor tenha desfructado sempre bem maior auctoridade que Brito. Essa noticia foi dada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, que publicou uma *Apologia* ou defeza das partes censuradas. Ignora-se quem fosse o critico, mas certamente as suas censuras nunca teriam sido impressas. Da resposta de Brandão só existe um fragmento, já mal conservado, que está comprehendido no codice n.º 469. [1]

No seio da Academia Real da Historia Portuguesa, da qual em seu momento opportuno faremos demorada menção,

---

[1] V. *Memoria sobre a vida do Chronista-mór Fr. Antonio Brandão...*, publ. no tomo 8.º, parte 2.ª, 1.ª Serie da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1823. O fragmento da defeza de Brandão está impresso a pags. 73-80.

tambem se ventilou o problema dos créditos de Fr. Bernardo de Brito. Houve uma deliberação collectiva e houve uma contenda em torno dum ponto de historia ecclesiastica.

Ponderando no inconveniente de livremente circularem certos auctores apocryphos, sem que sobre elles recahisse qualquer auctorizada sancção, a direcção da Academia commetteu a alguns dos seus membros o encargo de dar sobre essa materia o seu parecer. A commissão era composta pelos seguintes academicos: D. Manuel Caetano de Sousa, Marquez de Abrantes, Conde da Ericeira, Marquez da Fronteira, Marquez de Alegrete e Conde de Villarmayor. O resultado dos seus trabalhos foi um *Catalogo dos Auctores suppostos*, precedido dum parecer em que se allegam os titulos dessa supposição. No catalogo comprehendem-se alguns auctores allegados por Fr. Bernardo de Brito, como Beroso Caldeo e Servando, e no parecer comprehende-se o seguinte paragrapho, de absoluta condemnação, apesar dos seus discretos termos: «5. Temos muitos Authores de bôa nota, que allegão outros que se perdêrão, ou que alguns entendem que não existirão, como succede a Julião Lucas, allegado por Florião do Campo, Laymundo Ortega, Angelo Pacense, Alladio e outros, por Fr. Bernardo de Brito; e como não vimos estes livros, os não comprehendemos no Catalogo dos suppostos, e segundo o provavel do que se tirou delles, ficarão os successos admittidos, ou reprovados». Para affirmar que o amor da verdade historica de modo nenhum excluia o amor da patria, os academicos não acharam melhor expressão do que a já dada por Diogo de Paiva de Andrada no prologo justificativo do seu *Exame de Antiguidades*. Esta foi a deliberação a que alludiamos.

A contenda versou a discussão da existencia ou não existencia do primeiro concilio de Braga, por Fr. Bernardo de Brito collocado no anno de 411 [1], e decorreu entre

---

[1] V. *Monarchia Lusitana*.

o P.e Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o Doutor Manuel Pereira da Silva Leal, oppositor da Universidade de Coimbra e o beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Dum modo geral, todos os academicos que tinham sido incumbidos de compôr a historia ecclesiastica de alguma diocese, tiveram de ventilar essa questão prévia, importante no periodo originario da christianização da peninsula. Em 16 de Abril de 1721, o P.e Gusmão, encarregado da historia do bispado do Porto, declara numa sessão ou conferencia da Academia: «Refutou as obras de Dextro, e Juliano, e acabou mostrando as razoens por que se persuadia a que o concilio Bracharense não fôra verdadeiro, fundado em que o estilo por que estava composto não era do tempo, em que se diz fôra celebrado, mas muito mais moderno, o que confirmou com muitas testemunhas da Historia Ecclesiastica, e da versão da Escriptura de que se usava em Hespanha naquelle tempo». O mesmo academico confirmou este seu juizo em outras conferencias, nas quaes as opiniões se dividiam: tinha-o tambem por falso Fr. Miguel de Santa Maria, Manuel Pereira da Silva Leal, por dubio Jeronymo Contador Argote, e verdadeiro Leitão Ferreira. Deste choque de opiniões nasceu a discussão.

Encarregado pela Academia de escrever a historia do bispado da Guarda, que effectivamente levou a effeito, Pereira Leal, dando em sessão de 27 de maio de 1721 conta dos trabalhos, que ia realizando, annunciou haver assentado «que era apocrypho o Concilio Bacharense, que descobrio, e publicou Fr. Bernardo de Brito». Constando-lhe que alguem se propunha impugnar a sua critica, Pereira Leal voltou na conferencia de 9 de Outubro do mesmo anno a accentuar a sua opinião e aboná-la com provas. Chegára a essa conclusão, porque, visitando a bibliotheca de Alcobaça e procurando as actas desse concilio, apenas achára duas copias, uma da outra differentes em pontos essenciaes, e recentes, pois não remontariam a dois seculos, e porque a processão do Espirito Santo attribuida ao Pae — como no falso texto se define —

só fôra fixada em 589, no terceiro concilio toledano. Do original do texto não encontrara a menor referencia. Em 19 de Dezembro, Leitão Ferreira promettia defender a veracidade de Brito com uma apologia, que de facto apresentou á Academia em Novembro de 1722, sob o titulo de *Dissertação Apologetica em que se defende a verdade do primeiro Concilio Bracharense, descuberto, e dado á luz por Fr. Bernardo de Brito*... Como Pereira Leal não fosse o primeiro a affirmar a falsidade desse concilio, antes fosse dentro da Academia o continuador duma corrente de opinião que ia avolumando entre os estudiosos, Leitão Ferreira defende Brito das arguições já anteriormente oppostas por Gaspar Estaço nas *Varias Antiguidades de Portugal*, Lisbôa, 1625, pelo P.e Francisco de Macedo, pelo P.e Bartholomeu Lourenço de Gusmão, pelo P.e Filippe Labbé e pelo P.e D. Jeronymo Contador Argote. Leitão Ferreira enuncia uma a uma as objecções formuladas e a cada uma rebate com copiosa erudição e aquella fecundidade prolixa de argumentos deductivos que sempre desenvolve quem defende uma falsa these. Em reforço, fez seguir a sua apologia duma longa lista de auctores que tinham utilizado a revelação feita por Fr. Bernardo de Brito, sem a pôrem em duvida, portugueses, hespanhoes, italianos e franceses, e dum appendice em que reproduz a copia da acta do impugnado concilio, que existia no archivo da Sé de Braga, uma carta de Fr. Bernardo de Brito que acompanhou a remessa da copia do concilio pedida pelo arcebispo de Braga, outra do mesmo para este, D. Fr. Agostinho de Castro, uma certidão de Gaspar Alvares de Lousada, o famoso collaborador de Brito na sua officina de diplomatica e uma certidão moderna do tabellião de Alcobaça. Em 5 de Novembro de 1722, Pereira da Silva annunciou que ia responder a Leitão Ferreira, o que brevemente fez com a *Dissertaçam Exegetica critica, em que se prova ser fabuloso, e supposto o Concilio, que descobrio, e deu á luz Fr. Bernardo de Brito*... Os argumentos de Pereira da Silva são de chronologia e diplomatica, mais concretos e menos di-

gressivos; como Leitão Ferreira, aponta numerosos auctores que do concilio se occuparam, mas para o darem por apocrypho, assim estrangeiros como portugueses. Em appendices reproduz o texto da acta, apontando as differenças entre a copia publicada por Brito e a copia officialmente reclamada pela Academia, commentando o texto, passo a passo, em notas.

A Academia Real da Historia, quanto ao methodo historico, prestou o bom serviço de limitar os creditos de certas fontes e em alguns casos de completamente as rejeitar. Comtudo Argote reviu as fontes disputaveis utilizadas por Brito numa muito curiosa peça preliminar das suas *Memorias* sobre o archiepiscopado de Braga, que se intitula *Critica dos livros e authores allegados nestas Memorias*, que é um documento precioso sobre o espirito critico da historiographia da epocha, na qual, elogiando a Brito, conclue benevolamente: «O que se pode nelle notar he, que abraçou algumas opinioens, que tinham pouco fundamento, como foi a de dizer, ou prometter que mostraria como Nomão fôra a antiga e celebrada Numancia, e outras». Não obstante tal benevolencia, Argote enjeitou alguns textos apocryphos, como a celebre historia da conquista da Hespanha pelos Arabes, attribuida pelo falsario Miguel de Luna a Abdul-cacim, á qual chama «novella divertida».

Fóra da Academia Real da Historia, a polemica do Concilio de Braga proseguiu. Foi defendido por D. Thomaz da Encarnação, bispo de Pernambuco (1723-1784) na sua *Historia Ecclesiae Lusitanae, per singula saecula ab Evangelio promulgata*, Coimbra, 1756, tomo 1.º, cap. 8.º, em que ainda responde a Pereira Leal; por D. Francisco de Nossa Senhora na *Dissertação sobre qual foi o 1.º Bispo de Braga,* [1] que pre-

(1) V. *Collectio Academiae Liturgicae Pontificiae*, tomo 3.º, Colimbriae, 1761.

tende fosse S. Pedro de Rates, e ainda em 1773, já nas vesperas da fundação da Academia Real das Sciencias, que continuaria a tradição intellectual da Academia Real da Historia e a sua obra de impugnação das phantasias cistercienses. E reviveu com a obra attribuida pelo bibliographo Innocencio a D. Frei Ignacio de S. Caetano, bispo de Penafiel (1719-1788): *Dissertação critica, e Apologetica da Authenticidade do Primeiro Concilio Bracarense celebrado em 411, vendicada contra os vãos esforços que para provar a sua supposição fizéram Gaspar Estaço, o P. M. Macedo, o Dr. Manuel Pereira da Silva Leal, e ultimamente um sabio moderno. Seu author Lusitano Philopatrio.* A ordem de ideas é a mesma de todos os propugnadores dos créditos de Brito; é o amor da patria que os move a defender tão nobres antiguidades. No caso sujeito, se a falsidade de concilio fosse provada, desfar-se-hiam com elle alguns nobilissimos pergaminhos da historia patria: a prioridade da conversão da gente do occidente da peninsula, ainda antes da vinda de S. Pedro, o primado de Braga, a existencia de S. Pedro de Rates, primeiro bispo de Braga, e a vinda de Sant'Iago á Hespanha. Mal se comprehendia, allega o auctor, que houvesse quem impugnasse titulos tão nobilitadores da sua patria. A erudição é vasta, mas o processo logico é que é precario. O sabio moderno, cujos «fundamentos negativos» alli vivamente se combatem, não apurámos quem seja; talvez Argote.

Quando se procuraram no cartorio e bibliotheca de Alcobaça os documentos invocados por Brito como fundamentos das suas mais audazes invencionices, contou-se que haviam sido perdidos uns e roubados outros, e de alguns apenas se exhibiram copias modernas, que se apontavam como originaes. Como para responder a essa geral curiosidade, publicou-se em 1775 o catalogo dos manuscriptos alcobacenses, sob o titulo *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quod tractatus, epistolas, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque anima-*

dvertentur notatu digna, Olisipone, Ex Tipographia Regia. A redacção em latim, o cuidado da edição e ao mesmo tempo a ausencia de nome de auctor, que lhe retira caracter de trabalho individual, parecem trahir uma intenção de propaganda, para além das fronteiras, das riquezas do archivo, que a prosapia nobiliarchica nacionalista muito prezava e que grandemente importavam para a historia peninsular e a geral da Ordem de Cistér, da qual em Hespanha tambem muito se havia escripto. Francamente se falla de desvio de documentos, quando Filippe II occupou o throno português. Assim se expressa o anonymo prefaciador do Index: «Tandem ad nos deventum est, collectisque aliquot Religionis Magistris id onus impositum fuit. Cum strictius examen institueretur, non sine maximo cordis dolore comperimus omnia summopere esse direpta, nec illatis vulneribus ullum superesse remedium. Cujus rei rationem investigantibus duae prae aliis causae occurrerunt. Cum Philippus secundus Hispaniarum Rex in Lusitaniam dominaretur, & Escurialense Monasterium summis sumptibus inaedificaret, illius Bibliothecam instruere curabat Exemplaribus rarioribus undique quaesitis, multosque ex hoc Monasterio in illum locum jussit deportare Codices Manuscriptos. Cuivis vero facile est conjectare illum selegisse melioris notae & pretii Codices. Alteram jacturam passa est a domestico Scriptore. Angelus Manriquus Annales Cistercienses conscripturus mutuos sibi sumpsit aliquot codices; ea tamen conditione, ut post absolutum opus redderentur: Sed cum postea in Lusitaniae Throno Domus Bragantina collocaretur, rebus omnibus perturbatis, commeatuque cum Hispaniis prohibito, nihil amplius de Manuscriptis cogitatum. Taceo, quae furtim ablata, quae deperdita, quae abscisa, quae blatheis & tineis ita sunt cooperta & corrosa, ut amplius legi minime possint».

O catalogo, que mais tarde foi por Fr. Francisco Roballo, que já conheceremos, attribuido ao monge de Cistér,

Fr. Francisco de Sá, [1] descreve summariamente 476 codices, mas não aponta a documentação mais ansiosamente esperada: o tratado *De Imperatoribus*, de Laymundo Ortega, as peças que se referiam á intervenção de S. Bernardo na independencia da monarchia portuguesa, ao milagre de Ourique, ao voto do Albardos, ás côrtes de Lamego, ao concilio de Braga, o chamado ante-primeiro, Fuas Roupinho, abbade João de Montemór e os cancioneiros que continham os versos de Goesto Ansures e Gonçalo Hermiges.

Em 1790, munido de licença official, Frei Joaquim de Santo Agostinho conseguiu penetrar no famoso archivo e detidamente examinar os seus codices, cotejando-os com a descripção delles feita no *Index* de 1775. Concluindo que este peccava por inexactidões e omissões, elaborou uma serie de correcções e additamentos, que veio a constituir a *Memoria sobre os Codices manuscriptos e cartorios do Real Mosteiro de Alcobaça,* lida á Academia das Sciencias em sessão de 30 de Julho de 1794. [2]

Não logrou o novo catalogador encontrar os famosos documentos, o que declara, e como os, que a alguma das materias impugnadas se referissem, fossem redigidos em letra e estylo do seculo XVI, apoda Brito de impostor. Em notas a um original de continuação da parte impressa da *Monarchia Lusitana*, uma 3.ª parte do punho de Fr. Bernardo de Brito, desaconselhavam Fr. Antonio Brandão e Fr.

---

(1) Di-lo nos termos seguintes, em nota á pag. 9 do seu *Exame Critico:* «O P. M. Doutor Fr. Francisco de Sá, então deputado da Real Mesa Censoria, e digno de mais longa vida para crédito das Letras, e das Sciencias». Verdadeiramente a attribuição feita é só da prefação, mas será crivel que o auctor do *Index* recorresse a outrem para o trabalho menor do prefacio?

(2) V. *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias,* Lisbôa, tomo 5.º, 1793, pag. 297. O frontespicio do vol. tem data anterior á leitura da Memoria de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o que se explicará pela sua impressão parcellar.

Diogo de Castello Branco a publicação do mesmo original, por carecer de revisão a sua base documental, pois uma das peças, o juramento de Affonso Henriques, houvéra soffrido interpolação. Já os proprios correligionarios prudentemente o diziam. As duas principaes razões do desapparecimento dos documentos mais avidamente procurados, apontados pelo prefaciador e organizador do *Index*, são rebatidas por Fr. Joaquim de Santo Agostinho: Monsenhor Ferreira Gordo, que em commissão especial examinára, em 1790, os documentos portugueses da bibliotheca do Escurial, não os encontrára, (1) e Manrique não remetteria para Alcobaça os leitores em suas citações se possuisse á mão os documentos que refere.

Defendendo a honra do convento, isto é, no caso sujeito a probidade historica de Brito e a capacidade profissional do archivista organisador do *Index*, sahiu a publico um monge cisterciense, que é commum dizer-se ser Fr. Francisco Roballo, (2) com o *Exame Critico sobre a Memoria academica que o R.mo P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisbôa em 4 de Julho de 1794...*, Lisbôa, 1799, 51 pags. *Sine odio*, antes de animo

---

(1) V. Joaquim José Ferreira Gordo, *Apontamentos para a historia civil e litteraria de Portugal e seus dominios, collegidos dos Manuscriptos assim nacionaes, como estrangeiros que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escurial e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid,* nas *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias,* vol. 3.º, Lisboa, 1792, pag. 2-91. Não se refere á tradição do transporte dos codices alcobacenses para o Escurial, por ordem de Filippe II.

(2) Cremos que o fundamento desta identificação é o seguinte trecho final da brochura, depois de convidar a uma visita a Alcobaça os animos duvidosos: «E para que tudo alcancem com o menor incommodo lhe destinamos um Monge para seu Manuductor. He este nomeadamente o P. M. Fr. Francisco Roballo, que toma desde já por sua conta apresentar os Codices, e justificar a verdade e exactidão das nossas Correcções».

tranquillo que o levou a louvar alguns dos additamentos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o auctor do *Exame Critico* affirma a força da tradição que attribuia a Filippe II o desvio de manuscriptos de Alcobaça para o Escurial, e mantém com elucidativas transcripções de Angelo Manrique a outra opinião corrente e exposta no *Index*, de que este auctor fôra auctorizado a levar para seu uso particular os manuscriptos, que mais interessassem á sua obra sobre a historia de Cistér; todavia, nenhuma das citações de Manrique se refere aos documentos mais postos em duvida.

Rectifica depois varios passos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, não quebra lanças pela veracidade de Brito, nem pela authenticidade de alguns documentos adduzidos, mas impugna vivamente a má fé attribuida ás notas e observações appostas aos codices como forceja por limitar o serviço litterario por Fr. Diogo Castello Branco prestado com a advertencia sobre o texto do juramento de D. Affonso Henriques.

Ripostou Fr. Joaquim de Santo Agostinho, em 1800, com nova brochura, «*Resposta ao opusculo intitulado EXAME CRITICO sobre a Memoria Academica que o R.mo P. M. Fr. Joaquim de Santo Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa*..., 49 pags. As duas causas principaes do não apparecimento dos mais procurados manuscriptos continuam em discussão. Fr. Joaquim rebate o valor critico duma vaga tradição e affirma não conhecer o testemunho escripto de Figueiredo adduzido por Fr. Francisco Roballo, quanto á remoção para o Escurial attribuida a Filippe II; impugna o testemunho de Manrique, porque vez nenhuma este escriptor, em suas citações, declarou serem os manuscriptos os proprios de Alcobaça. Este argumento é especioso; Manrique não se julgava obrigado a dar tantos informes sobre a proveniencia dos manuscriptos que citava, nem seria verosimil suppor que tivesse obtido tão grande quantidade de copias. Se copias fossem, alguns originaes se haviam de

encontrar em Alcobaça. Respondendo ás objecções concernentes a cada codice, Fr. Joaquim insiste com novas razões na falta de exactidão do *Index*, de 1775, e com segurança prova as falsificações de documentos: suppressão de folhas, raspagens e interpolações.

Como, na introducção do seu opusculo, Fr. Joaquim compuzesse o seu perfil com recortes de phrases de Fr. Francisco Roballo, e depois pelo mesmo methodo mostrasse como o auctor, no mesmo trabalho, tinha opiniões tão oppostas sobre elle, as mais laudatorias e as mais condemnatorias, Roballo voltou a insistir no verdadeiro sentido dessas phrases, que assim mutiladas e separadas do contexto, soffriam desfigurações, que não queria subscrever. Só para isso escreveu nova brochura, que longamente intitulou *Exposição do verdadeiro sentido de algumas phrases que o A. da Resposta ao Exame Critico accumulou, e que por isso mesmo merecem ser analysadas, para que a Verdade ou falsidade do Retrato, que dellas se quizér formar, se comprehenda melhor pela confrontação do seu Original*, Lisbôa, 1817, [1] 26 pags. O trabalho reduz-se a um cotejo de textos, de Roballo e J. Santo Agostinho, e nada trouxe de novo á polemica, menos ainda ao julgamento critico da historiographia alcobacense.

João Pedro Ribeiro, nas suas *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portuguesa*, Lisboa, 1798, deu tão pouca importancia á corrente de idéas historicas creadas por Bernardo de Brito, ácêrca das quaes se disputava ainda em volta de si, que apenas lhe dedicou as seguintes linhas: «Omittindo muitos outros exemplos, que nos subministrão alguns A. A., que andão nas mãos de todos, e passão como textos authenticos, julgo desnecessario dizer cousa alguma acêrca de Fr. Bernardo de Brito, cujo

---

[1] E' digno de reparo que o trabalho tenha data de redacção de 12 de maio de 1800.

caracter supponho já assaz demonstrado. Com effeito nem no cartorio de Lorvão hoje se achão originaes, nem nunca existirão a carta de izenção de tributo por Álboacem, da Era de 772; a longissima escriptura de El-Rei D. Fernando de Leão da Era de 1102 com a relação da expugnação de Coimbra; as memorias da fundação daquelle Mosteiro, em vida ainda de S. Bento, as façanhas do Abbade João de Montemór e outros sonhos deste Chronista-Mór.» (Pag. 82-3). O mesmo preclaro critico, nas suas *Dissertações Chronologicas e Criticas...*, Lisboa, 1810-1836, varejou todas as imposturas cistercienses, não por approximação de textos, mas á luz nova da critica diplomatica. É typo desse novo processo de argumentação, entre nós inaugurado pelo sabio creador da sciencia diplomatica, a segunda dissertação, que versa sobre a famosa carta de feudo ao Mosteiro de Claraval, forjada e attribuida por Brito a D. Affonso Henriques, amigo e primo de S. Bernardo.

Estas novas censuras não deixaram de provocar nova e calorosa defeza da parte dos cistercienses. Foi agora Fr. Fortunato de S. Boaventura o campeão. Mas as suas vistas foram mais largas, porque não se limitaram a ver no assumpto uma simples polemica historica, puramente intellectual, senão um signal da crescente animadverssão que rodeava a vida conventual, em todas as suas manifestações. Defendeu, por isso, a reputação scientifica de Brito e fez uma calorosa e concretamente demonstrativa apologia do monachismo. Na memoria academica, *De algumas particularidades com que se póde accrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escriptos de Fr. Bernardo de Brito*, [1] propõe uma nova

---

(1) A pag. 15 desta *Memoria* ha a seguinte declaração, que mostra um plano que não foi totalmente executado: « Dispenso-me de escrever muitas noticias da sua entrada para a Ordem de Cistér, e dos seus primeiros estudos, e actos litterarios; porque alem de serem conformes ás que examinei assim impressas como manuscriptas, hão de ter lugar

data de nascimento, 13 de Setembro de 1568, dá noticia dum vasto plano historiographico, especie de trilogia, *Monarchia Gentilica; Monarchia Gothica* ou *Sarracenica* e *Monarchia Catholica*, que para nós nada mais é do que uma primitiva e enjeitada forma da obra definitiva, dá uma curiosa taboa chronologica das obras de Brito, impressas, manuscriptas, começadas, intentadas e duvidosas, e em appendice responde á alludida passagem das *Observações*, de João Pedro Ribeiro, discute e defende os «chamados sonhos» do chronista. O mesmo Fr. Fortunato de S. Boaventura publicou em 1827 a sua *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, em que volta a ventilar a materia. Escripta em 1826, quando a morte de D. João VI e a outhorga da carta constitucional por Pedro I, do Brasil e IV de Portugal, haviam sido causas proximas das agitadas discordias politicas, cuja primeira phase só se cerraria em 1834, com o triumpho do liberalismo, a obra de Fr. Fortunato de S. Boaventura não é já como a *Chronica de S. Domingos* de Fr. Luiz de Sousa, que já havemos de noticiar, a narrativa circunstanciada da pacifica e monotona vida conventual, mas, como dissémos, uma calorosa apologia do monachismo e a ostentação dos altos serviços prestados ao reino pela Ordem de Cistér. Assim a considera José Agostinho de Macedo no parecer, que a precede, e assim se declara o proprio auctor, dizendo ir continuar a obra de Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça Illustrada*, de 1710, que parára em D. João III, mas com um escopo critico diversissimo, com menos minucia e sem o azedume, que Santos, comparsa das luctas e rivalidades de capitulo, deixára passar na parte inédita da sua obra: «O que elle repu-

---

mais proprio nas Memorias dos quatro insignes chronistas móres *Fr. Bernardo de Brito, Fr. Antonio, Fr. Francisco Brandão,* e *Fr. Manuel dos Santos;* para que tenho juntado muitas e preciosas noticias espalhadas por muitos e differentes Codices da Livraria manuscripta de Alcobaça».

tou accessorio tenho eu como principal, e de huma conhecida utilidade, por se mostrar o que foram os cistercienses antigos, quando mais entregues á vida contemplativa e mais alheios de commercios seculares. Estava o chronista Mór Fr. Manuel dos Santos bem seguro do campo; nenhuns inimigos arreceava ou temia; as vantagens que este Reino tirára das instituiçoens monasticas, erão axiomas, e por isso ao recensear as mercês, que os augustos soberanos destes Reinos fizerão ao Mosteiro de Alcobaça, mais tractou de nos exaltar, pelos continuos favores que recebiamos dos Soberanos, do que pelos importantissimos, e nunca interrompidos serviços, que de tempos antigos, e desde o nosso berço costumámos prestar aos Soberanos, e á Monarchia... Hoje está o campo assaltado de inimigos, he necessario acudir aos pontos, onde he mais viva, e mais porfiada a peleja; hoje aquelle axioma, no entender de nossos proprios amigos, póde converter-se facilmente em problema; e tudo se armou contra nós, á excepção daquelle Throno, que pelas maons dos nossos maióres ajudámos a elevar e a firmar sobre alicerces indestructiveis». (Pag. XIV).

O douto frade não se isolava tanto da vida contemporanea que não visse a tormenta que para as corporações religiosas se acastellava no horizonte, mas a convicção da justiça da sua causa e a longa persistencia de seculos, que a historia lhe apontava, embotavam-lhe a sensibilidade social ao ponto de não vêr que se aproximava o termo; mais um periodo de vida ficticia, o de D. Miguel, appoiado pela Santa Alliança, e succeder-se-hia a lei de 1834. E noutro passo, mais concretamente, apontava o alvo da obra. «Santidade dos Monges de Alcobaça, e os relevantes serviços que elles fizerão ás letras, e aos Povos, á estabilidade da Monarchia, e a hum dos seus principaes nervos, que he a Agricultura, eis o ficto, a que se endereção os meus trababalhos nesta como segunda parte, em que por incidente apparecerá tudo, o que os Monges de Alcobaça fizeram de

vantajoso para se melhorar a condição dos Povos, e ser-lhes concedida essa *Liberdade Civil*, que para todos os da Europa veio do Christianismo, e só delle por mais que sintão o contrario desta verdade certos espiritos naturalmente inquietos, revoltosos e desagradecidos».

Num tom alto de convicção e de fervor propagandista, expõe S. Boaventura a sua materia, em estylo vivo, muito affirmativo, que seria suscitador de polemica, se a humanidade nas suas estereis contendas politicas se movesse por idéas e se, em 1827, tempo fosse ainda de discutir o que estava inexoravelmente condemnado na marcha dos sentimentos da moda. E' no Titulo 3.º que Fr. Fortunato faz a enumeração das glorias e serviços litterarios da Abbadia de Alcobaça, e aponta com primacial relevo a Fr. Bernardo de Brito e suas obras. Dois capitulos lhe consagra, o XII, em que diz reproduzir uma *Apologia*, que encontrára escripta por Frei Manuel dos Santos, [1] e o XIV, em que se contém, com ligeiras variantes e pequenos argumentos, a substancia da *Memoria Academica*, de 1821, e uma peça final *Digressão Historico-Critica sobre os chamados sonhos do Chronista-Mór Fr. Bernardo de Brito, onde se trata especialmente e* sem novidade [2] *contra o Padre Flores, do anno em que a Cidade de Coimbra foi tomada aos Mouros por D. Fernando Magno.* E' ahi que S. Boaventura pretende desaggravar Brito da critica summaria, mas decisiva, que lhe fizéra o insigne João Pedro Ribeiro nas suas *Observações.* O ponto escolhido por Fr. Fortunato é o da parte que os monges benedictinos tivéram

---

[1] Fr. Fortunato de S. Boaventura declara a pag. 121 que este elogio de Fr. Bernardo de Brito por Fr. Manuel dos Santos era extrahido da 2.ª parte da *Alcobaça Illustrada* deste seu correligionario. Mas como essa parte se não imprimiu, nem se conhece o seu manuscripto, não se póde verificar a veracidade da affirmação.

[2] Estas palavras *sem novidade* respondem a outras de Flores: *con novedad.*

na conquista de Coimbra, pelo rei Fernando Magno de Leão, que havia recompensado essa cooperação com doações generosas ao Mosteiro de Lorvão, conforme a carta que se guardava nesse mosteiro. Impugnada esta carta, Fr. Fortunato reprodú-la e, cotejando-a com outra documentação, conclue pela authenticidade mais incontroversa. A esta defeza, replicou João Ribeiro com a sua *Dissertação XVI, Contendo breves reflexões á Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura* [1] Ahi, Ribeiro enumera os auctores principaes, que já tinham limitado o credito litterario de Brito: Mabillon, os padres da Congregação de S. Mauro, que escreveram sobre diplomatica, Angelo Manrique, Berganza, Ferreras, Flores, Peres Bayer, Fr. Antonio Brandão, Fr. Diogo de Castello Branco, Fr. Manuel de Figueiredo, Gaspar Estaço, Diogo de Paiva de Andrada, Manuel Pereira da Silva Leal, Antonio Pereira de Figueiredo, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Antonio Caetano do Amaral e Fr. Manuel da Rocha. Depois, em vez de se confinar na discussão do ponto proposto por S. Boaventura, tomada de Coimbra, faz uma serie de observações a todo o texto da obra, algumas sobre erros de factos commetidos por Fr. Fortunato, e algumas directamente respeitantes a Fr. Bernardo de Brito.

Na parte que a este se refere, Ribeiro mantém as suas asserções e como que compendia as conclusões a que chegou, depois das suas analyses: que Brito desconhecia os trabalhos dos seus contemporaneos de Portugal e Hespanha, de maior confiança; que não tinha noções exactas da chronologia dos reinados dos reis leoneses e primeiros portugueses, dos bispos e magnates, pelo que commetteu imperdoaveis anachronismos; que ignorou alguns usos e costumes, e

[1] V. *Dissertações,* Lisbôa, 1829. Tomo 4.°, 2.ª parte. Ha 2.ª ed. de 1867.

as epochas de alguns delles. E como sentença final conclue: «Destas ponderações conclui, dever unir o seu nome aos de outros nossos Escriptores suspeitos para a Historia de Portugal, até porque os Documentos, que produzem, hirião transtornar, por incombinaveis, os mais irrefragaveis testemunhos da mesma, e por isso não duvido applicar-lhe o que já disse Christiano Lupo das Decretaes Isidorianas = Quisque eorum natales jam credit legitimos nugas vendere atque fabulas censeatur = (Schol. ad Concil. Tomo IV, pag. 363».

Tal polemica tinha a persistencia, que temos visto, porque nella iam envolvidos o bom crédito da Congregação Cisterciense e a boa fama dos serviços prestados ao reino, e porque o momento politico tornava essa materia de accesa actualidade. O campeão da historiographia alcobacense, Fr. Fortunato de S. Boaventura, manteve-se no seu posto, publicando em 1830 o folheto intitulado *Brevissima Resposta ás Breves Reflexões á Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça, pelo Conselheiro João Pedro Ribeiro*, 24 pags. Repete os seus pontos de vista, já com novas adducções documentaes e chronologicas, já com deduções de raciocinios, e promette voltar á materia com mais demora quando se occupar da historia da fundação dos mosteiros cistercienses de Portugal. Não chegou o futuro arcebispo de Evora a publicar essa obra, mas ainda voltou a occupar-se da materia — probidade de Fr. Bernardo de Brito e bons serviços da Ordem de Cistér — em novos escriptos, um delles determinado pelo de João Pedro Ribeiro, no mesmo anno apparecido: *Reflexões á Brevissima Resposta que acaba de publicar o P. M. Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura.* Ribeiro ora achava phrases e pensamentos seus, mal interpretados pelo seu contendor, ora produzia novas razões diplomaticas para confirmar os seus assertos. Fr. Fortunato, ainda no mesmo anno, publicou novo opusculo, *Resposta ás Reflexões do Conselheiro João Pedro Ribeiro sobre a Brevissima Resposta do P. M. Fr. Fortunato de S. Boaventura dada por...»*

Nesta polemica, mais duma vez, os dois escriptores se affastaram do seu proposito principal, levados pelo desejo de se opporem as mais perfeitas replicas, assim no conjuncto como no pormenor; não dilucidou ella um assumpto já de si perfeitamente dirimido, mas serviu para mais intimamente revelar dois temperamentos litterarios, o repousado e imparcial João Pedro Ribeiro, que á verdade perseguia, e o fogoso e combativo Fr. Fortunato, retardatario defensor do monachismo e do prestigio da Congregação de Cistér, que, para servir o seu objecto, incansavelmente se procurou grande erudição e saber, como era tradição da sua Ordem, ainda que immoderadamente.

Durante a discussão, Fr. Fortunato de S. Boaventura, no seu infatigavel proposito de defender o renome litterario da sua Ordem e possuindo saber e flexibilidade espiritual, que nenhum dos seus antecessores logrou demonstrar, publicou ainda os seguintes trabalhos, dessa ordem de idéas:

Memoria sobre a vida do Chronista-mór Fr. Antonio Brandão e o que se póde acrescentar no Catalogo dos seus escriptos, que vem na BIBLIOTHECA LUSITANA (1).

Memoria do que se póde accrescentar ao que corre impresso na Bibliotheca Lusitana sobre a vida e escriptos do Chronista-Mór Fr. Francisco Brandão. (2)

Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca Libri Tres..., Conimbricae, 1827. (3)

Sobre Antonio Brandão, que considera a figura primacial da sua Ordem em Portugal, dá noticias biographicas e

---

(1) V. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias,* 1.ª serie, Tomo 8.º, parte 2.ª, Lisboa, 1823, pags. 36-80.

(2) V. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* 1.ª Serie, tomo 10.º, parte 1.ª, 1827, pags. 16-46.

(3) Ainda no frontispicio traz a seguinte informação: *in quibus haud pauca ad rem litterariam illustrandam, ac fortassis augendam facientia, hucusque abdita, reserantur,* 632 + XXIV pags.

principalmente informação acêrca dos seus manuscriptos, numerosos volumes de materiaes para a *Monarchia*, e duma sua impugnação a uma critica feita ás 3.ª e 4.ª partes, ás quaes já nos referimos.

Sobre Francisco Brandão igualmente subministra dados biographicos e sobre os seus manuscriptos, que organizou ainda em vida e sob a direcção de seu tio, e transcreve cartas para o chronista, de Manuel Severim de Faria, Manuel de Faria e Sousa e João Pinto Ribeiro, que não diz como obteve. As duas memorias contêm algumas noticias apreciaveis e documentos para a historia do cargo de chronista-mór do reino; o mesmo podemos dizer da primeira, sobre Brito. O livro de commentarios aos codices de Alcobaça é um trabalho bem informado e precedido duma breve historia da bibliotheca da Abbadia, que é o repositorio mais importante de informações sobre ella.

Depois de grandes louvores á erudição e ao amor da sabedoria dos monges de Claraval e seus filiados portugueses, e de apontar a cooperação da Congregação de Alcobaça na creação da Universidade, em tempo de Fr. Estevam Martins, o auctor nomeia alguns dos mais antigos recenseadores e colleccionadores de manuscriptos, Frei Pedro Nunes, morto em 1319, Fr. Martinho, morto em 1290 e Fr. Estevam de Aguilar, morto em 1446. A calligraphia fôra uma arte desveladamente cultivada em Alcobaça, nos seculos XII, XIII e XIV, e Fr. Domingos Pedro Pinel deixára nomeada de insigne entre os melhores calligraphos. Os monges não se contentavam com colleccionar os manuscriptos, diligentemente os estudavam para os corrigir e restituir á sua primitiva pureza. Apesar de guardados com cautela, muitos codices desappareceram, pela acção do tempo, que ainda se via nalguns existentes, pelo furto, pela destruição dos franceses e antes por transferencia para Hespanha. Para João Vaseu foram remettidos, por ordem do Cardeal D. Henrique, que então presidia ao Mosteiro, todos os auctores que desejava ler, como o *Chronicon* de

Eusebio e as obras de Santo Izidoro, annotadas por um monge cisterciense; e os monges contemporaneos de Filippe II, de Hespanha, transmittiram a noticia de que naquelle tempo a velha face da Bibliotheca Alcobacense se mudára e que foram remettidos manuscriptos para o Escurial. Aponta-se como testemunha Ambrosio Morales na sua obra *Iter*, Madrid, 1765. Toda a collecção foi removida, em 1654, para lugar mais seguro, donde ainda alguns desappareceram, em resultado da excessiva benevolencia dos monges para com os eruditos. Depois, por iniciativa do chronista Fr. Manuel dos Santos, foram transferidos para o Archivo da Congregação, que estava sito em lugar recondito e seguro. No fim do seculo XVIII, foram os codices reunidos á livraria impressa e tudo installado numa dependencia gradeada, mais accessivel e commoda para os estudiosos. Finalmente em tempo do Abbade Fr. Pedro Leitão foi construida a magnificente bibliotheca, num annexo da qual passaram a guardar-se cêrca de quinhentos codices, que eram quantos subsistiam á data. [1] Fala a seguir Fr. Fortunato das diligencias envidadas pelos monges para organizar o catalogo dos codices. Os chronistas, mais occupados em colligir noticias, familiarizavam-se com elles, e facilmente dispensavam esse indice ou catalogo. Mas o padre jesuita Francisco da Cruz (1629-1706), preparando-se para escrever uma *Bibliotheca Lusitana*, insistentemente pediu a Fr. Bento de S. Bernardo, que estava então encarregado da Bibliotheca alcobacense, noticias dos escriptores cistercienses. As informações ministradas por Fr. Bento fôram muito erradas, grosseiramente deturpadas por falta de conhecimentos e por se permittir temerariamente julgar acêrca da auctoria dos codices manuscriptos. Como estes papeis do P.ᵉ Francisco da Cruz fôram depois aproveitados por Diogo Barbosa Machado, que

---

[1] Nesta sala funccionou a celebre bibliotheca alcobacense até 1834. Hoje está inteiramente abandonada para vergonha do paiz.

chegou a dar execução ao plano de Cruz, tudo que na *Bibliotheca Lusitana* se refere aos cistercienses portugueses é inexacto. Veio depois o *Index Codicum Alcobacensium*, de 1775, cujos auctores se deixaram conduzir por aquelles cegos guias, e que teriam certamente produzido obra melhor, se não fôra a pressa a que os compellira o Abbade Fr. Manuel de Mendonça. Collaborou nesse *Index* o Doutor Fr. Francisco de Sá, a que já nos referimos, mas Fr. Fortunato reduz a sua collaboração á traducção do texto para latim e aos commentarios dos livros biblicos, que elogia:

«Indicis magnum esse ornamentum», nesta breve historia que vimos resumindo, e depois a pag. 198: «Huius Codicis satis adcurata descriptio ab Indicis praecipuo auctore, Fratre videlicet Francisco Sadio, confecta est, qui praecipuas Codicum secundi et tertii ab hoc differentias attigit.» O Indice teve alguma divulgação em Italia, Hespanha e França, apesar da sua reduzida tiragem, que Fr. Fortunato crê que não excederia duzentos exemplares, e serviu grandemente, mas cautelosamente, a Beyer, que nas suas annotações criticas á *Bibliotheca Hispanica* alguns reparos lhe fez.

Como a *Monarchia Lusitana*, tambem a *Chronica de Cistér* teve um censor, mas muito mais tardio, já em pleno seculo XIX, o medico Antonio de Almeida (1767-1839), que organizou longa tabella de *Erros historico-chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cistér correctos em 1834* (1). A disposição externa do trabalho de Almeida é curiosa. Aponta primeiramente o erro, que vae impugnar, formulado pelo proprio chronista em transcripção do seu texto; depois, como esta, em sua brevidade, possa não ser sufficientemente explicita, addita-lhe esclarecimentos seus; e em seguida estabelece a correcção. São 75 as correcções feitas por Almei-

---

(1) V. *Memorias da Academia Real das Sciencias,* tomo XII, parte 1.a, Lisboa, 1837.

da, nem sempre rigorosas quanto á lição que propunha para substituir a de Brito, mas sempre certeiro em apontar os erros de interpretação e deducção, e a falsidade dos documentos exhibidos. Mas Almeida era dos auctores que ainda tinham por averiguadas verdades historicas a batalha de Ourique e as Côrtes de Lamego; é, por isso, limitada a sua critica. Antonio de Almeida pôde ainda apontar, em 1831, como boa regra de critica historica, o seguinte aphorismo do continuador, Fr. Antonio Brandão, perigosa norma, cujos inconvenientes logo se verificam no mesmo Brandão, com o proprio assumpto, a respeito do qual é invocada, a ida de Egas Moniz a Castella: «Já tenho advertido, que as historias antiguas não devem ser reprovadas com facilidade, pois a tradição he de muyta força, & só se devem emendar, quando ouver escrituras, & doaçoens autenticas que as contradigão. Mas querer annullar o que ellas dizem sem fundamento de escrituras, por parecer proprio, & discurso particular (como fazem algũs), nem merece louvor, nem deyxa de ser atrevimento.» (1)

A accesa polemica acêrca da batalha de Ourique, travada em 1846-1853, em torno da *Historia de Portugal,* de Herculano, foi o episodio mais ruidoso dessa longa e porfiada campanha de purificação do ambiente historico, povoado de idéas suggestivas e lisonjeiras para a prosapia nacional pela historiographia alcobacense. Dessa polemica foi ainda longinquo e derradeiro echo o artigo do sr. David Lopes (2), que logrou ver a documentação, com que se abonava o principal

---

(1) V. *Monarchia Lusitana,* 3.a parte, pag. 131-2, da ed. de 1690. O artigo em que Antonio de Almeida perfilha esta regra é a *Memoria polemica acêrca da verdade da Jornada de Egas Moniz a Toledo,* publ. nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo II, parte 1.a, Lisboa, 1831.

(2) V. *Alexandre Herculano, Antonio Caetano Pereira e a Batalha de Ourique,* no *Boletim da Sociedade de Geographia,* n.º 5 de 1898-1899.

contendor de Herculano, o falso arabista Antonio Caetano Pereira, a qual estava interpolada modernamente, á maneira alcobacense. Garrett, no seu *Bosquejo da Historia da Lingua e da Poesia Portuguesa*, que serviu de prefacio ao *Parnaso*, de 1826, ainda incluiu textos poeticos da fabrica alcobacense, e no seculo xx ainda foi possivel que um escriptor, que não desestima taxar-se de erudito, num seu ensaio dramatico, do apocrypho *Figueiral Figueiredo* se utilizasse como elemento de côr local, e que um auctor, sempre tão bem informado, como o sr. Fortunato de Almeida, citasse repetidamente Fr. Bernardo de Brito numa obra grave como a *Historia da Igreja em Portugal*, embora noutro local do texto previna o leitor (pag. 366, tomo 3.º, parte 2.ª).

Tambem o sr. D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena, na sua obra *Historia da Instituição da Santa Ordem de Cavallaria e das Ordens Militares em Portugal*, 1.ª parte, Coimbra, 1920, 516 pags., faz uma especie de revisão do processo critico do milagre de Ourique, de harmonia com a sua crença na «possibilidade da intervenção da Providencia nos negocios humanos, sobretudo quando seja rogada com fé pura e ardente». (Pag. 381).

Pareceu-nos de alguma importancia, para illustrar o poder de suggestão e a obstinação vivaz das idéas de Fr. Bernardo de Brito e sua escola, narrar estes episodios, que noutro lugar dos nossos trabalhos não teriam legitimo cabimento, nem mesmo no que consagrámos á historia da critica litteraria portuguesa.

CAPITULO V

DOIS HISTORIADORES

I — D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO

Já fizemos referencia ao catalogo que de suas obras compôs o auctor da *Carta de Guia de Casados*, o qual acompanha as *Obras Metricas*. O sr. E. Prestage reproduziu a parte dos inéditos na sua biographia do escriptor, annotando-a [1]. A segunda secção desse catalogo comprehende as obras historicas e enumera os seguintes escriptos, em português e castelhano, ainda inéditos: *El Theodosio*, parte da biographia do Duque D. Theodosio II, ainda inédita; *El Tacito Português*, texto incompleto duma chronica de D. João IV, de que só se conhecem os textos publicados por Oliveira Marreca; *Segunda Parte das Epanaphoras*, de que não ha noticia alguma; *Historia General*, acêrca da qual ha a informação de Barbosa Machado, de que trataria do governo castelhano, de Margarida de Mantua até á Restauração; *Apparato Genealogico*, collecção de vidas de principes, desapparecida; *Historia illustre*, desconhecida; *Relaciones del Oriente*, historia do Governo da India pelo Conde de Linhares, perdida; *Relaciones del Infante*, desconhecida; *Relaciones de America*, ainda não identificada; e *Historia de los Infantes*, desconhecida. Mos-

---

(1) V. *D. Francisco Manuel de Mello (Esboço biographico)*, Coimbra, 1914, pags. 590-601.

tra este elencho a sua tendencia para os estudos historicos e o seu espirito de realidade, pois muito se occupou de materias delle contemporaneas, narrando com desassombro e julgando com serenidade. Infelizmente eliminadas as obras duvidosas ([1]), ineditas e castelhanas, apenas temos em português, para attestar essa inclinação de seu espirito, as *Epanaphoras de Varia Historia,* impressas em 1660 e reproduzidas em 1675.

A palavra epanaphora tanto póde significar uma figura de rhetorica, que consiste na proposital repetição da mesma palavra no principio de cada periodo na prosa ou no de cada verso, como, em genero litterario, uma especie de narrativa historica, alliviada de apparato documental e erudito, e susceptivel de ser romantizada. Outras obras ha com titulo, em que a palavra tem esse sentido, na nossa litteratura, como a *Epanaphora Bellica,* de 1735, e a *Epanaphora Indica,* de 1746, ambas attribuidas a J. F. de Monterroyo Mascarenhas, e a *Epanaphora festiva*, de 1763, de auctor desconhecido. As *Epanaphoras* de D. Francisco Manuel são cinco e de indole diversa. A primeira, *Epanaphora politica,* conta as alterações de Evora, vulgarmente conhecidas pelas do Manuelinho de Evora, em 1637. Foi escripta em 1649, da prisão, e tem importancia historica porque o escriptor foi testemunha dos acontecimentos e nelles interveio como delegado do Governo de Madrid, que por elle quiz saber a verdade dos acontecimentos. A moderação das suas informações o fez soffrer na côrte de Madrid as suspeitas de cumplicidade. Elle o diz, não sem algum orgulho: «Da resposta que então lhe dei (ao Conde Duque de Olivares), me formou (como já disse) culpa,

---

([1]) Innocencio Francisco da Silva attribuia a D. Francisco Manuel a obra anonyma *Relacion de la victoria que los Portugueses de Pernambuco alcançaran de los de la Compañia del Brasil en los Garerapes a 19 de Febrero de 1619,* publicada no vol. 22.º da *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil,* Rio de Janeiro, 1859.

tres annos depois: tão fiel deposito era seu peito das importantes palavras! Seja-me licito este breve desvio, pois me toca de tão perto. — Fui o primeiro Portuguez, que em Castella padeceo pella fé do Reyno; e vindo preso á Corte desde Catalunha (em cujo exercito me achava servindo, não inutilmente) já depois de calificado meu procedimento, por ocultas diligencias, & quatro meses de prisão aspera, fui solto, & reduzido á presença do Conde Duque; o qual vendome, se antecipou a falar-me estas proprias palavras: Ea cavallero, ello ha sido un erro, pero errar con causa. Bien se acordará lo que me dixe en el Prado; pues para que pudo ser bueno, acreditar tanto acciones contingentes? No se ve quales se nos bolvieron su N. y su N. y su N. (1)» — A segunda, *Epanaphora tragica*, conta a organização, viagem e perda em naufragio da armada de D. Manuel de Menezes, em frente de Arcachon, na Biscaya, no anno de 1627, em que D. Francisco foi embarcado como aventureiro ou voluntario. Tem, por isso, tambem, valor documental, porque o auctor a todos os acontecimentos assistiu, tendo até ajudado a dar sepultura aos mortos, como conta. A terceira, *Epanaphora amorosa*, é uma novela da lenda segundo uns, do facto segundo outros, do descobrimento da Ilha da Madeira pelos prófugos namorados, Roberto Machin e Anna d'Arfet. A quarta, *Epanaphora bellica*, descreve a batalha do Canal de Inglaterra, entre as armas hespanholas e as hollandezas, em 1639. A quinta, *Epanaphora triumphante*, conta a restauração de Pernambuco do poder dos hollandeses, em 1654, e é a mais breve de todas. Quiz o auctor narrar, sob amena forma litteraria, cinco assumptos de tonalidade varia «dos quaes quatro são do seu tempo.» E a sua narrativa é magistralmente conduzida, com logica ordenação, com indicação das causas e sua critica, e sobretudo com um conhecimento dos

---

(1) V. pag. 128-129 da ed. de 1675.

homens e dos artificios politicos que está a attestar no escriptor uma superior vocação historica. Na historia de duas revoluções, de proporções muito diversas, a da Catalunha e a de Evora, revelou elle do modo mais evidente esse pendor do seu espirito. Ha na historia das alterações de Evora juizos e depoimentos sobre os caracteres e sobre o seu occulto mobil, a «emulação interior» como chamava, sobre a especial visão das coisas que têm os poderosos, em que o amor proprio é peça central e dominadora. E é esse aspecto psychologico e politico que predomina, porque essa epanaphora trata menos da narrativa episodica dos tumultos e insubordinação que das negociações para os suffocar. — A epanaphora sobre o descobrimento da Ilha da Madeira é, como já dissemos, uma pura novela. Ahi conta o escriptor os amores de Roberto Machin e Anna d'Arfet, que de Bristol fugiram e vieram dar á Ilha da Madeira, onde morreram. Como os seus creados sobreviventes fôram dar á costa de Africa, onde mouros os aprezaram, pudéram contar a sua aventura a um castelhano, João Morales, que por sua vez a relatou ao Infante D. Henrique e seus companheiros de Sagres, seguindo-se a viagem de João Gonçalves Zarco. — D. Francisco Manuel muniu-se dum seguro conhecimento dos auctores que anteriormente trataram esses assumptos ou usaram identico processo litterario. A materia da insurreição de Evora, de 1637, foi por elle primeiramente narrada; a do naufragio da armada de D. Manuel de Menezes, fôra por este registada em opusculo de 1627; por D. Gonçalo de Cespedes na sua *Historia de Filippe IV*, de 1631, em termos muito breves; por Luiz Torres de Lima nos *Avisos do Ceo* [1], e Gabriel Bartholomeu Grammont, nos seus *Annaes de Luiz XIII*. Sobre o descobrimento das ilhas da Madeira e Porto Santo já haviam

---

[1] A obra só figura completa na sua 4.ª ed., em 1761, unica com o titulo de *Avisos do Céo*.

escripto, refere ainda D. Francisco Manuel, João de Barros na sua *Asia*, o Doutor Manuel Clemente, Manuel Thomaz no seu poema *Insulana*, e Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique, a quem offerecera uma relação que por «extraordinario caminho viéra dar ás mãos do escriptor, que a guardava, como joia preciosa». Sobre o conflicto do Canal de Inglaterra, haviam escripto Vergilio Malvezi e Galeazo Gualdo. Quanto ao processo declara: «Mas havendo (já ha muitos annos) lido aquellas singulares relações do Cardeal Bentivollo, tanto ha que fiz proposito de o imitar, com outras, em nossa lingua Portuguesa. E quando cheguei a ler a fuga do Principe de Condé, & notei o vagar & galantaria com que hum tão grave juizo se deteve em retratar os afectos do amor humano, certifico-vos que me fez inveja, entendendo eu então de mim que para semelhantes materias, era mais conveniente a minha pena que a do Cardeal, posto que sabio, velho e religioso» [1]. Refere-se o auctor das *Epanaphoras* a Guido Bentivoglio, de Ferrara (1579-1644), auctor da *Storia della guerra di Fiandra*, que a moderna critica italiana de modo nenhum considera um innovador na evolução da historiographia, sim um estylista artificioso e falsamente elegante, um rebuscador de curiosidades e de aspectos theatraes. Esta segunda caracteristica é que attrahiu D. Francisco, suggerindo-lhe as suas *Epanaphoras*, em que a litteratura invade a historia, em que ha dialogos de pura imaginação, principalmente na materia amorosa, com o que se tornou um antecessor do hybrido genero moderno, da narrativa historica, entre nós introduzida pelo romantismo e muito cultivada ainda hoje pelos srs. Anthero de Figueiredo [2] e Conde de Sabugosa [3]. Digressões sobre sentimentos e sobre normas

---

[1] V. *Epanaphoras*, pag. 271, ed. de 1676.

[2] V. os nossos *Estudos de Litteratura*, 1.ª Serie.

[3] V. *Revista de Historia*, vol. 8.º, pags. 79 e vol. 9.º, pags. 160.

moraes amenizam a obra já de si ligeira e suave. Uma dellas é a da saudade, «hum mal de que se gosta e hum bem de que se padece», na *Epanaphora Amorosa*, que jovens escriptores contemporaneos se têm esquecido de allegar em abono de sua estranha philosophia do «saudosismo», devaneio de imaginações leves.

A declaraçãc de D. Francisco possuir uma relação da viagem de Gonçalves Zarco, do punho de Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique, veio dar uma supposta base documental á lenda da prioridade do conhecimento inglês da Ilha da Madeira sobre o dos portugueses. Major, na sua biographia do Infante (1), consignou essa lenda do Machim como doutrina historica, mas Camillo Castello Branco judiciosamente a impugnou (2). Ninguem antes nem depois de D. Francisco Manuel fallára em tal obra, ninguem a vira. E' licito acreditar o testemunho unico, tão vago e numa obra de imaginação consignado, dum só escriptor? Creio que antes que adduzir as provas da insubsistencia desse testemunho, haveria que prová-lo, e esse prévio trabalho ninguem o pôde fazer. Um escriptor açoriano architectou todo um edificio de audaciosas conjecturas sobre esse passo referente a Alcoforado: D. Francisco Manuel proporcionaria razões para attenuar a magua e o direito de protesto dos portugueses, se a Madeira viésse a ser cedida a

---

(1) R. H. Major, *The Life of Prince Henry of Portugal,* London, 1868, traducção portuguesa de José Ferreira Brandão, sob o titulo de *Vida do Infante D. Henrique de Portugal, appellidado o Navegador,* Lisboa, 1876. Major publicou tambem um resumo da sua obra em 1877, *The Discoveries of Prince Henry the Navigator and their results.*

(2) Camillo travou polemica com Pinheiro Chagas sobre este ponto. V. *A lenda do Machim — Reflexões á Vida do Infante D. Henrique por Mr. Richard Henry Major...*, incluido no vol. *Historia e Sentimentalismo*, Lisboa, 1879.

Carlos II, de Inglaterra, marido da infanta D. Catharina [1]. Com razão Mr. E. Prestage taxa de gratuita a presumpção desse auctor [2].

II — FREI LUIZ DE SOUSA

As obras historicas de Frei Luiz de Sousa, [3] no seculo Manuel de Sousa Coutinho, famoso pela decisão violenta com que preferiu incendiar as suas casas de Almada a albergar nellas os governadores do reino, em 1599, e aureolado pela lenda que inspirou o drama de Garrett, filiam-se na mesma corrente de concepções historicas; não lhes trazem progresso sensivel, alêm do cunho mais avultadamente artistico que o temperamento poetico do escriptor lhes imprimiu. Essas obras são as seguintes: *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, 1619; 1.ª, 2.ª e 3.ª partes da *Historia de S. Domingos*, 1623, 1662 e 1678; e *Annaes delrei Dom João III*, publicados em 1844 por Alexandre Herculano. A primeira e a segunda destas obras foram elaboradas sobre os apontamentos colligidos por Frei Luiz de Cacegas, primeiro chronista da Ordem em Portugal, de quem não possuimos mais noticia do que a que muito summariamente nos dão Frei Luiz de Sousa e Fr. Lucas de Santa Catharina; a terceira

---

[1] V. as notas de A. Rodrigues de Azevedo á edição das *Saudades da Terra*, de Gaspar Fructuoso, Ponta Delgada, 187 .

[2] V. *D. Francisco Manuel de Mello*, pags. 297-299.

[3] Manuel de Sousa Coutinho nasceu em Santarem, por volta de 1555. Partindo para o oriente, foi aprisionado por piratas mouros. Em Argel conheceu Cervantes, que soffria igual sorte. Resgatado em 1577, regressou a Portugal em 1578 e casou entre 1584 e 1586 com D. Magdalena de Vilhena, viuva de D. João de Portugal. Residiu algum tempo na America Central, onde commerciava um seu irmão João Rodrigues Coutinho. Em 1613 separou-se de sua esposa, ingressando ambos na vida de religião. Morreu em 1632, no convento de S. Domingos de Bemfica.

foi redigida a pedido do rei Filippe IV, de Castella, que lhe commetteu esse encargo por carta de 20 de outubro de 1627.

Na dedicatoria da *Vida de Fr. Bartholomeu dos Martyres* á cidade de Vianna do Castello, em que o virtuoso arcebispo passou os ultimos annos e morreu, Frei Luiz de Sousa conta como o pensamento de escrever esta biographia já era antigo na Ordem e havia tentado a Fr. Luiz de Granada, que ainda em vida do biographado começára a reunir apontamentos e que não realizára o seu intento por haver morrido antes d'aquelle; ao bispo de Vizeu D. Frei Antonio de Sousa; e a Fr. Luiz de Cacegas. Foi sobre as notas collecionadas por Cacegas que Frei Luiz de Sousa compôs a sua *Vida*, para a qual miudamente percorreu os lugares por onde decorrêra a existencia do santo arcebispo, ouviu muitas pessoas que com elle haviam privado e que haviam testemunhado muitos dos successos que narra. E' impossivel discernir na obra qual a parte de trabalho que cabe a Cacegas e qual a que Sousa levou a effeito. Se houvessemos de prestar crédito sómente ao enunciado do frontispicio do livro, a obra seria de Cacegas, e de Frei Luiz de Sousa sómente a revisão: «reformada em estylo & ordem, & ampliada em successos & particularidades de nouo achados.» Inclinamo-nos, porém, a crer, já pelo quasi completo silencio que reina entre os varios historiadores da Ordem de S. Domingos, a respeito de Frei Luiz de Cacegas [1], que parece não haver grangeado preeminente reputação, já pelas proprias informações de Sousa, inclinamonos, porém, a crer que Cacegas apenas carreára materiaes: «Daqui deceo o cargo, & o cuydado ao Padre Frey Luiz Cacegas, que como chronista, que era da Provincia, foy solli-

---

[1] Na 4.ª parte da *Historia de S. Domingos,* Frei Lucas de Santa Catharina apenas escreve as seguintes linhas a respeito de Cacegas: «Fr. Luiz Cacegas, primeiro Chronista de que ha memoria nesta Provincia de Portugal, da Ordem dos Pregadores, escreveo a «Historia» d'ella, que ficou informe.» V. 6.º vol., pag. 418, ed. de 1866.

cito investigador e averiguador das cousas que avia do Santo, & encheo dellas hum crecido volume...» E pouco adeante accrescenta: «E parecendo que o que estava feito não era tanto historia formada, como materiaes juntos para se formar edificio de boa historia, assentou (o Padre Provincial) & mandou que fosse eu o Architecto, & o alvener que de novo a traçasse e alevantasse». O mesmo juizo podemos formar a respeito do trabalho de Cacegas na *Historia de S. Domingos*, em cujo frontispicio igualmente se attribue a Cacegas a primitiva auctoria, e a Sousa o trabalho de revisão e actualização. No prologo da *Historia de S. Domingos*, dirigido aos religiosos da Ordem, Sousa põe a questão da auctoria abertamente e com rudeza que contrasta de certo modo com a habitual discrição da sua penna, e escreve depois de apontar que Tito Livio não conservára nos seus escriptos o nome de Polybio, de quem muito aproveitára, nem Damião de Goes os de Ruy de Pina e Fernão de Pina, de cujos trabalhos amplamente se utilizára: «Não faltou quem com taes exemplos nos obrigava a cortar duvidas, e fazer o livro em todo nosso. E havia mais rezões por minha parte. Porque tudo, o que o Padre Frei Luiz Cacegas deixou escrito he hum monte de cousas indigestas, e informes: o modo de dizer ao antigo, pouco polido, e falto de arte, e qual se conta que foi o do Romano Ennio, com lhe sobejar engenho: *Ennius ingenio maximus, arte rudis.* Falo assim sem mais salvas nem rodeios; porque escrevendo, como escrevo, entre os que o conhecerão e tratarão, e á vista de seus papeis, que temos vivos, sei que lhe não faço offensa.»

Ordenada com escrupuloso methodo em todas as varias partes, narrada com minucia que tende sempre a completamente exhaurir a materia e escripta em estylo duma serenidade evangelica, quanto ao tom de espirito que a domina, e duma elegancia e pureza que eram para o tempo novidades, a *Vida de D. Frei Bartholomeu dos Martyres* é, dentro das estreitas concepções historicas da epocha, uma obra notavel.

Não se havia ainda generalizado o gosto das biographias que não fossem de reis, grandes capitães ou thaumaturgos que a Igreja canonizára. Frei Bartholomeu dos Martyres, frade da Ordem de S. Domingos, fôra em sua vida vivamente combatido, mesmo a rigidez das suas virtudes moraes fôra impugnada com rudeza. E se não fosse o empenho da Ordem em valorizar perante a posteridade quem tão grandemente a illustrára, certamente o santo arcebispo não receberia tão nobre consagração a menos de três decadas depois da sua morte. Com carinhosa particularidade nos conta Frei Luiz de Sousa a sua vida, só uma vez se desviando da materia, quando nos descreve a fundação da igreja dos Martyres, em tempo de D. Affonso Henriques, na qual se baptizou o futuro primaz das Hespanhas; conta-nos a sua primeira infancia, os signaes prodigiosos da sua predestinação, os estudos litterarios e ecclesiasticos, a sua ordenação e profissão, o seu ingresso na Ordem de S. Domingos, o theor da sua vida em S. Domingos de Bemfica, quando prior deste convento; as suas surprezas quando foi eleito para occupar a prelazia de Braga, e como pertinazmente resistiu; depois, em Braga, como seguiu vivendo na mais severa disciplina monastica, privado do mais simples conforto, todo absorvido no exercicio do pastorado; as suas visitações, as suas esmolas a milhares de pessoas; as pensões a centenas dellas; a fundação dum hospital, dum albergue para clerigos forasteiros e duma residencia da Companhia de Jesus; a sua ida á cidade de Trento, a tomar parte no celebre Concilio, o trajecto, as visitas que fez e episodios que decorrem durante elle; a parte activa que toma nos trabalhos do Concilio, defendendo com energia a reforma dos costumes ecclesiasticos; a visita que fez em Roma ao Papa; os cuidados na sua diocese, as cartas que escreve ao governador, seu substituto; o regresso a Braga; como prosegue nas suas visitações e como corajosa e firmemente se põe á obra de executar as decisões do Concilio; os conflictos de jurisdicção com as Ordens Militares e o poder

civil; a energia com que defende as prerogativas da Igreja; a sua resignação; os ultimos annos da sua vida em Vianna; a sua morte e sua trasladação. E tudo com tanta individuação de pormenores, dialogos, discursos, intimidades, cartas e breves na integra, particularidades reaes e sobrenaturaes, que a figura do Arcebispo surge em plena luz, na sua complexa individualidade: bom e caridoso até á mais extrema renuncia, mas sempre animado de ideaes superiores ao simples fito da salvação da sua alma; activo, energico, disciplinador e firme de opiniões e resoluções, que nada deseja e nada receia. Até o seu retrato physico nos dá o chronista, feição a feição, estatura e porte, maneira e attitudes, não esquecendo o estrabismo de ambos os olhos e o signal sobre as costas da mão esquerda. Não fôra, no começo da obra, o recúo até á fundação da igreja dos Martyres e, por toda ella, o hybrido amalgama de natural e sobrenatural, em que este não predomina todavia, e a obra apartar-se-hia para muito longe de toda a historiographia coeva, pois tem um caracter de realidade surprehendente. O arcebispo não teve vida sedentaria, nem se confinou na meditação; antes, constantemente preoccupado dos cuidados temporaes e espirituaes da sua diocese, se deslocou por toda ella, serras, valles, cidades, villas, aldeias e casaes, e através de paizes estranhos divagou para chegar a Trento e a Roma. É, por isso, a obra vivamente pittoresca, descriptiva de curiosidades e casos, cujo interesse incessantemente se renova. A *Historia de S. Domingos* é um pouco historia da immobilidade, conceitos que se repellem, ao passo que na *Vida* ha movimento. Attestam e exemplificam este nosso juizo principalmente a narrativa das visitações, e destas a das terras de Barroso, as mais sertanejas da diocese.

Frei Luiz de Sousa algum conhecimento da vida, dos seus interesses baixos, das suas miserias, dos seus odios inexoraveis, trouxe do seculo, em que brilhára e affirmára o seu caracter energico. Cremos que d'ahi venha a imparciali-

dade com que deu vasto lugar á descripção das maledicencias e desacatos, que feriram o arcebispo, e alguma liberdade com que se permitte expôr suas pessoaes opiniões, que julgava mesmo um dever do seu officio de chronista: «o historiador tem que dar o seu juizo». ([1]) E' um exemplo das suas explicações e dos seus juizos psychologicos a engenhosa e não inteiramente falsa maneira por que interpreta o tedio de D. Frei Bartholomeu dos Martyres ([2]) pelas vestes novas. É de ver a discreção com que narra o procedimento do arcebispo durante a crise nacional, que conduziu á absorpção castelhana. Sendo de temperamento e de espirito muito diverso de D. Jeronymo Osorio, o arcebispo interessava-se mediocremente pelas coisas publicas e, nessa disposição de espirito, todo absorto na pratica das mais puras virtudes christãs, mal comprehenderia a exaltação de animo dos que se batiam por D. Antonio ou por Filippe II. Não via em que medida a causa de Deus ganhasse com qualquer opção, mas muito receava a indisciplina e as consequencias da soltura das paixões. Sollicitado para intervir no pleito que em Braga se derimia, appellou para a eleição, que decidiu a favor de Filippe II. Sempre na mesma dignidade, sem se misturar á lucta e sem confessar as suas intimas predilecções, retirou-se para Tuy. Para assistir ás Côrtes de Thomar, que reconheceram o rei castelhano, foi necessario instá-lo três vezes e depois resignou o arcebispado ([3]).

O sobrenatural, a massa de visões, prophecias, milagres e lendas, cresce, toma corpo na *Historia de S. Domingos*, que

---

([1]) V. Pag. III do 1.º vol. da *Vida*, ed. de 1763.

([2]) V. Pag. 143 do 1.º vol. da *Vida*.

([3]) Como a *Vida*, escripta por Fr. Luiz de Sousa, é com seu hybridismo de verdade, de lenda e milagre, a principal fonte que possuimos para o conhecimento da personalidade de D. Frei Bartholomeu, facilmente se reconhece como é severo o juizo a respeito deste expresso pelo sr. Th. Braga no seu *Curso de Historia de Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1885, pag. 321.

assim possue muita materia anti-historica, a qual torna a obra contradictoria da essencia propria do genero, e por isso, um dos mais typicos monumentos da historiographia morbida do seculo XVII. O fogo que não queima, a agua que não molha nem afoga, phenomenos são muito familiares na *Historia*. Nessa vasta obra, Frei Luiz de Sousa quer fazer a historia da sua Ordem em Portugal, precedendo-a duma especie de introducção em que conta a vida e milagres do fundador, a cruzada contra os Albigenses e a fundação da Inquisição. Dizemos só que Frei Luiz de Sousa quer fazer a historia, porque o que elle faz não é historia, é compilação de acontecimentos e episodios, galerias de frades illustres, accrescentamentos e diffusão da Ordem; para fazer historia deveria ater-se sómente ás variantes de vulto, áquelles acontecimentos e áquelles provinciaes e frades que houvessem trazido modificações estructuraes á Ordem; e elle tudo compendia, o importante e o insignificante, na avidez incansavel de produzir um repertorio de factos exhaustivo. Bem sabemos que a materia, vida intensa duma ordem religiosa, tem já em si qualquer coisa de estagnado, de immovel, e que o proprio progresso duma ordem monastica é o desenvolvimento, a maior extensão dessa immobilidade anti-historica, — mas Sousa, se não estivesse tão impregnado dos prejuizos mentaes do seu tempo, poderia ter seleccionado a sua materia, em termos de produzir, não uma tabella de ephemerides sem significação para a propria evolução da sua Ordem, mas sim a sequencia das principaes variantes. No principio da obra declara que ella é, pela substancia, verdadeiramente uma Chronica Ecclesiastica dos reis de Portugal, e que assim mesmo poderia chamar-se; a estructura da obra contradiz este asserto, de tal sorte ella se desinteressa da historia geral do reino, do complexo dos acontecimentos geraes que condicionaram os particulares que nos narra, tão estrictamente ella se confina na fundação dos conventos, ermidas, altares e devoções. Ella é, de facto,

só uma juxtaposição de monographias de conventos de S. Domingos, a attestar os progressos da Ordem em Portugal. São-nos descriptos os sitios em que elles tinham assento, a iniciativa que os fundara, as rendas de que se mantinham, as devoções peculiares, e apontados os frades que principalmente os illustraram; neste excurso se chega por vezes a attingir a epocha contemporanea do auctor. Isso obriga a continuos recúos de chronologia para seguir o fio da narrativa; isso determina a inserção, no corpo da obra, de peças extensas que quasi constituem elementos autonomos, como a vida e milagres de S. Frei Gil, frade do convento de Santarem, como a vida e obras de Fr. Luiz de Granada, a proposito do Convento de Evora; como a descripção da Batalha; como a descripção do convento de S. Domingos, em que o proprio escriptor meditava e trabalhava. Se a descripção do Mosteiro da Batalha é friamente apathica e geometrica, como de quem não sente a alta belleza da concepção, outras paginas são pelo contrario intensamente pittorescas, de quem sente a natureza e a belleza da paizagem, de quem tem uma nitida visão plastica e colorista; têm aquelle cunho de realidade que já apontamos a respeito da *Vida de D. Frei Bartholomeu dos Martyres.*

Conventos, igrejas, ermidas e confrarias succedem-se; o proprio Sousa nos dá em cada volume a taboada dos conventos de que se occupa. Em meio dessa monotona sequencia, algumas discussões historicas se intromettem, como são, por exemplo, a querella com auctores das Ordens de S. Bernardo e de S. Francisco, que para essas Ordens avocavam a gloria de haverem possuido o primeiro inquisidor-mór; prioridade da devoção do Rosario, que consistia em rezar por contas os mysterios da Redempção; demonstração de ser português o introductor da Ordem em Portugal, Frei Sueiro Gomes. E o escriptor, que perante os horrores da Cruzada contra os Albigenses mantem inalteravel a sua serenidade de chronista, vibra com indignação quando

contende sobre esses problemas, que tem como fundamentaes, principalmente a usurpação que os cistercienses e os franciscanos queriam fazer do primeiro inquisidor-mór.

Sousa affoita-se a propôr explicações, e essas explicações são da mais extrema ingenuidade historica. Assim se abalança a explicar a sua inexplicavel presumpção de ser Portugal tão fecundo de santos, no capitulo que ambiciosamente intitula: *Das causas, e rezões que se offerecem pera o Reino de Portugal ter produzido tanta gente santa, como parece d'esta Historia* [1]. Essas causas e razões todas as condensa o escriptor na vinda do apostolo Santiago: «Assi me parece que dar Portugal tão crecida novidade de virtudes heroicas a esta Ordem, como tambem a tem dado a todas as outras Religiões, foi particular influencia da misericordia Divina, que superabundou n'elle com enchentes de mercês suas, desde o tempo que subindo Christo Senhor Nosso aos Ceos, foi servido que se sanctificasse este pequeno torrão, primeiro que toda outra parte de Europa, e de Espanha, com a presença e prégação do grande Apostolo Santiago.» A explicação que o chronista propõe para a derrota dos castelhanos em Aljubarrota, onde eram muito mais numerosos que os portugueses, é de natureza semelhante: «Foi Deos servido fazel-o vencedor (ao rei de Portugal): e podemos crer que foi a causa de sua destruição seguirem, e sustentarem, como seguião, e sustentavão as partes de hum Clemente Antipapa scismatico, e levantado contra o verdadeiro pastor da Igreja, e Vigario de Christo Urbano sexto, successor de Gregorio undecimo» [2]. Apesar da grande massa de milagres, visões, prophecias, annuncios divinos, cremos que na averiguação da principal materia, fundações dominicanas, Sousa, e já Cacegas anteriormente, terão diligenciado escrupulosamente

---

(1) Cap. 1.º do Livro 6.º, vol. 2.º, ed. de 1866, pag. 225.
(2) V. pag. 259 do 2.º vol. da *Historia*, ed. cit.

ser quanto possivel exactos e que nesse particular a obra possa continuar a ser util manancial de informações.

E' como monumento da lingua portuguesa que a *Historia de S. Domingos* subsiste integral, ostentando uma mocidade perenne. No seu tempo, outros feriram notas diversas na escala; outros praticaram com brilho a prosa oratória e a prosa polemica, a prosa familiar e epistolar, mas nenhum auctor foi tão senhor da prosa serena e expositiva do historiador. Frei Luiz de Sousa affirmou que «a alma da historia he a verdade» [1], e sob muita inexactidão sepultou o que de verdade se contenha na sua obra; affirmou um nobre dever do seu officio, «o Historiador offerece as cousas por maiór» [2] e parece ter querido demonstrar justamente o contrario pela constante infracção desse preceito; só não affirmou o que realmente praticára, a belleza da linguagem. No seu tempo e mesmo até ao seu tempo, ninguem escrevêra tão bem a sua lingua. Não procuremos variedade de tons na sua prosa, porque ella é só uma lisa superficie, tranquilla e serena, não exprime o turbilhão de sentimentos que enche um cerebro; mas contém a maxima riqueza e mais poderosa variedade que póde conter na sua monotonia uniforme. Imagens sobre imagens se succedem, metaphoras das mais variadas proveniencias, mas encadeadas sempre originalmente. As ligações syntaxicas e as construcções dos periodos foram a grande novidade da prosa de Frei Luiz de Sousa. Os prosadores mysticos do seculo XVI, que em suas obras expressavam um estado de espirito muito semelhante ao de Sousa, já haviam feito um uso exuberante da metaphora, já haviam tambem erguido a metaphora, creação do estylo classico, a um verdadeiro processo logico; a metaphora era por isso uma razão, com ella se teciam explica-

---

(1) V. pag. 44 do 1.º vol.
(2) V. pag. 263 do 2.º vol.

ções e demonstrações. Mas Frei Luiz de Sousa quebra os caixilhos, que enquadravam a linguagem de Arraes, Heitor Pinto, Thomé de Jesus e Usque, e ella espraia-se igual e limpida, já sem a quebra monotona que no seu tranquillo curso faziam essas balizas. Não ha escolhos agudos que irrompam dessa tranquilla superficie, quer quanto á euphonia, sempre duma melodia de lento andamento, quer quanto á expressão, sempre duma discreta dignidade. Todas as cruezas que acodem, trazidas pelas necessidades da narrativa, elle as refere sem pestanejar, e sem fazer encrespar a lisa superficie da sua prosa. Uma galeria quasi innumeravel de frades illustres por suas letras e virtudes enche a vasta obra de Sousa ; essas virtudes e essas letras só se distinguem pela forma episodica por que se revelam, monotono e sempre semelhante a si mesmo, como é o fundo commum da clausura, das virtudes monasticas e das letras divinas; o chronista não tem o sentido historico necessario para sentir e menos ainda para reproduzir a diversidade das epochas. Pois na sua linguagem e só nella consegue Sousa encontrar maneiras diversas de dizer coisas tão identicas, illudindo assim a monotonia dos assumptos. E' particularmente notavel o juizo do P.e Antonio Vieira sobre a *Historia de S. Domingos*, não pelas idéas que sobre a historia confessa, mas pela justa apreciação desta qualidade do seu estylo: «O estilo he claro com brevidade, discreto sem affectação, copioso sem redundancia, e tão corrente, facil, e notavel, que enriquecendo a memoria, e affeiçoando a vontade, não cança o entendimento. Faltam geralmente nas Historias das (casas ou ordens?) Religiosas aquelles casos e nomes estrondosos, que por si mesmos levantão a penna, e dão grandeza, e pompa á narração: por onde notou o Mestre da Facundia Romana ser mais facil dizer as cousas sublimes com magestade, que as humildes com decencia. E nesta parte he admiravel o juizo, discrição, e eloquencia do Autor, porque falando em materias domesticas, e familiares (como são par-

ticularmente as que se obrão, e executão á sombra da clausura monastica) todas refere com termos tão iguaes, e decentes, que nem nas mais avultadas se remonta, nem nas miudas se abate: dizendo o commum com singularidade, o semelhante sem repetição, o sabido, e vulgar com novidade, e mostrando as cousas (como faz a luz) cada huma como he, e todas com lustre» ([1]).

A obra de Frei Luiz de Sousa foi continuada, actualizada como se usa dizer-se modernamente, por Fr. Lucas de Santa Catharina, que publicou uma quarta parte, em 1733. O plano é semelhante; foi retomar o fio da narrativa que Sousa deixára em 1614 e trouxe-o até ao seu tempo. Mas a linguagem, pretensiosamente erudita e eivada de artificios rhetoricos, é já bem diversa, como diversos eram os tempos, as circumstancias pessoaes e as epochas. Frei Luiz de Sousa já figura na obra, entre os filhos illustres do Convento de S. Domingos. Foi principalmente por esse capitulo de Santa Catharina que se divulgou a lenda do reapparecimento de D. João de Portugal, primeiro esposo de D. Magdalena de Vilhena. Fr. Antonio da Encarnação, tambem frade dominicano, ainda publicou (?-1665), uma *Addição á fundação do Convento de S. Domingos de Bemfica,* determinada pela obra de Sousa, cuja biographia precede esse como que supplemento.

Os *Annaes de Elrei Dom João Terceiro* foram escriptos já em avançada idade cumulativamente com a *Historia de S. Domingos*, cuja primeira parte se publicou em 1623. Na carta, que Filippe III lhe escreveu, datada de 20 de Outubro de 1627, dando-lhe esse encargo, faz-se allusão a outra chronica recentemente publicada, que por succinta lhe não agradára: «... a cronica do senhor Rey Dom João terceiro que Deos tem, que ha pouco tempo se imprimio, está mais succinta que deveria ser a respeito das cousas que em seu tempo

---

([1]) V pag. XV do vol. 4.º da *Historia.*

passarão...» (¹) A unica chronica de D. João III até então publicada era a de Francisco de Andrada, *Chronica do muito alto, e muito poderoso Rei d'estes Reinos de Portugal D. João III*, apparecida em 1613, e dedicada ao mesmo rei Filippe III, que a ella por certo se quer referir na sua carta. Existiam em manuscripto e eram conhecidos de Sousa os *Elogios d'Elrei D. João III*, de Castilho e Barros, publicados em 1655, juntamente com as *Noticias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria. Estes três eram pois os unicos auctores que anteriormente haviam tratado o reinado de D. João III. Sousa, com esses três expositores, com notas e apontamentos que lhe foram fornecidos e que estão enumerados na edição de Herculano, ordenou o seu assumpto sob um plano mais comprehensivo e sob a forma de *Annaes*. Ficou a obra incompleta, pois só alcança até ao anno de 1542, quinze annos antes da morte do rei; dos mesmos capitulos, que nos legou, alguns não estão completos. Ajuiza-se, porém, perfeitamente da obra como construcção historica. Cuidadoso e incansavel no carrear dos materiaes, é de vêr não sem surpreza que entre esses materiaes alguns figuram amplamente elucidativos para a vida economica do paiz, como são notas de receita e despezas, que infelizmente não chegaram a ser mettidos em obra: rendimentos do reino, almoxarifados, ilhas, commercio da India e Mina, e das alfandegas, dividas do rei, despezas extraordinarias e outros informes. Os prejuizos que dominavam a concepção historica de Sousa invertiam o seu criterio de avaliação das coisas e por isso grande vulto deu a restrictas circunstancias episodicas. Assim, quando ao abrir a sua narrativa, nos offerece um quadro do estado das cousas do reino e suas conquistas, limita-se á vida da côrte, á administração ecclesiastica e ao estado da guerra na Africa e na India. Ao contrario dá excessivo

---

(¹) V. *Annaes*, pag. XIII.

desenvolvimento á enumeração do formulario que os principes usavam na sua correspondencia. Os assumptos da India enchem a maior parte da incompleta obra; do Brasil não ha o menor vestigio, posto que delle D. João III já se tivesse occupado desde que mandára áquella colonia Christovam Jacques, em 1526, e Martim Affonso de Sousa, em 1530. Cremos que as proporções da obra seriam extensissimas, a avaliar pelo vasto lugar dado á India. Os elementos sobrenaturaes quasi se reduzem nos *Annaes* á convicção por toda a parte manifestada de que a providencia divina protegia o reino e guiava os seus naturaes a tão altos emprehendimentos, como eram os que commettiam. A boa linguagem de Frei Luiz de Sousa mantem a sua serena suavidade e pureza vernacula; é disso um specimen, pelo contraste com o assumpto movimentadamente emotivo, a narrativa do cêrco de Ormuz. Da reforma dos estudos não chega a fallar, apesar de no texto da obra mais duma vez se referir ao entranhado amor que o rei professava pelas letras. E' uma obra muito incompleta, não devemos esquecer.

CAPITULO VI

A ACADEMIA REAL DE HISTORIA PORTUGUESA

A mais importante das academias, desta epocha litteraria, foi a *Academia Real de Historia Portuguesa,* que imprimiu orientação nova aos estudos historicos, que promoveu o apparecimento de obras numerosas e de grande valia, que deu fundamento a progressos importantes na arte typographica e que, pela tradição que de si deixou, preparou e suggeriu as duas academias mais importantes da epocha immediata: a Arcadia Lusitana e a Academia Real das Sciencias. A darmos pleno credito á declaração de D. Manuel Caetano de Sousa, a iniciativa da fundação da Academia teria sido de D. João V, que logo fiaria daquelle o encargo de a pôr por obra; mas considerando com mais realidade as coisas, não será inverosimil crer que fôra ella de Sousa, o qual para logo a ella renunciára em favor do rei, empenhado como estaria em ver realizado o seu plano, impossivel sem o favor regio, mais do que em engrandecer o seu nome. Ou incumbido pelo rei ou favorecido delle, D. Manuel Caetano de Sousa reuniu alguns amigos, pessoas de auctoridade na côrte, o Marquez de Alegrete, o Conde da Ericeira, o Conde de Villarmaiór e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, com os quaes constituiu uma especie de commissão organizadora, a que logo se aggregaram o desembargador Manuel de Azevedo Soares e D. Antonio Caetano de Sousa.

Teve essa commissão quatro reuniões, em 19 e 26 de Novembro, e 3 e 6 de Dezembro de 1720, nas quaes se assentaram os objectivos da nova corporação, segundo redacção de Sousa, e as bases do estatuto. A oito de Dezembro, dia da padroeira do reino, numa sala dos Paços dos Duques de Bragança, foi solemnemente inaugurada a Academia, que promptamente entrou em regular actividade, em observancia pontual de seus estatutos e dos assentos das suas conferencias ou sessões. O decreto que a instituiu foi datado de 8 de Dezembro e o que approvou os estatutos de 4 de Janeiro de 1721.

Que a instituição deste importante gremic se não explica sómente pelos precedentes das academias litterarias, modestos centros de existencia precaria, raro bafejados da regia protecção, mesmo a dos Generosos, logo se infere. Certo teria havido uma transformação nessa corrente de communismo intellectual, agora mais proficua, e uma metamorphose na maneira de comprehender e escrever a historia, o que se verificaria nas academias estrangeiras vigentes. E assim era. Os proprios installadores declaram: «Lêrão-se alguns Estatutos de outras Academias, e depois de se observar com attenção o que nelles se dispunha, pareceo que a nossa Academia devia ter hũ Director...» [1] Esta declaração e a repetida allusão á *Italia Sacra,* de Fernando Ughelli, bastam a justificar o ministrarmos alguma noticia desse movimento academicista nos paizes estrangeiros.

Em França, Richelieu fundára a Academia Francesa, em 1629, que teve a sua primeira sessão em 13 de Março de 1634 e que muito em breve tomava a chefia do movimento da lingua, emprehendendo a elaboração do diccionario e da grammatica da lingua francesa, e do bom gosto, como tentativa de trazer para o mundo litterario a concepção unitaria

---

[1] *Collecção de Documentos e Memorias da Academia...,* 1.º vol.

do absolutismo politico do grande Cardeal [1]. Na vizinha Hespanha, a Academia Española, decana das academias actuaes deste paiz, foi fundada em 1714, por Filippe v, sob inspiração do Duque de Escalona, D. Juan Fernandez Pacheco (1650-1725) que veio a ser o seu primeiro director. Directa imitação da Academia Francesa, a hespanhola tomou daquella o plano dos estatutos e o mesmo programma de funcção reguladora e unificadora do estylo litterario e do gosto. Igualmente emprehendeu o seu diccionario e a sua grammatica. Da Italia poderiam receber o rei magnifico e os organizadores da Academia as seguintes suggestões: desde 1690 que funccionava em Roma a Academia dos Arcades, da qual o proprio D. João v era protector e socio, sob o cryptonimo de Pastor Albano, e que, longe de se confinar em materias puramente litterarias, tambem publicava dissertações de historia e archeologia. O P.e Fernando Ughelli, o famoso florentino (1595-1670), publicára a opulenta obra *Italia Sacra*, nove volumes apparecidos de 1642 a 1648, cujo plano era tomado para modelo da nova Academia portuguesa, que tinha por principal objectivo compôr uma *Lusitania Sacra*. A concepção de Ughelli reduzia a historia aos movimentos e progressos da religião e muitas vezes da organização ecclesiastica. A sua obra era uma sequencia de monographias por bispados, com catalogos dos seus prelados, notas illustrativas e documentos abonatórios, — justamente o que se propunham fazer os novos academicos portugueses. Esta obra, ao tempo da instituição da Academia, estava sendo republicada em Veneza, 1717-1722, com melhoramentos importantes sobre a primeira edição de Roma; é esta reimpressão que apparece nas grandes bibliothecas da epo-

---

[1] Sobre a historia da Academia Francesa, consultem-se as seguintes obras: Pellisson e D'Olivet, *Histoire de l'Académie Française*, 1858; Frédéric Masson, *L'Académie Française — 1629-1793*, Paris, 1912, IV + 339 pags.

cha. Já em França ella déra o modelo para a magna obra, em que principalmente cooperaram os congreganistas de S. Mauro, *Gallia Christiana*, pela primeira vez impressa em 1656 e republicada com ampliações consideraveis de 1715 em deante. Jean Chenu e Claude Robert, respectivamente, em 1621 e 1626, já tinham publicado quadros chronologicos e catalogos de prelados das varias dioceses, obras menores que poderão constituir os precedentes nacionaes da *Gallia Christiana*, que os criticos franceses não deixam de tambem ter por inspirada pela obra typica de Ughelli.

Os fins da Academia, que inteiramente renunciava á elaboração litteraria e á discussão moral, philosophica e variada que eram o programma dos extinctos centros de culteranismo do seculo XVII, os fins da Academia estão declarados nos documentos iniciaes da sua historia. A noticia da primeira reunião preparatoria reza: «... que se compuzesse a Historia Ecclesiastica, e Secular destes Reynos, e suas conquistas...» O decreto de creação do instituto repete, registando tambem uma ordem de preferencia: «... que se escreva a Historia ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a toda a Historia delles, e de suas conquistas...» No discurso, que leu na sessão inaugural, D. Manuel Caetano de Sousa, na *Proposiçãm*, mais adianta: «Conhecendo a vastissima comprehensão de S. Magestade que a pouca noticia, que o mundo tem das Historias de Portugal, nasce não só de não se acharem escritas na lingua Latina, mas tambem de não estarem todas impressas na Portuguesa; e que este damno só se podia remediar, mandando que se escrevesse em Latim hum corpo de toda a Historia deste Reyno, o qual se dividisse em duas partes, huma Ecclesiastica, & outra Secular; foy servido ordenarme em quatro do mez passado, que lhe apontasse os meyos, que me parecessem uteis, para que exacta & promptamente se pudesse escrever huma e outra Historia; mas primeiro a Ecclesiastica, fazendo-se huma obra, que tivesse o titulo de *Lusitania Sacra*». E nos estatutos:

«Por tanto deve ser o primeiro cuidado, e principal emprego dos Academicos concorrer para a composição da Historia de Portugal, principiando pela Ecclesiastica». Destes testemunhos e do exame dos trabalhos da Academia se conclue que a historia ecclesiastica de Portugal em latim foi o primeiro numero do seu programma, sem exclusão da historia secular. Logo na sessão de 22 de Dezembro, o socio Fr. Bernardo de Castello Branco advertiu o gremio de que o titulo de *Lusitania Sacra* «parecia ser grande imitação da *Italia Sacra*», pelo que propunha se adoptasse outro, alvitre que não logrou seguimento.

Os estatutos eram breves e inspirados por grande intento pratico. Cabia a direcção da Academia a um Director, assistido de quatro censores e um secretario perpetuo, que seria servido pelo necessario pessoal de secretaria. Director e censores eram de eleição annual. Foi o primeiro director D. Manuel Caetano de Sousa, foram os primeiros censores o Marquez de Fronteira, o Marquez de Abrantes, o Marquez de Alegrete e o Conde da Ericeira, e foi o primeiro secretario o Conde de Villarmaiór. As conferencias eram quinzenaes, as juntas da direcção semanaes, e o anno academico de doze meses perfeitos. Só o horario dos trabalhos mudava com as estações. O numero dos academicos effectivos ou de numero era de cincoenta e variavel o dos correspondentes ou supranumerarios, que eram como delegados da Academia nas varias dioceses. Alêm do seu pessoal de secretaria e do seu pessoal menor, a Academia tinha imprensa propria, da qual recentemente se apuraram noticias novas: correspondencia de Diogo de Mendonça Côrte Real, ministro em Haya, sobre contractos de pessoal technico e compras de materiaes diversos, como typos, pelles e machinas. (1)

---

(1) V. Sr. Pedro de Azevedo, *A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Real de Historia*, serie de documentos publicados no *Archeologo Português*, vol. XIX, pags. 31-40, Lisboa, 1915. São dez

Duas vezes por anno, teria a corporação sessão publica, nos dias dos annos dos reis, nos quaes effectuaria as suas eleições. Por empresa ou divisa tinha a figura da verdade acompanhada da letra *Restituet omnia* e no sello representaria a figura do Tempo encadeado. Preceituava a sua lei organica o modo de preenchimento das vagas que occorressem no corpo academico, por morte. Procedia-se a eleição por escrutinio secreto, cujo resultado seria confirmado pelo rei, e o Director encarregaria um socio de pronunciar o elogio do confrade fallecido.

Durou a actividade regular da Academia desde 8 de Dezembro de 1720 a 1736, pelo menos quanto se póde inferir dos proprios documentos por ella colleccionados. No seu seio reuniu os mais conspicuos cultores dos estudos historicos, pessôas das de mais lição e mais valimento na côrte, portanto não só escriptores de profissão, mas pessôas cultas e de gosto, como em França a Academia Francesa fizéra. Não será inutil dar um catalogo dos academicos, como subsidio para nos habilitar a proferir o nosso laudo sobre ella e como notícia sobre o convivio intellectual do tempo. Este catalogo illustrará o quadro chronologico, que segue esta obra. Não reproduzimos o que vem no fim de cada um dos quinze volumes da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia;* introduzimos-lhe as alterações constantes das actas das conferencias, mantendo a ordem alphabetica só depois de nomeados os fundadores:

---

peças extrahidas do ms. n.º 943 do Archivo da Torre do Tombo, nos quaes se ministram informes ácêrca dos esposos Theodoro André Hasurju e Catharina Prévigny, impressores de estampas, cujo contracto de 1726, se reproduz; ácêrca do gravador Rochefort, cujo contracto igualmente se transcreve, e de João Rousseau ou Rousset, que veio dirigir a imprensa. No documento 6.º, da auctoria de Mendonça Côrte Real, é reconhecido que a respeito da typographia da nova Academia « as intençoens de Sua Magestade são de a querer estabelecer como a do Louvre...»

1.º — D. Mannel Caetano de Sousa. — Por sua morte, fez o Marquez de Valença o seu elogio funebre e succedeu-lhe Ignacio Barbosa Machado.

2.º — Marquez de Alegrete (Fernão Telles da Silva). — Por sua morte, foi o seu elogio historico proferido pelo Conde de Assumar e succedeu-lhe o Conde de Tarouca.

3.º — 4.º Conde da Ericeira (D. Francisco Xavier de Menezes).

4.º — Conde de Villarmaiór (Manuel Telles da Silva).

5.º — Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

6.º — Desembargador Manuel de Azevedo Soares. — Por sua morte, fez o seu elogio o Doutor João Alvares da Costa e succedeu-lhe o Conde de Vimioso.

7.º — D. Antonio Caetano de Sousa.

8.º — Marquez de Fronteira (D. Fernando Mascarenhas). — Por sua morte, fez-lhe o elogio historico José da Cunha Brochado e succedeu-lhe Diogo de Mendonça Côrte Real, Secretario de Estado.

9.º — Marquez de Abrantes, (D. Rodrigo Annes de Sá e Almeida). — Por sua morte, foi o seu elogio pronunciado pelo Conde da Ericeira e succedeu-lhe o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida.

10.º — P.e André de Barros.

11.º — P.e Antonio dos Reis.

12.º — Antonio Rodrigues da Costa.

13.º — P.e Antonio Simões. — Por sua morte fez o seu elogio historico o Doutor Filippe Maciel e succedeu-lhe Luiz Francisco Pimentel.

14.º — Fr. Bernardo de Castello Branco, chronista-mór do Reino. — Por sua morte, fez o seu elogio historico o P.e D. Manuel do Tojal da Silva e succedeu-lhe D. Francisco de Sousa. Curta foi a vida academica de D. Francisco de Sousa, porque morreu em 1729, cabendo o seu elogio ao Conde da Ericeira e a sua successão a Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda.

15.° — Doutor Bartholomeu Lourenço de Gusmão.

16.° — P.e Bartholomeu de Vasconcellos.

17.° — Bacharel Caetano José da Silva Sottomayor.

18.° — Diogo Barbosa Machado.

19.° — Visconde de Asseca (Diogo Corrêa de Sá).

20.° — Diogo de Mendonça Côrte Real, Secretario de Estado.

21.° — Fr. Fernando de Abreu. — Por sua morte, fez o seu elogio historico Fr. Lucas de Santa Catharina e succedeu-lhe D. Diogo Fernandes de Almeida, deputado do Santo Officio.

22.° — 9.° Conde de Monsanto (D. Fernando de Noronha). Por sua morte, fez o seu elogio historico José da Cunha Brochado e succedeu-lhe o Marquez de Valença, nosso conhecido da historia da critica litteraria.

23.° — Francisco Dionysio de Almeida da Silva e Oliveira. Por sua morte, fez o seu elogio historico o Conde da Ericeira e succedeu-lhe Manuel Dias de Lima.

24.° — Beneficiado Francisco Leitão Ferreira.

25.° — P.e Jeronymo Castilho.—Por sua morte, fez o seu elogio historico o Marquez de Valença e succedeu-lhe o Doutor Agostinho Gomes de Guimarães, promotor do Santo Officio.

26.° — P.e Jeronymo Contador Argote.

27.° — Jeronymo Godinho de Niza.

28.° — Ignacio de Carvalho e Sousa.

29.° — Doutor João Alvares da Costa.

30.° — João Couceiro de Abreu e Castro, guarda-mór da Torre do Tombo.

31.° — P.e João Colt.

32.° — D. José Barbosa, chronista da Casa de Bragança.

33.° - José Contador Argote.

34.° — José do Couto Pestana.

35.° — José da Cunha Brochado.—Por sua morte, foi o seu elogio funebre pronunciado por Gonçalo Manuel Gal-

vão de Lacerda e succedeu-lhe Sebastião José de Carvalho e Mello.

36.º — Fr. José da Purificação. — Não podendo desobrigar-se do encargo de escrever a historia das ordens militares, foi delle dispensado, sem deixar vaga, e foi para esse fim eleito o Desembargador Alexandre Ferreira.

37.º — José Soares da Silva.

38.º — Julio Mello de Castro. — Por sua morte, fez o seu elogio historico D. José Barbosa e succedeu-lhe o Conde de Assumar, D. João de Almeida. Morrendo D. João de Almeida, proferiu D. José Barbosa o seu elogio e succedeu-lhe o Doutor Joaquim Pereira da Silva Leal.

39.º — Lourenço Botelho Sottomayor.

40.º — Fr. Lucas de Santa Catharina.

41.º — P.º D. Luiz Caetano de Lima.

42.º — Manuel de Azevedo Fortes, engenheiro-mór do reino.

43.º — P.º Manuel de Campos.

44.º — Doutor Manuel Pereira da Silva Leal. — Por sua morte, foi o seu elogio historico proferido por Fr. Manuel da Rocha, succedendo-lhe o Doutor Manuel Moreira de Sousa

45.º — Fr. Manuel da Rocha.

46.º — P.º D. Manuel do Tojal da Silva.

47.º — Fr. Miguel de Santa Maria, chronista dos eremitas de Santo Agostinho. — Por sua morte, fez-lhe o elogio historico o Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, succedendo-lhe Francisco de Almeida, deputado do Santo Officio.

48.º — P.º Pedro de Almeida. — Havendo pedido escusa do encargo, que lhe tinha sido confiado, a elaboração das *Memorias do Bispado do Porto*, succedeu-lhe o Doutor Filippe Maciel.

49.º — Fr. Pedro Monteiro.

50.º — D. Raphael Bluteau. — Por sua morte, foi o seu elogio proferido pelo Conde de Ericeira e succedeu-lhe o Doutor Antonio Andrade Rego.

51.º — Nuno da Silva Telles, eleito aos 4 de Janeiro de 1725, não sabemos em successão de quem.

Para escrever as duas obras magnas, Historia Ecclesiastica e Historia Secular de Portugal e suas conquistas, que teriam uma ultima redacção em latim, a Academia tinha de executar varias tarefas prévias que respeitavam á coordenação dos esforços, á uniformização dos processos de trabalho e á recolha dos documentos e livros attinentes aos seus fins. Com uma clara noção e grande disciplina, a direcção organizou umas instrucções minuciosas, em dois papeis, *Reflexoens sobre o Estudo Academico* e *Systema da Historia Ecclesiastica & Secular de Portugal,* cuja observancia produziu a bôa ordem dos trabalhos da Academia. Nelles se preceituou que a historia ecclesiastica fosse escripta por dioceses, as quaes se distribuiram logo pelos academicos, dois a dois, um para a composição em vernaculo, outro para a traducção em latim. A historia secular dividir-se-hia do modo seguinte: *a)* antiga Lusitania até á conquista dos romanos; *b)* imperio romano até á entrada dos godos e barbaros; *c)* dos barbaros aos arabes; *d)* até ao Conde D. Henrique; *e)* e depois pelas vidas dos reis. Logo estes encargos foram commettidos aos varios academicos, segundo a tabella que figura nas suas publicações, additando-se alguns não previstos no systema das dioceses e reinados, a saber: vidas dos Papas e cardeaes portugueses, e dos bispos portugueses que tiveram diocese fóra de Portugal; a historia da Inquisição; e a das ordens militares. Havia tambem um consultor juridico, uma junta consultiva sobre materia geographica e outra para dirimir os pontos controversos, sem deixar de haver tambem um historiador da Academia. Tudo se fixou, desde o titulo até á distribuição dos exemplares das obras, quando impressas. Os volumes parcellares das duas series, ecclesiastica e secular, chamar-se-iam respectivamente: *Memorias para a Historia ecclesiastica de Portugal do arcebispado de...* e *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo de... do anno*

de... até o anno de... Quantidade de livros, capitulos, paragraphos e numeros, materia de cada, forma e collocação dos indices, allegação de documentos, maneira de utilizar a geographia e chronologia, «os dous olhos da Historia», como evitar repetições de materia ou excursões para alêm do dominio especialmente commettido — foi tudo regulado com acerto, ainda que não sem alguma tyrannia intellectual.

Mas o trabalho em commum, na edificação duma fabrica unica, e de tal magnitude como a que se propunha a Academia, necessariamente envolve uma renuncia da liberdade individual e tambem uma grande economia de esforços. Ambas as coisas vemos na Academia. Para evitar escusadas repetições, determinou-se, por exemplo, que da mesma cidade ou villa se falasse na historia secular no estado em que ella se encontrava no tempo dos successos referidos, e na historia ecclesiastica no estado moderno, para se representar o progresso feito. Cada academico teria, alêm da tabella dos bispos, cuja diocese havia de historiographar, as das outras dioceses, para lhes accrescentar as novidades que fosse apurando e communicar ao consocio respectivo. Taes instrucções foram approvadas e entraram logo em vigor. Para reunir livros, documentos, inscripções, tradições e noticias, fez a Academia expedir officios circulares aos arcebispos e bispos, aos cabidos das cathedraes, aos prelados das religiões, ás camaras municipaes e aos provedores das comarcas; nellas se continham questionarios tão circunstanciados que responder a elles cabalmente, seria fazer a propria historia, que a Academia tinha em vista. Combinadas as respostas a esses questionarios em organico conjuncto, a Academia teria os materiaes precisos para uma demographia, uma geographia, uma archeologia e epigraphia portuguesa, um inventario geral de manuscriptos e uma bibliographia historica. Inventarios e mais inventarios eram pedidos para os cartorios das comarcas ecclesiasticas, para os cabidos e para toda a parte,

cuja organização era um trabalho tão gigantesco que, dois seculos decorridos e após o movimento de curiosidade paleographica do romantismo, está ainda longe de se haver cumprido. Era um verdadeiro inquerito diplomatico ao paiz. Para prevêr que o exito não seria grande, basta considerar que a Academia não fazia esta ardua devassa por commissarios, como no seculo XIX a Academia Real das Sciencias fez por Herculano; mandava-a fazer ás auctoridades locaes, em nome do rei, e só quando os documentos fossem illegiveis promettia mandar quem os soubesse ler. Não é muito facil reconstituir o resultado desse inquerito, verdadeira originalidade da nossa historia litteraria, á vista da massa de documentos e noticias recebidas na Academia, porque o seu archivo perdeu-se. (1) Algumas referencias encontramos nos extractos das sessões sobre esse assumpto, documentos e inscripções que chegaram ou se aguardam, pedidos de academicos á mesa de que mande alguem fóra extractar e copiar monumentos paleographicos de difficil leitura. Taes noticias são escassas e sem relevo. Teremos, por isso, de avaliar do exito desse importante inquerito pela producção dos academicos e ostentação documental das suas obras. Alguns academicos declararam, em sessão, que juntavam tambem suas diligencias proprias ás da secretaria da Academia para colligir noticias. Por esses indirectos testemunhos póde-se crer que a Academia revolvera a maior massa de documentos, que ainda foi possivel juntar em Portugal, fóra das discordias civis de 1834 e 1910, que directamente visaram á destruição de bibliothecas e archivos religiosos. Póde-se lamentar que o fizesse por interpostas pessoas, leigos em materia historica, mas ha que reconhecer que ella prestou um grande serviço

---

(1) Guardam-se papeis da Academia na Bibliotheca Nacional, Res. 684 e segg., e no Archivo da Torre do Tombo, vol. 492 da collecção do Ministerio do Reino e n.º 1096, fol. 204.

com estabelecer esse contacto mais intimo dos estudos historicos com as suas fontes e com poder assim refazer muitas obras, cujas interpretações, versões e juizos haviam passado em julgado. Não só expulsou do recinto dos estudos numerosos auctores, acreditados no seculo antecedente, mas ainda, pelo novo manusear das fontes, attingiu parcialmente a muitos outros auctores, que não haviam tido a bôa fortuna de interessar nos seus escriptos os cabidos das cathedraes. Muitos destes, declara-se nas conferencias academicas, concorreram com grande despeza para a compilação documentar e chegaram a formar cenaculos locaes, em correspondencia com o academico respectivo, para a discussão de pontos duvidosos. Apesar da Academia ter bôa typographia propria, não faltaram queixas contra a morosidade da impressão das memorias, e um dos academicos mais descontentes, pelas vezes que reclamou e pelo tom em que o fez, foi D. Jeronymo Contador Argote.

Puzéram-se á obra os academicos e em breve, logo em Janeiro e Fevereiro de 1721, começam nas conferencias a dar noticia de seus trabalhos, catalogos de bispos, origens das dioceses, e a propôr á discussão theses, algumas de assumpto de perfeita gravidade, outras que suscitavam recordações dos gremios conceptistas do seculo precedente, como a de Fr. Bernardo Castello Branco, que propunha á Academia se pronunciasse sobre qual o cognome que cabia a Pedro I, o de *cruel* ou o de *justiceiro?* Em breve outro trabalho preliminar se lhes deparou, ao darem conta das suas investigações todas versando materias de tão remotos tempos e de testemunhos tão duvidosos, a dos créditos dos auctores antigos, forma primitiva da moderna critica de fontes. Ouvida a commissão academica, encarregada de se pronunciar sobre os pontos duvidosos, o director e os censores — aos quaes incumbiam funcções muito mais amplas do que ás actuaes mesas das corporações scientificas — tomaram um assento sobre essa materia que apresentaram em conferencia de

24 de Setembro de 1721, ao qual já alludimos no capitulo sobre as polemicas suscitadas pela historiographia alcobacense.

Com a diligente cooperação dos seus individuos, com o favor do rei que algumas vezes fez reunir a Academia no paço e na sua presença, com largueza de meios, assegurados desde o seu inicio, por decreto de 6 de Janeiro que concedeu o estipendio annual de 1:000$000, importantissimo para o tempo, a nova corporação floresceu e chegou a fazer exercer a sua influencia fóra do recinto das suas conferencias. E assim representou ao rei sobre a conservação dos monumentos antigos e conseguiu a publicação do decreto de 14 de Agosto de 1721, onde se determinava que ninguem destruisse ou encobrisse estatuas, marmores e cippos dos mais antigos tempos até D. Sebastião e que as Camaras comprassem todos os monumentos, que apparecessem em bocca de venda. Sem comminar penas e sem meios de acção efficazes para sua execução, o decreto não terá sido de grande utilidade. Mais seguramente util foi para a Academia o privilegio, concedido pelos decretos de 29 de Abril de 1722, de poderem os academicos publicar suas obras, sem intervenção da mesa do Desembargo do Paço, quando approvadas pela censura academica, regalia notavel pela perda de tempo que evitava, tornando mais expeditos os trabalhos, e pela categoria que reconhecia á corporação que assim conseguia em seu proveito fazer que se revogasse uma lei basilar da monarchia. — Em cada sessão seis academicos, designados na conferencia precedente pelo Director, davam conta dos seus trabalhos, isto é, do estado das tarefas que lhes haviam sido incumbidas. E é curioso ver que diligente actividade elles protestam ou como amplamente buscam justificar-se de não obterem maiores progressos em seus trabalhos, ou por falta de saude ou por falta de noticias e documentos, que de fóra estão aguardando.

Depois de 1736, por causas mal conhecidas, a Academia esqueceu, deixou de se reunir e parece haver-se extinguido. [1]

A Academia legou-nos a opulenta *Collecção de Documentos e Memorias da Academia Real de Historia Portuguesa,* quinze volumes em que se contêm estatutos e legislação academica, orações dos directores na abertura e encerramento do anno, noticias circumstanciadas das suas conferencias, elogios historicos dos socios fallecidos, declarações de eleição de novos socios, discursos de posse destes, orações panegyricas endereçadas ás pessoas reaes, instrucções para os trabalhos academicos, dissertações historicas de varia materia, algumas em controversia, catalogos de santos, arcebispos, bis-

---

(1) O erudito bibliographo, Sr. Martinho da Fonseca, communicou-nos um pequeno documento que dá noticia duma sessão da Academia em 1783, mais de três annos após a fundação da Academia Real das Sciencias. Esta informação da existencia da Academia meio seculo depois das noticias positivas é por emquanto de muito difficil explicação. Reproduzimos a seguir o documento «Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza em sab.º 19. de Janr. de 1783. em q̃ foraõ elleitos p.ª socios della — O Duque de Alafoens. Os 3. Secr.os de Estado. O Marq̃. de Angeija. O P.e Frey José da Rocha. Felix José Castrioto. C.de da Ponte. Mordomo. Mór. C.de de Tarouca. C.de da Ega. C.de de Assumar. Viscd.e de Barbacena Luis Ant.º Joaõ Gonçalues da Camara. Joaõ Rois de Sá. Frey Ant.º Forjas. D. Fernando de Lima. D. Fernando de Portugal. Arcb.º de Taſalonica. O P.e Mayne. Frey Mathias. O C.de de Val de Reys. José Telles da Silva. Joaq.m de Foyos. Lourenço Galvão. O Abb.e Corréa. José Basilio da Gama. José de Vasconcellos. O Conde da Calheta. José Manoel Ribr.º da Syva. José Joaq.m de Barros. O P.e Theodoro de Almeida. D. Antaõ de Almada. Frey Fran.co Barbas. O P.e Frey Daniel. (dominico.) O P.e Antonio Pereira de Figueiredo. Monsenhor Asse. Frey José de S.ª Rita Duraõ. O P.e Dom Carlos José Morato, da Divina Providencia. O C.de de S.to Vicente. Marquês de Penalva. Fr. Joaquim Forjás. O Chanceler Mór do Reyno aprovado por carta. Marquez d'Alorna. Joseph. Mas.cas P.co Pr.ª Coelho de Mello. D. Thomaz Caetano de Bem C. R. O Secr.º Gonçalo X.er de Alcaçova.» Será confusão dos titulos das duas Academias?

pos e grão-mestres de ordens religiosas, outros trabalhos preparatorios e correspondencia. Constituem um importante repositório de informações sobre a vida intellectual no segundo quartel do seculo XVIII, no dominio da alta erudição. Legou-nos ainda mais os trabalhos, que promoveu, encarregando os socios e de que estes parcialmente se desobrigaram, a saber:

a) Marquez de Alegrete — *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, 1727;

b) D. Antonio Caetano de Sousa—*Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, com suas *Provas*, 19 vols., 1735-1748;

c) Diogo Barbosa Machado — *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'El-rei D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses*, 4 vols., 1736-1751;

d) Francisco Leitão Ferreira — *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra* (1288-1537), 1729;

e) D. Jeronymo Contador Argote — *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, 4 vols., 1732-1747;

f) José Soares da Silva — *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo d'El-rei D. João I*, 4 vols., 1730-1734;

g) Fr. Lucas de Santa Catharina — *Memoria da Ordem Militar de S. João de Malta*, 1.º vol., 1734;

h) P.^e^ D. Luiz Caetano de Lima — *Geographia Historica de todos os estados soberanos da Europa*, 2 vols., 1734-36;

i) Manuel Pereira da Silva Leal — *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado da Guarda*, 1.º vol., 1729;

j) Fr. Pedro Monteiro — *Historia da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas Conquistas*, 2 vols., 1749 e 1750;

k) Doutor Alexandre Ferreira — *Memorias Historicas de algumas Ordens Militares*, 2 vols., 1735.

Apesar de incompletas, estas obras renovaram os assumptos, porque coordenaram todos os factos apontados e os aferiram pela documentação que lhes concernia. E' evidente que se não deve esperar da Academia, apesar da sua justiça ás chronicas cistercienses e a certos auctores inventados pelos falsificadores, extremos de espirito critico, que só a reforma romantica produziria. Teve tambem seus prejuizos. Considerou com a maior gravidade a existencia de Portugal antes da constituição do reino, remontando em alguns casos até á creação do mundo, e sempre se transportando a nublosas epochas, em cuja interpretação conciliavam seus socios os dados da epigraphia e dos textos e a concepção biblica. A separação da historia ecclesiastica e da historia secular foi outro prejuizo, que determinou a mutilação illogica do conjuncto historico, que se determinou sempre por causas muito varias, mesmo durante o predominio da Igreja. Intimamente ligada ao paço, como um orgão da ostentação pragmatica do rei magnifico, muito tempo e actividade consumiu o gremio na lisonjaria das pessoas reaes e nas commemorações palacianas. Das academias litterarias guardou o cultivo do gongorismo intellectual, a emphase, a tendencia para transcendentemente philosophar trivialidades, manifestada principalmente nas orações panegyricas e directoriaes; da Academia Francesa tomou o ceremonial interno, a organização, a limitação do numero de socios, as praxes dos elogios historicos e dos discursos de recepção, o cargo de secretario perpetuo e a montagem duma bôa imprensa, como a do Louvre, segundo declarou em sua correspondencia Diogo de Mendonça Côrte Real; e de influencia italiana é o programma exclusivamente historico e o typo de composição adoptado.

Os trabalhos da Academia não têm caracter litterario relevante, por que mereçam ser detidamente analysados nas suas physionomias estheticas, norteiam-se até por uma pre-

occupação opposta, a de fazer sahir a historiographia dos moldes de genero litterario. Archeologia, paleographia, numismatica, epigraphia, geographia historica, todas as disciplinas subsidiarias da historia foram versadas pelos academicos com aquelle são criterio que mereceu louvores a E. Hübner, que a Portugal veio em 1861 estudar a archeologia local, commissionado pela Academia das Sciencias de Berlim. Após um escorço historico dos estudos portugueses de archeologia, o Dr. Hübner reconhece o papel desempenhado pela Academia nesse dominio: «No seculo XVIII a *Academia Real de historia portuguesa*, fundada em 1720 por D. João V, apresentou, pela primeira vez, investigações propriamente historicas em substituição á litteratura, por assim dizer monastica, em que se haviam baseado até então todas as indagações historicas e archeologicas. Os trabalhos da referida Academia acham-se consignados nos quatorze volumes de folio grande e nos dois de quarto que compõem a *Collecção de documentos e memorias* (1721-1736), que eu já havia consultado em Paris na bibliotheca do Instituto de França, e num volume contendo a sua historia escripta pelo marquez de Abrantes (1727). Nesta collecção se encontram insertos, afóra algumas pequenas memorias ácerca de assumptos epigraphicos, os trabalhos do padre Jeronymo Contador Argote, que, além dos de Rezende, são, até esta epocha, a principal fonte a consultar com referencia a inscripções em Portugal. No oitavo volume (1728) da *Collecção* vem publicada a sua memoria em quatro livros, que se intitula *Antiquitates conventus Bracaraugustani*, escripta em latim e português. Foi impressa áparte em 1738, augmentada com um quinto livro. Noutra obra do mesmo auctor, *Memorias para a historia ecclesiastica de Braga*, conteem-se exactamente as mesmas inscripções. Como eram as communicações feitas á Academia pelos correspondentes desta que serviam de base para os seus trabalhos, era para desejar que se pudessem comparar

estes com as ditas informações para determinar o grau de auctoridade que merecem» ([1]).

Não morreu a Academia sem reflectir sua influencia sobre o vizinho reino. Algum convivio existiu entre os academicos portugueses e os eruditos de Hespanha. Menéndez y Pelayo compendiou alguns factos que attestam essa confraternidade litteraria ([2]) e nas noticias das conferencias, algumas vezes os academicos se referem a perquirições fóra do reino, por diligencias de confrades castelhanos. Foi um delles o proprio fundador, D. Manuel Caetano de Sousa que, em sessão de 23 de Janeiro de 1727, assim confessava: «Para a Historia da Igreja do Algarve, cujos bispos depois de recuperado aquelle Reyno do poder dos Barbaros, peregrinarão muito fóra deste Reyno, procurey, e recebi algum soccorro do Doutor D. João de Ferreras, Bibliothecario Mayor del Rey Catholico, e tão benemerito da Historia de Hespanha, como todos sabemos, o qual benignamente nos communicou varias confirmações de privilegios, dados pelos Reys de Castella, e Leão, nos quaes em diversos tempos assinarão D. Fr. Roberto, D. Garcia e D. Frei Bartholomeu, bispos de Sylves.»

A suggestão portuguesa attribuimos a fundação da Real Academia de la Historia, de Madrid, em 1738.

([1]) V. *Noticias Archeologicas de Portugal*, traducção do allemão por Augusto Soromenho, publ. nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova serie, tomo 4.º, parte 1.ª, Lisboa, 1872, pags. 3-4.

([2]) Na sua *Historia de los Heterodoxos Españoles*, 2.ª ed., Madrid, 1911, pag. 18. Reproduzimos este passo a pags. 72-73 da *Revista de Historia*, 9.º vol., Lisboa, 1920.

CAPITULO VII

NOVELLISTICA

Se não era quantiosa, era de vulto pela sua importancia a tradição novellistica que da epocha precedente herdava a que vimos estudando. Uma tradição arreigada que attribuia a auctor português a paternidade do *Amadis de Gaula*, em que averiguadamente houvéra collaboração portuguesa; a naturalização do cyclo dos *Palmeirins* por Francisco Moraes, antes do qual eram hespanhoes e um italiano os auctores desse cyclo; a novella pastoral de Bernardim Ribeiro e a nacionalidade portuguesa do creador desta moda na peninsula, Jorge de Montemór, eram titulos de nobreza bem dignos de acatamento, que o genero poderia allegar, ao fechar o seculo XVI, sem nomear as contribuições de menor brilho. Essa tradição continua-se através da segunda epocha classica, com algumas incorporações novas, porém já sem a originalidade creadora do seculo XVI. São modas que vigoram ainda; não são innovações estheticas que se introduzam. Ordenando pelos seus caracteres intrinsecos essa productividade novellistica de 1580 a 1756, poderemos constituir os seguintes grupos ou modalidades: *novellas de cavallarias; novellas pastoraes; novellas allegoricas; novellas sentimentaes;* e *novellas picarescas.* As primeiras, como é obvio, procedem dos cyclos medievo e quinhentista dos *Amadises* e dos *Palmeirins*; as pastoraes, é tambem evidente, derivam de Montemór e Bernardim Ribeiro; as

três immediatas são de importação castelhana proxima e não tiveram antecedentes no seculo XVI. Bom é accentuar que não temos nesta classificação, como não temos em nenhuma outra, uma confiança plena; ella é um artificio e uma commodidade para o nosso estudo.

O cyclo dos *Palmeirins* principiára em 1511 com a obra anonyma, *Palmeirim de Oliva*, publicada em Salamanca e atribuida á filha dum carpinteiro de Burgos; seguira-se a 2.ª parte, *Primaleão da Grecia*, logo em 1512 e tambem em Salamanca. Em 1533, nova obra anonyma proseguia na narrativa das proezas cavalheirescas doutro imperador de Constantinopla, da familia dos Palmeirins, *Platir*, apparecida em Valladolid. Seguiu-se uma continuação, *Flortir*, que embora se apresente como traducção castelhana, hoje se presume ser original italiana. [1] E' por 1544, segundo se calcula, que Francisco Moraes com as partes I e II do seu *Palmeirim de Inglaterra*, algum tempo attribuidas a Luiz Herrero, [2] nacionaliza a materia do cyclo. A continuação fez-se desde então sempre em Portugal por pennas portuguesas.

Diogo Fernandes [3] publicou em 1587 *Duardos Segundo*, partes III e IV do *Palmeirim*; e Balthazar Gonçalves Lobato [4] dá em 1602, com o seu *Clarisol de Bretanha*, as partes V e VI. São muito raras estas obras. A de Diogo Fernandes não lográmos encontrá-la nas bibliothecas de Lisboa. Da de Balthazar Gonçalves Lobato vimos um exemplar mutilado que se guarda na Bibliotheca Nacional, sob o n.º de Res. 357 v. Faltam-lhe o frontispicio (v. Innocencio, *Diccionario Bibliographico*, 1.º vol. pag. 324), 2 folhas preliminares sem nume-

---

(1) V. Henry Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, Cambridge, 1920, pag 101-103.

(2) V. a obra precedente e a nossa *Litteratura Classica, 1.ª Epocha*.

(3) E' totalmente desconhecida a biographia de Diogo Fernandes.

(4) Tambem se desconhece toda a biographia de Balthazar Gonçalves Lobato.

ração, a primeira numerada e as n.os 68 da 5.ª parte e n.os 68 até ao fim da 6.ª parte. Das folhas que existem grande parte está rasgada ou viciada junto das orlas, pelo que o exemplar é quasi inutil para o estudo da obra. São suas personagens principaes Clarisol de Bretanha e os principes Lindamor, filho de Vesperaldo, Clarifebo, filho de Landimante, e Beliandro da Grecia, filho de Primalião.

Com tão deficientes elementos de estudo não é possivel constituir o quadro genealogico das personagens e achar o nexo logico das cavallarias, de modo a estabelecer a filiação das obras umas nas outras, separando as independentes ou imitações de segunda mão e apontando os progressos ou a decadencia da technica dos novellistas. Fica posto o problema, a que voltaremos, quando disponhamos dos materiaes indispensaveis para elle, que são os textos completos e accessiveis. E' esta uma das questões abertas a que alludimos na nota previa deste livro.

Não ha mais obras impressas que narrem as aventuras da progenie de Primaleão, mas os bibliographos dão noticia de algumas manuscriptas, que se presume que continuem essa inexgotavel materia. Barbosa Machado attribuiu a D. Gonçalo Coutinho (? — 1634), que occulto sob o anonymato biographou Sá de Miranda e piedosamente assignalou com uma inscripção a sepultura de Camões, dois livros de cavallarias, *Historia de Palmeirim de Inglaterra e de D. Duardos*, continuação da de Francisco de Moraes, que deveria existir na livraria de João de Saldanha, segundo os apontamentos do P.e Francisco da Cruz, primeiro preparador da *Bibliotheca Lusitana*. Mas mais antigo e mais seguro testemunho sobre estes manuscriptos de D. Gonçalo Coutinho é o de D. Vasco Luiz da Gama, 5.º Conde da Vidigueira, 1.º Marquez de Niza, activo embaixador de D. João IV, que tambem menciona outros do mesmo genero de sua mãe, D. Leonor Coutinho. Em carta de 12 de Setembro de 1649, escrevia o nobre bibliophilo a D. Vicente Nogueira: «e me acabarão (os ho-

mens que trazia a copiar manuscriptos) dois livros de cavallarias de D. Gonçalo Coutinho; e eu já tinha o primeiro; e, sendo muito bons, não chegão aos de minha mãe». ([1]) Perdeu-se totalmente o rasto desta obra, não podendo derimir-se se della se aproveitaram Fernandes e Lobato, no caso das suas impressões serem posteriores á redacção de D. Gonçalo.

Sobre a existencia de obras novellisticas de D. Leonor Coutinho ha, alêm da declaração de seu filho, já allegada, a de D. Antonio Caetano de Sousa, na sua *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, vol. 10.º, pags. 595 «... compoz hum livro de Cavallarias com o titulo de *D. Belindo*, que se conserva manuscripto, em diversas copias». Barbosa Machado repetiu a informação. No *Theatro heroino*, de Fr. João de S. Pedro, que usava o pseudonymo de Damião de Froes Perim, 2.º vol., 1740, pag. 281, errou-se o nome da auctora, D. Maria Coutinho, e Nicolau Antonio chama a esse manuscripto *Clarindo de Grecia*, que o Gayangos no seu catalogo perfilhou. Sob informação do bibliographo Domingos Garcia Peres, Innocencio declarou que em Setubal existia uma dessas copias, em poder dum particular, com o titulo de *Chronica do imperador Beliandro, em que se dá conta das obras maravilhosas, e das gloriosas façanhas que no seu tempo obrou o principe Béliflоro seu filho, e de Belindo, principe de Portugal, e outros muitos cavalleiros.* ([2]) Ramos Coelho opina que a obra apontada por Garcia Peres não póde ser a mesma, porque a de D. Leonor Coutinho contaria só ou principalmente as proezas de D. Belindo, ao passo que a outra trata princi-

---

([1]) V. o opusculo de Ramos Coelho, *Acêrca do Primeiro Marquez de Niza,* Lisboa, 1897, 24 pags., reproduzido em nova edição ampliada sob o titulo de *O Primeiro Marquez de Niza,* Lisboa, 1903, 55 pags., separata do 1.º vol. do *Archivo Historico Português*. A passagem referente ás novellas encontra-se a pags. 9-10 da 1.ª ed. e 17-18 da 2.ª ed.

([2]) No vol. 13.º do *Diccionario Bibliographico,* pag. 290, Brito Aranha manda emendar *Belindo* por *D. Belindor*.

palmente de D. Beliandro Imperador e com menor preferencia de D. Belindo. Dessa obra, que existia em Setubal, ha no Archivo Nacional uma copia, o que nos tornou possivel o seu exame. A de D. Leonor Coutinho é perdida, ao que parece.

Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem em manuscripto continuações da novella dos Palmeirins, attribuidas a Gomes Eannes de Zurara. Simulam ellas ser traduzidas do inglês, em que as teria composto Henrique Frusto. Ora, segundo o processo habitual nas novellas, o auctor assignado é sempre phantastico, e o traductor declarado é que é o auctor. Sobre a auctoria de Zurara duvidam os seus biographos principaes, que á materia se referiram, os srs. Edgar Prestage (1) e Esteves Pereira, (2) com o fundamento fallivel de que «o estylo e linguagem destas suppostas traducções são muito dissemelhantes dos das obras authenticas de Gomes Eannes de Zurara» (3). Não é necessario empregar esse argumento de impressionismo, porque a chronologia se encarrega de desmascarar a falsificação. O chronista morreu entre dezembro de 1473 e abril de 1474; não podia, portanto, continuar uma obra de cavallaria dum cyclo que se iniciou em 1511 com *Palmeirim de Oliva*. Auctor e traductor são declarados gratuitamente, o primeiro de pura phantasia, o segundo com a intenção de desnortear. As obras devem ser do fim do seculo XVI, ou do seculo XVII, mais provavelmente deste do que daquelle, quando mais se desenvolveu o gosto dessas continuações. Por isso as consideramos nesta obra.

---

(1) V. *The Chronicle of the discovery and conquest of Guinea. Written by Gomes Eannes de Zurara; now first done into english by Charles Raymond Beazley and Edgar Prestage*, London, 1896-1899, 2 v.

(2) V. *Chronica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I composta por Gomes Eannes de Zurara publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa segundo os manuscriptos n.os 368 e 355 do Archivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira*, Lisboa, 1916.

(3) Idem, pag. LXIX.

Essas continuações attribuidas a Zurara são três, a saber: *Chronica do invicto D. Duardos de Bertanha e Princepe de Inglaterra filho de Palmeiry, e da Princeza Polinarda, da qual se conta seus estremados feitos em armas, e purissimos amores, com outros de outros cavalleiros que en seu tempo concorrerão. Composta por Henrique Frusto Cronista yngres, e tresladado em Portugues por Gomes Eannes de Zurara que fes a Chronica del Rey Dom Afonço Henrriques de Portugal achada de novo entre os seus papeis.*

Deste texto ha três copias, 6828 (U-2-100), 619 (B-10-6) e 620 (B-10-7), das quaes a mais antiga é a segunda, sendo todas escriptas em letra do seculo XVIII, segundo o sr. Esteves Pereira, e do seculo XVII, segundo Xavier da Cunha e o nosso parecer desauctorizado. Nas três copias os titulos não são absolutamente iguaes, nem o texto conserva a mesma extensão.

Segue-se a *Seguda Parte da Chronica do Princepe Dom Duardos composta por Henrrique Frusto e tresladada por Gomes Enes Dazurara autores da Primeira Parte*, 6829 (U-2-101), em letra do seculo XVII, com a seguinte declaração importante para a fixação da sua antiguidade:

« Podesse encadernar esta segunda parte da chronica do Princepe Dom Duardos. Lx.ª em mesa 21 de outubro de 659. A. de Castro. Barretto. Miranda. »

Vem depois uma *Terceira Parte da Chronica do Princepe Dom Duardos composta por Henrrique Frusto e tresladada por Gomes Eanes dazurara Authores da 1.ª e 2.ª partes*, 6830, (U-2-102), que parece estar incompleta, visto que o enredo se não desfecha. Essa copia unica é de letra do seculo XVIII ainda segundo Xavier da Cunha e contra o parecer do sr. E. Pereira. Ainda de letra do seculo XVII, segunda metade, e do cyclo dos Palmeirins, se guardam na Bibliotheca Nacional os seguintes manuscriptos, sem auctor ou traductor declarado: *Chroniqua do Emperador Primalcão e outros Principes*, n.º 658 (B-10-45) e *Chronica do Principe Dom Duardos*, n.º 659 (B-10-46), ambos os quaes pertenceram a Antonio Lourenço

Caminha, escriptor pouco probo, cujo ex-libris ainda conservam; *Primeira Parte da vida de Premelião Emperador de Constantinopla, e de outros Principes da quelle tempo*, n.º 6483 (B-6-55) em letra do seculo XVIII, que pertenceu a Antonio Ribeiro dos Santos e que declara a data de 30 de junho de 1449, evidentemente falsa; *Chronica do emperador Beliandro*, n.º 6482 (T-5-61), anonymo tambem e em letra do seculo XVII. Com auctor declarado ha ainda o *Libro trecero. De la segunda parte de la selva de çavallerias famozas y chroniqua del famoso y emvensible Emperador Dom Guadarante de Grecia onde se cuentam los famozos echos de sus heroycos hijos y nietos con las grandes guerras que a su cauza uvo en el mundo com famozas aventuras y memorables maravillas de la simpar Prinçeza floribea y de otras invictas Damas y ensignes cavalleros y altos Primcipes.* O auctor declarado é Antonio de Brito da Fonseca, portugués, natural de Lisboa, que dedicou a sua obra a D. Jeronyma de Castro, mulher de Pedro Cesar de Eça, e a calligraphia é do seculo XVII.

A Tristão Gomes de Castro (?-1611) attribuiu Barbosa Machado a novella *Lesmundo da Grecia* (v. *Bibliotheca Lusitana*, vol. 3.º, pag. 764), mas não ha mais noticia dessa obra. E o mesmo auctor assignou a Alvaro da Silveira (?-1623) outro romance de cavallaria, de estranho titulo, *Dominiscaldo*, que desapparecido não proporciona a minima conjectura sobre a sua natureza.

Estes codices, cujos meritos litterarios são muito escassos, pois como imitações apenas repetem os defeitos do genero, enredada acção e monotona linguagem sem brilho, envolvem um problema importante para a historia da novellistica portuguesa, o de apurar se têm alguma ligação logica com as partes publicadas em Portugal depois de Moraes, ou se, sendo inteiramente autonomos, constituem uma derivação do cyclo. Inclinamo-nos a crer que elles são autonomos e testemunham o gosto dilecto, que no seculo XVII ainda reinava, destas cavallarias. Moraes seria assim o chefe da escola,

que acclimatára esse gosto ao paiz, como mais tarde Garrett e Eça haviam de fazer com outros generos, e outros auctores, declarados ou anonymos, seriam os seus discipulos e imitadores. Mas este pormenor só poderá ser derimido de modo cabal, depois dum cuidado confronto de textos e da construcção paciente da genealogia das personagens, trabalho que deverá fazer-se em monographia especial.

No grupo dos pastoralistas culmina Rodrigues Lobo com a sua trilogia de novellas: *Primavera,* de 1601; *Pastor Peregrino,* de 1608, e *Desenganado,* de 1614. Sobre esta obra produziu o sr. dr. Ricardo Jorge um estudo magistral, pela minucia segura das analyses, pela perspicacia dos juizos e pela finura do gosto que os orienta. Não seria facil tarefa accrescentar observações novas, tão exhaustivo foi o seu exame. Para esse estudo remettemos o leitor.

Nas suas novellas, Rodrigues Lobo conta os amores de Lereno, seus infortunios e seus desalentados errores desde que, indiscretamente penetrando num bosque mysterioso, ahi conhece a beldade que para sempre o fascina. Desterrando-se das margens do Liz para as do Mondego e para as do Tejo, Lereno vae convivendo e intromettendo-se em novos episodios amorosos, em que busca concertar e harmonizar com justiça e bondade até que, de todo desilludido, regressa á primitiva tranquillidade e quietação, entregando-se a meditar suas penas. A acção é de muito debil sequencia, a sua já muito tenue movimentação é a cada passo quebrada por episodios estranhos á principal urdidura, encontros, desvarios de amor, roubos, sequestros e raptos. Narrativas longuissimas ainda mais diluem a sequencia do fio e, como todas ou quasi todas as personagens trovam, as longas peças poeticas abundam. A tocar e a cantar rememoram suas maguas, as espairecem, confessam seus amores, conversam e meditam. O maravilhoso phantastico das metamorphoses, das aguas virtuosas, das hervas malfazejas, do bosque desconhecido, do convivio dos deuses com os homens como na

velha Hellade, e o das fadas, era ao mesmo tempo adorno litterario e expediente de composição. O ambiente pastoril, de genero, é muito escasso, retirando á obra muito de realismo, que só subsiste nas inspiradas descripções da natureza, rios e montanhas, que se pódem identificar. O sentimento do amor mais terno e da saudade devaneadora impregna a obra, fazendo de todas as personagens sonhadores que em formosos versos exprimem seus anhelos. A enlevada descripção da natureza e o amor são as caracteristicas essenciaes da obra, que assim dava vulto relevante ao que mal haviam esboçado Bernardim Ribeiro e Montemór, mas com exito sem par. A pastoral, que aquelles quinhentistas haviam iniciado, sobe á maior perfeição com Rodrigues Lobo, e a sua prosa attinge harmonias e suavidades desconhecidas, capacidades de descripção e expressão que mal se entreviam nos seus antecessores.

A parte poetica, pela delicadeza e algumas vezes pela agudeza do seu lyrismo, sobreleva á parte prosaica, tendo ainda o recurso da poderosa variedade dos metros: redondilhas, romances, tercetos, sonetos, canções, disticos, oitava-rima, décimas, odes, glosas e quintilhas, em que se condensam e brilham todas as acquisições e progressos da poesia quinhentista. Judiciosamente diz da novella de Rodrigues Lobo o sr. Ricardo Jorge: «E' ao mesmo par a *Primavera* o *ultimum moriens* da grande poesia e o *primum vivens* da grande prosa portuguesa». (Pag. 277).

Teve imitadores o glorioso poeta do Liz, mas que não repetiram as suas virtudes litterarias. O mais proximo foi Fernão Alvares do Oriente, auctor da *Lusitania Transformada,* de 1607, que, apesar de publicada nessa data, foi composta ainda no seculo XVI, pois o escriptor falleceu provavelmente em 1595. [1] Este facto e outro principal, o de

---

[1] Fernão Alvares do Oriente nasceu em Gôa, em 1540. Militou na India e, segundo alguns biographos, em Marrocos no tempo do rei

haver Fernão Álvares pertencido a uma das gerações litterarias attingidas por este livro, justificam a referencia que á sua novella neste lugar fazemos.

A *Lusitania Transformada* foi escripta no deliberado proposito de imitar a *Arcadia,* de Sannazaro, como seu auctor confessa de envolta com os disfarces da sua linguagem. E', portanto, um romance pastoral. Mas á data, em que Fernão Alvares compôs a sua obra, este genero tinha já soffrido transformações, bem podendo dizer-se que tinha já uma historia, motivo por que a *Lusitania Transformada* muito differe dos outros exemplos desse genero em nossa lingua. O objetivo da obra é: «...canta nesta sua Lusitania transformada glorias a Deos, e as leis tyrannicas do mundo, escrevendo pelas cortiças das arvores selvaticas, quanto nos floridos campos ouve cantar outros pastores, que por varios casos desenganando-se tambem ás injustiças do mundo, lhe voltarão as costas, fugindo seus enleios:...» [1] Este objectivo cumpre-o Fernão Alvares reconstituindo-nos um meio pastoril, não já com aquelle tentamen de espirito de realidade, que ainda animava a *Arcadia* ou a *Diana,* mas utilizando-se livremente dos elementos decorativos do maravilhoso, como nymphas, sereias, transformação dum pastor em estatua de pedra, etc.

A vida maritima, que na *Lusitania transformada* tambem

D. Sebastião. Em 1591, occupando o lugar de vèdor da fazenda em Ormuz, foi chamado ao reino por suspeito de desaffecto ao monarcha castelhano, Filippe II. Ignora-se a data da sua morte, mas presume-se que houvesse occorrido em 1595.—Para aqui deslocamos a menção deste auctor, que antes haviamos registado no 1.º vol. da *Litteratura Classica.*

[1] V. *Lusitania transformada. Nova edição, reimpressa e revista, com um indice da sua linguagem, por um socio da Academia Real das Sciencias.* Lisboa, 1781. Como o prefaciador no bosquejo biographico de Fernão Alvares do Oriente, repetidamente discordasse de Barbosa Machado, publicou o P.e Francisco José da Serra Xavier uma replica com o titulo de *Elisio e Serrano: Dialogo em que se defende e illustra a « Bibliotheca Lusitana » contra a prefação da « Lusitania transformada »,* Lisboa, 1782, 132 pags.

é parte episodica, já a havia introduzido Rodrigues Lobo no *Pastor Peregrino*, onde ha larga navegação para o Levante e um naufragio, mas na novella de Fernão Alvares ha mais realismo, mórmente na tempestade que descreve, para o que terão contribuido as suggestões da sua vida no Oriente, donde era. Os pastores personagens já não são tão argutos e subtis como na *Diana*, em que discorrem com verdadeiro espirito philosophico, mas são mais litteratos porque fallam por circumloquios, periphrases, hyperboles e metaphoras, extrahidas da linguagem épica, porêm sem o tom altisono da inspiração heroica, sem o seu relevo. Os dialogos decorrem quasi sempre em verso, que se interpõe ás partes em prosa, *prosas* assim mesmo chamadas; as partes poeticas intercalares são sonetos, canções e eclogas. Prolixidade no estylo, diffusão na estructura, carencia de movimento da acção, sem as bellezas da *Primavera,* só fazem salientar os defeitos do genero.

Seguiram-se as *Ribeiras do Mondego,* de Eloy de Sá Souto Maior, os *Campos Elysios*, do P.e João Nunes Freire, de 1624, e os *Desmaios de Maio em sombras do Mondego*, de Diogo Ferreira Figueirôa, de 1635, que não trouxeram movimento á evolução do genero.

Duas novellas allegoricas e um arremedo nos cumpre registar. Uma é a *Historia do Predestinado peregrino e seu irmão Precito, em a qual debaxo de huma misteriosa parabola se descreve o successo feliz, do que se ha de salvar, & a infeliz sorte, do que se ha de condenar,* Lisboa, 1682, pelo P.e Alexandre de Gusmão, que é necessario não confundir com o diplomata seu homonymo, do seculo immediato [1]; outra é o *Compendio*

[1] O P.e Alexandre de Gusmão nasceu em Lisboa em 1629. Aos dez annos acompanhou seu pae para o Brasil, onde professou na Companhia de Jesus, no anno de 1646. Exerceu varios cargos ecclesiasticos, entre elles o de preposito provincial, e fundou em Cachoeiras um seminario, de que foi reitor. Morreu em 1724. Alêm da novella, deixou outros escriptos moraes e religiosos.

narrativo do peregrino da America, em que se tratam varios discursos espirituaes e moraes com muitas advertencias e documentos contra os abusos que se acham introduzidos pela milicia diabolica no estado do Brasil, Lisboa, 1718, de Nuno Marques Pereira [1]. O que chamamos arremedo é a segunda parte do *Serão Politico*, de Fr. Lucas de Santa Catharina [2], 1704. O *Predestinado peregrino* conta a historia de dois irmãos: Predestinado, casado com Razão e pae de dois filhos, Bom desejo e Recta intenção; e Precito, casado com Propria Vontade e pae de dois filhos tambem, Mau desejo e Torcida intenção. Os primeiros, sendo educados na escola da verdade, só ao bem e ás virtudes christãs propendiam; os de Precito receberam os maus ensinamentos da mentira. Viviam as duas familias de irmãos numa cidade do Egypto, seguindo seus oppostos destinos, até que um dia deliberaram deixar este paiz para correr mundo, segundo os desejos e opiniões que da escola lhes traziam os filhos. A familia de Predestinado dirige-se á cidade santa, a Jerusalem; a de Precito á cidade do vicio, a Babylonia. O novellista diz, sempre allegoricamente, de como se apetrecharam para a viagem os de Peregrino: «Prepararão-se para o caminho, da sorte que costumão os peregrinos. Por habito vestirão o da graça, que chamão baptismal; aos hombros lançarão a esclavitina cortada da pelle do Cordeiro de Deos, que he Christo, a que chamarão Protecção Divina; na cabeça puzerão o chapeo, que deziam Memoria da salvação; na mão tomarão o bordão de peregrinos, a que chamão fortaleza de Deos, cortado de huma arvore, que só no Paraizo nace; calçarão as alparca-

---

[1] Nuno Marques Pereira nasceu em Cayru, na provincia da Bahia, no Brasil, foi presbytero e morreu em Lisboa em 1718. Mais não adiantam os biographos.

[2] Fr. Lucas de Santa Catharina, chronista da Ordem de S. Domingos e membro da Academia Real de Historia, nasceu em Lisboa, no anno de 1660, e morreu em 1740.

tas, das quais huma se dezia Constancia, outra Perseverancia; ao ombro lançarão o alforje cheo de bons propositos; na cinta hum cabacinho, que chamão coração cheo de hum vinho, que dizem conforto espiritual; na bolça meterão tres moedas, com que o mais se compra, que chamão bem obrar, bem pensar & bem fallar» (Pag. 6). Visitando os lugares santos, Predestinado fixa-se em Jerusalem, como cidadão perpetuo e filho de Deus, dignidades que alli lhe são conferidas. E Precito, chegando a Babylonia, é lançado pelos ministros de Belzebuth no profundo pelago de fogo e condemnado a eternos tormentos. Como as personagens centraes e os petrechos da viagem, tambem as figuras secundarias e os lugares são allegoricos, formando pela dupla interpretação — a que realmente têm e a que lhes attribue seu auctor — um verdadeiro jogo gongorico. Quem governa em Samaria é o Vicio; quem governa a cidade do Eden é Regalo, casado com Delicia, e tendo por mordomo o Bemmequero. E iguarias, manjares e plantas tudo é allegorico: fé, esperança, caridade, observancia, obediencia, conhecimento de si proprio, bom nome, bom exemplo e edificação, abstinencia, fortaleza e mansidão. Assim tambem a topographia: valle de lagrimas, valle da occasião, cidade da vaidade, palacio do desengano. A obra é gongorica na estructura para servir ao seu proposito de evangelização amena, mas é simples e correntia no estylo. A obra reimprimiu-se em 1685 e 1724, e publicou-se tambem em castelhano, no anno de 1696, Barcelona.

E' como processo de propaganda religiosa pela litteratura uma obra curiosa a de Gusmão, e procurando a sua filiação em algum modelo, o sr. Th. Braga opina que ella seja imitada da allegoria *Pilgrims Progress*, de Bunyan, (1628-1688) [1].

No *Serão Politico*, que Fr. Lucas de Santa Catharina

---

[1] V. *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1885, pag. 310. Versaremos este assumpto em estudo independente deste livro.

*

publicou em 1704, sob o cryptonimo de Felix da Castanheira Turacem, ha uma peça, *Poesia incuravel,* que quanto á composição poderia considerar-se como uma novella allegorica, mas que, quanto á sua indole, nada mais é do que uma obra de critica litteraria, de ficção só tendo a armatura. Roberto, o narrador que á sociedade mundana no segundo serão tem de apresentar à sua contribuição, perfigura um encontro com a Verdade, meio-nua — o escriptor christão attenuou a crueza do velho symbolo — com a qual disserta sobre a poesia contemporanea, seus generos e estylo. Como se vê, esse artificio de composição traduz o processo critico do auctor, que em nome da verdade, do bom senso, da verosimilhança e da sinceridade, analysa a poesia do seu tempo. Romances, retratos, decimas, sonetos, metro heroico, eclogas campezinas e piscatorias, letras, vilancicos e o pendor geral do cultismo, tudo passa através do severo crivo do seu exame. Não ha alli altas dissertações estheticas; basta o senso commum, a normalidade do criterio, de quem vê na poesia fonte de emoções sãs, ao abrigo da razão logica e da verdade dos sentimentos humanos, para apontar o artificial e constrangido do cultismo, que deliberadamente disfarçava a natureza em complicados verbalismos. Nos exemplos que adduz das imagens e descripções dos cultos, da sua paizagem anti-natural, dos seus fingimentos, ha claras allusões a poetas coevos, de quem toma passos que servem á sua demonstração. Mais duma vez o commentario jocoso tempera a obra e reforça o effeito.

Esta segunda parte do *Serão Politico* pertence verdadeiramente á historia da critica litteraria e é a primeira impugnação intelligente, viva e systematica do culteranismo. Pouco deixou que dizer, nesse capitulo, a Verney, que em 1744 combatia na carta VIII do seu *Verdadeiro Methodo de Estudar* um adversario já muito enfraquecido.

Passando ás novellas sentimentaes, ou seja áquellas em que os protagonistas principalmente por amor se determi-

nam, mas sem que essas obras tenham a armação e as personagens, os disfarces do pastoralismo ou das cavallarias, nem o caixilho duma allegoria, limitaremos o nosso exame aos *Infortunios Tragicos da Constante Florinda,* do licenciado Gaspar Pires Rebello ([1]), obra publicada em Lisboa, 1625-1665, e reeditada em 1684 e 1721 e aos ensaios de Fr. Lucas de Santa Catharina.

Das novellas pastoraes e das cavalheirescas, uma das caracteristicas é o deambulismo das suas personagens, porque o interesse e os attractivos desse genero consistiam principalmente no movimento exterior, no variar do espaço. A vida interior não entrára ainda no quadro dos themas litterarios. Era materia esthetica por excellencia para a poesia lyrica, mas á novella não se pedia mais que aventuras, imprevistas peripecias, peregrinações accidentadas através do mundo. Assim nascêra o genero, e tal processo era uma acquisição de technica que havia que aproveitar e não engeitar perdulariamente. Seria incorrer no desagrado da moda e em censura de atrazado. Não vemos que o mesmo succede agora? Os proprios novellistas, adversarios do realismo, não ousam fazer tabua raza da technica do realismo, porque dos seus canones alguns são peculiares da escola, outros são innegaveis progressos de estructura. A obra de Pires Rebello, *Infortunios tragicos da constante Florinda*, é uma novella de amor, na estructura cavalheiresca. Florinda e Arnaldo, jovens de Saragoça, tomam-se de amores vehementes, mas uma noite, após um enternecido colloquio, um rival, D. Luiz, ataca com uns sicarios a Arnaldo e o deixa por morto. Florinda, em desespero, enverga trajes masculinos, adopta o

---

([1]) O P.e Gaspar Pires Rebello pertenceu á Ordem de Sant'Iago da Espada e foi prior de Castro Verde. Nasceu em Aljustrel, em data desconhecida como a da sua morte.

Rebello publicou ainda uma collecção de seis *Novellas exemplares,* 1670, que se reimprimiram em 1684, 1700, 1712 e 1761, e nas quaes pratica os mesmos processos.

nome de Leandro e lança-se á ventura mundo fóra, correndo riscos e reparando aggravos, o primeiro dos quaes é vingar a morte do amado com a morte de D. Lúiz, através de castellos e côrtes, em luctas e peripecias, por montes e eremiterios, recebendo confidencias namoradas e captivando corações, por errores que alcançam até Bolonha e Napoles. Na côrte de Napoles, entrando ao serviço da princesa Bolmunda como pagem, esta se namora delle e como não consiga satisfazer seus maus desejos, quer fazê-lo passar por traidor, e accusa-o a seu marido, o principe Aquilante. Mas quando este, irado, quer fazer justiça, Leandro, rasgando os vestidos, revela que é mulher. Bolmunda é morta e Florinda, já de novo com opulentos vestidos femininos e a sua belleza realçada, inspirou violenta paixão ao principe. Para que não possa ser delle desposada, o rei a encerra numa torre, com guardas á vista. Mas ella, conseguindo fugir, encontra-se com Arnaldo, que oito annos havia, sendo salvo das feridas que lhe fizera o seu rival, a buscava pelo mundo. Assim, sendo fiel á sua promessa, realizou o constante fito dos seus amores — é a moralidade da obra. A sua linguagem consegue alliar a simplicidade á sobrecarga de atavios gongoricos, sobretudo em circumloquios que pretendem evitar a vulgaridade e em expressões de exaggerada intensidade na descripção de sentimentos e affectos.

No seu *Serão Politico*, Fr. Lucas de Santa Catharina engastou duas narrativas sentimentaes, na 1.ª e 3.ª partes. Em duas quintas vizinhas de Villa Franca viviam Feliciano com sua familia e Roberto que amava uma irmã Isabel do primeiro. Levado pelos impulsos do coração, concorre aos serões da casa do primeiro. Uma noite, discorrendo-se sobre o mau gosto e moral inconveniencia do carnaval, deliberam entreter as tres noites de domingo gordo, segunda e terça feira gordas em saraus litterarios, cujo numero principal será uma narrativa. Logo assentam que na primeira conte Feliciano uma novella em prosa; na segunda Roberto outra

em prosa e verso; e na terceira Felix, parente de casa de Feliciano, outra em verso. A materia da segunda noite, *Poesia incuravel*, já a referimos como peça allegorica. Os planos e as exigencias do methodo obrigam ás vezes a quebrar a unidade das obras. As novellas da 1.ª e 3.ª partes são os *Irmãos Penitentes* e a narrativa é de Basilio, recolhido inopinadamente dum motim, que ás portas de Roberto se levanta. A acção destas novellas é enredada quanto possivel num complicado tecido de longas exposições auto-biographicas, que se envolvem umas nas outras, segundo aquella technica sobrecarregada que já no seculo XVI apontámos em Bernardim Ribeiro. Narrativa pelo auctor ou pela personagem central é o processo predominante.

O andamento do estylo é rapido e sem capacidade de expressão, proporcionado á desenvoltura da acção. E' porém muito para registar a circumstancia de muito sacrificar ao estylo culto um auctor, como Fr. Lucas de Santa Catharina, que fez tão cerrada impugnação desse cultismo nesta mesma obra. As fórmas parallelisticas, o abuso dos nomes predicativos e dos appostos ou continuados em sentido adverbial, dão ao seu estylo grande condensação de effeitos e certo laconismo, mas tornam-no rebuscado e monotono. Este auctor é assim praticamente um dos mais typicos representantes do culteranismo e theoricamente um dos seus vehementes inimigos. E' que a razão critica pode emancipar-se dos prejuizos do seu tempo, mas sem que a imaginação creadora a acompanhe, rompendo novos trilhos. Senso critico, tinha-o Fr. Lucas de Santa Catharina, mas faltava-lhe capacidade de innovar. Uma vez mais se confirma que o critico, para prestigiar os seus laudos, deve renunciar á arte.

A Antonio José da Silva, [1] já amplamente versado nesta

---

[1] Estas paginas sobre as *Obras do Diabinho da mão furada* foram antes publicadas no *Jornal*, do Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1921, sob o titulo *Antonio José — novellista*.

obra como comediographo, se attribue um pequeno escripto que obriga a referir o seu nome neste capitulo: *Obras do Diabinho da mão furada para espelho dos seus enganos e desengano de seus arbitrios. Palestra moral e profana, d'onde o curioso apprenda para a Doutrina dictames, e para o Passatempo recreios.* Da obra existem dois manuscriptos, um na Bibliotheca Nacional de Lisboa, [1] outro na da Academia das Sciencias. O primeiro só por tradição se attribue á auctoria de Antonio José, o segundo é, pelo contrario, claramente attribuido na catalogação a Pedro José da Fonseca. Mas esta attribuição pode ser devida a equivoco e a impericia do catalogador, porque o manuscripto entrou na posse da Academia com outros manuscriptos, que haviam pertencido a Pedro José da Fonseca, o austero linguista, que o vendeu á corporação, de que foi prestantissimo socio. Innocencio publicou a lista desses manuscriptos de Fonseca, redigida pelo proprio punho do vendedor [2]. A copia, que existe na Bibliotheca Nacional, deve ter a mesma proveniencia, porque Francisco Coelho de Figueiredo, irmão do comediographo Manuel de Figueiredo, offereceu áquelle estabelecimento manuscriptos tambem de Fonseca, por morte deste. Sendo a tradição insufficiente para se tornar em certeza, mais insufficiente seria qualquer nova attribuição que gratuitamente se fizesse. Que Fonseca, diccionarista, homem de tão grave engenho que a estudos philologicos, humanisticos e moralistas todo se deu, fosse o auctor de obra tão ligeira e graciosa, não é muito crivel. Muitos dos seus manuscriptos, sendo de seu punho, não eram de sua redacção. O manuscripto estava ordenado para a impressão, com as partes preliminares e accessorias, incluindo

---

[1] E' o ms. n.º 3097, que está incorporado num codice, que começa por uma obra de Silva. O sub-titulo é differente do do ms. da Academia das Sciencias: *Palestra moral e profana donde o curiozo aprenda para o divertimento distante e para o passatempo.*

[2] Innocencio, *Diccionario Bibliographico,* vol. 6.º, pags. 423-424.

a final protestação da fé, que no tempo de Fonseca já cahira em desuso. Não chegou a correr a peregrinação das licenças.

Em 1860-1861, o escriptor e diplomata brasileiro Manuel de Araujo Porto Alegre, publicou as *Obras do Diabinho da mão furada*, perfilhando a tradição, na *Revista Brasileira*, vol. 3.º, pags. 467-505 e vol. 4.º, pags. 255-309, e o sr. João Ribeiro reproduziu três capitulos della ou *folhetos*, como lhes chama, na sua edição popular do *Theatro de Antonio José*, Paris-Rio de Janeiro, 1910, 2.º vol. pags. 303-374. Sacramento Blacke perfilhou igualmente a tradição, a pags. 229 do 1.º vol. do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio, 1883. Em Portugal é totalmente inédita.

As *Obras do Diabinho da mão furada* são uma novella em que se narram as aventuras dum pobre soldado, da milicia de Flandres, no tempo de Filippe II, que abandonando as incertezas da guerra, se dirigia a Lisboa, «patria commum de estrangeiros, madrasta de naturaes e protectora de aventurosos». No termo de Evora, depara-se-lhe o diabinho da mão furada ou das mãos rotas, assim chamado por ser grande dispensador de favores e beneficios sobre seus adeptos. Após um espirituoso dialogo, o diabinho constitue-se espontaneamente em seu amigo e protector, e juntos seguem viagem, o diabolico guia forcejando por tentar com enganosas delicias o pobre soldado, este se defendendo com firmeza. O segundo capitulo — ou *folego* — é preenchido por uma visão do inferno, que em sonhos tem André Peralta, — é o nome do soldado. Como num cosmorama dantesco ou na abalada das almas para o Averno, na perfiguração das *Barcas* vicentinas, o attribulado soldado vê passar reis, juizes, advogados, onzeneiros, alcouvetas, quantos no mundo se corromperam, exerceram prepotencias e a vara da justiça entortaram. No terceiro *folego*, o prevenido soldado defende-se da tentação da carne, quando uma «illustre fregona», Angela Pedrosa, o assedia com suas offertas. Até Aldegallega aventuras arriscadas corre o soldado na companhia do seu infernal

guia, que em toda a parte mysteriosamente cava a cizania, endiabrando os pacificos ou cruelmente punindo os muito maus, porque excedendo as suas possibilidades retiravam a Lucifer a sua jurisdicção. Na obrinha, inclue-se mesmo um gracioso hymno, dum comico triste e ironico —, em que se louva Lucifer e se lhe supplica que não deixe que os homens, arrebatando-lhe o seu poder, venham a realizar o inferno no mundo:

> Acuda vossa Diabrura,
> Poderoso Lucifer,
> Que se levanta o mundo
> Com a jurdicção que tem.
> Todos nelle são Diabos
> Tão exorbitantes que
> Podemos nós outros delles
> Diabruras apprender.
> O odio que aos homens temos
> Entranhavel e cruel
> Iguala, se não o excede,
> O que uns aos outros têm.

E para que, á vista dos homens, os diabos se não volvessem em «anjos agora outra vez», se pede a interferencia de Lucifer.

Ha na obra duas allegorias, que são importantes episodios della, e salientam o proposito moralista; a visão dum palacio encantado, onde em aposentos da mais luxuosa e fascinante attracção exerciam seu poder os sete peccados mortaes e se lhes humilhavam as sete virtudes theologaes; e a do palacio da Cubiça, onde reinam e triumpham a Mentira, a Soberba e a Ignorancia, e vive enclausurada em plena nudez e descredito de seu poder a Verdade. André Peralta, segundo o regimen infernal, não deveria sahir mais desse palacio, como todos que transpunham os portaes, cujo primeiro guarda era o Engano, mas disputando para sahir, o proprio Diabinho da mão furada o auxilia a infringir a von-

tade da soberana moradora, porque, segundo suas funcções, «seu officio era só tentar, e persuadir aos vicios; mas que não podia forçar o livre alvedrio para elles; que o soberano Autor da natureza o não permittia, e que assim não podia Lucifer por isso castigal-o, porque fazia rectamente justiça a seus direitos vassallos». Esta clara noção das attribuições das divindades infernaes e escrupuloso respeito dellas lembra o discreto acatamento da distribuição de serviços dos asseclas de Morpheu, allegada por argumento no seculo XVII por um impugnador do sonho de D. Manuel, nos *Lusiadas* (¹), e significa, na mente do auctor, rigorosa orthodoxia religiosa, — já veremos em que nos é util este dado. Encommendando-se a Deus e seguindo os conselhos e avisos dum religioso franciscano, Peralta consegue em Aldegallega, ao embarcar para Lisboa, libertar-se do seu diabolico amigo, que, vendo-lhe umas sagradas reliquias, opta pela perseguição dum falso mendigo. No convento de S. Francisco de Xabregas tomou Peralta o habito, «com grande edificação, gosto e alegria». E assim fenece a obrinha.

Verosimilmente a obra é do seculo XVIII, senão ainda do precedente como pode fazer crer o vocabulario; é-o a letra do manuscripto; e deve sê-lo a protestação da fé, que poderia ser forjada depois tambem; pela influencia hespanhola que revela, já inteiramente obliterada no tempo de Fonseca, quando reinava o francezismo arcadico (varias obras francesas figuram entre os manuscriptos enumerados no já referido catalogo); e ainda pela allusão aos poetas cultos, que seria já descabida na segunda metade do seculo: «Pois has-de saber (respondeu o Diabinho) que se os versos te não contentárão, que foram muito louvados de Vergilio, Homero, Ovidio, Lucano, Claudiano e outros;

(¹) V. appendice I da *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, 2.ª ed., 1917.

só alguns Poetas cultos (que nem elles se entendem a si mesmos, nem nós a elles) os censurárão de inintelligiveis, e em pena d'isso lhes mandou o Senhor Lucifer dar com elle nos focinhos». Mas o comico de Silva era predominantemente burlesco, lembremo-nos da *Vida de D. Quixote*, e, pelo contrario, a mais escabrosa scena da novella, a tentação do soldado pela moça Pedrosa, é tratada com delicadeza e decencia de termos. Receamos tambem que haja incongruencia entre a heterodoxia do justiçado pela Inquisição e a pura orthodoxia deste escripto. Na *Advertencia ao leitor* ha um passo de caloroso louvor á Igreja Catholica, que suggere a hypothese de não ser verosimil que o escriptor, no processo, não o adduzisse, bem como toda a novella, em abono da sua fé catholica. Tambem nos occorre que esta advertencia, especie de conclusão ou moralidade, tão recheada de erudição quinhentista, seja um additamento posterior de quem preparou a obra para a imprensa.

Se é de Antonio José da Silva, a novella demonstra que para a narrativa sequente e desataviada, curiosa de aventuras, dirigida a propositos moraes, confessados no aviso *A quem ler*, e versando mutações caprichosas da fortuna, não tinha o escriptor menos propensão que para o theatro. Menos subordinado ás exigencias hilariantes do publico, agora o escriptor abandonou os brincos serodios do culteranismo, fiando o effeito comico da materia e não da forma. Mas a obra é antes tristemente ironica do que comica. Se houvesse circulado no segundo quartel do seculo XVIII, teria sido um feliz ensaio da novella moderna em Portugal. Cavallarias, pastoralismos, digressões geographicas, tediosas moralidades enchiam o mundo do romance português nesse seculo. Os quinhentistas haviam sido verdadeiramente creadores no genero, noutro lugar o affirmamos, mas os novelladores hespanhoes impelliram-no para novo trilho, sem a ficção medieva nem a mythica phantasia ou o disfarce bucolico do Renascimento, só da realidade ambiente se

inspirando. A historia do *Diabinho da mão furada* filia-se nessa opulenta corrente castelhana, que parte das *Novelas Ejemplares*. E o que, a par de realidade, tem de phantastico e allegorico, explica-se pela differença de temperamentos litterarios dos dois povos peninsulares, como o regresso ao maravilhoso, em cuja eliminação justamente o sr. Menéndez Pidal faz consistir um dos caracteres primordiaes da litteratura castelhana [1].

---

[1] V. *Algunos caracteres primordiales de la literatura española*, no vol. xx do *Bulletin Hispanique*, Bordeus, 1918, pags. 205-232.

CAPITULO VIII

GENEROS VARIOS

I — EPISTOLOGRAPHIA

Bom será não confundir a epistola, genero poetico e de intenção critica, com a carta, peça de correspondencia commum, em prosa e de ampla liberdade de composição. Antonio Luiz de Azevedo, organizador da edição das *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Mello, affirmou na dedicatoria á Academia dos Generosos que era aquelle o primeiro volume de cartas que em lingua portuguesa se publicava: «... o unico livro de cartas que se publicou em nosso idioma, o qual porque nunca seja despojado deste privilegio, tambem será o ultimo, porque depois deste tambem pouco lugar fica á confiança para que se esperem outros». Mas este exercicio litterario foi cultivado por outros escriptores, alêm de D. Francisco; elle era até uma consequencia da sociabilidade e da cultura, estimulada pelos progressos das communicações postaes [1]. Justamente nessa epocha os salões de Paris honraram a correspondencia epistolar com fóros de genero litterario, cuja theoria Richelet (1631-1698) chegou a fixar no fim do seculo XVII em codigo [2].

Em Portugal succedia o contrario; antes que a publico

---

[1] V. Sr. Ernesto Madeira Pinto, *O Correio: Origem e Progresso das Instituições Postaes em Portugal*, Lisboa, 1882.

[2] V. *Connaissance des genres français,* 1694, e *Les plus belles lettres des meilleurs auteurs français*, 1698.

viessem os primeiros monumentos da epistolographia litteraria, apparecia a sua theoria. Condensou-a e expô-la Rodrigues Lobo na sua *Côrte na Aldeia*, de 1619, nos seus primeiros dialogos, com certa independencia na interpretação dos rhetoricos de que se inspirava, Cicero e Quintiliano principalmente. O poeta perfilhava a definição de Cicero, que considerava a carta missiva ou mandadeira como «uma mensageira fiel, que interpreta o nosso animo aos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos, que elles saibam de nossas cousas, ou das que a elles lhes revelam». Igualmente adoptava a classificação do auctor latino em tres especies: *cartas de negocio ou familiares e de cousas que tocam á vida, fazenda e estado de cada um; cartas de cumprimentos e galantarias; cartas de assumptos graves.* A primeira especie sub-dividia-se em *cartas domesticas*, *civis* e *mercantis;* a segunda em *cartas de novas, de recommendação, agradecimentos, queixumes, desculpa e graça;* a terceira em *cartas reaes, publicas, invectivas, consolatórias, laudativas, persuasorias* e outras. Depois preceituavam-se dictames logicos sobre a brevidade, a clareza e a propriedade do estylo, sobre os epithetos e enfeites e mais partes do estylo, tendendo sempre á verosimilhança, á simplicidade e uniformidade. Hoje, não deixamos de sorrir de tão exigentes normas, mas pondo-nos no ponto de vista dos leitores de Rodrigues Lobo, reconheceremos que muito de elegancia e preoccupação esthetica havia nesse conjuncto de regras que visava a tornar em peça d'arte tão simples instrumento de communicação util.

De poucos auctores se compõe a nossa galeria de epistolographos, apenas D. Francisco Manuel de Mello, Marianna Alcoforado, Fr. Antonio das Chagas, P.^e Antonio Vieira e Francisco Xavier de Oliveira. Mas não seria facil apontar em outra litteratura, que não a francesa, um grupo tão pequeno, mas tão variado de temperamentos litterarios com tanto brilho artistico e tanto interesse moral representados na carta modesta.

D. FRANCISCO MANUEL

Foi D. Francisco Manuel de Mello quem entre nós ergueu a fóros de genero litterario as cartas familiares. Antes delle, possuimos abundante producção de epistolas poeticas, que elle tambem cultivou, e esporadicamente algumas cartas em prosa, de negocios publicos, graves no assumpto e na forma, como as de D. Jeronymo Osorio, bispo de Silves [1], ou as de Lopo de Almeida a D. Affonso V [2]. Se as primeiras são, pelo carinho da forma e pela elegancia dos conceitos, verdadeiros e intencionaes documentos litterarios, as ultimas só como arte litteraria casual devem ser tidas, pois a sua linguagem é chã, irregular e monotona na construcção, e o seu fundo é meramente descriptivo; o pittoresco dessas descripções, o curioso das noticias historicas que ministram, e o tom de franca ingenuidade que as domina é que fizeram conservá-las na memoria da litteratura.

D. Francisco Manuel fez da carta um genero, familiar no estylo, especie de conversa escripta, que da conversa fallada tinha a variedade e a simplicidade, o tom ora amistoso ora cerimonioso, instrumento das relações sociaes para cultivar amizades, para illudir a solidão e, para elle, tambem a melancholia do carcere. Foi duma fecundidade surprehendente. As suas cartas foram pela primeira vez publicadas em Roma, 1664, sob o titulo *Primeira Parte das Cartas Familiares de D. Francisco Manuel escritas a varias pessoas sobre assuntos di-*

---

(1) V. *Historia da Litteratura Classica* (1502-1580).

(2) Foram publicadas por D. Antonio Caetano de Sousa no vol. 1.º das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, Lisboa, 1739, que declarou havê-las extrahido do *Nobiliario* de Luiz Lobo. Reproduzimo-las no vol. 8.º, n.º 32 da *Revista de Historia*, Lisboa, 1919.

versos. Apesar da expressa declaração do titulo, nunca se publicou qualquer segunda parte; apenas em 1752 se fez nova edição, e em 1911, por diligencias do sr. Edgar Prestage, se publicaram mais sessenta e uma [1]. As cartas publicadas em 1664, muito erradas por terem sido impressas numa typographia estrangeira, foram colleccionadas por Antonio Luiz de Azevedo, que fez tambem a apresentação dellas ao leitor. Por desejos de D. Francisco Manuel, que julgava torná-las assim mais attrahentes pela variedade, não foram ordenadas chronologicamente. Estão grupadas em cinco centurias: são portanto quinhentas cartas e escriptas entre 1634 e 1660, datas respectivas da carta mais antiga e da mais moderna da collecção. Como naturalmente D. Francisco fez uma escolha e uma revisão, é para notar a sua fecundidade, que se confirma ainda alêm da espectativa com a seguinte declaração do auctor: «As cartas serias e de negocios de Estado, em que podia descobrir-se algũa se não agradavel util especulação, não podem comunicar-se, nem o permitira o lugar, ainda que a materia o concedesse; mas se o agazalho destas he qual deve esperar-se de vossa beninidade, brevemente poderão offerecerse a vosso juizo, em outras tantas centurias, outras tantas ocasioens de vos mostrardes sabios com a minha ignorancia. Suprirá a riqueza do numero a desvalia da calidade. Não vos maravilhe a promessa, sendo facil de cumprir, despoes de haver ajustado que só nos primeiros seis anos da minha prisão, escrevi vinte e duas mil e seiscentas cartas. E que será hoje sendo doze os de prezo, seis os de desterrado e muitos os de desditoso»? Sendo assim, teria D. Francisco escripto durante os alludidos seis annos de captiveiro, diariamente, uma media de dez ou onze cartas, fecundidade devida tanto á facili-

---

(1) V. *Cartas de D. Francisco Manuel de Mello escriptas a Antonio Luiz de Azevedo,* no tomo XII, 2.ª parte, nova serie das *Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa,* classe de letras, Lisboa, 1911.

dade do seu talento litterario como á funcção que elle attribuia á correspondencia: illudir a falta de convivio e a solidão, conversar de longe com amigos e parentes.

Só uma pequena minoria das suas cartas é em castelhano, porque eram principalmente portugueses os destinatarios dellas. Pezames e parabens, cumprimentos, boas-festas, apresentações e recommendações, offertas de livros, cuidados por amigos doentes, negocios e litteratura, o seu longo processo, os seus soffrimentos formam o fundo dessa vasta correspondencia, de que, como confessa, D. Francisco propositadamente arredou a parte grave. Lá figuram as cartas, em que impetrou a intercessão de Anna de Austria em seu favor; lá figuram cartas a alguns escriptores da epocha; a ministros poderosos; a paes que perdiam filhos ou com dôr os viam recolher-se a mosteiros. Uma grande subtileza no dizer torna as cartas conceituosas e galantes, ainda as mais breves e mais ligeiras de assumpto, pequenas ephemerides familiares, que a amizade de D. Francisco do seu recolhimento desoccupado espreitava e registava; mas essa requintada maneira de dizer e o dom raro de especiosamente ver motivo de digressão e de jogo de destreza raciocinante, de saber encontrar as mais apropriadas imagens a mundos muito diversos, o moral e o natural, as sciencias e a historia, incorre repetidas vezes no risco de as remontar a enredadas e excessivas imagens ou de rebaixar a vão gongorismo de forma, sahindo do perdoavel e ás vezes até louvavel culteranismo de pensamento. Esse senão fez justamente as delicias do censor, Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo: «Poem em campo armado de ponto em branco, no branco do papel, avisos, sentenças, piques, galantarias, rifãos, allusoens, remoques, annexins, desdens, comprimentos, contos, queixas, petiçoens, satisfaçoens, graças, tudo disposto e travado de maneira que parece exercito formado.» Engana-se quem nesta collecção epistolar julgar encontrar um fundo noticioso sobre a epocha, — seus grandes acontecimentos e

suas grandes figuras, o conjuncto de idéas de D. Francisco sobre a vasta massa de themas que á sua meditação de captivo se offereceu; não, as *Cartas Familiares* são renovadoras do estylo, ou mesmo creadoras do estylo gracioso pelos imprevistos effeitos de galantaria que ostentam, pelo uso largo da metaphora como processo de raciocinio — quantas vezes em lampejos de intuição admiravel! —, são a expansão da melancholia tranquilla e longa do pobre martyr, revelam como todas as suas obras um conhecimento solido e desilludido do mundo e dos homens, que aqui elegantemente se vela com cumprimentos, porque não escrevia para o publico anonymo e impessoal, mas para destinatarios a quem queria agradar. Tambem não revelam sobre a personalidade de D. Francisco informações, que as outras suas obras e o conjuncto da sua vida não proporcionem. Podem ter, alêm da sua valia litteraria, interesse biographico, e teem-no, mas não teem interesse psychologico. Escriptas para um publico de amigos, como sempre na vida de sociedade, revistas para a publicidade, colleccionadas dia a dia por Azevedo, não têm o valor de documento moral das peças redigidas longe de toda a preoccupação desse publico, cuja presença no espirito dos auctores logo torna suas obras de pessoaes em communs, um pouco obra delle tambem. Como já se disse das autobiographias, que mesmo mentirosas fallam verdade, assim as *Cartas Familiares* elucidam, porque confirmam os processos mentaes, os gostos e o estylo que o conjuncto das outras obras revelam: confirmam, sem muito adeantar.

Na carta 1.ª da quarta centuria, dá o escriptor um plano de organização duma *Bibliotheca Lusitana*, o qual junto com o dum *Parnaso Poetico Português*, que tambem delineou, dá ás cartas algum interesse para a historia da critica seiscentista.

As cartas, publicadas em 1911, das quaes já nove haviam sido incluidas na edição de 1664, mostram pela comparação dessas communs como D. Francisco Manuel revia o

seu estylo, produzindo para a publicação um texto differente daquelle que fôra remettido aos destinatarios, e porque são anteriores á revisão e talvez por serem todas endereçadas a um mesmo amigo intimo e todas de assumptos seus pessoaes, são verdadeiramente mais *familiares* que as que assim o auctor intitulára.

MARIANNA ALCOFORADO (1)

Das cartas de amor de Marianna Alcoforado, freira do Convento da Concóição de Beja, perdeu-se o original português, apenas se conhecendo dellas a versão francesa, pela primeira vez publicada em Paris, em 1669, e as traducções para outras linguas, feitas sobre essa primeira traducção. São cinco essas cartas, em França muito conhecidas por *Les Lettres Portugaises*, e foram dirigidas a Noël-Bouton de Chamilly, conde de Saint-Léger e marechal de França, no periodo em que, como simples official, tomara parte na guerra da Restauração, nas tropas de auxilio. O destinatario occultou, ao facultar a traducção e a publicação, o seu nome e o do traductor, conservando todavia o da freira: Marianna. Mas logo, em 1678, se divulgaram esses nomes pelas novas edições. Apparecendo inesperadamente num meio litterario, dominado pelo preciosismo formal, mas que nunca perdera um fino senso estético e um agudo instincto psychologico, essas cartas lograram um exito immenso porque, se desagradavam pelo descuido da forma, ajustavam-se plenamente ao gosto da epocha, por offerecerem uma flagrante analyse dum

---

(1) As paginas referentes a Soror Marianna Alcoforado foram antes publicadas no *Instituto*, de Coimbra, vol. 67.°, 1920, pags. 199-208, com separata de 50 exemplares; lidas em Conferencia publica do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro; e reproduzidas no ***Jornal do Commercio***, da mesma cidade.

estado de paixão amorosa. Se nessa sociedade cultissima, a sensibilidade se comedira e até artificializara, nunca fôra maior, no espirito francês, o dom de perceber a vida moral, nunca mais absorvente fôra a curiosidade pela alma humana, que deu a essa litteratura uma intensidade psychologica inexcedivel, a de Molière, La Fontaine, Saint-Simon, La Bruyère, La Rochefoucauld. Fizeram-se numerosas reedições e algumas traducções, e até imitações e imaginadas respostas do destinatario — as quaes Luciano Cordeiro engenhosa e verosimilmente explica como sendo uma tentativa de rehabilitação delle, Chamilly, que sendo muito conhecido na côrte e tendo ambições, poderia ter suscitado antipathias pelo seu condemnavel desdem pela apaixonada freira.

Essas cinco cartas, as unicas que figuram na edição Barbin, de 1669, foram sempre tidas pelos contemporaneos do editor e do destinatario, como authenticas, isto é, como reaes traducções de textos originaes duma freira portuguesa. Esses testemunhos coevos, a contextura psychica das cartas e a própria linguagem, onde a critica francesa reconhece vestigios evidentes duma construcção grammatical estrangeira, fizeram sempre passar em julgado a questão da authenticidade, da qual só duvidaram entre os franceses Rousseau [1], com o fundamento deductivo da inferioridade mental das mulheres, e um memorialista da familia Chamilly, E. Beauvois, que quiz absolver Noël-Bouton dessa mácula de seducção e abandono duma freira [2], e entre nós Hercu-

---

(1) L. Cordeiro, *Sóror Marianna,* Lisboa, 1891, 2.ª ed., pag. 38-41.

(2) V. *La Jeunesse du maréchal de Chamilly,* Beaune, 1885.

Com não pequena surpresa lemos no n.º 5, de 1 de março, da *Revue Critique,* Paris, 1918, a seguinte consulta:

« — 674. — CHAMILLY, Noël-Bouton de Chamilly est-il le destinataire et l'éditeur des *Lettres portugaises?*

« — Ni l'un ni l'autre. Les *Lettres portugaises* sont l'œuvre d'un bel esprit, une spéculation de librairie, une supercherie manifeste, et dans l'édition originale donnée en 1669 — l'année où Chamilly revînt de Por-

lano ([1]) e Camillo ([2]), estes sem grandemente fundamentarem a sua duvida. O problema entrou em nova phase, quando em 1810, no *Journal de l'Empire*, de 5 de janeiro, appareceu a seguinte local, assignada sómente por um omega, mas que L. Cordeiro, não sabemos com que fundamento, attribuiu ao lusophilo Boissonade, traductor do *Hyssope*, de Antonio Diniz: «La première édition des Lettres Portugaises est de 1669, comme le dit M. Brunet. Mais il indique deux volumes; elle n'en a qu'un. Tout le monde sait aujourd'hui que ces lettres, remplies de naturel et de passion, furent écrites à M. de Chamilly par une religieuse portugaise et que la traduction est de Guilleragues ou de Subligny. Mais les bibliographes n'ont pas encore découvert le nom de la religieuse. Je puis le leur apprendre. Sur mon exemplaire de l'édition de 1669, il y a cette note d'une édition qui m'est inconnue: — «La religieuse qui a écrit ces lettres se nommait Mariane Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estramadure et l'Andalousie. Le cavalier à qui ces lettres furent écrites était le comte de Chamilly, dit alors le comte de Saint-Léger». — Récemment une édition prématurée nous a révélé les faiblesses d'une femme que beaucoup d'entre nous ont pu voir,

---

tugal — par un anonyme, on déclare ne savoir ni le nom du destinataire ni le nom du traducteur. C'est en 1678 que les *Lettres* publiées à Cologne, chez Marteau, portent se sous-titre «écrites au chevalier de C..., officier français» — O redactor desta resposta desconhece por completo o assumpto sobre que tão decididamente consultou. E' um caso de desconhecimento, não uma corrente de opinião que se affirma. Melhor informado estava em 1889 Maurice Paléologue, que na *Revue des deux Mondes*, de 15 de outubro, pag. 914-928, no artigo *Les Lettres d'amour de la Religieuse Portugaise*, duvidava da attribuição dos amores a Marianna e a Chamilly, mas acatava a authenticidade das cartas. O artigo perfilha as conclusões de Beauvois, mas não regista ainda o livro de L. Cordeiro.

([1]) A dúvida de Herculano foi transmittida por Lopes de Mendonça, no artigo da *Semana*, vol. II, Lisboa, 1852.

([2]) *Curso de Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1876, 2.º vol., pag. 129.

connaître, estimer. Personne n'a blâmé plus que moi cet oubli de toutes les convenances. Mais 140 ans écoulés depuis que les Lettres Portugaises furent écrites rendent mon indiscrétion fort excusable. Une si vieille histoire n'offre plus d'aliment à la médisance et à la malignité» ([1]).

Desde então estava claramente indicado o sentido das investigações. Só depois dessa elucidativa noticia que transcrevemos, appareceram as restituições portuguesas, tentativas por encontrar um texto approximado do que sahiu da penna da freira: de Filinto Elysio, em 1819, que acceitou as sete cartas apocryphas e as respostas igualmente apocryphas; a do Morgado de Matheus, de 1824; a de Lopes de Mendonça, incompleta, em 1852; a de Domingos José Ennes, em 1872; a de Pinheiro Chagas, incompleta, em 1874; a de Luciano Cordeiro, em 1888 e 1894; e a de Manuel Ribeiro, em 1913.

O caminho suggerido pelo referido anonymo, em 1810, á erudição portuguesa, só veiu a ser proficuamente trilhado por Luciano Cordeiro, quando por proxima suggestão da monographia de E. Beauvois, compoz o seu celebrado livro *Soror Marianna*, que elucidou consideravelmente a questão biographica e definitivamente, em nosso parecer, derimiu o problema da authenticidade ([2]). A elle se deve quanto de

---

(1) Devemos a cópia d'esta local á amabilidade do sr. prof. G. Le Gentil, de Paris.

(2) Marianna Alcoforado nasceu em Beja em 1640. No testamento de seu pae, Francisco da Costa Alcoforado, de 1660, é já nomeada como freira professa do Convento da Conceição. Os chronistas contemporaneos, na sua linguagem ingenua e moderada, contam varios episodios occorridos na monotonia da vida claustral do Convento da Conceição e no da Esperança, da mesma cidade, que revelam a exaltação dos sentidos, sob formas enganosas de mysticismo. Os amores com Chamilly devem ter occorrido de 1667 para 1668, e não entre 1666 e 1667, como cria Cordeiro. Aquelle terá vindo para Portugal em 1663 ou 1664, e tomou parte no cerco de Valencia de Alcantara, e no combate de Castello Ro-

seguro se conhece ácerca d'este suggestivo episodio da litteratura amorosa epistolar, e a elle ha que recorrer sempre, porque além das novas investigações contém uma introducção retrospectiva sobre as varias phases da questão e um appendice bibliographico. Este é que carece de ser actualizado.

---

drigo, em 1664; na batalha de Montes Claros e no combate do rio Xevora, no anno seguinte, e em outras acções secundarias, das quaes a ultima conhecida pelos seus biographos é a do Castello de Ferreira. Em 1665 foi nomeado mestre de campo e capitão de cavallaria. Na campanha teve por companheiro a Balthazar Vaz Alcoforado, tambem official de cavallaria e irmão de Marianna, decerto o irmão medianeiro nomeado nas *Cartas*, o qual em 1669, anno da 1.ª edição destas, troca a vida militar pela clausura. De 1667 ha noticias de protestos do povo contra a permanencia da cavallaria francesa em Beja, a qual foi logo em parte affastada para Cuba. A acção do Castello de Ferreira, em Setembro de 1667, foi o ultimo episodio militar, em que Chamilly toma parte certa, porque em 9 de Fevereiro de 1668 já estava em França, cooperando na guerra da devolução, tendo-se antecipado ao regresso do exercito francês de Schomberg, que de Portugal sahiu em Junho do anno seguinte. Depois da sua aventura em Portugal, Chamilly tomou parte na expedição de Candia, foi marquês, commandante dum regimento na Borgonha, esteve de guarnição em Dunquerque, casou em 1677, foi promovido a marechal de França em 1703, e morreu em 1715, com boa reputação militar, mas pouco conceituado pela sua escassa intelligencia. Marianna Alcoforado foi, depois da sua aventura amorosa, porteira do Convento, segundo confessa numa das *Cartas*, e em 1700 foi eleita abbadessa. Morreu em 1723, como reza o curioso termo de obito descoberto por Luciano Cordeiro. — Como subsidio para a actualização do appendice bibliographico da obra de Cordeiro, damos os seguintes informes: Condessa de Pardo Bazan, *La Eloisa portuguesa*, na *España Moderna*, Madrid, Junho de 1889; D.ª M. A. Vaz de Carvalho, *Soror Marianna*, em *Chronicas de Valentina*, Lisboa, 1890; reproducção da versão de Filinto Elysio na *Bibliotheca Internacional*, Coimbra, 1896; D.ª M. A. Vaz de Carvalho, *Cartas de Amor*, capitulo de *No meu cantinho*, Lisboa, 1909; *The Letters of a Portuguese Nun*, traducção inglesa do Sr. Edgar Prestage, London, 1903, 3 edições; *Soror Marianna*, conferencia do sr. Antonio Guimarães, publicada no *Dia*, n.os [illegible], 408

Modernamente, apenas se apresentaram dois alvitres criticos, que merecem ser considerados. Um é de Masson-Forestier ([1]), segundo o qual, a esthesia amorosa das *Cartas* teria influido em Racine; os caracteres de Roxane e Bajazet, personagens centraes da tragedia *Bajazet*, e a intriga amorosa que os prende, teriam sido suggeridos ao tragico francês, respectivamente pelos caracteres de Marianna Alcoforado e

---

e 499, de 2, 4 e 5 de Junho de 1913; Masson-Forestier, *Marianne la Portugaise et Racine*, na *Revue de Paris*, n.º 8, de Abril, Paris, 1914; nova edição do texto de Morgado de Matheus, no Porto, s. d., sob o titulo — *Soror Marianna, Cartas de Amor ao Cavalleiro de Chamilly*, com um prólogo de Julio Brandão, na *Collecção Lusitania; Cartas de amor de Soror Marianna seguidas das respostas*, Coimbra, 1914, 2.ª ed., prefacio de Joaquim Gomes; sr. Conde de Sabugosa, *Cartas da Freira Portuguesa*, no volume *Gente de Algo*, Lisboa, 1915; sr. Theophilo Braga, *Çartas da Religiosa Portuguesa*, em *Os Seiscentistas*, Porto, 1916; F. F., *Marianna Alcoforado e Racine*, na *Revista de Historia*, vol. VII, Lisboa, 1918, nota sobre o artigo de Masson-Forestier; sr. José dos Santos, *Descripção bibliographica das edições das «Cartas de Amor» de Soror Marianna Alcoforado, dirigidas ao Cavalheiro de Chamilly...* na *Bibliographia da Litteratura Classica Luso-brasilica*, Lisboa, 1918, vol. I, e em separata; sr. Carlos Malheiro Dias, *Historia maravilhosa de cinco cartas de amor*, em *A verdade nua*, Lisboa, 1919. Como obras de arte litteraria inspiradas pelas *Cartas*, indicaremos além da imitação de Dorat e dos dois sonetos de Luiz Osorio, incluidos na bibliographia de L. Cordeiro, um soneto do sr. Julio Brandão, que figura no seu já referido prólogo; sr. Patrocinio Ribeiro, *Marianna Alcoforado* e *Cavatina da paixão desventurada*, poesias publicadas no *Diario de Noticias*, a primeira não sabemos em que data e a segunda em 1 de Junho de 1912, n.º 16.722; sr. Julio Dantas, *Soror Marianna*, Lisboa, 1915, peça dramatica; sr. Ruy Chianca, *A Freira de Beja*, Lisboa, 1917, idem; Fernandes Costa, um soneto *Soror Marianna*, no *Eterno Feminino (Realismos e evocações)*, Lisboa, s. d., (1916). Ha que accrescentar um soneto inédito do poeta brasileiro sr. Generino dos Santos, que teve a gentileza de no-lo offerecer na noite da nossa conferencia sobre Marianna, no Rio de Janeiro.

([1]) *La Revue de Paris*, 15 de abril de 1914, n.º 1.º: *Marianna la Portugaise et Racine*, pag. 807-822.

de Chamilly e pela breve trama que das *Cartas* se deprehende. Os argumentos de Masson-Forestier são estylisticos, tirados da approximação dos textos; de natureza chronologica, as *Cartas* são de 1669 e *Bajazet* é de 1671; circumstanciaes, da privança de Racine com Guilleragues, traductor da 1.ª edição das *Cartas;* e extrinsecos, deduzidos da comparação da historia amorosa da freira portuguesa com o entrecho da tragedia de Racine.

A chronologia não chega a constituir argumento, apenas poderia confirmar o que outras razões demonstrassem; mas a comparação do conteudo das obras é que é em extremo contingente e, no caso sujeito, parece-nos conduzida de modo pouco seguro, salientando semelhanças minimas ou muito discutiveis. Será difficil que o leitor desprevenido possa approximar na sua visão dos caracteres Chamilly, que alvoroçou o coração de Marianna e a abandonou, de Bajazet, que na peça de Racine ostenta plenamente a sua alma voluvel, habilidosa e, a um tempo, ambiciosa e prudente. Engenhosa é a explicação de Masson-Forestier, quando mostra crer que as contradicções do caracter de Bajazet eram motivadas pelas duas correntes de opinião suscitadas por Chamilly, de admiração e applauso uma, de censura e ciume outra, de ambas as quaes se inspiraria Racine. Tambem não será tarefa facil encontrar analogias de vulto entre a pobre freira de Beja, apaixonada até ao desespero, orgulhosa do seu amor e logo se recolhendo num desengano digno, e Roxane, alma perversa, em que a paixão e a ambição mantêm em toda a tragedia um estranho parallelismo — estranho por ser talvez unico no grande theatro tragico. E menos ainda se poderá esperar que a analyse do amor-abnegação de Marianna revele o fundo de odio violento, que Masson-Forestier encontrou no intimo dos sentimentos que conduziam Roxane.

Sendo assim, que fica do alvitre do mallogrado critico francês? Fica em proporções mais limitadas, mas tambem mais provaveis, que as *Cartas,* leitura recente de Racine,

amigo de Guilleragues, seu traductor ou revisor, teriam sido uma das peças da erudição amorosa, com que Racine se dotára, poeta que á tragedia do amor votou o seu genio e que evidentemente folheou com mão diurna e nocturna toda a litteratura sagrada ao culto de Eros. As *Cartas* appareceram em janeiro de 1669, e *Bajazet* foi representado em janeiro de 1672 e publicado em fevereiro seguinte. Nesse intervallo appareceram varias edições, a segunda parte apocrypha e as respostas igualmente apocryphas. Racine leu-as, sem duvida, e na sua imaginação o caso dessa freira longinqua, com a viva documentação das cartas, foi encorporar-se áquella materia viva e palpitante, mundo de reminiscencias e evocações, de memorias pessoaes e suggestões alheias que povoam a mente dum artista. Essa seria a explicação de certas coincidencias circumstanciaes e de expressão litteraria, que Masson-Forestier em seu artigo assignala. — O auctor francês parece acceitar a authenticidade das respostas de Chamilly.

O outro alvitre é do Sr. Conde de Sabugosa, que considera as cartas escriptas pela freira originalmente em francês, hypothese que pode ser defendida com alguns argumentos: o alto grau de cultura de muitos espiritos femininos no seculo XVII, mórmente nas linguas; o lusismo evidente da forma, que se manteve através da traducção ou revisão de Guilleragues, e que o Morgado de Matheus, possuidor de bom francês e casado com uma escriptora francesa, apontou na sua critica; e a verba do inventario dos bens dum irmão de Marianna, Miguel da Cunha Alcoforado, que reza: «mais duzentos livros franceses avaliados em cincoenta mil reis», e que testemunha o cultivo da lingua francesa na familia. Em contrario milita a razão psychologica de que o coração, para se exprimir, sempre buscou a mais espontanea linguagem, e de que o uso dum idioma estrangeiro constrangeria os impulsos delle. Chamilly conheceria do português, que ouvira falar durante annos, o sufficiente para comprehender o que a sua abandonada amante lhe escreveria.

Foi de curta duração o idylio. Do eirado do convento, que mira sobre as portas da cidade, chamadas de Mertola, Marianna, que acudira com outras freiras a ver passar a cavallaria francesa, distinguiu o capitão Chamilly, que logo mostrara haver-se della impressionado, olhando-a e fazendo evoluções com o cavallo para suscitar a sua attenção. Seguiu-se a côrte em que o fidalgo francês, com a arte da galantaria dos salões de Paris, teria facilmente captivado a formosa e ardente Marianna, que avizinhava dos trinta annos, o acumen da exuberancia sensorial e sentimental da mulher, como Balzac faria salientar, e que desconhecia a sua formosura e as exigencias do seu temperamento. Chamilly revelou a Marianna freira a mulher, a formosura, os encantos e os prazeres do amor, a que ella arrebatadamente se abandonou. Seguiram-se os encontros na cella, a occultas, mas não sem cumplicidade de terceiros, as ansiosas espectativas nos intervallos em que Chamilly andava em operações, e logo o escandalo da aventura divulgada. E como a disciplina monastica teria relaxado para occasionar taes solturas de costumes, mas não para as sanccionar, logo as tropas, por influencia dos Alcoforados, teriam sido afastadas, e Chamilly, temendo a vingança destes, partira para França, pretextando o chamamento dum seu irmão. Cartas contrafeitas, cheias de coisas ociosas, seriam a despedida e a transição para o abandono. E' então, antes de cumprido um anno sobre as nupcias peccadoras — «em breves dias haverá um anno que me abandonei ao vosso amor sem reserva alguma», declara ella — que Marianna lhe escreve as cinco maravilhosas cartas de amor.

A paixão deu ao natural talento desta mulher o dom excepcional de exprimir com relevo e emoção calida o mundo revolto da sua alma. Uma sensibilidade profunda e um poder excepcional para traduzir esses requintes de vibração e sentimento fazem dessas cartas uma pagina vehemente, onde ha uma das mais poderosas analyses intuspectivas do delirio do

amor: o desespero do abandono; a logica sentimental de tender a justificar o que se deseja; a voluptuosidade agridôce de gozar no soffrimento; o transporte de absorver toda a personalidade no ente amado; as contradicções constantes de quem só toma posições extremas e insustentaveis e num incessante vai-vem se debate, como havendo perdido o rumo no pêgo encapellado do sentimento; todo o delirio imaginoso duma alma reduzida á immobilidade e á clausura, orgulhosa de haver ascendido a um cume excelso donde avistou vasta amplidão de ideal; a alternativa de querer ciosamente guardar no coração recordações da perdida felicidade, como thesouro vedado a almas vulgares, para logo fraquejar perante o penoso dessas memorias; a abnegação sem orgulho; todos os extremos doidejantes duma alma rica de emotividade, mas que perdera o equilibrio e a realidade — tudo que uma paixão absorvente pode produzir, alli está expresso naquelle pequeno poema de amor. O martyrio do abandono, o inferno de amar já sem esperança e a desolação de quem antevê ante si toda uma vida de solidão e tristeza trespassam as cartas, não com a monotonia plangente das lamentações, mas em traços rapidos e incisivos, feitos de cobardia egoista e egoismo orgulhoso. Nessa mulher o amor revelou-lhe a propria alma, tão grande e sensivel que parece ter-se nella accumulado a sensibilidade de gerações, o caudal guardado pela clausura. Por isso ella amou o proprio amor, que lhe deu dores incomportaveis, mas que a seus proprios olhos a transfigurou, como áquellas heroinas de Ibsen, a quem o toque magico da revelação dum ideal instila novas forças e novos attributos para alêm do mundo contingente da determinação e da logica. Essa paixão foi para ella alguma coisa de especifico, existindo por si, criação superior que a ambos, ella e Chamilly, cumpria venerar e adorar; foi como aquelle fugitivo raio de sol que transmuda num momento a superficie inquieta e aborrecida do mar, «cosas de allá, de la región de lo leve, de lo vago, de lo inaccesible...», como di-

ria Rodó, mestre de sensibilidade e idealismo. E algumas vezes increpa Chamilly, menos porque a abandona do que por não permanecer fiel a essa sublime criação das almas dos dois, essa divindade da paixão, por não saber guardá-la em si, e não deixa de o lastimar porque se privava assim dessa felicidade de guardar no peito esse thesouro, a terna recordação dum grande amor: «Não me accuso de que nem um só instante quizesse deixar de vos ter amor. Sois mais digno de lastima do que eu, é melhor soffrer tudo que sôffro do que desfructar os debeis prazeres que pode dar-vos o amor das vossas francesas. Não tenho inveja da vossa indifferença, causaes-me dó. Não podereis esquecer-me totalmente, tenho a consolação de vos ter amado de forma que sem mim só prazeres imperfeitos podereis ter; eu sou mais feliz do que vós, porque me occupam mais os meus sentimentos».

E na terceira carta: «Não vos parece que sois bem infeliz e bem pouco delicado, pois que foi esta a vantagem que soubestes tirar de tão grande paixão? Como é possivel que ella vos não desse a felicidade? Tenho pena, só por amor de vós, da immensa ventura que perdestes: é crivel que só vos merecesse desprezo essa ventura? Ah! se vos fôsse possivel comprehendê-la, havieis de sentir que é muito maior do que a satisfação de me ter enganado, e que a felicidade de amar com violencia é maior, faz sentir alguma cousa de muito tocante, do que a de ser amado».

O mesmo pensamento volta no termo desta carta: «Adeus, parece-me que fallo demasiado do estado insupportavel em que vivo; agradeço-vos todavia do intimo do coração o desespero que me causaes, e abomino a tranquillidade em que vivi antes de vos conhecer». — «Apesar de tudo, não me arrependo de vos ter adorado, agradeço-vos que me soubesseis fascinar. A vossa ausencia rigorosa, e talvez eterna, em nada diminue a violencia do meu amor, quero que todos o saibam, é cousa de que não faço mysterio, glo-

rio me de ter praticado, contra toda a especie de melindre, tudo quanto pratiquei por vossa causa; a minha honra, a minha religião, não consiste senão em vos adorar até ao fim da minha vida, uma vez que comecei» [1]. (2.ª carta).

Que alma maravilhosamente delicada, que talento litterario o dessa obscura freira para, no recanto dum convento provinciano e no esconderijo das suas recordações dum ephemero amor, com as reminiscencias delle produzir uma obra de arte, que deslumbrou a mais culta sociedade do seu tempo e se perpetuou entre as obras primas da paixão erótica! Como as almas são differentes, da grosseira inercia que só o interesse immediato estimula a estas complicadas de desvãos invios, de perspectivas longinquas e profundas, cosmoramas interminaveis em que serve de guia a imaginação que sabe dizer quanto ellas sentem e vêem! Recahidas no bom-senso e uma breve nota amarga sobre a instancia dum official que impaciente espera a carta — «Como é apressado! é que naturalmente deixa neste país ao abandono alguma desgraçada!» — quebram rapidamente o tom de intensa violencia, de arroubada exaltação, em que se mantêm as cartas, esphera elevada a que só se remontam as almas de eleição. Na connivencia benevola das freiras do convento, nessa D. Brites confidente: no official que de Chamilly lhe fala três horas, num tenente que lhe annuncia o temporal que fizera abordar ao Algarve o navio em que Chamilly se transportava a França, no outro official que espera pela longa carta, e quatro vezes insta por ella, nas mesmas facilidades de lhe escrever e na reputação de «predestinada» que grangeou na sua permanencia no mesmo convento, não se deverá ver o tacito reconhecimento da majestade dessa paixão, heroica,

---

[1] Os trechos acima transcriptos são extrahidos da traducção de Domingos José Ennes (1836-1885), tambem traductor de Dante, que se nos afigura a mais natural e que melhor reproduz o mecanismo da consciencia apaixonada de Marianna. A de Luciano Cordeiro é talvez a peor.

impulsiva, arrostando o consenso moral, as malevolencias da familia e as severidades da disciplina monastica, caso singular de sublimação moral? Se o periodo de felicidade poderia ter sido considerado como um vulgar capricho da carne, peccador em quem a Deus se votara, a transfiguração que a adversidade trouxe a essa alma, a magia da dôr — e só a dôr verdadeiramente revela as almas — que a levou a oppôr taes reacções que nada tinham de vulgares, fez da pobre Marianna uma figura eterna na galeria das grandes enamoradas, symbolo raro das metamorphoses transcendentes do amor. E isso vagamente terão sentido quantos a rodearam e, em certos momentos, ante os seus extasis e os seus desesperos, se calaram e apoucaram, humilhados ante excelsitudes que não comprehendiam. Isso transparece no termo de óbito, em que a escrivã do convento, companheira de Marianna, declarou nos attributos moraes da defuncta abbadessa: «Trinta annos fez asperas penitencias, padeceu grandes enfermidades e com muita conformidade, desejando ter mais que padecer». E Marianna tambem fechou a sua primeira carta com esta exclamação, em meio da volupia da dôr: «fazei-me sofrer ainda mais!».

FR. ANTONIO DAS CHAGAS

A vida religiosa deste missionario franciscano foi contada pelo P.e Manuel Godinho com individuação. Do que ahi se nos conta são documentos illustrativos as *Cartas Espirituaes*, mais que os outros testemunhos coevos de chronistas. As *Cartas* foram publicadas em 1684 e 1687 com notas de D. João da Silva. Não são peças de correspondencia commum, de negocios varios ou de cortezia, são instrumentos de direcção espiritual dos destinatarios, processo auctorizado pela Igreja nos seus exercicios de ascése. Naturalmente, Fr. Antonio das Chagas, da Ordem de S. Francisco, praticava a ascetica franciscana, com todas as suas severidades. Os três fundamentaes principios da perfeita vida

christã, a oração, a abnegação e a incorporação em Christo, são propugnados com calor de convicto e com argumentos inimitaveis. Na sua indifferença pelo effeito litterario, Fr. Antonio das Chagas, com seus dons de psychologo, de imaginação artistica e de convicção, consegue produzir peças de grande belleza. As metaphoras, equivalendo a razões e argumentos, succedem-se, amenizando e dando relevo aos seus assertos. Nessas 368 cartas só se aconselham rezas, contemplações e disciplinas, mas com uma variedade de razões, uma multiplicidade de casos pessoaes que demonstram o tacto com que Fr. Antonio das Chagas propinava medicinas espirituaes diversas e adequadas ás vontades e caracteres que dirigia. Os seus biographos contam que elle foi um perfeito exemplar das virtudes que se requerem no missionario e director espiritual; as suas cartas, principaes vestigios que ficaram da sua direcção dos que aspiravam á christianização perfeita, revelam que o escriptor não morrera inteiramente ao envergar o habito, antes com o novo ardor da sua fé, ganhára um poder de proselytismo, que bem sabia expressar ainda pela palavra escripta. Se bem que o ideal da ascetica seja immutavel, as suas praticas variam com os tempos e as condições sociaes; mas as pessoas que hoje aspirem a esse alto ideal, apesar do seu cabedal de noções e do papel tão diverso e exigente que têm de desempenhar, não lerão sem proveito essas ardentes cartas de Fr. Antonio das Chagas. O que hoje nos fere na sua leitura é a resignação sobrehumana que pratica e exige o escriptor e aquelle scepticismo systematico da razão: «... a maior sombra que nos tira a vista é o proprio entendimento». A apologetica moderna concilia o sentimento religioso e os mais modernos progressos da razão; disso se tem de inteirar tambem a ascetica.

A metaphora e a catachrese são no epistolario espiritual de Fr. Antonio das Chagas processos de discurso fartamente praticados, até ao excesso.

P.e ANTONIO VIEIRA

Pela situação, que occupa nas missões do Brasil, no pulpito e na politica da metropole, a vida longa e variada deste insigne prégador e escriptor é das mais investigadas do seu tempo, ainda que com sacrificio da coordenação bibliographica de suas obras e da critica esthetica dellas [1].

Antonio Vieira foi natural de Lisboa, onde viu a luz em 1608, duma familia modesta. Foram seus paes Christovam Vieira Ravasco, ao tempo escrivão das devassas, como reza o termo baptismal, e sua mulher Maria de Azevedo. Como desde 1609 seu pae exercesse o seu cargo na Bahia, a mãe foi com o pequeno Antonio Vieira juntar-se-lhe em

---

(1) Deixando de lado os escriptos de maledicencia e as impugnações dos mesmos, que correram ainda em vida de Vieira, raro publicados, de que a *Apologia,* de Margarida Ignacia (pseudonymo de Luiz Gonçalves Pinheiro), de 1727, é ainda um echo tardio, os estudos vieirenses começaram com a *Vida,* do P.e André de Barros, de 1746, reimpressa em 1837 e 1854, e com a polemica sobre a auctoria da *Arte de Furtar,* em que se empenharam Francisco José Freire e Santos Pitarra. Seguiram-se trabalhos varios, em que marcam phases capitaes, pelo augmento dos conhecimentos positivos ou pela methodica systematização e divulgação dos precedentemente adquiridos, os que enumeramos: D. Francisco Alexandre Lobo, *Memoria historica e critica acêrca do P.e Antonio Vieira,* 1823; Roquete, *Epitome da Vida do P.e Antonio Vieira,* no vol. 6.º da *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, Rio, 1847; Ramiz Galvão, *O Pulpito no Brasil*, Rio, 1867; J. Francisco Lisboa, *Vida do P.e Antonio Vieira,* Rio, 1877; J. Fernando de Sousa, *Antonio Vieira — noticia biographica,* nos *Trechos Selectos*, Lisboa, 1897; P.e Luiz Cabral, *Une grande figure de prêtre — Vieira...,* Paris, 1900; mesmo auctor, *Vieira-prégador*, Porto, 1901; e a obra fundamental do sr. J. Lucio da Azevedo, *Historia de Antonio Vieira*, Lisboa, 1918 e 1920, 2 vols., com os estudos subsidiarios do mesmo auctor. E' desta obra admiravel que extrahimos o resumo biographico, que apresentamos neste livro. Para mais informações bibliographicas vêr *A Critica Litteraria como sciencia*, 3.a ed., pag. 200-211.

1614, aproveitando uma vinda de Ravasco á metropole. No Collegio dos Padrés Jesuitas, então unico centro educativo e intellectual daquella cidade, já então populosa e importante commercialmente, fez Vieira sua instituição infantil e o aprendizado das humanidades. Em 1623, cedendo a um impulso de vocação, fugiu á familia para entrar no noviciado da Ordem. Seguiu todos os grandes estudos, preceituados nos estatutos, com brilho, pois já em 1626 era encarregado de redigir a *Carta Annua* para o Geral da Companhia, e com a regularidade que permittiram os acontecimentos occorridos com a primeira occupação hollandesa da Bahia, de maio de 1624 a abril de 1625. Recebeu ordens de sacerdote em 1635, havendo transposto a phase superior dos estudos philosophicos e theologicos. Residiu no Brasil até 1641, regendo theologia desde 1638 e prégando varias vezes, a primeira dellas sobre o triumpho das armas portuguesas.

Em 1641, vindo a Lisboa D. Fernando de Mascarenhas, filho do vice-rei do Brasil, Marquês de Montalvão, a trazer a adhesão daquelle estado a D. João IV, recem-acclamado, dois jesuitas o acompanharam: Simão de Vasconcellos e Antonio Vieira. Este entrou logo no favor dos reis, de que gozou inalteravelmente, sem os bruscos desagrados de outros validos, alguns de tragico desfecho. No 1.º de Janeiro de 1642 prégou pela primeira vez na capella real, dos Paços da Ribeira, pondo desde logo o prestigio do pulpito, unica tribuna do tempo, e a magia da sua palavra ao serviço da causa da restauração, alliando estreitamente, como em sua propria vida fez, a politica e a oratoria religiosa. Sobre os mais arduos problemas do governo publico foi ouvido ou espontaneamente emittiu seu juizo. No momento em que, por um encontro de prerogativas, a Universidade jesuitica, de Evora, e a Inquisição da mesma cidade, se atrigavam, desassombradamente propôs ao rei, como medida economica e financeira de salvação publica, que fossem admittidos os judeus dispersos pela Europa.

Só em 1644 pronunciou os ultimos votos solemnes, prova definitiva da renuncia inteira da personalidade em favor da Companhia; só aos trinta e seis professou, portanto. Os seus triumphos, a sua proposta sobre os judeus e a defeza da divisão da provincia portuguesa da Ordem, que se lhe imputava, determinaram a formação duma corrente a elle animadversa, que chegou a machinar a sua expulsão do gremio, evitada pela intervenção de D. João IV, que por esse tempo agraciava seu pae com a promessa do habito de Christo e uma tença, e o nomeava prégador régio.

Em 1 de fevereiro de 1646, parte para Paris e Haya para negociar a paz com a Hollanda e liquidar as pendencias sobre os territorios da capitania de Pernambuco, occupados pelos hollandeses, então em estado de guerra por causa da insurreição dos portugueses. Em Paris se demorou algum tempo, no convivio do residente Antonio Moniz de Carvalho, e em Ruão, centro de judaismo, onde versou o seu caro projecto de repatriação dos israelitas. Passando a Haya, alli envidou as suas melhores diligencias, mas porque era grande a hostilidade dos Estados Geraes contra a côrte portuguesa, que suppunham connivente na revolta de Pernambuco, e porque não dispunha dos recursos pecuniarios precisos para peitar os governantes hollandeses, regressou a Lisboa, onde longamente escreveu o seu parecer sobre essa materia e transmittiu as reclamações dos judeus de Ruão e da Hollanda. Na côrte continuou a interessar-se pelos negocios da administração publica, incluindo as questões da defeza naval: obteve a prohibição das caravellas, cuja inferioridade militar as tornava em «escolas de fugir», na sua pittoresca phrase; aconselhou a compra de navios e interveio no levantamento dum emprestimo em casa de mercadores christãos-novos.

Em 1647 volta a Paris e a Haya com uma embaixada melindrosa: negociar o casamento em França do principe D. Theodosio, que sob regencia francesa, a do duque de

Orléans, pae da noiva pretendida, que era a *Grande Demoiselle*, reinaria em Portugal continental, reservando D. João IV para si uma nova corôa no Brasil; e compôr as relações com a Hollanda, ainda senhora de Pernambuco. Por desinteresse do Cardeal Mazarino, a primeira parte da estranha embaixada, que implicava a separação de Portugal e Brasil, não teve seguimento; a segunda parte, em Haya, exigiu uma permanencia na Hollanda durante nove meses e, apesar das instruções que levava lhe facultarem concertar paz com os Estados Geraes sobre a base do abandono de Pernambuco e mais territorios, não foi coroada de exito. As luctas militares derimiriam o pleito e imporiam uma paz, que vantajosamente offerecida não foi—felizmente!—acceita. Não conseguindo elle, nem D. Francisco de Sousa Coutinho, embaixador ordinario em Haya, a almejada paz, não foi a sua estada alli de todo vã, porque cuidou da compra de navios de guerra e de trigos, e longamente dissertou em alvitres e planos sobre os meios de guerrear pelas armas e pela concorrencia mercantil a Hollanda e a Hespanha.

Regressou a Lisboa em outubro de 1648 e empenhou-se numa lucta tenacissima contra os varios orgãos do estado e contra a opinião publica para defender as condições que propunha para a paz com a Hollanda: abandono de territorios do Brasil e de Angola, visto considerar impossivel a guerra.

O sentimento nacional repudiou essas transigencias, verdadeiras capitulações que alguns triumphos militares, como o de Guararapes, tornavam já inopportunas e contrariadas pela realidade, e Antonio Vieira experimentou as agruras da impopularidade, ainda estimulada pelas machinações de seus inimigos. Por anteriores suggestões suas fundou-se a primeira companhia de commercio com o Brasil, que mantinha tambem uma esquadra de defeza, e decretou-se a isenção do confisco dos bens pelo Santo Officio aos christãos-novos perseguidos pelo crime de heresia. Esta provi-

dencia suscitou malevolencia inexoravel da Inquisição e animou o proposito de denuncias dos seus inimigos. Logo ao santo tribunal começaram a acudir as delações de ditos, opiniões e actos seus surprehendidos na estancia na Hollanda e em França, e nos sermões prégados em Lisboa. Mas o cabedal de culpa era ainda insufficiente, e Vieira pôde continuar a gozar do favor regio.

Em 1650 partiu para a Italia em missão secreta. Ia tentar complicações á politica hespanhola na peninsula italica e, quando julgasse preferivel, ensaiar uma approximação com a côrte de Madrid, por meio do casamento de D. Theodosio com a filha de Filippe IV. Nem a missão secreta, nem a publica em cuja incumbencia aquella se dissimulava, obtiveram exito, como não conseguira a favor dos christãos-novos, nem dos diplomatas, com que em Paris e Haya se relacionára, novas graças régias; de Roma foi compellido a sahir rapidamente, e de Lisboa tambem o seu affastamento teria sido desejado. O despeito entrou com elle. Confinou por algum tempo a sua attenção na elaboração dum escripto prophetico, *Historia do Futuro*, e vendo que o seu prestigio diminuia, regressou ao Brasil, como Superior duma missão, em 1652, para as duras provas da catechese entre os indigenas hostis, após hesitações que trahiram a grande dôr, com que deixou a vida de bulicios e triumphos da côrte.

No Maranhão, logo ao chegar, teve de intervir numa agitada questão, a libertação dos indios, ordenada por uma recente lei de D. João IV. Produziram-se tumultos e grande animadversão dos colonos contra os jesuitas, a quem attribuiam a iniciativa da lei. Vieira, prégando pela primeira vez, alcançou trazer as partes a uma plataforma conciliadora.

Mas para os seus projectos de missões ao sertão encontrou sempre obices grandes, por parte dos governadores, quer do Maranhão, quer do Pará, que não cediam os indios conversos necessarios para as guarnecer. Prégando, em alle-

gorias, verberou essas resistencias interesseiras e pouco zelosas da fé, e para conferir com o rei sobre essa materia embarcou para o reino, em junho de 1654. Como tantas vezes lhe acontecêra, teve uma viagem tormentosa, de tempestades e dum mau encontro com um corsario hollandês, que apresou o navio português com sua carregação de assucar.

No reino, em Salvaterra e em Lisbôa, prégou violentos sermões contra a rival ordem de S. Domingos, contra a corrupção da administração ultramarina, contra o egoismo indifferente dos ministros e da côrte. Conseguiu a solução da questão dos indios por uma lei especial, com a approvação do novo governador do Pará e Maranhão, André Vidal de Negreiros, heroe da guerra contra os hollandeses, e partiu para o Brasil, em 1655, não sem resistencia dos que previam que as instrucções que levava produziriam celeuma, porque reduziam a seis meses os trabalhos obrigados dos indios, e entregavam aos jesuitas a administração sertaneja.

No Brasil, viveu a agitada vida do missionario, luctando com a ganancia dos colonos e funccionarios e com a hostilidade do clima e mais perigos naturaes, entendendo em todos os negocios, assim na ordem espiritual como temporal, viajando incansavelmente pela Amazonia ignota e trazendo á suzerania do rei e á fé christã populações inteiras.

Com a morte de D. João IV, a que não succedeu D. Theodosio, já morto, de quem Vieira fôra tão acceito, o seu prestigio na côrte diminuiu, e seus inimigos e emulos cobraram animo. A' Companhia de Commercio, de sua creação, foram retiradas regalias importantes; a dispensa dos confiscos de bens de christãos-novos foi logo revogada. E Vieira, que em Salvaterra, quando da doença de D. João IV, affirmára no sermão que o soberano havia de resuscitar porque era elle o Encoberto, que havia de realizar o quinto imperio no mundo, regressa agora, a mente combatida pelas provações do desfavor, ás antigas phantasias do prophetismo, com seus escriptos *Esperanças de Portugal* e seu sermão de exequias

por D. João IV. — Em 1658 já não exercia o cargo de Superior da missão, mas pouco depois teve o de Visitador Geral, por ordem emanada de Roma. Duros annos passou até que aos soffrimentos do missionario accresceram as contrariedades dos tumultos de S. Luiz do Maranhão, em que o odio dos colonos contra os padres fez violenta explosão, terminando por um parcial inquerito, pela sua prisão e devolução ao reino, em 1661. Mas a influencia, de que Antonio Vieira, que era tambem dos presos e expulsos da America, gozava no animo da rainha regente e a fortuita ausencia do seu confessor, o P.^e^ Antonio Fernandes, que para Inglaterra acompanhára a Infanta D. Catharina, bastaram para contrastar as machinações do emissario de S. Luiz, Jorge de Sampaio, e as queixas dos povos. Vieira viu-se subito em triumphal rehabilitação, e em 1662, voltando a prégar na Capella Real, pôde cantar victoria. Porêm, pouco depois, logo que Affonso VI assumiu o poder, foi Vieira desterrado para o Porto, por ser tido por partidario do Infante D. Pedro. Entretanto o processo, originado nas accusações de Jorge de Sampaio, accordava e impellido pelo desfavor, em que cahira Vieira, seguiu seus lentos tramites, até que em dezembro de 1663 era promulgada a provisão de sentença, pela qual se retiravam ou cerceavam os privilegios das missões dos jesuitas no Brasil e se estenderam a outras ordens, cabendo assim plena satisfação aos colonos. E como, mais do que a Companhia, era o P.^o^ Antonio Vieira o visado por esta porfiada campanha dos interesses mercantis feridos pela influencia e abnegação dos jesuitas, foi este impedido de voltar ao Brasil.

Em breve foi transferido para Coimbra e começou a prestar contas á Inquisição, que annos havia espreitava a sua presa e já tentára mesmo o assalto, que influencias do paço haviam inutilizado. Varias queixas tinham sido apresentadas ao Santo Tribunal, mas a causa principal do processo era o escripto prophetico, sobre a resurreição de D. João IV e suas

façanhas, *Esperanças de Portugal*, que do Brasil remettêra ao bispo do Japão e este fôra compellido a entregar á Inquisição. Seguiu o processo morosamente, porque Vieira quiz para sua defesa redigir a *Historia do Futuro*, com que esperava convencer os inquisidores da authenticidade das prophecias, e no trabalho da sua redacção muito incompleta gastou anno e meio, entrecortado por longos periodos de doença. Mas por pressão do Conselho Geral, a Inquisição de Coimbra prescindiu dessa defeza e proferiu a sentença. A sentença não era de rigor: vedava ao reu que voltasse a versar as materias incriminadas e retirava-lhe o exercicio do pulpito pelo tempo, que o Conselho Geral entendesse. Foi isso em Setembro de 1665. Appellando para este Conselho Geral, Antonio Vieira, longe de obter benignidade, viu a sentença anterior ser suspensa e recomeçar o processo, desta vez com prisão.

No carcere, em que mergulhou logo em 1 de outubro de 1665, desacompanhado de livros e impedido de toda a communicação, compôs a sua longa defeza, em que responde a todos os pontos impugnados dos seus devaneios de vidente. Novos testemunhos surgiram para a suspeição do seu judaismo, offerecidos por denunciantes ignorados, judaismo que uma junta de theologos, qualificando o seu arrazoado, unanimemente aponta por forte inclinação do seu espirito. Fez-se-lhe uma minuciosa investigação de sangue, pouco proficua para a accusação ou para a defeza, porque não provou o cruzamento hebraico, nem tirou a limpo os costados da sua genealogia.

Após arduas disputas com o inquisidor Alexandre da Silva, o insigne prégador rendeu-se ante a disciplina da Igreja: as censuras feitas ao conteúdo dos seus escriptos de prophecia haviam sido confirmadas pelo Pontifice. Foi a 19 de agosto de 1667. Em 18 de outubro, os inquisidores proferiram a sua sentença: manutenção da de 1665, additada com o impedimento de sahir de Portugal para que

fóra do paiz não fizesse correr dizeres adversos ao tribunal. O Conselho Geral aggravou as penalidades: privação perpetua do pulpito e de discussão das materias, reclusão em uma residencia da Companhia de Jesus e intimação da sentença deante dum publico mais vasto e por isso mais humilhante.

Entretanto, com a deposição de D. Affonso VI e a usurpação de D. Pedro II, os amigos de Vieira cobraram influencia e valimento, e logo o vento da sorte soprou favoravel para Vieira. Pôde vir para Lisboa e a 12 de junho de 1668 eram-lhe levantadas todas as penas, excepto a prohibição de versar as materias incriminadas. Dez dias depois reapparecia no pulpito, na Capella Real, para saudar a Rainha pelo seu anniversario, fazendo a proposito uma justificação de quantas coisas insolitas haviam recentemente occorrido na côrte e que a sua vigorosa dialectica coloria de designios divinos. Pouco durou o valimento de Vieira na côrte. Em agosto de 1669 partiu para Roma a impetrar a canonização de alguns correligionarios martyrizados em 1570 e a tratar de assumpto não declarado, que os biographos julgam de diversos modos, mas que verdadeiramente era obter a revisão do seu processo. Não o conseguiu, mas por alli se demorou convivendo, prégando com exito vario e occupando-se, como sempre, de negocios publicos e da velha questão dos judeus, que o pretexto occasional da profanação da igreja de Odivellas, attribuida a um christão novo, accendêra outra vez. Em troca dum perdão geral e de seguranças novas na instrucção dos processos inquisitoriaes, os judeus propunham uma companhia de commercio e reconquista da India, nas bases delineadas por Vieira. Alli, accordando os sonhos antigos por que tanto soffrera, proseguia a redacção da sua cara *Clavis Prophetarum*. Aprendeu italiano para nessa lingua prégar e de novo conheceu os triumphos da tribuna sagrada, que igualaram os da metropole; multidões appressuradas acudiam a ouvi-lo. A rainha

Christina da Suecia, convertida ao catholicismo, que tendo abdicado vivia em Roma vida faustosa e reunia no seu palacio a alta sociedade romana e as máis salientes figuras das letras e das artes, nomeou a Vieira seu prégador, distincção que não foi acceita sem grande resistencia do agraciado. Descontente de tão prolongado exilio e do clima hostil á sua saude precaria, acompanhando de coração todas as complicadas negociações sobre os christãos novos, de tão variadas phases, Vieira demorou-se em Roma até maio de 1675, anno em que conseguiu a victoria que mais ambicionava: annullação do seu processo no Santo Officio e isenção perpetua da alçada do tribunal português. Chegado a Lisboa, em meio de geral desconfiança, defendeu junto do Regente o casamento de sua filha com o filho de Cosme de Medicis, de Florença, idéa que em Italia lhe occorrêra e que alli instantemente advogára, e achando se á margem da politica e dos negocios, sem vencer a frieza que o arredava, partiu para o Brasil em principio de 1681. No anno de 1688 teve a nomeação de Visitador da Companhia nessa Provincia. Nos deveres e viagens do novo cargo, que durou um triennio, na correspondencia com amigos da metropole e em preparos da publicação de suas obras occupou os ultimos annos da sua vida. O seu nome divulgava-se fóra de Portugal, e emquanto estudantes da Universidade de Coimbra num auto de fé queimavam a sua effigie, a congregação da Universidade do Mexico dedicava-lhe uma sua publicação de theologia polemica. Um desastre, tolhendo-lhe a mão direita, privou-o de escrever e remetteu-o ao silencio. Despediu-se então dos amigos por carta circular. Em 1697, após curta doença, morreu e a sua morte não foi desacompanhada de signaes prodigiosos, em que a imaginação dos seus admiradores viu que não era indifferente a Deus e aos astros o passamento do homem insigne, que tantas paixões concitára.

O homem. — O escriptor illustre, que historiou a vida do P.^e^ Antonio Vieira, tambem lhe reconstituiu a personali-

dade, não sob forma systematica, mas esparsamente, no decurso da narrativa, que faz, da longa peregrinação terrestre do orador. O caracter não é uma abstracção, conjuncto de generalidades psychicas que se impliquem umas nas outras e no todo se autonomizem; o caracter é alguem a agir e a reagir em frente dos acontecimentos. Ha que considerá-lo sempre dum ponto de vista muito concreto e individual, «el hombre de carne y hueso», como quer Unamuno. Teremos de nalgumas linhas bosquejar uma visão integra da poderosa personalidade de Vieira, mesmo estando esse trabalho já feito implicitamente na obra do sr. J. Lucio de Azevedo. Os planos têm, como se vê, o inconveniente de obrigar a repetir tarefa já feita ou de impedir que se investigue até ao fim um problema, sacrificando a economia e a busca original aos systemas previamente postos.

Apesar dos seus votos de humildade e de renuncia ao seculo, poucos homens no seu tempo vivêram mais absorvidos pelo seculo e mais preoccupados da escala dos valores do seculo do que o glorioso jesuita, pelo menos de alguns, como a influencia e o poder, a gloria e a embriaguez do triumpho. Os seus mais pacientes esforços tenderam sempre a conquistar ou reconquistar o valimento; as suas mais cruciantes amarguras provieram da perda disso, que tinha pelo maiór bem. Espirito simultaneamente duma subjectividade morbida, que fez delle o vidente de audaciosas architecturas da imaginação, e de um realismo que o levou a occupar-se sempre com ardor, officialmente, officiosamente ou por devoção particular dos altos problemas do estado, Antonio Vieira offerece ao observador do mundo moral uma duplicidade que surprehende. Essa surpreza crêmos que é só da primeira inspecção; mais demorado exame a desvanece e dá logo ao seu caracter uma unidade admiravel. O que foi sempre e através de tudo, ainda no acumen do seu valimento politico, foi um caracter subjectivo que se alimentava dos proprios productos, capacidade ideadora inestancavel, que

era verdadeiramente genial. Por grande que fosse — e foi sem duvida enorme! — o seu dom de assimilar, por sólida que houvesse sido a sua cultura, Vieira ensimesmou-se e viveu sempre como um manancial jorrante, cuja lympha crystallina a cada momento se renova sobre si. Atravessou o mundo de olhos fechados, crendo vê-lo e só exteriorizando os devaneios alados da sua exuberante imaginação. Idear e construir foi a tarefa incessante deste ideólogo positivo — que não concebia systemas metaphysicos, argucias racionalistas, mas que tambem por sobrepostas deducções e invenções erguia methodos politicos e soluções praticas, que logo ruiam, como voavam as palavras inspiradas dos seus sermões, dispersa a multidão que o ouvia. E como o aluir lhe deixava na alma a mais pungente amargura, assim todo o arrazoado dos seus sermões em seu tempo de real só produzia a sementeira de malevolencias e despeitos que se lhe seguia.

Muito deve ter soffrido este homem tão susceptivel ao comparar, na longa carreira da existencia, a desproporção infinita entre o que ideára e propugnára e o que conseguira! A razão dessa esterilidade é que elle batia-se pelos proprios filhos do seu espirito, phantasmas de illusão que corriam mundo com vida emprestada e que elle tomava como autonomos seres. As decepções destes caractéres provêm do conflicto que abrem com o ambiente, e Vieira estava quasi sempre em desaccordo com o seu tempo; em meio duma sociedade intolerante e gregaria, atacada do delirio do anti-semitismo defendeu os judeus com ardôr, e essa defeza, que muito o fez soffrer, foi um dos altos ideaes da sua vida; alvitrou e advogou casamentos reaes inviaveis; desconhecendo a força invencivel do nacionalismo pugnaz dos portugueses das colonias defendeu o abandono dellas aos hollandeses, e a breve trecho estes eram rechassados. Casamentos, allianças, guerras e pazes eram construcções da sua phantasia que se não rendia á realidade; resistia-lhe com a mesma

tenacidade com que até ao fim da vida o sonho do visionario resistiu ao desmentido pleno dos factos.

Grande disputador sentia as delicias do poder e de dobrar opposições; e essa combatividade levava-o a extremos de tolerancia como a de na Hollanda discutir elle, theologo da Companhia de Jesus, com um rabino na synagoga. Amando a acção, não hesitava ante as exigencias delia; quando foi preciso vestiu-se á secular, de calção e espadim como um gentilhomem.

Amou a fama e o favor publico, e não foi estranho ás tentações da ambição, daquella ambição que é natural attributo do heroismo e logica consequencia da acção creadora com seu movimento, que se não póde deter senão por abdicações ou por fraquezas morbidas. Anthero de Quental, doente da vontade, principiava e logo parava, abria uma serie de determinações que morriam estereis como a agua na areia. Bolivar, personificação do heroismo activo, tambem teve ambição e como esta coherentemente se encadeava na sua natureza creadora, de modo brilhante o demonstrou Rodó. O P.º Antonio Vieira tambem se não resignava a suggerir e promover, intervinha e zelava pelo que delle partia, idéa, instituição, negociações, projectos e influencias.

Subjectivo até á hypertrophia da propria personalidade, que os dizeres humildes e as praticas humildes da Companhia não attenuavam, é bom não suppôr que se interessasse muito pelos proprios movimentos da alma e que exercesse a analyse interna dum psychologo dilettante ou dum mystico. Não, elle era um subjectivo não pela observação reflexa, mas porque era com materiaes proprios, com ideações suas dentro das fronteiras da sua mente, que construia os seus devaneios. A sua politica, posto que associe pessoas e coisas do mundo real, é tão phantasiada como a *Historia do Futuro*. No tempo de D. João IV essas phantasias fôram bem acolhidas porque arguto e suggestivo tinha o dom de apresentar e defender theses; no tempo de D. Affonso VI os senti-

mentos de animadversão avultaram sobre o poder attractivo do seu incessante cogitar; e no tempo de D. Pedro II já não criam nelle.

Isolado do mundo, não se apetrechou nelle para as luctas com elle, pouco aproveitando da experiencia longa e cruelissima. Sempre, a cada encontro da realidade, recomeçava o cyclo umas poucas de vezes vivido, da illusão, da pertinacia, da lucta e da decepção. Influir e mandar, e pôr essa influencia e esse mando ao serviço das suas idéas queridas, a situação dos judeus e o prophetismo, foi o norte da sua vida. A gloria litteraria, que veio a ser o principal titulo da sua immortalidade, não a teve em muito; foi para elle uma vezes um momentaneo entretenimento e distracção para a amargura, outras, e foi quando mais lhe quiz, instrumento de combate, arma contra os inimigos e escala de assalto á cidadella almejada do valimento. A parenetica era para elle uma arte util, não uma arte bella.

Imaginação intellectual, resequida de sentimento, a sua sensibilidade era apenas a comportada pelo amôr-proprio. Pouco se impressionou do muito que viu pela Europa e pela America, as maravilhas da arte de Paris e Roma, e as maravilhas da natureza do Brasil. Só do Amazonas ha vestigios mais descriptivos que emotivos. A morte e os soffrimentos dos parentes chegados não lhe mereceram referencia por onde se aquilate da sua dôr. E' que o amor de si mesmo e o mundo de abstracção que ideára lhe povoavam a mente e bastavam á sua sensibilidade.

Neste homem prodigioso parece observar-se um desvio de inclinação por influencia do gosto pessoal sobre o legitimo pendor da sua intelligencia. Era acima de tudo um metaphysico, um racionalista e um artista, e, levado pela ambição, passou para o campo vasto e incerto da acção, para lá transportando os methodos da construcção aprioristica, incluindo a falta do mais rasteiro *savoir faire*, com que estes caracteres sempre fracassam. Crêmos que Vieira é um exem-

plo apreciavel a accrescentar áquelles que Rodó aponta nos seus *Motivos de Proteo,* quando trata das vocações ignoradas ou trocadas por um falso conhecimento da propria personalidade. Isto mesmo explica muitos passos da sua vida. Já na vizinhança da morte quebra lanças denodadamente por um candidato numa eleição da sua ordem, dum interesse restricto e local, com tal accommetividade que, com oitenta annos gloriosos, foi punido, emprehendendo ainda a demanda da impugnação do castigo.

Vieira e D. Francisco Manuel são as personalidades mais complexas da nossa galeria de escriptores do seculo XVII e os recentes progressos das suas biographias salientaram-lhes matizes desconhecidos ou ainda não interpretados.

O epistolographo. — Ainda não existe uma edição integral e methodica das cartas de Vieira, que, um pouco graphomano, não podia deixar de ser um fecundo correspondente dos seus amigos e collaboradores politicos. Publicaram-se dois tomos em 1735, por diligencias do Conde da Ericeira, e um terceiro em 1746; em 1827 as dirigidas a Duarte Ribeiro de Macedo, numerosas e dispersas por varias obras e revistas, e mais dezanove no *Boletim da Academia das Sciencias*, em 1916, divulgadas pelo sr. J. Lucio de Azevedo.

Vieira, muito cogitando, muito viajando e muito cooperando na politica, foi um incansavel epistolographo. Mas a sua correspondencia não é o desenfado de quem illude o tempo, mas o muito positivo discretear sobre as materias, em que se viu envolvido. Essa correspondencia só é litteraria por ser dum mestre da lingua, mas é a mais viva da nossa litteratura epistolar, porque tem um interesse historico e biographico, que nenhuma outra iguala. Que se repare na abundancia de subsidios, que nella colheu o sr. J. Lucio de Azevedo para a sua obra fundamental.

Tudo que lhe encheu a mente passou na correspondencia: a defeza dos indios do Brasil, a organização das missões

ultramarinas e a administração dos dominios de Portugal, as suas negociações officiaes na Hollanda e na França, a sua defesa privada dos judeus em Roma, o seu processo e revisão delle, o seu messianismo, os seus dissentimentos e até as suas amarguras. Ao utilizá-la como fonte historica, ha que rever os seus informes, porque o espirito de Vieira parece haver sempre enfermado de confusão chronologica, mesmo quando o calculo lhe não aconselhava reservas pouco explicitas, como succedeu durante o laborioso processo. E as materias dessas cartas são expostas com um desenvolvimento logico de tratado, de quem punha nellas a propria clareza do seu espirito e o superior brilho da sua prosa lapidar. E embora com falsa modestia declare: «Eu, Senhor, razoens politicas nunca as soube, e hoje as sey muito menos...» (Pag. 49 do 1.º vol., 1735), é sempre a governação do Estado e suas conquistas o thema dilecto. Em muitos casos Vieira descrevia o que presenceava, como por exemplo quando se occupa das necessidades espirituaes do Brasil e dos homens com quem tratava, e essa circumstancia dá ao seu pensamento um realismo, que se não encontra nos escriptos em que deductivamente architecta planos e chimeras — realidade que, traduzida na sua prosa, adquire um vigor inegualavel, um calor em que se trahe o orador habituado a buscar modos de dizer bem nitidos e bem impressivos. As cartas dirigidas a D. João IV e ao Duque do Cadaval sobre as missões do Brasil são um formoso quadro desse tempo, em que nem sequer falta o tom carregado de pessimismo, tanto do gosto nacional.

Os destinatarios das cartas não são amigos esquecidos pela historia, mas o escol da sociedade do tempo, as mais altas preeminencias do Estado e da Igreja: D. João IV, D. Pedro II, as Rainhas, D. Theodosio, o bispo do Japão, Duarte Ribeiro de Macedo, D. Rodrigo de Menezes, o Marquez de Gouvêa, o Duque do Cadaval, o Marquez das Minas, Luiz Coutinho que governou Pernambuco, Christovam de

Almada, o Provincial da Companhia de Jesus, o Conde da Castanheira, Diogo Marchão Themudo, Conde de Castello-Melhor, Cardeal Inquisidor-Mór, Secretario de Estado Pedro Vieira da Silva, Grão-Duque da Toscana, Geral Oliva da Companhia de Jesus, Nuncio Apostolico em Lisboa, o Marquez de Niza, etc., etc.

Dos sentimentos intimos de Vieira alguns passaram nessa variada correspondencia, principalmente nas cartas a amigos e bilhetes familiares, mas em rapidos traços, porque ainda então não nascêra o gosto de fazer dos movimentos da propria sensibilidade thema de litteratura; de natureza muito pouco e de arte nada. Alguma coisa pôs da deslumbradora paizagem americana nas cartas, em que, longamente escrevendo das missões, tinha de soccorrer-se de pequeninos quadros elucidativos. E sempre que o fez, pôs nessas descripções e narrativas uma superior belleza, de côr e movimento, de exotismo e de precisão, que só produzem um mais relevante concentrar de effeitos; toda a magestade dessa natureza immensa e desconhecida, a desentranhar-se de surprezas estonteantes aos olhos dos homens esforçados que arrostavam aquelles rios sem margem e sondavam a espessura de florestas invias, sob um clima hostil e os constantes riscos da animadversão das populações. Como no seu opulento sermonario, a linguagem das *Cartas* não envelhece, goza de perenne viço e esmalta-se das suas maneiras de dizer tão proprias e tão expressivas. O genio litterario é, em ultima analyse, o dom da expressão em supremo grau, e expressão conseguiu sempre Vieira. Com menos erudição, menor adducção de auctoridades, menos casuistica, mas igual relevo expressivo, ha passos das *Cartas* que bem equivalem trechos formosos dos *Sermões*. Infelizmente, as proporções deste livro não deixam illustrar o nosso parecer com transcripções.

FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA

O Cavalheiro de Oliveira [1], assim chamado da forma de tratamento que lhe era dado fóra de Portugal, publicou em Haya, nos annos de 1741 e 1742, três volumes de *Cartas Familiares, historicas, politicas* e *criticas — Discursos serios* e *jocosos,*

---

[1] E' muito mal conhecida a vida de Francisco Xavier de Oliveira, que decorreu na sua maior parte no estrangeiro. Nasceu em Lisboa, em 1702, filho do contador dos Contos do Reino, José de Oliveira e Sousa. De 1716 a 1733 exerceu o cargo de official da secretaria dos contos. Durante esse tempo viveu vida solta e despreoccupada, chegando a inspirar suspeitas da sua fé, que se trahem na carta publicada por Camillo nas *Memorias do Bispo do Grão-Pará,* em 1868, em que um fidalgo se recusava a bater-se com elle, emquanto alguns theologos não attestassem sobre o rigor orthodoxo da sua fé. Tambem Camillo, no romance *O Judeu,* o faz nesse periodo intimo de Antonio José da Silva. Em 1734 transferiu-se para Vienna de Austria, para occupar o lugar do secretario do ministro, Conde de Tarouca, vago pela morte de seu pae em 1733. Serviu esse cargo até 1740, anno em que o abandonou por motivos religiosos, para passar á Hollanda e alli praticar livremente suas convicções protestantes. Em 1747 passou de Amsterdam a Inglaterra e em 1776 publicamente abjurava da fé catholica. Em Londres, foi protegido de Sebastião José de Carvalho, então alli encarregado de negocios, o qual, quando ministro, o incumbiu de escrever uma obra de ataque aos jesuitas, que effectivamente se publicou em 1767, sob o anagramma de Felix Vieira Corvina dos Arcos. Em consequencia dumas suas *Reflexões* sobre o terramoto de 1755, publicadas no anno seguinte, foi processado pelo Santo Officio, julgado á revelia e queimado em effigie no auto da fé de 20 de Setembro de 1761. O seu processo conserva-se na Bibliotheca de Evora, sob o n.º $\frac{\text{CXXXI}}{1-19}$. Deixou manuscriptos numerosos, que no principio do seculo XIX pertenceram a Duarte Lessa. Das suas cartas ha volumes manuscriptos no Museu Britannico, em que se conteem muitas inéditas. Figanière não os mencionou no seu *Catalogo,* de 1854. A bibliographia de Oliveira, por ter sido impressa no estrangeiro, é de difficil exame, chegando as primeiras edições dalgumas espécies a ser extremamente raras. Oliveira morreu em Hackney, em 1783.

reproduzidas em 1855, com uma noticia biographica de J. H. da Cunha Rivara e a *Viagem á Ilha do Amor*, que primeiro sahira tambem em Haya, em 1744.

A impressão mais generica que suscitam as cartas de Oliveira em relação ao seu tempo e á sociedade portuguesa da côrte de D. João v, é a de exotismo. O escriptor, uma vez trasladado a meios estrangeiros, reformou a sua cultura espiritual, naturalmente no sentido a que era mais propenso: racionalista e ironico. Ora o racionalismo e a ironia não eram as plantas mais proprias para florescer na epocha do rei magnanimo.

Apesar de viver numa sociedade germanica, não logrou aprender allemão. Elle mesmo o declara: «Allemão, lingua em que por altissimas mercês de Deos não posso entender huma só palavra». (Pag. 139 do vol. 1.º, ed. de 1855). Principalmente francesa, hespanhola e italiana seria a sua alimentação espiritual. Na França grande era por essa epocha o gosto da correspondencia litteraria, continuação da antecedente em que o fizeram avultar Balzac, Voiture, Madame de Sévigné e Madame de Maintenon. Agora no tempo de Oliveira, quando a influencia francesa em Vienna era grande, os epistolographos mais em moda eram: Madame du Deffond (1697-1780), a correspondente de Hénault, Madame de Staal, [1] Montesquieu e d'Alembert, e Voltaire, cujas *Lettres Philosophiques* appareceram em 1734 em francês, depois de divulgadas em inglês, e que foi sempre um infatigavel epistolografo. E' muito possivel que Voltaire exercesse influencia sobre Oliveira, mas elle nunca praticou o escarneo irreverente daquelle escriptor nem fez philosophia systematica; foi apenas um discursivo polygrapho nas suas cartas, em que fazia passar através do seu criticismo moderado assum-

---

(1) Não confundir com Madame de Stael, que surge na vida litteraria muito posteriormente.

ptos que presenceava, pessoas que frequentava e idéas que bebia nos auctores. Ha muita leitura nas suas cartas, confessada por elle e evidenciada nos conceitos e nos auctores de que se abona. Na dedicatoria do primeiro volume, o proprio escriptor confessa que lêr e assimilar era o seu processo litterario: «O fructo da leytura consiste em emular o que mais agrada nos auctores, convertendo em proprio uso o que nelles mais se admira. Ordena Tulio que sigamos os melhores ditos dos Escriptores insignes, ajuntando ás suas sentenças os nossos pareceres e as nossas disposiçoens. O grande Lipsio fez admiravel este genero de escrever nas suas Politicas: fallando com os discursos de todos, todos fallão por elle. Tem muita graça e gravidade o estilo formado por muitos engenhos. Aquelle que melhor discorre he o que de si discorre menos. Então se estimarão mais os meus discursos quando nelles se encontrarem menos as minhas palavras». Muita leitura de antigos e modernos, Aristoteles, Cicero, Ovidio, Tito Livio, Cesar, Petronio, Seneca, Quintiliano, La Bruyère, La Fontaine, Molière; vasta erudição sempre apropositada, praticas estranhas de medicina, monstruosidades da natureza e da vida [1], recolhidas dos mes-

---

[1] Na carta VI do 1.º vol., datada de 10 de fevereiro de 1736, Oliveira occupa-se com proficiencia de allegações eruditas, dos homens marinhos. Pouco tempo antes, em 1733, publicára o Dr. Anselmo Caetano Munhós de Abreu Gusmão e Castello Branco o seu curioso *Oraculo prophetico, prolegomeno da teratologia ou historia prodigiosa, em que se dá completa noticia de todos os monstros, composto para confusão de pessoas ignorantes, satisfação de homens sabios, exterminio de prophecias falsas, e explicação de verdadeiras prophecias. Parte primeira (e unica) em que se exterminão as prophecias falsas,* Lisboa, in-4.º Esta obra, que Oliveira teria estimado conhecer, é pouco vulgar; existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa sob o n.º S. A. 3.033 p. É interessante comparar a doutrina

tres da physiologia, da geographia e da moral, numa incansavel e tendenciosa reportagem sobre os livros, sobre os jornaes e á beira da vida ambiente; uma graça ligeira, subtil, e espirituosa; ironia sorridente que faz vêr nas coisas aspectos novos ou allivia a maldade dellas, volvendo a sua apparente esterilidade em proveitosa fonte de bom humor; um elevado senso critico nos assumptos moraes e nas questões litterarias; poder de expressão incisiva e moderada, que evita o relevo excessivo, sem deixar de visar o efeito principal, constituem os essenciaes dotes litterarios deste escriptor, com os quais pôde formar o mais individual estylo do seu tempo e tornar-se justo antecessor doutro grande reformador do estylo, seculo e meio depois, Eça de Queiroz. A capacidade digressiva de Oliveira e a sua perspicacia critica têm o dom, eminentemente artistico, de tornar em thema litterario qualquer nonada, muito commum, todas as bagatellas, que presenciou na sociedade leviana e egotista em que viveu e que imitava o preciosismo elegante dos salões de Paris; a morte dum cão, a offerta dum pintasilgo, a confusão polyglottica dum creado, calemburgos de palavras. Mas a rapidez da sua visão e o seu poder de condensação deram-lhe tambem a rara faculdade de resumir em breves cartas o que lhe suggeriam vastos problemas, como o amor, o casamento, o adulterio, o divorcio, a deshonra e a calumnia, a amizade, a educação feminina, etc. Ha neste epistolographo, que da sua arte fez um brinquedo simples, a estofa dum ensaista profundo e arguto, pendor de que o desviou a

---

deste expositor com o estado actual dessa velha crença, que vem descripto pelo Prof. Balthazar Osorio no seu artigo *A lenda dos Homens marinhos perante as Sciencias naturaes*, nas *Memorias do Museu Bocage*, Lisboa, 1920, pag. 111-121.

sua ironia um pouco despreoccupada e descrente da utilidade desses generos graves.

Uma das variedades mais curiosas das suas cartas são as que versam credulidades vulgares e fabulações litterarias, como a existencia ou não existencia de cornos em gente, dos tritões e das sereias, dos gigantes, feitiçarias e sortilegios, em que allia a uma solida erudição scientifica a mais alada graça, quer discorra com ironia quer pontualize com gravidade sobre essas coisas em que não crê. Homem de elevado gosto e de nata vocação critica, produziu em materia litteraria alguns juizos dos mais avançados do seu tempo, umas vezes brincando a proposito de obras insignificantes que submettiam ao seu criterio, outras em allegoria proclamando, o primeiro em nossa lingua, o inevitavel caracter nacional das literaturas (V. Carta XXVII do 2.º vol.). Eram em seu tempo, e ainda não deixaram de o ser hoje inteiramente, muito instructivas estas cartas, porque Oliveira possuiu a sciencia do seu tempo, com seu racionalismo explicativo, e defendeu-se da superstição que dominou os encyclopedistas com a sua ironia systematica, attenuada forma do scepticismo. São ainda instructivas pelas noticias que dão da sociedade viennense do seu tempo, do seu convivio, das suas tertulias e preoccupações, e da mania dissertiva dessas gentes polidas que em tudo viam problemas, que ninguem de idéas arrumadas e mente serena deixa levantar. Do gosto e da moralidade, da constituição mental, das intrigas e questiunculas dessa sociedade dá muitos informes, não para memorias, mas como motes que a sua sorridente e digressiva ironia commenta. Não procura a emoção, procura o pretexto para o dito agudo, para a dissecção racionalista, para interpretar, explicar e julgar sem nunca se interessar demasiado pelo assumpto, ligeiro critico a quem interessa mais a propria intelligencia em actividade, o methodo, do que as coisas sobre que se exerce. Restituidos os nomes estrangeiros, não

seria desacertado promover uma traducção allemã, em que se identificassem as personagens nellas alludidas e as especies bibliographicas allegadas.

Francisco Xavier de Oliveira, pelas questões que ventila na sua correspondencia e pelo processo praticado, concilia com raro talento e grande originalidade o futil culteranismo mental do seculo XVII e primordios do XVIII, que elle ainda presenceára em Portugal, em que se perguntava se o ciume da mulher era mais violento que o do homem e quejandos byzantinismos, com o racionalismo do seculo XVIII de Inglaterra trazido a França por Voltaire, o qual tomára essas questões para as ampliar e vivificar ao seu sôpro interpretativo. Não discutia problemas politicos, economicos, sociaes e philosophicos, discutia o que se discutia em Vienna e tambem em Portugal, se nelle tivesse podido exercer influencia.

Escrevendo em francês e em italiano, ao vertê-las elle mesmo para português, «lingua que sendo materna não sey já falar», confessava em 1741, as cartas conservaram no seu lexico e na sua syntaxe muitos estrangeirismos, francezismos principalmente : *que* por *senão ;* má regencia de verbos, *seriosa, rasonavel, ranjo,* o sujeito dos gerundios anteposto a estes, etc. Estes vicios contra a bôa linguagem impedem que elle seja um mestre da lingua, mas não contrariam que elle seja um mestre da ironia e um escriptor admiravel por tudo que expuzémos, nem mesmo que ame a sua lingua com fervor que desvanecidamente declara e em termos que têm ainda actualidade : «O *Eicelentissimo* e a *Eicelentissima* já não podião passar como erros da impressão ; porem o *Imineu* do Argumento, o *um* da primeyra outava, o Briaren da segunda, o *eistreme* da terceyra, e finalmente os *Erois* e os *Eirantes,* os *Omeros* e os *ineistinguiveis ;* as *Venos* e as *relacsadas* de todo o mais Canto me fizerão ver que esta era sem duvida a ortographia nova, de que V. M. me tinha falado. Entendo, meu Senhor, que a nossa lingoa he a cousa que de mais emmenda

necessita, porem julgando que he melhor pronunciar como escrevemos até agora, não me parece util que se escreva agora como pronunciamos. V. M. me diz que esta regra tem toado a muitos, porem ella he de qualidade que servirá a poucos, se assim como soa a alguns não soar bem a todos. Em todas as cousas de tom se requer o som, e em tudo aquillo que falta huma dessas cousas he cousa sem tom nem som. Ter toadas he ter noticias, mas não he ter certezas. Do ruge ruge se fazem os cascaveis, porem parece-me que não he esta a mata de onde ha de sahir o coelho. Novidades na Religião, no Estado e na Lingoa não se intentão sem perigo, nem se alcanção com beneplacito universal. Eu sou portuguez de Portugal o velho, ainda sendo nascido na côrte mais moça da Europa [1]. Pela Religião, alma e vida; pelo Estado, vida e fazenda; e pelo Idioma quantos argumentos, questoens e teimas V. M. quizér. Tomára eu poder conservar entre estas lingoas barbaras onde barbaramente cahi, a lingoa que me derão meus Mestres, o que por pecados meus e alheyos me vão derrotando os Franceses, os Italianos, os Hespanhces, os Hollandezes, os Tudescos, e os Diabos de suas Mãys e de suas molheres.» (Pags. 90 e 91 do vol. 1.º, ed. de 1855). Tambem em Eça de Queiroz, á ironia se veio a casar o mais idealizado nacionalismo, desde a *Cidade e ás Serras*.

Não obstante a sua defeituosa linguagem, a nossa litteratura não ostenta outro epistolographo, com tal sal de graça, tal versatilidade espiritual, tão flexivel e arguta digressão,

---

[1] Não é muito comprehensivel o verdadeiro sentido deste passo, em que se declara nascido na côrte mais moça da Europa, estando assente que nasceu em Lisboa e que esta não era a côrte mais moça da Europa. Contaria elle desde a Restauração e do accesso da dynastia de Bragança?

tão pessoal nos juizos e tão avançado sobre o seu tempo e tambem nelle tão isolado. O que é necessario é praticar a obra de justiça de investigar a sua biographia e de reconstituir a sua bibliographia [1]. Nenhum dos nossos epistolographos de intenção litteraria é, ainda hoje, menos velho do que o Cavalheiro de Oliveira.

---

[1] Muito pouco se tem escripto em Portugal sobre este auctor. Ha apenas as seguintes peças, alêm do artigo de Innocencio no seu *Diccionario:* J. H. da Cunha Rivara, *Noticia de Francisco Xavier de Oliveira,* no 3.º vol. das *Cartas,* ed. de 1855; J. J. Gomes de Brito, *Uma Carta do Cavalleiro de Oliveira,* na *Revista de Educação e Ensino,* Lisboa, 1894, vol. 9.º; A. F. Barata, *Francisco Xavier de Oliveira,* no *Archivo Historico Português,* vol. 1.º, Lisboa, 1903, pags. 381-382; *O Cavalleiro de Oliveira e a Inquisição,* publicação integral do seu processo e outro documento no *Archivo Historico Português,* vol. 2.º, Lisboa, 1904, pags. 281-321; A. Martins de Carvalho, *Algumas Horas na minha livraria,* Coimbra, 1910, pags. 74-76; Fidelino de Figueiredo, *Autographos do Cavalleiro de Oliveira,* na *Revista de Historia,* 10.º vol., Lisboa, 1921. Prometteram trabalhos sobre Oliveira, os srs. Joaquim de Araujo, que falleceu sem cumprir a sua promessa, e o sr. Joaquim Madureira (Braz Burity), que ainda nada publicou sobre essa materia. Fizemos diligencias para obter alguns informes sobre Oliveira na Hollanda. Amavelmente o sr. Prof. G. Gorris fez varias buscas sempre infructiferas. Dellas damos noticia no 11.º vol. da *Revista de Historia* (no prelo).

CAPITULO IX

POETAS SATYRICOS

A ironia delicada ou a satyra mordente não ousam mostrar-se nas sociedades vigorosas, cujos ideaes têm plena força de inspiração e determinação, e não cahiram ainda na phase do artificio formal, quando o imperialismo se não volveu em mercantilismo, a fé em liturgia vã e á febre do movimento e da acção ainda não succedeu a delicia do ocio para descansar, reflectir e criticar. Da critica de interpretação e avaliação á critica pejorativa vae só a distancia creada pela disposição de animo. Na primeira analysa-se para avaliar, na segunda analysa-se para confirmar os conceitos de valor, já previamente acceitos. Arbitraria e subjectiva, essa analyse da satyra toma como padrões de medição os sentimentos pessoaes, que pódem ir do sentimento offendido da justiça ao despeito e á emulação, do confronto da fórma e do fundo das coisas, que tantas vezes se contradizem, ao abusivo relevar de apparencias accessorias e enganosas. De qualquer fórma, em sociedades moças, a satyra é extemporanea, prematura e não teria publico applauso; soaria a irreverencia e a cynismo. Ella presuppõe um estadio já avançado da cultura e da evolução historica, muitos desenganos da fortuna e o empallidecer de ideaes caros, cuja aurora foi mais annunciadora do que realizador o pleno dia. Satyra pessoal, que a individuos se dirija, é ella possivel em todos

os tempos e é até bem acceita, como defeza que o gregarismo social emprega contra o excentrico, o dispar daquella conformidade que tem por segurança collectiva. E' dessa satyra a superficial mordácidade dos cancioneiros provençalescos e do de Rezende, jogo prepotente, diremos mesmo cobarde que o poeta faz de fraquezas veniaes, envolvendo o adversario nas malhas confusas do seu jogueteio verbalista. E' mais profunda, menos comica e mais triste, a de Gil Vicente, cuja voz vingadora parece mandatária da sociedade, que quer ser defendida de seus inimigos, os maus papas, os maus reis, maus bispos e maus juizes. Só tardiamente póde surgir a outra, a satyra contra instituições e collectividades, porque ella representa o partir-se da propria solidariedade social. Se o poeta faz satyra politica, fala em nome duma facção contraria á forma politica vigente, se faz satyra religiosa, exprime que a unidade da consciencia religiosa se quebrou. Fala sempre em nome de descontentes militantes, não pessoas, mas multidões, que se aprestam para marchar a destruir aquillo a que a satyra minou os fundamentos doutrinarios e moraes. Deste modo se excluem o espirito épico, feito de fé affirmadora e de enthusiasmo constructivo, e o espirito satyrico, composto de descontentamento e velleidades demolidoras, um e outro exercendo seu papel e vivendo das derrotas do outro. Considerada nesta amplitude ultima, a satyra não póde viver paredes meias com a inspiração épica nem na mesma quadra de tempo, nem sequer no mesmo espirito; mas a veia caustica, que pune as prevaricações pessoaes em nome de altos ideaes em luminosa vigencia, póde muito bem abrigar-se em espiritos crentes desses mesmos ideaes e até mesmo delles receber a sua propria força e corajoso impulso, como em Gil Vicente, christianissimo, lyrico e patriota. Veremos como serão adversarios inconciliaves nesta epocha litteraria o espirito épico, que morre, e o espirito satyrico que nasce, o primeiro combatido e o segundo favorecido por aquelle ambiente moral, de

extremados exaggeros, que diligenciámos descrever na Introducção deste livro. Dos principaes poetas satyricos se deve salientar a physionomia artistica, quando a tenham caracterizavel, para apontar a feição predominante no genero.

Rodrigues Lobo Soropita [1] recebeu louvores excessivos de D. Francisco Manuel de Mello, Barbosa Machado, Faria e Sousa, Jacintho Cordeiro e Camillo. Acceitavel na legião dos lyricos camoneanos, é como poeta satyrico dum interesse muito limitado e puramente historico e archeologico pelas noticias que dá de acontecimentos, que testemunhou, e de pormenores da vida coetanea. O visconde de Juromenha, que severamente o julgou, não poderia ser taxado de aspereza se ás poesias e prosas satyricas se houvesse referido. As noticias que os seus escriptos ministram joeirou-as outro escriptor [2].

As obras poeticas de D. Thomaz de Noronha [3], que nos chegaram impressas, são as contidas na *Phenix Renascida*, vol. 5.º, pags. 218 a 257 da 1.ª ed. e 220 a 259 da 2.ª, parte pequena das que em manuscripto lhe attribue Barbosa Machado, e as reproduzidas em volume pelo sr. Mendes dos Remedios, em 1899 [4].

---

(1) V. a apreciação dos seus versos lyricos e a nota biographica a pag. 105 deste livro.

(2) O sr. Th. Braga na primeira parte do artigo *Os poetas menores*, dos *Estudos da Edade Media*, Porto, 1870, pags. 217-235.

(3) D. Thomaz de Noronha foi natural de Alemquer e oriundo de nobre familia. Ignora-se a data do seu nascimento. Foi casado duas vezes, primeiramente com D. Helena Salazar, filha do mestre de Campo governador da Torre de S. Julião, Pedro Salazar de Penha, depois com D. Catharina da Veiga. Viveu vida bohemia e difficil por falta de fortuna e morreu em 1651, em edade avançada. Chamaram-lhe *Marcial de Alemquer*.

(4) V. *Poesias Inéditas de D. Thomaz de Noronha*, Coimbra, 1899, Foram extrahidas dum manuscripto da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, com exclusão das composições pornographicas.

Não se ergueu D. Thomaz de Noronha á comprehensão que acima apontamos da satyra; faltavam-lhe espirito critico e sympathia social. Do que via á volta de si a sua veia comica só alcançou os pequenos ridiculos de feições, narizes disformes, velhas esposas que se enfeitavam, marido que sovava a mulher, dentes postiços. Esses themas tomou-os tratando-os pelos dois processos do exaggero caricatural e do trocadilho de palavras homonymas, associadas e alliteradas, fazendo uma especie de reportagem superficial do episodio comico do seu tempo, nas salas e nas ruas, como aquelles caricaturistas que dia a dia registam os acontecimentos coetaneos, sem mais intenção que o immediato effeito chocarreiro. E' um jogral medievo, cuja vocação o mau gosto culterano teria estimulado. Os sonetos ao seu segundo casamento e á morte de Rodrigues Lobo attestam, pelo contraste do tom e das imagens com a materia, o seu cynismo. Em embryão contém a obra dos futuros satyricos: Barbosa du Bocage, que nos seus improvisos elaborará themas futeis e farcistas como os que pejam as obras de Noronha; Antonio Diniz, que no seu *Hyssope* se limitará ao descriptivo pittoresco, sem attingir algum sentido mais intimo, como o satyrico seiscentista na sua *Briga que teve o chantre da Sé de Santarem com o mestre-escola;* Nicolau Tolentino gracejando com a sua pretensa miseria e implorando, como Noronha nas oitavas ao duque de Caminha, sendo de todos tambem um predecessor na facilidade fluente do metro.

Diogo de Sousa Camacho [1] especializou-se na satyra aos poetas. A viagem ao monte Parnaso e as visitas a Apollo eram já dos themas cyclicos desta epocha. Algumas obras apontámos já na Introducção, em que esse thema era elaborado, mas sempre com intenção grave, ou para apontar valores e

[1] Diogo Camacho foi natural de Pereira, proximo de Coimbra. Foi licenciado em direito e advogou. Ignora-se tudo mais da sua vida.

caracterizar processos de arte, ou mais declaradamente para louvar e para crear realezas poeticas, com seus asseclas e levitas. Esses escriptos formam o que chamámos já a «critica poetica». Camacho toma o mesmo thema, mas para o volver em satyra contra os poetas, como Antonio José da Silva fazia no theatro.

As suas obras foram impressas na *Phenix Renascida,* e são as seguintes: *Jornada que Diogo Camacho fez ás Côrtes do Parnaso, em que Apollo o laureou; Pegureiro do Parnaso; Saudades de Apollo* e *Lagrimas Saudosas.* A primeira narra em estylo picaresco, que por vezes é demasiado livre, a viagem do poeta, das margens do Mondego onde pôde prestar pequeno serviço a Apollo e ás novas musas, ao Monte Parnaso, onde o deus quer coroá-lo:

> Mas vendo-me inclinado á Poesia
> E que elle era o Senhor, e o pay della,
> Que Apollo he sol em lingua de Turquia,
> Quiz-me fazer a mim tão grande nella
> E que me invejassem todos os modernos
> De Italia, França, Portugal, Castella.
> E quiz até que os Poetas dos infernos
> (Porque ha poucos no Céo) logo borrassem
> Em vendo os meus escriptos seus cadernos.

Mensageiros partem pelo mundo a convocar as côrtes poeticas e o auctor põe-se a caminho, através de aventuras chistosas nos varios paizes que vai percorrendo. No Parnaso, perante multidão de poetas, é coroado Poeta Bordalengo e recebe em casamento a Poesia, filha de Apollo e da Pobreza.

A *Jornada* de Camacho marca a decadencia dum cansado thema, a viagem ao Monte Parnaso, que, entre nós, a satyra não conseguiu matar, pois ainda no seculo XVIII, quando Antonio José da Silva intensificara a mordacidade contra os poetas, em 1733, o Cavalheiro de Oliveira na sua

curiosa carta XXVIII, do vol. 2.º, gravemente perfigura uma viagem ao Parnaso, para apontar as caracteristicas nacionaes da poesia dos varios povos. Escrevia Oliveira em 1737, mas provavelmente mal informado da evolução litteraria do seu paiz.

Os versos da *Jornada* não accusam já culteranismo de predilecção e são pelo contrario faceis e simples; mas o *Pegureiro do Parnaso* é uma directa satyra aos culteranos, que embiocavam os pensamentos em obscuridades e que, para se inspirarem, só bebiam as aguas turvas da fonte Hipocrene, quando as torrentes as enchiam de limos e immundicies:

> Era naquelle tempo, em que tangia
> Para a lição de Prima o triste sino,
> E erguer os lassos membros pretendia
> Da tabua dura o famulo mofino.
> Notavel manha tenho, he cousa brava,
> Que sempre hey de tomar tono de oitava!
> Vá de outro metro pois. Nas roxas heras
> Em que espulgando estão sonoramente
> Os quatralvos do Sol as almofaces,
> E a Aurora punha o vermelhão nas faces...
> Notaveis traços investiga um culto
> Para poder fazer versos de vulto!
> Triste cultunaria!
> Não he melhor dizer, que o Sol nascia?
> Senão buscar da escuridade o pégo,
> Deixando de ser cisne e ser morcego?
> Tiro os antolhos do focinho á Musa
> Não quero fallar mais por garatusa.

A obscuridade acintosa de D. Luiz de Gongora e seus discipulos, assim na prosa como no verso, a crystallina simplicidade de Rodrigues Lobo e Camões, o exercicio excessivo da lingua castelhana com esquecimento da portuguesa, a materias litterarias tão palpitantes no seu tempo como estas se refere o poeta com rude franqueza:

...Tem-te, ó besta grande e rara,
Porque queres manchar agua tão clara?
Não sabes tu que a lingua Portugueza
Não tem no mundo igual outra em nobreza?
Que eu des que guardo vacas neste outeiro,
(Que emfim sou do Parnaso Pegureiro)
Só vi que compuzesse o alto Apollo
Poesia divina
Na lingua Portugueza, ou na Latina;
Que tem o Portuguez propriedade,
Eloquencia, brandura e claridade,
Amourisca-se muito o Castelhano,
Tem muitos ches e chis o Italiano.

E fallando dos imitadores de Gongora:

Disse eu então: «Senhor, os Gongorantes,
Que sempre em candil trovão brilhantes
Que em rithmas atroadoras
Querem fallar crystaes todas as horas,
Por que vaso cruel das aguas bebem?
Esses (responde o velho) só recebem
Das aguas desta fonte,
Quando com chuva vay de monte a monte;
Então por um pipote,
Que em largo torno este licor lhe brote,
Sorvem só com as linfas desta vea
Muitos limos e area,
Sevandijas e sapos,
E de Poetas cultos mil farrapos».

Nas outras peças verbera igualmente o «lastimoso estado» do Parnaso e investe com o culteranismo, cuja pobreza artistica traduz na seguinte flagrante imagem:

Mas sempre ouvi dizer desta Poesia,
Que vestido de imagem parecia;
Pois quando vemos o que dentro encobre,
Quatro páos carunchosos nos descobre.

*

Ninguem sob fórmas ligeiras de satyra poetica teve no seu tempo mais clara consciencia critica, do que este poeta faceto, cuja pequena obra é um libello do culteranismo, articulado em plena vigencia delle. Muito merecia por essa razão ser exhumado da *Phenix Renascida,* quem tanto contradiz o espirito dessa collectanea.

CAPITULO X

MORALISTAS

Toda a litteratura desta epocha era rigidamente orthodoxa, isto é, visava a inspirar aos homens o temor de Deus e o amor dos homens, a conforma-los com a lei religiosa cujas sancções transpunham os limites da vida, e na lei moral que daquella derivava e era o consenso dos homens educados nos seus dictames. Um systema severo de defezas mantinha essa unidade religiosa e moral. Mas a par da litteratura implicitamente moral, havia uma outra litteratura que de intenção edificava os homens e buscava que elles desaprendessem o mal a que os cria naturalmente propensos e praticassem o bem, que haviam de laboriosamente aprender. Toda essa litteratura dos moralistas se confina como é obvio na concepcão christã, não se permittindo discussões nem livres interpretações das normas de procedimento, não discutindo situações moraes: sempre affirma e cathechiza, sempre do christianismo catholico extrahe seus corollarios. Não tem, pois, valor essa litteratura na historia das idéas moraes, porque nada criou, antes forcejou por inalteravelmente manter as concepções em vigor; ella representa um estadio defensivo, não com a tenacidade militante até ao desespero com que a escholastica conimbricense defendeu o thomismo, mas com igual ardor de convicção e analoga immobilidade de espirito. Mas vale e poderosamente por caracteres esthe-

ticos: o dom de profundo conhecimento da natureza humana, que esses escriptores ostentaram e a fortuna de exprimir com relevo e discernimento todos os fugitivos cambiantes da sua observação psychologica, de base intuspectiva.

Um thema versado, com alguma predilecção, foi o do casamento christão. Elle tinha já tradições na peninsula: o Dr. João de Barros, o homonymo do historiador, déra-nos em 1540 *O Espelho de Casados;* o licenciado Ruy Gonçalves, em 1555, publicára uma obrinha de materia affin, especie de temporão arrazoado feminista, *Dos privilegios e prerogativas que o genero feminino tem...;* Frei Luiz de Leon, em 1583, paraphraseára o capitulo 31.º dos *Proverbios,* de Salomão, na sua celebre *La Perfecta Casada.* O mesmo thema occorrerá em Paiva de Andrada e D. Francisco Manuel de Mello. Sobre o seu tempo reflexionarão Martim Affonso de Miranda, o mesmo D. Francisco Manuel de Mello e o auctor ainda hoje não definitivamente apurado da *Arte de furtar;* esforçar-se-ha por conciliar a moral e a politica o Dr. Antonio de Sousa de Macedo; propugnarão a lei de Deus Frei Antonio das Chagas e o P.e Manuel Bernardes; e erguer-se-ha a uma concepção original da vida, a todos prevalecendo como psychologo e escriptor, o esquecido Mathias Ayres Ramos da Silva de Eça.

Diogo Paiva de Andrada [1], o iniciador das pugnas contra a escola historica de Alcobaça e, por isso, alvo das invecti-

---

(1) Diogo Paiva de Andrada, que já nomeámos como primeiro impugnador dos créditos da historiographia cisterciense e que é preciso não confundir com o homonymo seu tio, (1528-1575), theologo e representante de D. Sebastião no Concilio de Trento, nasceu em Lisboa em 1576, filho do chronista Francisco de Andrada, e morreu em Almada em 1669. Além do *Exame de Antiguidades,* e das obras de philosophia conjugal e politica, acima apontadas, escreveu duas tragi-comedias, um compendio de historia portuguesa moderna dedicado ao Duque D. Theodosio e o poema *Chauleidos,* publicado em 1628. Por estas obras em latim, Paiva de Andrada tem um lugar distincto entre os nossos latinizantes.

vas de Fr. Bernardino da Silva, e escriptor fecundo em latim, legou-nos duas obras de philosophia moral: *Casamento perfeito, em que se contém advertencias muito importantes para viverem os casados em quietação e contentamento, e muitas historias e acontecimentos particulares dos tempos antigos e modernos...*, Lisbôa, 1630, e 2.ª edição em 1726; e *Instrucção Politica em dialogo em que são interlocutores hum Anjo e o Corpo.*

O *Casamento Perfeito* é um tratado didactico em que com toda a gravidade se expõe a philosophia da felicidade conjugal, systematizada em regras. Após o elogio delle, fundado principalmente com a opinião que delle tinham os antigos, o escriptor vae enumerando essas regras: a igual qualidade de nobreza, fazenda e idade dos nubentes; o reciproco amor, que não deve ser deficiente nem excessivo; que o amor se dirija mais ás virtudes e á alma que ao corpo do consorte, com o que se evitarão os damnos das faltas e dos excessos de amor; a mutua confiança, sem excessos, sem a qual se geram mortaes inimigos da paz do lar, como o ciume, a desunião e a acintosa contradicção que soe usar-se para com os desconfiados; os riscos dum segundo casamento — regras estas que se dirigem aos dois conjuges. Outras aponta especialmente para a mulher, como a modestia de sentimentos, modas e vestuario, a devoção, o gosto dos lavores e os deveres de madrasta; outras ainda especialmente para o homem, como o recolhimento, a abstenção do jogo, o meio termo justo entre a prodigalidade e a avareza e o acatamento ás devoções e lavores da esposa. Numa synthese final, Paiva de Andrada aponta os proveitos da perfeição do casamento, assim alcançada.

Inspira-se esta obra da psychologia racional e abstracta; deductiva é a sua exposição; alheios á observação e experiencia são os argumentos que adduz, porque da auctoridade dos antigos ou de casos por elles registados se inspira. Em vez de contar o que o seu testemunho numa sociedade complexa pudéra presenciar, constantemente se reporta ao

mundo da fabula e a textos antigos, para nelles respigar exemplos, confirmações e razões. Chega a surprehender a historia duma escrava, que testemunhára, referida no capitulo 7.º Coherencias logicas, conformidades racionaes é o que busca Andrada no seu esforço demonstrativo, que assim se alheia da viva realidade. Disso é um typico exemplo o passo do capitulo terminal, em que prevê e rebate uma possivel impugnação da sua doutrina: «E se houver quem argúa dizendo que bem póde haver alguns no mundo, que entre si se queyrão muito, e guardem de parte a parte perfeytamente as obrigaçoens de seu estado, cada vez com mais união e conformidade; e com tudo podem ter vicios por outra via que os fação ser roins Christãos sem perderem o nome de bons casados, o qual não consiste em mais, que na correspondencia de entre elles ambos: responderemos que não he possivel, pois como não ha perfeyção de casamento sem grande cabedal de perfeyta virtude e com ella se não possa compadecer rasto algum, nem sombra de vicio, claro parece que os perfeytos casados não poderão nunca ser viciosos; porque ninguem deve negar, que todo o peccado he corrompedor de boas tençoens; e os casados, por muyto que se amẽ, e se conformem, se por outra parte são peccadores, não podem ter a sua tenção regulada pelas leys divinas; porque se a tiverão, não o forão; tendo a assim corruta e depravada; logo ficão muyto arriscados ou a perder o amor que se tem, em todas as occasioens que se offerecerem, ou a se amar com tanta desordem, que não reparem em offender ao mesmo Senhor, por se fazerem hum ao outro quaesquer vontades desordenadas, e ambas estas cousas direytamente são encontradas com a perfeyção dos casamentos, como tudo em seus lugares deyxamos visto e declarado.» (pags. 376-8 da ed. de 1726).

Muito diversa é a obra de D. Francisco Manuel de Mello, o qual muito bem conheceu a de Paiva de Andrada, que louvou num soneto que a acompanha. Esse

breve panegyrico aponta o caracter systematico do *Casamento Perfeito:*

Clarissimo Diogo, quem cuydára
Sem esgotar em vão toda a eloquencia
De reduzir ao Imperio da prudencia
O mando que a fortuna lhe usurpára?
    Tu só cuja doutrina sempre clara
Eximindo a razão de contingencia,
Do que antes era caso fez sciencia,
Documento geral, da sorte avara.
    Hoje o mundo a quem honras de admirado
Os louvores confunde na alegria,
E mais felice seculo presume.
    Pois vê que a perfeyção de tal estado
Se por milagre hum tempo succedia
Agora se exercita por costume.

Seguiu D. Francisco Manuel caminho opposto. Declarando alhear-se de auctoridades e textos antigos, de historias velhas e fabulosas, só com o que á volta de si pôde ver teceu a sua *Carta de Guia de Casados*, onde não faz «sciencia» e aponta «casos». A maneira de conceber o casamento não differe, mas a sua exposição é que tem um cunho de realidade concreta, que inteiramente falta a Andrada. Como seu titulo indica, tem a forma epistolar, porque foi dirigida a um amigo que ia tomar estado e lhe pedia conselhos, segundo seu auctor declara. Una e seguida, a obra tem o defeito de ser massiça, sequencia pouco ordenada de associações de idéas. Mas esse senão resgata-o a belleza original de todo o texto, familiar e realista, onde com bom senso e sem mais erudição que a da experiencia e do conhecimento da natureza humana, se discreteia de tudo que com a vida conjugal se prende, não com a abstração de Paiva de Andrada, mas muito terra-terra, em casos e exemplos concretos, penetrando num lar e explorando-o em todos os seus desvãos e momentos.

As conveniencias de idade, nobreza e fazenda, os genios varios das mulheres, a administração domestica, tratamento dos criados, convivios, vida de côrte, devoções, parentescos e affinidades, tudo é versado com bom-senso, prudencia e espirito pratico, a que dá relevo a linguagem arguta, sem excluir simplicidade.

Esses conselhos valem tanto pela sã moral que os inspira como pela forma elegante que vestem, mais duma vez duma concisão e flagrancia lapidares. Já então D. Francisco Manuel de Mello julgava seu dever oppôr um dique a modernismos e liberdades excessivas, elle que fôra sempre de tão franca tolerancia e tão aberta neophilia. Louvando os tempos antigos, em que as idéas moraes offereciam mais segura estabilidade, preconizava o regresso a elles, especie de reacção dos costumes que considerava um pouco soltos. Era o que modernamente se poderia chamar um virocentrista em moral, isto é, queria o homem como centro e chefe da sociedade e da familia, não confiando muito nas virtualidades intellectuaes da mulher nem nas suas resistencias moraes, sem o temor de Deus e sem o apoio do homem. Longe delle qualquer prenuncio da concepção modernissima do feminismo. A mulher era a guardiã do lar e a cooperadora do homem, em cuja orbita girava como principal satellite. Não trouxe mesmo no seu tempo novidades á sciencia dos costumes, que apenas systematizou neste especial districto, mas trouxe-as como obra litteraria, porque renovou o thema de João de Barros, Fr. Luiz de Léon e Paiva de Andrada, com considerá-lo por um prisma de realidade chã e pratica, e porque renovou o estylo. Em seu tempo ninguem assim escrevêra, tão longe do mundo imaginoso da fabula e do culteranismo. Do culteranismo se fugia com regressar á boa tradição classica; ainda assim fariam os arcades na metade do seculo immediato.

D. Francisco Manuel foge do gongorismo avançando para o realismo: ver as coisas como ellas se affiguram, sem

as galas vãs do mundo litterario, e contar a proposito dellas o que em sua variada vida observára. Esta a causa do exito da obra, certamente o maior que têm desfructado quantos livros na peninsula têm discutido o problema. Com mais pudôr e menos physiologia — por que o não diremos um precursor discreto de Balzac e Mantegazza? Do exercicio do conceptismo, a que tambem sacrificou algures, trouxe a flexibilidade de espirito e a propensão para joguetear com os juizos e opiniões, e deste brinco gracioso vem o bom sal da *Carta de Guia de Casados*.

Sem deixar de versar essa primacial materia ethica — o casamento, sobre que escreveu algumas paginas no 1.º e no 2.º dos seus dialogos — preferiu Martim Affonso de Miranda [1] discorrer sobre o conspecto dos costumes do seu tempo. Um injusto olvido lançou este escriptor para o limbo da archeologia litteraria, apesar de ter predicados que tornam estimavel a sua obrinha *Tempo de agora*, 1622 e 1624.

Quatro amigos constituiram-se num pequeno cenaculo para discorrer sobre questões moraes, pondo doutrinas e por ellas aferindo a realidade coetanea, com o fim confessado de «corrigir com as lembranças dos passados seculos os males do tempo de agora». São elles oriundos dos ambientes mais diversos: Theodosio, do mundo politico; Alberto, casado, que representa o meio familiar; Faustino, militar; e Anselmo, religioso.

Reunem-se ora em casa dum, ora na quinta de outro e

---

(1) De Martim Affonso de Miranda apenas se sabe que foi natural de Lisboa, criado em casa dos Duques de Bragança e alferes da guarnição de Lisboa. Escreveu as seguintes obras: *Triumphos da salutifera cruz de Christo*, 1620 e 1635, 2 partes; *Tempo de Agora, em dialogos* .., 1622 e 1624, 2 partes, reimpressas em 1785 por diligencias do benemerito Bento José de Sousa Farinha; *Declaração do Padre Nosso com suas meditações*, 1624; *Discursos historicos de la vida y muerte de Don Antonio Zuniga...*, 1618.

discreteiam nos sete dialogos, que compõem a obra, das seguintes materias: da verdade e da mentira; das virtudes do trabalho e dos vicios da ociosidade; dos beneficios da temperança e maleficios da largueza; dos effeitos perniciosos da tavolagem; dos verdadeiros e falsos amigos; da justiça e da injustiça; e da doutrina que aos principes cumpre professar.

Sem novidade quanto ás idéas expostas e longamente defendidas, o *Tempo de agora* constitue uma curiosa condensação das doutrinas moraes do tempo, toda de accordo, já se deixa ver, com a estimação dos valores fixados na doutrina christã, mas appoiada com grande copia de razões de auctoridade, deductivas e livrescas, e muito ordenadamente conduzida. Primeiro fixaram os interlocutores o seu criterio de verdade, não sem uma auto-biographia, especie de exame de consciencia, para de alma limpa iniciarem o seu exame. A verdade, tal a concebem todos, um fundando-se nos Padres da Igreja, outro na erudição philosophica, outros no saber vulgar, nenhum a encontrou nos varios dominios que tinham percorrido, onde a mentira impunemente fazia ninho e medrava. Só Anselmo defende com calôr a abnegação sincera dos que em estado religioso viviam. E é nesse percurso de confronto que os quatro amigos passam em revista os «tempos de agora», que sempre com pessimismo apreciam.

Nas suas parlendas grandes questões elles abeiram, ricas de inspiração, themas dos mais attrahentes para uma imaginação artistica; não lhes receberão elles o sôpro inspirador, mas de certo lhes medem o alcance, e na sua linguagem calma e moderada accumulam sem esforço as razões, systematizando em eschema, com sua genealogia de virtudes e vicios, o complexo mundo moral, onde uns e outros se engendravam á certa e sem imprevistos. O apparato de erudição está embréchado no discurso, sem sobrecarga, como para melhor imitar o estylo de conversação. Como depoimento sobre o tempo do auctor ministra poucas in-

formações além do pessimismo dos interlocutores, e de informações concretas apenas alguns raros casos episodicos, sem valor testemunhal. — O ultimo dialogo é uma especie de coroação da obra, porque é a sua parte constructiva. Contem elle um plano pedagogico — o da instituição dos principes — e uma doutrina politica, a dos deveres e direitos destes para com os povos a que têm por missão governar, e vice-versa. Como no capitulo da moral, não assenta principios novos, só condensa e expõe de forma pitoresca opiniões correntes. Tem ainda o *Tempo de Agora* uma peculiaridade que merece ser apontada: é das obras da sua epocha mais libertas de culteranismo, de cuja existencia parece que Miranda nem suspeitava, pelo alheamento completo que ostenta. Da obra de Miranda se valeu Rebello da Silva como fonte de informações para o capitulo sobre o luxo e as superstições com que fecha o 5.º vol. da sua *Historia de Portugal.*

A disposição de animo e a linguagem dos interlocutores do *Tempo de Agora* são de gravidade; são, ao contrario, de jocosa ironia os *Apologos Dialogaes*, que assim participam do genero satyrico tambem. Se os relogios fallassem? Se o dinheiro fallasse! — dizemos muitas vezes. E isso mesmo disse D. Francisco Manuel com os seus *Apologos,* onde fazem seus depoimentos dois relogios, no primeiro; quatro moedas no segundo; e duas fontes no terceiro. O quarto, *Hospital das Lettras* é, sob forma pittoresca, fundamentalmente uma obra de critica litteraria, já referida noutro lugar.

A ironia moralista já de longo tempo usava esse original modo de composição, o dialogo entre mortos ou entre coisas, que do seu mundo phantastico depunham sobre o ambiente real e humano, em que tinham vivido ou servido de utilidade. O mais antigo e tambem o mais imitado antecessor é o grego Luciano (125—?), que nos seus *Dialogos dos Mortos,* por mão de Menippo, mostrará o reverso da opulencia e da dissimulação humana, nas margens do Acheronte,

quando as sombras se precipitam na avariada barca de Caronte. A boa fortuna da obra de Luciano foi devida aos seus dons de phantasia, ironia e malicia, aquella faculdade que consiste em descobrir e revelar o mal onde se elle occulta. — Na peninsula foi esse genero de satyra cultivado por varios auctores, que o ampliaram. Gil Vicente nas suas *Barcas* christianizou o processo: em vez de sombras são almas; em vez do barqueiro Caronte é arraes o Diabo; o destino é o ceu, o purgatorio e o inferno, e já não os Campos Elysios. Como lhe teria chegado essa suggestão, não poderemos facilmente reconstituir, mas cremos que ella existiu. Juan Valdés (?-1541) no seu *Diálogo de Mercúrio y Carón,* de 1528, funde a corrente que de Luciano provinha, as modificações christãs e a inspiração lyrica do nosso Gil Vicente. Continuam a versar esse processo satyrico o auctor ainda ignorado de *Crotalón,* talvez Christóbal de Villalón, Hurtado de Mendoza na obra que se lhe attribue *Diálogo entre Caronte y el alma de Luis Farnesio,* Cervantes no *Coloquio de los Perros,* de 1613, thema retomado recentemente por D. Jacinto Benavente em *Nuevo coloquio de los perros,* e Quevedo y Villegas nos *Sueños,* de 1627. — Certamente terão sido aquellas obras as directas inspiradoras dos *Apologos Dialogaes.* O quarto dos *Apologos* já dissémos que se filia tambem naquella corrente de critica amena, em formas metricas muitas vezes, a que já alludimos a pag. 15 deste livro, e tambem não enjeita a influencia de Quevedo. Mas o que do auctor dos *Sueños* não tomou D. Francisco Manuel foi a severa mordacidade, cruel algumas vezes, que faz daquella collectanea uma das obras mais intensas do seu tempo, não deixando de fazer lembrar nas penas comminadas a imaginação de Dante.

Os *Apologos Dialogaes* foram publicados posthumos, mas as datas das dedicatorias de três permittem localizá-los na evolução litteraria do escriptor: 1654 a do primeiro; 1655 a do segundo; 1657 a do quarto. Estas datas reportam-nos ao degredo no Brasil, que formou com a prisão anterior a

epocha litterariamente mais fecunda da vida do escriptor. Da natureza americana e da sociedade colonial vestigios nenhuns passaram na obra; D. Francisco compôs os *Apologos* com os olhos postos na vida da côrte e a imaginação impregnada das suas leituras dos mestres do genero, em que elle veio tambem a ser um mestre. Simplicidade de estylo, quando a complicada obscuridade era a preoccupação dos auctores da moda; argucia no observar; fina ironia no commentar, sem coleras nem inclinações; vivacidade em muitos passos dos dialogos; variada imaginação; graça maliciosa e um claro conhecimento dos valores moraes estão a apontar os *Apologos Dialogaes* como a principal das suas obras portuguesas, não a sua obra-prima, como queria Herculano, porque essa será decerto a sua *Guerra de Cataluña*. Dos quatro *Apologos* o mais lento de movimento até á monotonia será o ultimo, *Hospital das Letras*, trabalho didactico a que a forma artistica, sem aligeirar-lhe a indole, prejudicou a gravidade e bôa ordenação das materias, e o mais bello pela vivacidade a que alludiamos acima e pela variedade será o segundo, o das aventuras que correm as quatro moedas, de mão em mão, da bolsa franca do prodigo para a arca do avarento, do esconderijo do dizimeiro rapace para o ourives, a matar fomes, a cevar vicios, a manter luxurias. E' tambem de todos o que mais explicita tem a sua moralidade, uma lucida conclusão onde com largas vistas moraes e economicas se expõe o papel social do dinheiro, seus beneficios e maleficios, e se conciliam os escrupulos duma justa moral e a indispensavel existencia delle, como medida de valor universalmente reconhecida e como estimulo, emquanto meio e não fim, da actividade, iniciativa e interesses humanos [1].

---

[1] Depois de 1721 os *Apologos Dialogaes* fôram editados em 1900 na *Bibliotheca dos Classicos Portugueses*, mas com muito descuidada revisão, e em 1920 no Rio de Janeiro, sob a direcção cautelosa do sr. Prof. Fernando Nery.

Outro escripto moralista produziu D. Francisco Manuel, mas em castelhano, *La Victoria del Hombre*, encorporado nas *Obras Morales*, Roma, 1664.

A Antonio Vieira se attribuiu a *Arte de Furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazúa geral dos Reynos de Portugal*, cruel depoimento sobre a vida social da epocha da Restauração, mórmente das espheras officiaes, funccionalismo e administração, tão cruel que seu verdadeiro auctor se encobriu. Segundo a chronologia declarada, a edição mais antiga seria de Amsterdam, 1652, mas o facto de só no seculo XVIII se haver divulgado a obra, a impossibilidade de que o P.e Antonio Vieira, então em pleno apogeu de gloria litteraria e influencia politica, deixasse correr sem protesto essa attribuição de auctoria e ainda o erro inverosimil no titulo da typographia — *Elvizireana* por *Elzeviriana* — têm feito crer que essa edição de 1652 seja apocrypha e que a primeira seja a de 1744, a que determinou a interferencia de Candido Lusitano ou que está envolvida na declaração de *correcta e emendada*, que esta ostenta, e é apoiada pelo testemunho de João Baptista de Castro. Desta hypothetica edição anterior a 1744 não se conhece exemplar algum. Seguiram-se impressões em Londres, 1820 e 1821, Lisbôa, 1820 bis, Lisbôa, 1855, Paris, 1919. Que a escandalosa obra não é do P.e Antonio Vieira, affirmou-o reiteradamente logo em 1744 o P.e Francisco José Freire (Candido Lusitano) na sua *Dissertação apologetica em que se mostra que não he auctor do livro intitulado «Arte de Furtar» o insigne Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus*. Um anonymo, que Innocencio diz ser Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, respondeu três annos depois com uma *Dissertação apologetica e dialogistica, que mostra ser o auctor do livro «Arte de Furtar» digno desvelo do engenho illustre do Padre Antonio Vieira, em resposta de uma carta por um ignorado zeloso*

da memoria do dito padre. Em novo opusculo confirmou Freire a sua opinião, propondo João Pinto Ribeiro (?-1649), principal fautor da Restauração, para arcar com a responsabilidade e a gloria da auctoria da pungente satyra. Não podemos recapitular aqui, como seria opportuno, os argumentos dos dois contendores, por motivo da extrema raridade dos opusculos. Camillo annulou esta hypothese com a incompatibilidade chronologica: João Pinto Ribeiro morreu em 1649 e a dedicatoria ao principe D. Theodosio deve ter sido escripta em 1651; na idade de quinze annos tambem não era crivel que o principe pudesse suggerir e motivar os dizeres encomiasticos dessa dedicatoria, em que se celebra a sabedoria e o valor militar do herdeiro da corôa [1].

No seu *Astro da Lusitania,* Joaquim Maria Alves Sinval, em 1821, fez correr a noticia do apparecimento do autographo da *Arte de Furtar,* por letra de Diogo de Almeida, que assim seria o actor. Innocencio destruiu esta hypothese que não seria sido lançada de bôa fé [2].

Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680) era o auctor proposto pelo P.^e Ignacio José de Macedo, mas o simples exame comparativo das obras de Ribeiro de Macedo, em que só ha os limitados dotes litterarios, e da *Arte de Furtar* levou Camillo [3] e recentemente o sr. João Ribeiro a enjeitar este alvitre [4].

Thomé Pinheiro da Veiga (1571-1656), o autor da *Fastigimia,* era o nome lembrado por Cunha Rivara no prefacio

---

(1) V. *Curso de Litteratura Portuguesa,* Lisboa, 1876, 2.° vol., pag. 121.

(2) V. *Diccionario Bibliographico,* vol. 1.°, pag. 306 e vol. 8.°, pag. 329.

(3) V. *Curso de Litteratura Portuguesa,* 2.° vol., pag. 122-123.

(4) V. *Estudo critico acêrca do livro «A Arte de Furtar» e seu provavel auctor,* Rio de Janeiro, 1907, reproduzido á frente da edição de 1919, tambem dirigida pelo sr. J. Ribeiro.

ás *Reflexões da Lingua Portuguesa*, 1842, em que prometteu mais desenvolvida exposição da sua these, que não chegou a realizar. A base dessa attribuição seria uma nota lançada, por João Baptista de Castro, numa copia da *Arte de Furtar*, que se guardava na Bibliotheca de Evora, de que Rivara foi bibliothecario, do theor seguinte: «O original deste tratado manuscripto comprou João Baptista Lerzo, mercador de livros, genovês, que morava defronte do Loreto, no espolio de um desembargador. Como era seu amigo, m'o participou e eu o tive quasi um anno em meu poder; tanto assim que compondo naquelle tempo a minha *Hora de Recreio*, me aproveitei de algumas historias do tal tratado que introduzi e se imprimiram no anno de 1742 na officina de Miguel Manescal, muito antes que sahisse á luz a tal *Arte*: a qual se imprimiu subrepticiamente na officina que o mesmo Lerzo tinha em sua casa, dizendo que era obra do Padre Antonio Vieira. — Depois que sahiu a publico fez um grande estrondo e se começou a duvidar do auctor. O que eu posso assegurar é: que conferido o original desta *Arte* com outro manuscripto de Thomé Pinheiro da Veiga, a letra e o estylo é semelhante. Donde é crivel que fosse elle o auctor da *Arte de Furtar*.»

Camillo combateu esta hypothese, apesar da força deste testemunho, com dois argumentos consideraveis: o elogio que na *Arte de Furtar* se faz do mesmo Pinheiro da Veiga (pag. 199 da edição de 1919); haver morrido antes de D. João IV, que na mesma obra era já nomeado por morto, «de gloriosa memoria» (pag. 231 da cit. ed.). O sr. João Ribeiro lembra que o louvôr immodesto poderia ser uma interpolação posterior e que o epitheto «de gloriosa memoria» pode attribuir-se a D. Theodosio, pae de D. João IV, nomeado immediatamente antes.

Devemos lembrar que J. Baptista de Castro se limitou apenas a apresentar um alvitre, baseado na similhança da letra e do estylo, e que talvez não haja razão para quebrar lanças por uma impressão subjectiva.

Camillo não propôs outro nome. Apenas deixou o trilho aberto para novas investigações, quando affirmou que a obra fôra composta parcellarmente e que certo episodio nella narrado occorrêra em 1664 (¹).

O sr. João Ribeiro, em 1907 e em 1919, francamente opta por Thomé Pinheiro da Veiga, impugnando as razões contrarias de Camillo e fiando do texto da *Fastigimia* a confirmação definitiva dessa these de Rivara. Em 1908, José Pereira de Sampaio (Bruno), que antes déra um esboço biographico de Thomé Pinheiro da Veiga, alludindo ligeiramente a esse problema, (²) propôs-se dizer sua opinião no escripto intitulado *Do livro da «Arte de Furtar» e do seu verdadeiro auctor* (³).

Mas começando por fazer uma desenvolvida recapitulação de toda a polemica, ficou no caminho sem chegar a expôr o seu conceito de solução. Sabe-se que se inclinava para a attribuição da auctoria a Thomé Pinheiro da Veiga, mas não nos enunciou as razões que a tal o impelliam. Como recapitulação da controversia sobre o intrincado problema bibliographico, não passou da phase primordial, a de Francisco José Freire, a que additou novos informes, é certo, mas que complicou grandemente com a sua habitual falta de methodo e o seu caracteristico estylo de obscuridades e superfluas minucias.

Seguindo o trilho, que com a sua velada opinião suggeriu Camillo, o sr. Solidonio Leite, em 1917, rebateu a aucto-

---

(¹) A prevaricação dum empregado da Alfandega de Lisboa, de appellido Carvalho, alludida a pag. 299 da ed. de 1919.

(²) V. *Fastiginia,* Porto, 1911, com reproducção do esboço biographico de Pinheiro da Veiga.

(³) V. *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal,* Lisboa, vol. de 1908, pags. 175-212.

*

ria de Thomé Pinheiro da Veiga e propôs a de D. Antonio de Sousa de Macedo (1606-1682), em quem concorriam todas as circunstancias enunciadas pelo auctor do *Amor de Perdição*. No mesmo anno, este erudito brasileiro repetiu a exposição da sua these, com maior copia de argumentos, no livro *A Auctoria da Arte de Furtar*, que verdadeiramente condensa o estado actual do problema. S. Leite não derime a questão chronologica, a authencidade ou falsidade da edição datada de Amsterdam, 1652, mas de passagem não deixa de mostrar fé na realidade della, pois lembra que pouco antes dessa data Macedo estivera em Amsterdam e, visitando a officina Elzeviriana, verificára da discrição e sigillo que se guardavam a respeito dos trabalhos alli em execução. Compara o estylo da *Fastigimia* e da *Arte de Furtar*, e os sentimentos dominantes numa e noutra obra, tão distantes pelos seus caracteres; aponta a identidade de estylo entre a *Arte* e as outras obras de Macedo, em mais dum passo das quaes ha pensamentos e juizos, em embryão, desenvolvidos depois na *Arte*; e verifica como Macedo possue as condições necessarias para receber a auctoria da satyra: «I — Ter conhecimento não sómente das cousas do governo, por uma grande pratica de muitos annos; mas tambem do procedimento dos ministros e demais homens publicos; e, ainda, do governo e regimento dos tribunaes. II — Ter fallecido em data posterior ao anno de 1664. III — Ter exercido o cargo de Juiz e de Conselheiro da fazenda. IV — Ser escriptor de primeira ordem « não inficionado pelos vicios do tempo.» (1) Todas ellas concorrem em D. Antonio de Sousa de Macedo, hypothese que é actualmente a mais acceita. Falta decidir sobre a prioridade das edições, problema que só o exame e a comparação de outras obras sahidas da officina Elzeviriana, na mesma data, poderão solucionar.

---

(1) V. *A Auctoria da «Arte de Furtar»*, pag. 26.

A Arte de Furtar é uma admiravel reportagem de factos através das altas espheras da administração e da justiça, dentro da estructura dum paradoxo: antiguidade, nobreza e universalidade do roubo. Mathias Ayres dirá que só a vaidade, em todas as suas mais variadas e imprevistas formas, rege o mundo; que ella é o mobil certo de todos os actos do homem, com suas virtudes e vicios, que é ella a obreira de todo o mal e tambem de todo o bem. O auctor da *Arte de Furtar* não fará psychologia, fará reportagem e pontificará moral; o primeiro analysa a alma humana só com um escopo especulativo para desse conhecimento se contentar, e o segundo analysará a sociedade humana para a corrigir, e dos factos concretos, dos episodios e acontecimentos presenceados fará a sua materia de construcção. Ayres é um La Rochefoucauld psychologo; o outro um memorialista, que só apagou os nomes e os dados precisos para identificação. Deductivo pela marcha do raciocinio e porque de idéas feitas parte, é pela grande massa de factos em que se estriba, a cada passo, inductivo e analytico. Por toda a parte esse implacavel moralista vê unhas rapaces, que por mil fórmas tiram, ainda mesmo quando parece que dão. Todos furtam, escala acima até aos proprios reis e imperadores, e o caso typico de real furto que narra é a usurpação do throno português pelos reis de Castella, que impugna com razões historicas, moraes e juridicas. Era uma penna exercitada em manifestos e adducções apologeticas da Restauração a que alli dava aquella synthese. Um grande conhecimento da complicada machinaria do funccionalismo e dos seus processos de trabalho, de resistencia passiva e de rapacidade se ostenta na obra, que assim ministra tambem muitos informes vivos para a historia social e administrativa daquelle periodo difficil. Toda a vida publica alli se reflecte na obra, assim a da metropole como a das colonias. O aspecto economico e financeiro dessa vida recebe da obra elucidações preciosas, sobre tudo um bafo de realidade que

abala prompto a superficial ligeireza dos manuaes que historiam aquelle angustioso periodo. Saber dos homens e das coisas do mundo, que havia profundamente penetrado; pessimismo sem desalento, antes activa fonte de construcção e affirmação; confiança prudentemente desconfiada; alta cultura juridica; erudição segura de theorias moraes e politicas sobre a guerra; conhecimento muito inteirado da politica da guerra e do regimen interno dos exercitos e das relações com soldados; altas vistas sobre as questões da governação de Estado; pratica desilludida e desdenhosa dos conselhos de Estado, sempre tardos e estereis, caracteristicos relevantes são desta obra original. A sua linguagem, da mais castiça e da menos eivada de culteranismo, tem uma fluencia continua, unidade de inspiração e pensamento, leveza e variedade de tons que attestam larga pratica da arte de escrever. A estructura da obra, seus pontos de partida, seu desenvolvimento, em que só a discussão dos suppostos direitos castelhanos ao throno prejudica o equilibrio, sua conclusão, seu plano rigidamente cumprido de accordo com um eschema antes desenhado, lembram muito outras obras de Macedo, que sempre assim foi eschematico e methodico.

Uma referencia elogiosa a Thomé Pinheiro da Veiga já foi aproveitada por Camillo como argumento contra a auctoria deste mesmo Veiga. Reza ella assim: «Por isso disse muito bem o doutor Thomé Pinheiro da Veiga (que em tudo é discreto)...» (Pag. 199 da ed. 1914). Este louvor em bocca propria é absolutamente inverosimil.

A sua nobre convicção da integridade das colonias portuguesas (pag. 165-166) contrasta violentamente as idéas de Antonio Vieira, que aconselhava se abandonassem aos hollandeses as partes do Brasil que haviam senhoreado. A referencia colerica que faz ao Parlamento inglês era propria de Sousa de Macedo, que interviéra nas luctas politicas internas de Inglaterra, entre o Rei e o Parlamento: «E' isto aqui parlamento de Inglaterra, onde se dão tantas cabe-

çadas, por serem muitas as cabeças que mereciam cortadas, por cortarem uma que bastava?» (Pag. 163).

Do Conselho de Estado dá uma verdadeira theoria, em cujas idéas e em cuja forma de exposição uma vez mais encontramos coincidencias com outros escriptos de Macedo. A constituição mental — idéas e opiniões, cultura, auctores predilectos, processos de raciocinio e dotes de prosador — são analogos aos do ministro de Affonso VI. O homem que tem repulsa tão viva por Machiaveli (pag. 163) era bem o mesmo que professava as mais modernas idéas acêrca da soberania popular e sua harmonização com os direitos divinos do rei. O louvor caloroso da Inquisição, que não é simulado, mas vem da alma de quem via no tribunal um poderoso orgão de policia social, não era muito de esperar de Vieira, por essa data já no desagrado do Santo Officio.

A obra foi escripta já depois da morte de D. João IV e ainda em tempo de Filippe IV, portanto entre 1656 e 1665, datas da morte destes soberanos, e quem reune mais condições pessoaes e litterarias para assumir a sua auctoria é Antonio de Sousa de Macedo, o nome proposto pelo Prof. Solidonio Leite. Quanto á edição de 1652, achamos difficil provar a sua authenticidade. Se o testemunho de João Baptista de Castro sobre a auctoria de Thomé Pinheiro da Veiga pouco vale pela debilidade das razões apresentadas e porque o mesmo Castro no seu *Mappa de Portugal* perfilhou a proposta de Freire, que lembrou o nome de João Pinto Ribeiro (*Mappa de Portugal*, pag. 222 da ed. de 1746, pag. 341 da ed. de 1762 e pag. 212 de ed. de 1870), elle é de grande valor quanto ao facto da obra estar inédita ainda depois da publicação da sua *Hora de Recreio* e quanto á transparente allusão da polemica suscitada por ella. Seria possivel que Castro, o segundo historiador systematico da litteratura portuguesa (o primeiro foi justamente Sousa de Macedo nas suas *Flores de España*, 1631), desconhecesse essa edição de Amsterdam, e igualmente a desconhecessem os bibliogra-

phos? Conhecida e apreciada a obra em manuscripto, começaram as conjecturas sobre a auctoria. Divulgado o nome de Vieira pela edição de 1744 e suscitada a curiosidade, a especulação de livreiros teria forjado uma edição de 1652, para responder á procura e dar poderoso argumento a essa hypothese. É essa mesma especulação mercantil que continua a attribuir a Antonio Vieira a original obra.

A obra de D. Antonio de Sousa de Macedo, *Armonia politica dos documentos divinos com as conveniencias de Estado,* Haya, 1651 [1], pertence áquella litteratura patriotica, juridica e prophetica, suggerida pela Restauração e que visava a jus-

---

[1] Utilizámo-nos da 2.ª ed., que anda junta ás *Flores de España, Excelencias de Portugal,* Coimbra, 1737. — D. Antonio Caetano de Sousa nasceu no Porto em 1606 e foi filho de Gonçalo de Sousa de Macedo, desembargador dos aggravos na Casa da Supplicação e contador-mór do reino. Estudou humanidades no Collegio de Santo Antão, dos padres jesuitas, e direito civil na Universidade de Coimbra. Em 1641, sendo ouvidor na chancellaria do Porto, partiu para Inglaterra como secretario dos embaixadores Antão de Almada e Francisco de Andrada Leitão. Tomou logo um lugar de relevo nessa missão, já pelas suas diligencias diplomaticas, já pelos escriptos com que justificava a ascensão de D. João IV e impugnava as allegações dos publicistas castelhanos. Em 1642 conseguiu que se assignasse o tratado de paz com a Inglaterra e, regressando os enviados, Macedo ficou em Londres como residente. Durante a lucta do parlamento com o rei Carlos I, prestou a este serviços relevantes publicamente reconhecidos pelo soberano. Foi um delles a offerta de armas e munições por parte de Portugal, as quaes chegaram a ser embarcadas num navio hollandês. Esses annos agitados da vida de Macedo em Londres foram estudados pelo sr. Edgar Prestage num extenso artigo, *O Dr. Antonio de Sousa de Macedo — Residente de Portugal em Londres (1642-1646),* publicado no *Boletim da segunda classe da Academia das Sciencias,* vol. 10.º, Lisboa, 1916, com fundamento nos documentos do *Record Office,* de Londres, e em cartas e notas do mesmo Macedo, que se guardam nas Bibliothecas Publicas de Lisboa e Evora. Em 1650 passou a Haya a regular a paz com os Paizes Baixos e em 1662 já exercia o cargo de secretario de estado de D. Affonso VI; deste soberano recebeu altas mercês. D. Pedro e a rainha D. Maria Francisca mais duma vez

tificar este facto com razões theoricas e sentimentaes. Macedo foi um dos mais prestimosos obreiros da consolidação do throno de D. João IV, já no campo pratico como diplomata e homem de governo, já no indefesso propugnar della pela penna. Como Garrett, em 1829, sentia apprehensões sobre o futuro das liberdades constitucionaes quando D. Maria II entrasse na posse do sceptro, e procurava influir na sua instituição por meio do seu tratado *Da Educação*, assim Sousa Macedo, que vencêra batalhas não menos renhidas que as testemunhadas ou participadas por Garrett, compôs a sua *Armonia Politica* para interferir na formação

---

desejaram o seu affastamento, que de vez conseguiram após os tumultos de 1667, que precederam de perto a deposição do rei. Morreu em 1682 e jaz, com sua esposa D. Mariana Lamarier, na Igreja de Nossa Senhora de Jesus. Além dos seus escriptos de direito publico, de politica, de moral, diplomacia e apologia patriotica, Macedo legou-nos o poema épico *Ulyssipo*. As suas obras estão redigidas em português, latim e castelhano. A sua agitada biographia é ainda mal conhecida, pois são insufficientes os elementos ministrados pelos historiadores coevos que se occuparam dos successos politicos em que teve parte, por Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana*, por um artigo no *Panorama*, 1842, por José Torres no *Archivo Pittoresco*, vol. 5.º, 1862-1863, pag. 364-368. O sr. Edgar Prestage, além do estudo já citado, publicou no mesmo vol. do *Boletim da Academia das Sciencias*, *Duas Cartas do Dr. Antonio de Sousa de Macedo escriptas de Inglaterra a El-Rei D. João IV*, e o sr. Solidonio Leite, ventilando o problema da auctoria da *Arte de Furtar* e propondo o nome de Macedo, chamou a attenção para este escriptor com as duas publicações *O Dr. Antonio de Sousa de Macedo e a «Arte de Furtar»* e a *Auctoria da «Arte de Furtar»*, ambas do Rio de Janeiro, 1917. — Macedo foi um dos fundadores do jornalismo em Portugal com os seus *Mercurios Portuguezes com as novas da guerra entre Portugal e Castella*, de que sahiram 48 numeros e 2 supplementos de Janeiro de 1663 a Dezembro de 1666. Apesar de occultar o seu nome sob o cryptonimo de Henrique de Oliveira, os bibliographos affirmam ser Macedo o fundador e director dos *Mercurios* até Dezembro de 1666 e duvidam quanto aos 7 n.os de 1667. Os *Mercurios* só foram precedidos pela *Gazeta*, que iniciou a sua publicação em Novembro de 1641.

espiritual daquelle que viria a ser o depositario da obra da Restauração, o principe D. Theodosio. —O tratado é, na forma severa de condensado eschema, mais um indice abreviado de materias que desenvolvida exposição dellas, tende a ser um *vade-mecum* dos principes, que em sua consciencia quizessem harmonizar os dictames da religião com as imperiosidades da politica de seus estados. Grande ostentação de fontes acompanha a obra, em que o auctor quiz compendiar quantas razões pudesse allegar. O seu objectivo está claramente exposto nas seguintes linhas: «Muytos Escritores mostrárão já que o governo conforme ou contrario á ley Divina (alêm do que grangea para a alma) provoca sobre o temporal dos Estados, o favor ou a ira do Ceo; meu assumpto será mais sensivel aos que governão, propondo argumentos da terra, que são mais visiveis, e representando a conservação ou a ruina, consequencia de seus procedimentos por via ordinaria, sem recorrer em particular á primeyra causa, que elles imaginão que dissimulará algumas vezes.» (pag 6). Tão methodicamente disposta é a vasta materia deste breve tratado, que facil será dar della um transumpto. O summo preceito do principe christão é a justiça, que se considera em tres aspectos: justiça para com Deus; justiça para comsigo mesmo; e justiça para com o proximo. Da devida a Deus desempenhar-se-ha o principe pelo exercicio sincero da religião, de que resultará ser bemquisto, ter animo valoroso para emprehendimentos grandes, auctoridade para se fazer obedecer e dar bom exemplo. Annexa á religião anda a boa tenção, isto é, o dever de a bom fim encaminhar sempre suas acções, que mostrará com tratar só da utilidade do povo, com adquirir dominios só para dilatar o Evangelho e em augmentar os bens das Igrejas, e de que resultará ser bem servido pelo vêr o povo: «He grande segredo de Estado interessar Deos nos desenhos; porque o povo os julga por justos e lhes pronostica bom successo; e sendo certo que todas as acçoens se encaminhão ao fim

he infallivel que elle as anima; se o do Principe he uma empresa gloriosa, faz-se apetecer, e assim em nada reparão os Vassalos, por terem parte em se alcançar; se he um appetite, huma vaidade, huma injustiça, a natureza o aborrece; e assim não pode haver obediencia que se delibere em trabalhar, e arriscar por hum fim, em que não se ha de ganhar senão vituperio. Os vassalos são victimas do Principe, mas voluntarias e racionaes, que não se deixão sacrificar a idolos. O povo nunca olha tão puramente ao merecimento do Principe, que não busque tambem nelle sua utilidade; cada hum julga das acçoens alheyas conforme ao interesse proprio; de que a obrigação de obedecer se regula pela gloria de ser mandado; até os preceytos rigorosos se avalião pela boa tenção, levando-se voluntariamente como medecinas amargosas». (pag. 13).—Da justiça comsigo mesmo o primeiro dever é a reputação que se alcança pelas obras, de que resultam o exemplo, a auctoridade moral e o acatamento de estrangeiros. E a este proposito escreve algumas linhas dictadas pela sua experiencia da vida diplomatica: «Ou são notoriamente menores (os paizes estrangeiros) ou mayores ou eguaes em poder. Favorecer aos primeyros he obriga-los, pois não podem attribuir o favor, senão á generosidade do Principe. Aos mayores, ou eguaes (principalmente sendo gentes do Norte) nem se ha de fazer injustiça, nem graça; porque, vingativos e soberbos, nem sofrem injuria, nem reconhecem beneficio; antes avalião a cortezia por temor; e assim o que devêra provocar gratidão provoca desprezo; huma gravidade affavel os conservará; e peccará menos quem inclinar a severo. Recebendose aggravos, examinemse as forças; se se pode tomar satisfação, justifiquem-se as armas, precedendo bons termos; mas não se dilate a emenda, por não occasionar insolencias.» (pag 17) Nestas linhas e nas que escreve sobre relações com estrangeiros, «principalmente sendo gentes do Norte», Sousa de Macedo resume as acquisições do seu duro aprendizado de

experiencia em Londres e Haya e, implicitamente, se justifica e ministra em criterio são com que poderemos apreciar a politica diplomatica com essas «gentes do Norte» praticada durante a guerra de 1914-1918.—O amor da verdade é o segundo dever da justiça do Principe para comsigo mesmo, em que evitará o descredito dos enganos e promessas fementidas e a limitação do trato que espera o principe mentiroso.—A terceira forma da justiça, com o proximo, considera a administração dos estados e a acquisição de novos dominios. Antes de se lançar á conquista, deve o principe ouvir conselho, não de estadistas, que adulam, mas de jurisconsultos, que são os unicos que prezam o direito. Seguro de sua opinião, tratará primeiro pacificamente e só por ultimo remedio tomará as armas. Daqui se segue a segurança e tranquilidade dos reis. Exercendo a justiça commutativa e a administração dos dominios já possuidos, deverá o principe manter a independencia reciproca dos ministros em suas funcções e a sua abastança de bens, de que se seguirá a disciplina e bôa ordem, a amizade e a concordia. Clemencia, justiça distributiva, liberalidade, affabilidade e fortaleza são as partes que Macedo distingue no capitulo da justiça para com outrem. Sempre parte dum postulado da politica de Deus. Dos *Proverbios* ou do *Deuteronomio*, a cada passo se abona com textos sagrados e seus commentadores, e justifica suas conclusões com exemplos da historia portuguesa, com actos de nossos reis. É principalmente judicioso no indicar das «consequencias por razão» que decorrem dos principios postos. E é pratico e sensato, inspira-se da mais sabia experiencia nos capitulos sobre politica internacional quando indica os meios de acção, os deveres e expedientes sobre a neutralidade, as ligas, os soccorros e as pazes. A sua linguagem torna-se mais intensamente incisiva, como quando escreve dos soccorros: «He prudencia procurallos; erro pedillos; engano fiar nelles. Procurallos com destreza, talvez accrescente as forças, sem

prejudicar á reputação. Assim succedeo a nossos Reys D. Affonso Henriques e D. Affonso II valendose para as conquistas de Lisboa e Alcacer, das Armadas do Norte, que acaso arribárão em seus portos. — Pedillos com instancias, destrue a estimação, descubrindo a necessidade. Assim succedeo a nosso Rey D. Affonso V, com Luiz XI, rei de França.» (pag. 51). E acêrca das pazes: «Ha duas Maximas principaes para ellas: huma, que não se tratem senão com as armas na mão: só a boa guerra faz boa paz: nunca o inimigo consentirá no justo se não recear o dano de perto. Nosso Rey D. Sebastião com represalias feytas, e já armado procurou e alcançou paz aventajada em Inglaterra. — Outra Maxima he que, ainda que a paz nunca he cara, todavia difficilmente se devem largar as praças conquistadas; e de nenhuma maneyra deyxar alguma propria, posto que seja a qualquer outro preço.» (pag. 52). Sobre os deveres de moderação dos principes, as causas de sedições e motins e os meios de as prevenir e remediar, escreve Macedo paginas solidas de argumentação e vivas pelo saber da difficil arte de governar e pelo conhecimento da alma das multidões. «Com abundancia na praça e justiça no Paço» — queria se prevenissem as sedições. Como a leviandade popular, mesmo nos momentos que alguma paixão a conturbava, se illudiria com um espectaculo ridiculo, apontou-o e recommendou-o. E sobre privados e conselheiros, qualidades que os devem illustrar, deveres que lhes impendem, forma por que podem votar, regras para bem deliberar, como harmonizar a soberania do principe com as inspirações dos asseclas e a cooperação do herdeiro — sobre materias tão graves affirmou principios, allegou exemplos e adduziu textos. Tem viço perenne essa obra, mesmo em meio da mais desaforada democracia, cujos exaggeros estão estadeando o vicioso da doutrina. Nascida dum conjuncto de circumstancias sociaes, como era o do dia seguinte da Restauração, a *Harmonia politica*, como em seu titulo confessa, era um amalgama de doutrinas das mais

dispares: a concepção religiosa do governo dos povos em proveito de Deus; a theoria do direito divino dos reis; a legitimidade da revolução e do voto popular que erguera a casa de Bragança ao throno; a theoria abstracta e a pratica real; o dogma e o espirito critico. A sua forma concisa e até eschematica deu-lhe uma precisão e uma nitidez admiraveis. Obra muito representativa na historia das doutrinas politicas em Portugal, ella é tambem estimavel na historia litteraria, no ramo didactico, e affirma um dos mais nobres caracteres da nossa galeria politica, Antonio de Sousa de Macedo, que ao patriotismo foi buscar a inspiração das suas melhores obras. E todo o conjuncto dellas é uma apologia de Portugal e uma calorosa justificação da sua autonomia, quantiosamente argumentada, como as *Flores de España, Excelencias de Portugal,* em que enumera tudo que da patria pôde conhecer de grande e bello, «lo mejor de sus historias».

Foi o escriptor brasileiro, Dr. Solidonio Leite, quem modernamente chamou a attenção para este «classico esquecido» [1], resumindo alguns dados biographicos e apresentando uma anthologia da sua obra principal *Reflexões sobre a vaidade dos homens, ou discursos moraes sobre os effeitos da vaidade*, pela primeira vez publicada em 1752. Não foi em seu tempo de modo nenhum um esquecido, como o provam as quatro impressões desta obra: 1752, 1761, 1778 e 1786. A quarta edição é a mais estimavel, não tanto pela declaração de ser «correcta e emendada», quanto pelo augmento, que traz, duma *Carta do mesmo author sobre a Fortuna.*

---

[1] V. *Classicos Esquecidos (Fr. Manuel da Esperança, Dr. Manuel Leitão, P.e Diogo Monteiro, P.e D. José Barbosa, Fr. Francisco de Santa Maria, Dr. A. Carvalho de Parada, P.e Francisco de Sousa, Bispo Conde Sebastião Cesar de Menezes, Fr. João dos Prazeres, Dr. Mathias Ayres Ramos da S. de Eça, P.e M. Consciencia, P.e Francisco de Mendonça).* Rio de Janeiro, 1914, 223 pags.

Das *Reflexões sobre a vaidade dos homens* já o critico brasileiro Nestor Victor salientou as bellezas, em artigos da *Revista Americana*, motivados na edição de S. Leite.

Contrasta esta obra na technica e na indole com a *Arte de Furtar*. Tudo é furto, clama o indignado auctor dessa satyra; tudo é vaidade em todos os tempos, em todos os estados, idades e lugares, expõe Mathias Ayres. (¹) Mas emquanto o primeiro, embrenhando-se no mundo objectivo dos homens e dos negocios, quer ensinar aos reis praticas secretas de defeza dessas unhas exterminadoras, o segundo ergue-se a uma verdadeira concepção psychologica da vida humana, dos seus moveis, do condicionalismo da sua actividade. O systema, tudo é vaidade no mundo psychico, é tão unilateral como o dos philosophos que affirmam que tudo é movimento no mundo physico, mas tem como esse o merito da

---

(¹) Mathias Ayres Ramos da Silva de Eça nasceu em S. Paulo em 1705, filho de José Ramos da Silva, cavalleiro da Ordem de Christo e depois provedor da Casa da Moeda, de Lisboa. Em 1716 veio para Portugal. Estudou humanidades no collegio de Santo Antão, dos padres jesuitas, e graduou-se em artes na Universidade de Coimbra. Em Bayonna estudou direito civil e canonico, lingua hebraica, sciencias physicas e mathematicas. Morreu em Lisboa, em data desconhecida. Ha, como se vê, poucas noticias da sua vida e a estas ainda as não reputamos seguras, porque os bibliographos não concordam nellas. Alêm das duas obras, que acima referimos, publicou mais: *Discurso congratulatorio pela felicissima convalescença e real vida de El-rei D. José*, Lisboa, 1759; *Problema da architectura civil, a saber: Por que os edificios antigos teem mais duração e resistem mais aos tremores de terra do que os modernos*, Lisboa, 1770, edição posthuma, dirigida por seu filho, reedição em 1777-1778; *Letres Bohemiennes*, Amsterdam, 1759. Como manuscriptos ainda inéditos, Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* ainda regista: *Philosophia racionalis et via ad Campum Sophiae, seu physicae subterraneae* e *Discours panégyriques sur la vie et actions de Joseph Ramos da Silva*. Ignora-se o paradeiro destas obras. — No corrente anno fez-se no Rio de Janeiro uma edição *fac-simile* das *Reflexões* sobre a de 1752.

organica estructura, harmonica e coherente, como architectura da intelligencia, como devaneio logico, como traça d'arte, e ainda o mais importante condão de revelar verdades perduradoras. Systemas e concepções exclusivas morrem pelo que enjeitam, mas revivem a cada passo pelo que revelam e fazem sobresahir, numa alternativa de exaggeros de relevo e de omissão que parece ser uma das condições do pensamento deductivo, que de si vive e a si mesmo se destrue.

Mathias Ayres resumiu na vaidade muitos sentimentos e estados moraes, que não é licito anastomasar nella, como o amor proprio, o orgulho legitimo, a dignidade e a propria consciencia da personalidade, mas por isso mesmo a vaidade do seu systema psychologico é, a par de mortifera, salutar, benefica e fecunda. Ella semeia a cizania entre os homens, gera a ingratidão e a injustiça, as guerras e as miserias, com a maior de todas, o predominio do homem sobre o homem; mas tambem cria as legitimas differenças entre os homens, alimenta a sêde de gloria e estimula a lucta pela immortalidade, dá as fundações a esse generico sentimento tragico da vida, que Unamuno definiu. Alegrias e tristezas, da vaidade provêm, como della derivam as ruinas e os imperios, a charlatanice vã e as especulações augustas dos sabios. A emoção vibrante que aquece os que luctam por minorar o velho soffrimento humano e por explicar a machina do universo é a vaidade como a concebe Mathias Ayres, que vive na solidão como em communidade, na fortuna prospera como na adversa, sempre exigente e insaciavel, e só nos reis legitima, mãe de todas as metamorphoses, causa de todas as dependencias, as regulares como as inconfessaveis. A vaidade é a coisa peor e a melhor do mundo, como a lingua que Esopo serviu a Xantho.

Pelo contraste que forma com todo o conjuncto da obra, merece ser transcripta a pagina em que aponta a justiça da vaidade nos reis. Este implacavel raciocinador depõe nesse momento a bróca da analyse, como diria Mousinho da Sil-

veira, e escreve coisas que Sousa de Macedo, o homem de estado que mais fundamentos buscou para os direitos dos reis, enjeitaria: «Só a vaidade dos Reys he vaidade justa, porque a providencia já quando os formou para a dominação, logo os destinou para figuras da divindade, e com huma semelhança mais que material e indiferente; porque a mesma essencia, de que são imagens, parece lhes communica huma porção da idéa, que representão. Por mais que os successos sejão regidos pelo acaso, com tudo aos Reys não os faz a fortuna nem o valor; mas sim aquella mesma intelligencia, que dá os primeiros e principaes movimentos ao Universo. Ainda nos Orbes Celestes vemos alguns corpos, que parece custárão mais cuidado ao Author do mundo, pois brilham com luz mais firme, mais intensa e mais constante. Os Monarcas parecem-se com os mais homens na humanidade, mas differem nas qualidades da alma: a Corôa, que os cinge, não só lhes illustra a cabeça, mas tambem o pensamento: o Sceptro, que indica a magestade, tambem inspira o esforço, e a grandeza no poder tambem influe extensão no espirito; por isso na arte de reinar não ha regras, que possão ser sabidas por quem não é rei.» (Pag. 57-58 da ed. de 1761). Embora neste passo não seja impossivel entrever certas idéas sobre o aperfeiçoamento moral operado pela selecção e pela hereditariedade nas familias reaes, que contrasta a jacobina hypothese da degeneração, em tempo mascarada de aspectos scientificos, havemos de confessar que esta pagina é na formosa obra de Mathias Ayres um passo pouco feliz, não pelos sentimentos tão communs na epocha, mas porque contradiz toda a indole das *Reflexões*.

Levado pela perfuração inexoravel da sua analyse, Mathias Ayres não chega a conclusões activas, limita-se quasi sempre a um desconsolado dilettantismo psychologico, como o de Amiel, e chega a minar as raizes profundas e fortes da vontade humana, regando-as da lympha inquinada do seu pessimismo. Só o amor da verdade e o solido conhe-

cimento da vida lhe permittiram que no decurso da sua viagem mental apontasse as grandes construcções desse mundo hybrido de sentimento, que para elle era vaidade, na qual se comprehendia, repetimo-lo, a propria consciencia da personalidade, o sentimento vital, o poder de reacção ante o mundo ambiente, a mesma sensibilidade á dôr e aos estimulos externos. Não se deve, pois, extender as suas affirmações até ás suas consequencias, devemos só deter-nos nas observações flagrantes que pôs e na linguagem lapidar em que as vasou. Teve de certo leitura dos grandes mestres da prosa moralista francesa do seculo XVII, e uma circumstancia que logo torna este facto plausivel é a sua residencia em Bayonna, mas possuiu principalmente o innato dom de penetrar até aos recessos mais invios da alma humana, e illuminá-los da sua prosa modelar, onde á maior e mais rica complexidade de effeitos corresponde a mais singela simplicidade de meios. O seu estylo é tão espontaneo signal da sua mente artistica e tão despreoccupado que nunca trahe os processos e artificios com que os estylos são imitaveis. Feita a construcção, não mais se enxergaram vestigios dos baileus e ferramentas; apenas brilhou a superficie limpida, uniforme do marmore, sem juncturas, como duma só peça. As imagens que adduz para reforço da demonstração não a sobrecarregam, são tão communs e evidentes que antes aligeiram a exposição sempre serena no tom, mas sempre a suggerir emoções profundas e materia de meditação.

Em cêrca de dois seculos de litteratura, que neste volume historiamos, não encontrámos escriptor tão ricamente dotado do poder de intuspecção e do de expressão como este esquecido paulista, que é de certo das mais valiosas contribuições do Brasil colonial para o cabedal litterario da metropole.

Pedem a sua obra e a sua personalidade mais minucioso estudo biographico e critico, que ajude a esclarecer o problema suggestivo de explicar a sua constituição mental tão

typica, e que na sua estructura paradoxal lembra a do pensador moderno M. Fr. Paulhan, que reduz o mundo psychico a um engenhoso systema que tem por abobada a mentira.

Estas theses — universalidade fatal da vaidade em Mathias Ayres e da mentira em Paulhan — combatem-se com as mesmas armas como paradoxos similares que, apesar dos bastiões temerosos de que os rodeia a coherencia logica dos auctores, offerecem ao ataque os mesmos pontos fracos. Basta analysar a concepção fundamental de vaidade ou mentira para ver que ha muitos elementos psychicos de varia natureza alli comprehendidos e que se deixaram acintosamente de considerar alguns elementos concomitantes e grandemente influentes. Estes systemas valem pelo que da mente dos pensadores guardam. a «equação pessoal». E qual esta fosse em Mathias Ayres já diligenciamos apontar.

---

*

APPENDICE

PEQUENAS ADDICÇÕES

Pag. 19.... A bibliographia philosophica a que se faz referencia no final da nota desta pagina, já está concluida e a imprimir na *Revista de Historia*, 11.º vol., correspondente a 1922.

Pag. 26.... Incluimos Francisco Sanches no ligeiro quadro do pensamento philosophico no seculo XVI, em Portugal, que delineámos na *Introducção* deste livro, porque está hoje definitivamente provada a nacionalidade portuguesa pelo achado do termo do seu baptismo. Foi o sr. José Machado quem o encontrou e depois publicou, enquadrado num artigo *Francisco Sanches*, no *Boletim da Bibliotheca Publica e Archivo Districtal de Braga*, logo reproduzido nos *Archivos de Historia da Medicina Portuguesa*, vol. 12.º da nova serie, Porto, 1921, pag. 80-84. Para aqui transcrevemos o importante assento da parochia de S. João do Souto, de Braga: «Aos vinte e cinco dias de julho baptisei Francisco filho de Antonio Sanches fisico e de sua mulher Filipa de Sousa padrinho o commendador Antonio del Castilho e madrinha Maria Gonçalves mulher do licenceado Manuel Aranha moradores na rua do Souto». O anno é 1551.

Pag. 49.... A Silva Terceira do *Laurel de Appollo*, de Lope de Vega, referente aos poetas portugueses, foi reproduzida na *Revista de Historia*, 10.º vol., Lisboa, 1921, pag. 311-314.

Pag. 67.... Dizemos sobre a data do nascimento de Rodrigues Lobo que em contrario da inferencia do Dr. Ricardo Jorge só milita a desconfiança cautelosamente opposta pelo bom-senso. Devêramos ter dito prudencia em vez de bom-senso e completar a citação, que como está não é bem intelligivel: «... tratar de coisas de côrte, nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada...»

Pag. 95... De D. Francisco Manuel de Mello publicou recentemente o sr. Prof. José Pereira Tavares uma anthologia poetica, *O Poeta Melodino*, Porto, 1921, 304 pag., com cinco orações academicas e um escòrço biographico do poeta.

Pag. 137... Os artigos do sr. Prof. Afranio Peixoto, *Divida a cobrar*, e do sr. Prof. Georges Le Gentil, *Molière et le «Fidalgo Aprendiz»*, foram transcriptos integralmente e em traducção o segundo na *Revista de Lingua Portuguesa*, anno III, n.º 13, Rio de Janeiro, 1921, pags. 119-142.

Pag. 141... Os artigos do sr. Conde de Sabugosa *Toiradas em Portugal*, primitivamente publicados na *Revista de Portugal*, vol. 1.º, estão comprehendidos nos *Embréchados*, do mesmo auctor, Lisboa, 1921, 3.ª edição.

Pag. 229... As *Saudades da Terra* de Gaspar Fructuoso foram publicadas parcialmente no Funchal, 1873. E' isto que se deve ler na nota (1) desta pagina. Depois outros fragmentos se publicaram em 1876 por diligencias de Francisco Maria Supico e José Pedro Cardoso e em datas varias no *Archivo dos Açores*, dirigido por Ernesto do Canto. Recentemente o sr. Dr. Canuto Soares, professor da Universidade do Porto, occupou-se de nova parte ainda inédita da obra de Gaspar Fructuoso num valioso estudo *Um manuscripto português do seculo XVI e o problema Guanche*, inserto na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.ºs 1-2, Porto, 1920, pags. 149-177.

Pag. 241... Acêrca das fontes de que se aproveitou Fr. Luiz de Sousa para a composição dos seus *Annaes de ElRei Dom João Terceiro*, devemos accrescentar que este escriptor não teve á mão só os trabalhos

impressos e manuscriptos de Francisco de Andrada, de Antonio de Castilho e João de Barros, mas que para os capitulos referentes á praça de Arzilla dispunha de duas fontes manuscriptas: os *Commentarios da Historia de Arzilla no tempo do governo de Antonio da Silveira*, de Pedro de Andrade Caminha, obra hoje perdida, mas de que ainda em 1627 o Chantre de Evora, Manuel Severim de Faria, possuia um exemplar, como se declara a pag. XIII dos *Annaes;* e a historia de Arzilla de Bernardo Rodrigues, publicada em 1915-1920 pelo Dr. David Lopes. A pag. XXXV a XXXVIII da sua introducção aponta e demonstra este insigne erudito a influencia de Rodrigues em Fr. Luiz de Sousa.

Pag. 297... A' nota bibliographica sobre Soror Marianna Alcoforado ha que accrescentar a edição das suas cartas na collecção a *Novella Portuguesa*, Lisboa, 1921, reproduzindo o texto do Morgado de Matheus.

Pag. 331... A' bibliographia sobre a vida de Francisco Xavier de Oliveira accresce uma nova especie: *O Cavalheiro de Oliveira (Apontamentos bio-bibliographicos)* do sr. Jordão de Freitas, publicados na *Epocha*, Lisboa, 25 e 27 de Novembro e 7 de Dezembro de 1921. E' um excellente estudo pelo bem fundamentado dos novos dados que apresenta, extrahidos principalmente do Archivo do Ministerio dos Estrangeiros.

ERRATA

Pag. 299, linha 4.ª, leia-se 1672 e não 1671

INDICE

INTRODUCÇÃO

CAPITULO I

CAPITULO II

CAPITULO III

CAPITULO IV

CAPITULO V

CAPITULO VI

CAPITULO VII

CAPITULO VIII

CAPITULO IX

CAPITULO X

APPENDICE